

# A CIDADE ROMANA DE BEJA

Dissertação de Tese de Doutoramento a apresentar à  
Fac. Letras da Universidade de Coimbra  
Coimbra, 2000



A CIDADE ROMANA DE BEJA  
Percurso e debates em torno de *Pax Iulia*



## Agradecimentos

Durante a execução deste trabalho tive a colaboração de várias pessoas e instituições a que sou devedora.

Ao Professor Jorge de Alarcão devo a orientação deste trabalho. Estamos certos que não teríamos encontrado orientador tão crítico e sábio no acompanhamento desta investigação. Em grande medida, o que aqui se apresenta, é o resultado dos ensinamentos colhidos no permanente diálogo que ao longo destes anos o Professor nos proporcionou.

Ao Professor R. Étienne agradecemos, para além da confiança que sempre depositou no nosso trabalho, as prementes sugestões e os estágios que nos facultou.

Com F. Mayet aprendemos a conhecer as cerâmicas e a compreender o seu bom uso nos estudos de arqueologia. Devemos-lhe, além disso, a inquietude em nos assinalar e oferecer bibliografia quase na hora de publicação e o acolhimento amigo e solidário com nos recebeu e acompanhou nos vários estágios que tivemos oportunidade de fazer em Bordéus.

À Dr<sup>a</sup> Helena Carvalho somos devedores da base de dados e da preparação do SIG. Ao Dr. João Bernardes a disponibilidade em nos ajudar a executar e concertar alguns procedimentos da base de dados e do SIG.

Ao Dr. Pedro Carvalho agradecemos os momentos de partilha da dureza de alguns trabalhos de campo e a discussão sobre a sua problemática.

À Dr<sup>a</sup> Isabel Ricardo, que comigo colaborou na prospecção em boa parte do concelho de Beja, estamos agradecidos, também, pela disponibilidade em fornecer e informar sobre alguma documentação só disponível em Beja.

Ao Dr. António Silva agradecemos a preparação base das imagens raster.

À Doutora Raquel Vilaça agradecemos o ouvido atento e interessado com que seguiu o trabalho e o estímulo que nos ofereceu.

Aos Professores José d'Encarnação, P. Le Roux, agradecemos a discussão franca de opiniões.

Ao Eng<sup>o</sup> Eduardo Paralta agradecemos a disponibilidade em nos proporcionar o anexo I deste trabalho. Os seus ensinamentos permitiram-nos esclarecer muitos dos mitos sobre o abastecimento de água à cidade.

Ao Dr. Nuno Canas agradecemos a bondade com que nos ajudou.

O responsável pela qualidade gráfica e o bom gosto do volume de texto é o Dr. José Luís Madeira, a quem devemos igualmente todos os desenhos e plantas originais e as capas dos dois volumes.

A formatação do volume de Catálogo agradecemos-la ao Doutor Joaquim Ramos de Carvalho.

Aos Dr. Rui Martins, Eng<sup>o</sup> Jorge Henriques, estamos gratos pela solidariedade nunca regateada.

Um agradecimento particular é devido a todos os amigos que empenhadamente nos acompanharam, dos modos mais diversos, nas tarefas quotidianas, para delas nos aliviar. A Paulo Queiroz devo para além disso.

Algumas instituições patrocinaram, com apoios inestimáveis, algumas fases do trabalho.

A JNICT que aprovou e financiou, entre 1994-1997, o nosso projecto "O território da *civitas* de *Pax Iulia*. Este projecto possibilitou-nos as escavações da Praça de Armas do Castelo de Beja, a prospecção de uma grande parte do território, a aquisições de equipamento informático e da base cartográfica digitalizada e do programa de SIG.

A Câmara Municipal de Serpa que financiou, sob a forma de protocolo com a Universidade de Coimbra, o trabalho de campo da *Arqueologia do Concelho de Serpa*, que dirigimos.

A Câmara Municipal de Beja que patrocinou o apoio logístico durante a campanha de 1999, do logradouro do Conservatório Regional do Baixo Alentejo e facultou diversa cartografia.

A Câmara Municipal de Vidigueira, que sempre disponibilizou os meios financeiros e logísticos, para qualquer trabalho de campo realizado no concelho.

## 1. A CIDADE ROMANA DE BEJA: UM PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO

NOTA PRÉVIA.....	15
1.1 INTRODUÇÃO.....	19
1.2 A NATUREZA FRAGMENTÁRIA DAS INFORMAÇÕES.....	21
1.3 O NOSSO PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO E O MODO COMO SE FOI DESENVOLVENDO .....	30
1.3.1 Decisão.....	31
1.3.2 Estratégia.....	33
1.3.3 Selecção .....	35
1.3.3.1 As áreas de prospecção.....	35
1.3.4 Apreensão.....	39
1.3.4.1 A paisagem dos sítios arqueológicos.....	39
1.3.4.2 Os resultados .....	43
1.3.5 Os instrumentos da pesquisa .....	46
1.4 O REGISTO E A ANÁLISE.....	47
2 O ESPAÇO.....	49
2.1 LIMITES DO TERRITÓRIO .....	51
2.2 CARACTERIZAÇÃO.....	59
2.3 OS AGLOMERADOS URBANOS SECUNDÁRIOS.....	64
2.4 A REDE VIÁRIA .....	72
3 A OCUPAÇÃO PRÉ-ROMANA.....	81
3.1 O <i>OPPIDUM</i> PRÉ-ROMANO.....	83
3.1.1 Vestígios.....	83
3.1.2 Denominação.....	88
4 A CIDADE CAPITAL DE <i>PAX IVLIA</i> .....	99
4.1 A FUNDAÇÃO DE <i>PAX IULIA</i> .....	101
4.2 UMA CONCEPÇÃO DE CIDADE .....	113
4.3 TECIDO URBANO .....	118
4.4 OS VESTÍGIOS .....	122
4.4.1 Natureza dos vestígios.....	122
4.4.2 Descrição.....	123
4.4.2.1 Recinto amuralhado e portas .....	123
4.4.2.1.1 Muralha .....	123
4.4.2.1.2 Porta de Évora.....	127
4.4.2.1.3 Porta de Aviz .....	129
4.4.2.1.4 Porta de Mértola.....	130
4.4.2.2 Praça da República .....	132
4.4.2.2.1 Reservatório de abastecimento de água .....	132

4.4.2.2	Logradouro do Conservatório Regional do Baixo Alentejo.....	133
4.4.2.3	Praça de Armas do Castelo.....	144
4.4.2.4	Rua do Sembrano.....	148
4.4.2.4.1	Escavações.....	148
4.4.2.4.2	Observações casuais de estruturas.....	149
4.4.2.5	A Pousada de S. Francisco - necrópole.....	150
4.4.2.6	Convento de Nossa senhora da Conceição e Palácio do Infante.....	155
4.4.2.7	Largo de Santa Maria.....	160
4.4.2.8	O quintal da casa junto à Igreja de S. Sebastião.....	164
4.4.2.9	Estação de Caminho de Ferro /Alcaçarias.....	165
4.4.2.10	Rua do Touro.....	165
4.4.2.11	Rua dos Infantes.....	165
4.4.2.12	Rua dos Mercadores/Portas de Aljustrel.....	166
4.4.2.13	Jardim Duarte Pacheco.....	166
4.4.2.14	Palácio das Repartições.....	167
4.4.2.15	Achados sem proveniência determinada.....	168
4.4.2.16	Rede de abastecimento de água.....	169
4.4.3	O valor informativo dos vestígios.....	170
4.4.3.1	Ambiguidade e equação de uma problemática.....	170
4.4.3.2	Os vestígios revelam conhecimento transparente(?) As propostas de reconstituição do urbanismo da cidade.....	172
4.4.3.2.1	A proposta de Jorge de Alarcão.....	173
4.4.3.2.2	A proposta de Vasco Mantas.....	179
4.4.4	Dos vestígios transparece um conhecimento desfocado e incerto.....	185
5	A SOCIEDADE <i>PACENSIS</i> .....	189
5.1	UMA VISÃO DA SOCIEDADE.....	191
6	O MUNDO RURAL.....	211
6.1	INTRODUÇÃO.....	213
6.2	CLASSIFICAÇÃO DOS SÍTIOS.....	214
6.2.1	Critérios de classificação.....	215
6.2.1.1	Inter-relação dos critérios.....	218
6.2.1.2	Quadro de ordenação dos sítios.....	220
6.2.2	Uma rede tipológica hierarquizada de estabelecimentos.....	221
6.2.2.1	<i>Villa</i> .....	221
6.2.2.2	Casal.....	227
6.2.2.3	Pequeno sítio.....	235
6.2.2.4	Aldeias.....	238
6.2.3	Uma tipologia funcional.....	239
6.2.4	Interacção da paisagem com os estabelecimentos.....	240



6.2.4.1	Distribuição espacial .....	240
6.2.4.2	Os espaços das <i>villae</i> .....	242
6.2.4.2.1	Os espaços dos pequenos sítios.....	244
6.2.4.2.2	Os espaços dos casais.....	245
6.2.4.2.3	Os espaços de ocupação residual .....	245
6.2.5	Dinâmica da estrutura de apropriação do espaço.....	246
6.2.5.1	Dimensão cronológica .....	246
6.2.5.1.1	A região de S. Cucufate: um modelo exemplar?.....	249
6.2.5.1.2	A região de Moura: uma exceção ao modelo? .....	258
6.2.5.2	Uma proposta de síntese.....	263
6.2.6	A organização do espaço rural .....	266
6.2.6.1	A paisagem agrária de <i>Pax Iulia</i> .....	266
6.2.6.1.1	A centurição .....	273
6.2.7	A propriedade fundiária .....	292
6.2.7.1	As dimensões dos domínios fundiários - métodos de avaliação.....	296
6.2.7.2	As propriedades fundiárias de <i>Pax Iulia</i> .....	309
7	CONCLUSÕES.....	338
	ANEXO.....	341
	ÍNDICE DE FIGURAS .....	353
8	BIBLIOGRAFIA.....	359



“Quem percorre o Alentejo tem de meditar. E  
ir explicando aos olhos a significação profunda  
do que vê”

Miguel Torga

**1 A CIDADE ROMANA DE BEJA:  
UM PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO**



#### NOTA PRÉVIA

O alargamento das problemáticas arqueológicas, em grande medida devedoras, quer de um novo tipo de diálogo que se estabeleceu entre a arqueologia e as ciências da terra —pedologia, sedimentologia, palinologia, entre outras—, quer da utilização de novas técnicas—foto-interpretação, teledetecção, por exemplo—, exige uma maior objectividade na valorização dos vestígios arqueológicos, enquanto suportes de um discurso de natureza histórica.

Uma análise aprofundada não se sustenta apenas em mapas de pontos referenciando locais habitados; a morfologia, as redes viária e hidráulica, por exemplo, e os dados do meio ambiente, constituem outros tantos itens de pesquisa e análise simultânea. É uma exigência de coerência que deve motivar a ligação de um sítio a uma rede. Uma visão do povoamento baseada unicamente sobre a cartografia de pontos não permite antever os sistemas mais complexos que os regem. Ao invés, colocar os sítios em situação relativamente aos caminhos, aos parcelários, às vias, e representá-los segundo a sua forma (e não por intermédio de símbolos), enfim, descrever os tecidos paisagísticos e não apenas os sítios espalhados pela paisagem sem relação directa com o

meio, constitui a único método possível de abordar a paisagem urbana e rural como um processo de transformação e não como uma imagem ou sistema de signos.

Cientes da dificuldade, ou mesmo incapacidade prática, de desenvolver um trabalho centrado na abordagem de todas as temáticas inerentes ao estudo da *civitas* de *Pax Iulia*, e considerando a vasta bibliografia existente, resulta evidente que qualquer decisão relativa ao enfoque temático deste estudo deve ser precedida pela definição muito concreta daquilo que se pretende saber sobre *Pax Iulia* e do grau de profundidade pretendido para esse conhecimento.

Não se satisfará este estudo com o clássico entendimento da *civitas* como o quadro principal no qual se organiza a vida política e social inscrita em limites que se desenham pelas marcas do raio de influência dos magistrados. É bem verdade que este postulado, vincada a respectiva dimensão temporal, pode considerar-se suficientemente operativo para desenvolver um estudo sobre a *civitas*; quer-nos parecer, no entanto, que esta linha de raciocínio traduz uma concepção que privilegia na *civitas* a sua dimensão de espaço e instrumento de poder, opção por norma coincidente com a preocupação em elencar os elementos estereotipados da cidade romana, mas, por isso mesmo, menos atenta aos respectivos elementos de individualização.

A *civitas* não é uma coisa. Nem mesmo um espaço. A *civitas* é um corpo onde se reconhecem vários espaços—espaço sócio-político, espaço político-administrativo, espaço sócio-cultural, espaço económico, espaço de cultivo, etc.—, cada um deles com a sua escala temporal (a do tempo da sua construção) e os seus ritmos de funcionamento.

Mais do que a definição e caracterização da cidade e dos seus campos, que consideramos importante averiguar, interessa-nos sobremaneira o estudo da respectiva interacção, de cujo perfil serão incontornavelmente devedores os contornos tomados por cada um dos espaços atrás aludidos, e, sobretudo, a respectiva articulação.

Importa, antes de mais, reconhecer que “toda a experiência é simultaneamente inscrita no espaço e no tempo. O tempo e o espaço estão ligados de forma indivisível enquanto atributos de um objecto ou organização. Pode dizer-se que o espaço era a

expressão da memória do tempo, que era tempo solidificado, em particular no duplo processo sedimentação/erosão que a arqueologia observa através das estratificações antropizadas” [FICHES e VAN DER LEEUW, 1990, 505], e que a compreensão do funcionamento da *civitas* se produzirá de forma tanto mais acertada quanto maior for a capacidade de recolher todo o tipo de documentação—arqueológica e paisagística—e de nela ler os processos perceptivos e cognitivos que são responsáveis pela relação entre o homem e tudo o que o rodeia, ideia que T. Inglot [INGLOT, 1987] prefere designar como apropriação da natureza em lugar de antropização.

Num primeiro momento, o território da *civitas* assume o papel de espaço de inquérito e de espaço de lançamento das problemáticas. Os resultados do inquérito e as conclusões das problemáticas vertidas sobre o espaço territorial permitir-nos-ão depois apreendê-lo como a expressão de um certa forma de exercício do poder e de um determinado modo de vida, nas suas múltiplas espacialidades e temporalidades. O espaço vivido será natural e logicamente o ponto de chegada e não o ponto de partida.

É pois com base nestes pressupostos que temos por pertinente configurar o trabalho que aqui se inicia como um esforço analítico susceptível de dar resposta às seguintes questões:

que tipo de conhecimento sobre a *civitas* de *Pax Iulia* se pode atingir a partir dos vestígios conservados?; poderão esses vestígios revelar-nos o momento da criação da *civitas* e responder pelo impacte que esta criação provocou no povoamento anterior?; como se estruturou, organizou e equipou a *civitas*?; quais os modos de exploração dos recursos?





## 1.1 Introdução

O Mouro Ahmede Arrazi, no século X, referiu-se a Beja nos seguintes termos: *Beja jaz a sudoeste de Mérida e a sudeste de Córdoba. E Beja é uma das antigas cidades que há em Espanha e foi feita em tempo de Julio César que foi o primeiro dos Césares e Almunime Alhimiari, nos séculos XI-XII, dizia ser Beja das cidades do Andaluz, a de construção mais antiga e a primeira que se fundou neste país. Júlio César, o primeiro que usou o nome de César, veio a esta cidade. Foi ele que lhe deu o nome de Beja que, no falar dos infieis, significa "paz"*<sup>1</sup>.

Estas menções falam-nos da antiguidade romana da cidade de Beja, mas não nos indicam nenhuns vestígios que correspondam à dita cidade "de construção antiga".

As referências a vestígios arqueológicos achados na cidade de Beja remontam apenas ao século XVII. Desde então, as informações que testemunham a intensa ocupação da cidade e da região no período romano sucedem-se, constituindo na actualidade uma vasta bibliografia. Uma leitura rápida do legado descritivo relativo ao património arqueológico deixa antever um conjunto importante de vestígios

---

<sup>1</sup> Transcrição de COELHO, 1989a, 47 e 54.

significantes para o conhecimento do espaço urbano e do espaço rural de *Pax Iulia*.

De entre os múltiplos autores, salientamos Félix Caetano da Silva, Frei Manuel do Cenáculo, Leite de Vasconcelos, Fragoso de Lima<sup>2</sup>, F. Nunes Ribeiro<sup>3</sup>, Irisalva Moita<sup>4</sup>, Figueira Mestre e Maria João Toucinho<sup>5</sup> e, sobretudo, Abel Viana<sup>6</sup>. O somatório das observações e relato de materiais e sítios corporiza um amplo repertório informativo<sup>7</sup>, a que acresce adicionar os resultados dos trabalhos desenvolvidos no âmbito das escavações da *villa* romana de S. Cucufate (Vidigueira)<sup>8</sup> e aqueles que obtivemos na escavação da *villa* romana do Monte da Cegonha<sup>9</sup>.

As escavações em algumas das *villae* da região, Fonte dos Frades (nº 8), Pisões (nº 62), Cidade das Rosas (nº 282), por não terem sido objecto de publicação (salvo algumas pequenas notícias), representam outro nível de informação, mas com carácter muito difuso.

O conjunto destes trabalhos representa um corpo documental que, como o estudo da epigrafia<sup>10</sup> e as sínteses de Jorge de Alarcão<sup>11</sup>, relativas aos vestígios do campo e aos da cidade, deixavam antever<sup>12</sup>, constitui uma plataforma de partida para um trabalho de investigação sobre a *civitas* de *Pax Iulia*.

Detenhamo-nos, pois, neste amplo repertório informativo e atentemos no carácter substantivo das diversas contribuições.

---

<sup>2</sup> Utilizámos sobretudo LIMA, 1951 e LIMA, 1981.

<sup>3</sup> Vários artigos publicados, fundamentalmente na revista *Arquivo de Beja*

<sup>4</sup> MOITA, 1965.

<sup>5</sup> MESTRE e TOUCINHO, 1986.

<sup>6</sup> Abel Viana publicou inúmeros artigos de que se destacam aqueles que publicou na revista *Arquivo de Beja*.

<sup>7</sup> Apresentámos apenas aqueles que nos legaram informações mais consistentes. Para além destes, existem um inúmero rol de personalidades que, avulsamente, publicaram materiais ou sítios arqueológicos e Gorges, que no seu trabalho sobre as *villae* da Hispânia [GORGES, 1995] inclui, naturalmente as da região de Beja.

<sup>8</sup> ALARCÃO, J.; MAYET, F.; ÉTIENNE, R., 1990.

<sup>9</sup> Sumariamente publicados, LOPES e ALFENIM, 1994, 485-502; LOPES e ALFENIM, 1994a, 64-67.

<sup>10</sup> Sobre a epigrafia de Beja veja-se, J. d'Encarnação, 1994.

<sup>11</sup> ALARCÃO, 1987; ALARCÃO, 1988a; ALARCÃO, 1990, entre outros.

<sup>12</sup> A epigrafia de Beja integrou a obra de Encarnação, ENCARNAÇÃO, 1984.

## 1.2 A natureza fragmentária das informações

Abel Viana foi, durante as décadas de quarenta e cinquenta do século XX, o grande conhecedor e divulgador da arqueologia da região de Beja. A ele se deve o registo sistemático de todas as informações que ao património em geral, e à arqueologia em particular, se referissem. A sua atenção incidiu tanto em vestígios de que teve conhecimento directo em seu tempo, como naqueles que anteriormente se haviam publicado ou de que havia conhecimento. Nos inúmeros artigos que publicou, sobretudo na revista *Arquivo de Beja*, com os poucos meios de que dispunha e o saber de então, divulgou achados avulsos sem qualquer tipo de selecção cronológica e cultural, resultados de escavações feitas pelo próprio ou em que participara e informações de que, aqui e além, ia tendo conhecimento. Paralelamente, publicou os manuscritos de Félix Caetano da Silva, *História das Antiguidades da Cidade de Beja* [VIANA, 1948, 196-210, 225-242; VIANA, 1949, 3-36, 292-324], os dados que sobre arqueologia retirou da obra do Bispo Frei Manuel do Cenáculo [VIANA, 1946, 118-127] e compilou e republicou praticamente toda a informação de natureza arqueológica que, sobretudo no final do século XIX, se dispersou por notas mais ou menos breves no jornal *O Bejense*, e onde se relatava o aparecimento de um grande número de vestígios, surgidos em consequência da política de grandes alterações da fisionomia da cidade de Beja, que havia de conduzir à destruição total ou parcial de alguns edifícios e monumentos seculares. Ao mesmo tempo, investigou nos arquivos locais, publicando, devidamente comentadas, as transcrições do Tombo Velho da Misericórdia, do da Igreja de S. João e do de Nossa Senhora da Graça, entre outra documentação relativa à longa vida da cidade.

A actividade do professor minhoto, radicado em Beja, foi fundamental para o conhecimento dos bens arqueológicos relativos a Beja, noticiados até final dos anos trinta do século XX, e daqueles que, desde então até ao início da década de sessenta do mesmo século, se lhes acrescentaram<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Não menos importante foi o trabalho de musealização de inúmeros materiais.

As publicações de Abel Viana estão repletas de referências a materiais e sítios arqueológicos, mas porque não era ainda o tempo de fornecer as localizações exactas dos achados avulsos e dos sítios, nem o de registar a informação relativa aos contextos sitológico e situacional de cada uma das estações, esta enorme massa de informação, a menos que se utilize apenas como indicador da importância da presença romana na região, é confrangedoramente insatisfatória para, sem conhecimento complementar, se utilizar num qualquer estudo sobre a cidade de Beja na época romana.

Referências vagas como "na herdade de Zambujeiro, apareceram...", ou mais vaga ainda, "na Herdade da Figueira, ...", sendo que, Herdade da Figueira é um topónimo que só no concelho de Beja se repete várias vezes, são frequentes. Rapidamente nos apercebemos de que fazer uso desta informação implicaria percorrer todos os caminhos que Abel Viana vencera, para voltar aos locais, redescobrir as estações arqueológicas referidas e delas fazer um novo registo, bem como reanalisar os achados avulsos que ele noticiou.

Cedo também demos conta de que não seria fácil, cerca de quarenta anos depois, reencontrar os sítios e preencher as lacunas das descrições apresentadas. Alguns dos sítios referidos talvez nunca os tenhamos encontrado; outros talvez correspondam àqueles que encontramos e que apresentamos como inéditos, devido à não exacta coincidência do topónimo com algum a que Abel Viana se referiu; outros ainda, quando existe mais do que um sítio na mesma herdade, é incerto saber qual dos vários sítios aí encontrados corresponde àquele que Abel Viana referiu e quais são os inéditos (Herdade do Lamarim, por exemplo). A denominação de um sítio por topónimos diferentes é ainda um dos aspectos que dificulta o reencontro desses sítios.

A gradação irregular do conteúdo informativo das localizações e descrições de Abel Viana, relativas às recolhas avulsas e a escavações, resulta, nalguns casos, no fornecimento de inequívocas descrições quanto ao tipo de sítio mas, noutros casos, as referências demasiado vagas impedem alcançar a noção de grandeza patrimonial dos sítios e complexificam a identificação dos mesmos. Devolvida ao seu tempo, esta documentação, apesar de desequilibrada, ora apresentando descrições pormenorizadas

ora apenas referências vagas e equívocas, é, apesar disso, exemplar. As sínteses arqueológicas actuais, porém, exigem mais do que um volumoso rol de informação que pouco mais permite que a colocação de pontos numa carta.

A suposta ideia de que Abel Viana teria feito um levantamento exaustivo de todos os sítios arqueológicos das imediações de Beja, ideia que caucionou, por exemplo, o dimensionamento das propriedades das *villae* romanas em torno de *Pax Iulia*<sup>14</sup>, perante o número importante de novos sítios que a prospecção que fizemos revelou, ficou comprometida, ou mesmo desfeita.

Autores contemporâneos de Abel Viana, como F. Nunes Ribeiro, pontualmente seu colaborador, e Frago de Lima, cujos trabalhos incidiram na região de Moura, e, mais tarde, Irisalva Moita, com a *Carta arqueológica da margem esquerda do Guadiana*, em nada diferem na metodologia utilizada. Menos abrangentes que os trabalhos de Abel Viana, porque mais incidentes sobre materiais raros, epígrafes, cerâmicas importadas ou estruturas ainda visíveis, estes outros estudos não trazem nenhum acrescento substancial à forma de descrição dos sítios. Aliás, para estes autores, os sítios apenas interessam pelos materiais que fornecem e não enquanto espaços vividos inseridos num contexto mais vasto onde outros espaços se desenvolveram.

A década de oitenta é marcada pela obra de J. Alarcão, *Roman Portugal*. Recorrendo aos dados dispersos pela bibliografia, aos conhecimentos que a sua investigação continuada e atenta lhe proporcionava, apresentou-nos uma carta arqueológica do Portugal romano. A lista de sítios, que, quando as informações o permitiam, eram devidamente interpretados e às vezes ilustrados por plantas das estruturas, era acompanhada de uma introdução que, como indica o título em português, *Domínio Romano em Portugal*, sintetizaria a problemática da região em que se integravam. Apesar de marcados numa carta, os sítios não são acompanhados de coordenadas e a escala em que se apresentam, 1:250 000, não permite um posicionamento exacto. Aliás, a ausência na fonte de alusão a aspectos que permitissem a localização exacta atirou alguns sítios para pontos onde facilmente se assinala o

---

<sup>14</sup> GORGES, 1979.

topónimo e não para o seu posicionamento exacto (no caso da região de Beja, são às vezes assinalados junto à casa do monte da herdade que lhe dá o nome). Esta obra foi, no entanto, o instrumento base de trabalho para a investigação que levámos a efeito<sup>15</sup>.

Ainda nesta década surgiu o título, *Subsídios para a carta arqueológica do concelho de Beja. Inventário de sítios arqueológicos romanos*, da autoria de J. Figueira Mestre e M<sup>a</sup> João R. Toucinho<sup>16</sup>. Referem-se sítios já apresentados por Abel Viana e apresentam-se alguns novos; de entre estes, a grande novidade é o criptopórtico da *villa* da Herdade dos Falcões. Infelizmente, e apesar de se apresentar o número da folha militar onde se localizam e alguns elementos de referência, não existe nenhum mapa de localização exacta e, muitas vezes, o que nos é dado é a informação de que "numa pequena encosta, perto do monte" ou de que "o achado se situa próximo do monte (...), quase junto ao Barranco", ou "no lado esquerdo da estrada", o que torna difícil encontrá-los.

Cruzados os dados de todas estas referências bibliográficas, e situando-nos apenas naquelas que se referem a sítios rurais, podemos concluir que, se algumas eram concretas e permitiam localizar de imediato os sítios, outras, por serem vagas e controversas, exigiam um esforço interpretativo antes de se aceder aos sítios a que se referiam; outras, de tão parcas, nem sequer possibilitaram encontrar o topónimo que fixavam. A facilidade em localizar Pisões (nº 62) ou a Fonte dos Frades (nº 8) contrastou com a dificuldade em encontrar o sítio do Lamarim, onde, segundo a classificação recolhida em *Roman Portugal*, com base no testemunho de Abel Viana, teria sido identificada uma necrópole, da qual podem ser vestígios as grandes tampas de sepultura recolhidas junto à porta do Monte das Barbas de Lebre. Não tivemos, porém, modo de confirmar se se trata do mesmo sítio que Mestre e Toucinho denominam de Barbas de Lebre, ou se corresponde a algum dos sítios que entretanto cartografámos na área destas

---

<sup>15</sup> Servimo-nos igualmente de uma obra inédita, que constitui o relatório de um projecto de investigação de Jorge de Alarcão, intitulado *Cidades Romanas de Portugal I. Beja/Viseu/Coimbra*, datado de 1987, que gentilmente o autor nos cedeu. Nesse trabalho encontramos, além de uma síntese actualizada sobre o espaço urbano da cidade, toda a bibliografia que ao assunto se referia.

<sup>16</sup> MESTRE e TOUCINHO, 1986.

herdades. A mesma dúvida permanece quando pretendemos confirmar se a *villa* que Abel Viana diz ter existido na quinta das Faias não será aquela que nós identificámos no Monte da Hortinha, situado mesmo no limite entre as duas propriedades.

O exercício de arrumação do caos em que esta informação nos chegou e a incerteza de se terem identificado os diferentes elementos que correspondem a cada caso são exemplos paradigmáticos do deficiente carácter operativo deste volumoso corpo de informações.

Ainda na década de oitenta, os trabalhos de prospecção feitos em torno de S. Cucufate

marcam uma mudança na abordagem da arqueologia da região (Fig. 1). A metodologia de prospecção e a apresentação interpretada dos resultados permitiram, pela primeira vez, dispor de uma informação descodificada, de fácil acesso e utilidade imediata<sup>17</sup>.

A prospecção que, em 1984 e 1985, fizemos na parte oriental do concelho de Vidigueira permitiu-nos localizar com exactidão e tipificar um número importante de sítios e, além disso, adquirir a percepção de que os diferentes tipos de sítios se localizavam em função de variáveis de natureza geológica e pedológica. Esta percepção foi decisiva para intuir a localização de muitos dos sítios referidos na bibliografia, mas

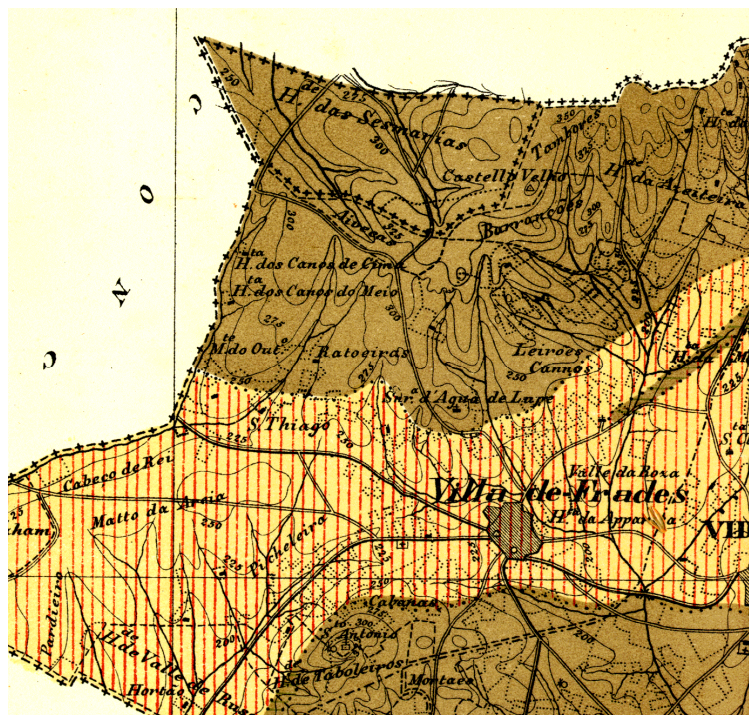


Fig. 1

<sup>17</sup> A localização e identificação não oferecia dúvidas e pela primeira vez podíamos confiar na informação oferecida. Apesar de tudo, a apresentação da localização em coordenadas Lambert justifica que se faça um reparo.



mais do que isso, foi determinante para estruturar o quadro de referenciais de individualização dos sítios enquanto estruturas relacionadas com a vida no campo e integradas num quadro ambiental.<sup>18</sup>

Os resultados proporcionados pelos trabalhos de S. Cucufate e as observações e resultados da nossa investigação foram decisivos para aferir a parcialidade das informações anteriormente fornecidas, sobretudo das relativas aos sítios rurais.

Se os vestígios encontrados na cidade mereceram a atenção de vários autores [ENCARNAÇÃO, 1984; ALARCÃO, 1988a], as questões relacionadas com a data de fundação, estatuto e plano urbanístico originaram, também elas, uma extensa bibliografia.

A bibliografia relativa às origens da ocupação no local onde se encontra a cidade de Beja insistiu fundamentalmente, até muito recentemente, numa origem romana. Foram dessa opinião Jorge de Alarcão [ALARCÃO, 1990a, 44], Vasco Mantas [MANTAS, 1990, 80]<sup>19</sup>. Opinião contrária tinham Félix Caetano da Silva, Frei Manuel do Cenáculo e Fernando Nunes Ribeiro. Foi no pulsar dos argumentos de uns e outros que a questão se manteve até que a arqueologia forneceu testemunhos inequívocos de uma ocupação anterior aos Romanos<sup>20</sup>.

No que respeita à data de fundação da cidade e ao seu estatuto, esgrimiram-se propostas alternativas. Para uns, uma fundação de César; para outros, uma fundação de Octaviano ou de Augusto. A questão do estatuto da cidade animava um debate onde se esgrimiam enfaticamente argumentos a favor do estatuto de colónia logo a partir do momento de fundação ou avançando a atribuição desse estatuto para data posterior<sup>21</sup>.

---

<sup>18</sup> Os sítios encontrados durante esta prospeção foram quase na totalidade publicados por Jorge de Alarcão [ALARCÃO, 1988a].

<sup>19</sup> Outros autores podem ter partilhado a mesma opinião, mas foram estes aqueles que utilizaram este argumento para desenvolver algumas propostas explicativas sobre *Pax Iulia*.

<sup>20</sup> As escavações de Susana Correia e José Carlos Oliveira na Rua do Sembrano forneceram os primeiros dados inequívocos sobre a ocupação de Beja durante a II Idade do Ferro. As escavações que fizemos no Castelo e no logradouro do Conservatório Regional do Baixo Alentejo vieram reforçar os vestígios desta ocupação.

<sup>21</sup> V. Mantas [MANTAS, 1996b, 41-62] e A. M. Faria [FARIA, 1997, 171-185] estabeleceram os parâmetros do debate em níveis que o haviam de situar numa afirmação de ideias pouco consonante com a delicadeza dos argumentos disponíveis.

Da forma e organização da cidade, dispúnhamos de propostas de reconstituição da estrutura urbana e de alguns dos seus equipamentos, feitas com base em vestígios encontrados na cidade e complementados com outros fornecidos por análise estereoscópica de fotogramas [ALARCÃO, 1992; 73-127; ALARCÃO, 1990a, 44-49; ALARCÃO, 1993, 217-220; MANTAS, 1996a, 19-21].

Nos autores antigos, Plínio, Ptolemeu, Estrabão e Apiano colhiam-se informações breves e, mesmo sendo importantes, o carácter lacónico e nem sempre concordante invalidava um discurso histórico definitivo sobre as origens da *civitas*.

As dimensões do território não mereceram atenção particular de nenhum investigador. José d'Encarnação [ENCARNAÇÃO, 1984, 293-440], no estudo das inscrições do *Conventus Pacensis*, submeteu o tratamento das inscrições de *Pax Iulia* a um capítulo subdividido entre as da cidade e as dos arredores e concelhos limítrofes (Ferreira do Alentejo, Cuba, Alvito e Vidigueira). O Guadiana foi tomado como limite leste da Lusitânia e, não fora a coincidência de Santa Margarida do Sado se situar no extremo ocidental do distrito de Beja, poderia deduzir-se da apresentação das inscrições de Beja, que J. d'Encarnação fixava aí o limite oeste do território da *civitas*. Mas o trabalho de José d'Encarnação situa-se numa escala maior que a do território de uma *civitas* e não supunha a definição dos *territoria* das diversas *civitates* do *Conventus Pacensis*; daí, o autor ter ordenado as inscrições segundo critérios utilizados por Hubner no CIL II.

Relativamente ao território da *civitas*, não havia qualquer estudo que tivesse contemplado a definição dos seus limites.

Vasco Mantas, sem nunca ter proposto qualquer traçado de limites<sup>22</sup>, apresentou um elemento da estrutura do seu esqueleto – o cadastro [MANTAS, 1996a, 5-30]. Circunscrevendo o estudo morfológico a uma área em torno de Beja, mas sugerindo o prolongamento dos seus eixos até ao limite do território, afirmando, inclusive, que o cadastro se prolongava para lá do Guadiana, V. Mantas sugere-nos uma *pertica*

---

<sup>22</sup> Genericamente referiu-se ao limite norte, afirmando que passava a sul da Serra de Portel, mas nunca apresentou exactamente o seu traçado.

contínua, abarcando todo o território, o que se nos afigura complementemente desajustado.

Esta breve síntese não contempla a totalidade dos autores que, particularizando um achado, ou debruçando-se sobre alguns deles, da cidade ou do campo, inscreveram o



Fig. 2

seu nome na extensa bibliografia sobre Beja romana.

Mais do que sumariar os autores, importava apresentar as temáticas que outros abordaram antes de nós, caracterizar o tipo de informação e avaliar o seu conteúdo informativo, visando estabelecer os níveis de conhecimento disponibilizados e situar a sua integração na problemática que havíamos proposto desenvolver

Pedia-se que encontrássemos o espaço físico do núcleo urbano da cidade, que dinamizássemos o carácter informativo dos vestígios conhecidos e que pesquisássemos outros, a fim de construir um plano de organização e funcionamento desse núcleo urbano; que lêssemos e descodificássemos todas as informações relativas a achados no campo, voltássemos a encontrar os sítios, para os localizar com rigor, caracterizar, tipificar e hierarquizar; que articulássemos os estabelecimentos com a trama cadastral e estabelecêssemos os elos de funcionamento; que averiguássemos a exploração dos recursos e caracterizássemos as estruturas fundiárias. Antes de tudo, havia que encontrar

o tempo a partir do qual se deveria inscrever e estruturar este trabalho; a data de fundação da cidade marcaria a contagem do tempo, mas seria desejável, para que ficasse satisfeita a necessidade de perceber o contexto espacial e histórico no qual surgiu este marco, de recuar ao período anterior. Paralelamente, deveria procurar esclarecer-se o estatuto jurídico da cidade em que nos movimentávamos e das pessoas que o usufruíram, procurando-lhe a unidade na delimitação do território. (Fig.2)

Uma cidade habitada, alicerçando, a ritmo rápido, os modernos equipamentos que permitem desfrutar melhor qualidade de vida; um conjunto vasto de descrições de testemunhos da época romana, mas anárquico e, tantas vezes, vago ou obscuro; um contencioso a rubricar o debate teórico sobre a data de fundação e o estatuto da cidade romana, cujo plano se havia reconstruído com base em informação fragmentária; um território sem limites mas reticulado no interior e vasto de *villae*—eis o património documental que herdámos, no momento de partida para este trabalho. Apesar de reconhecermos o seu valor, enquanto património documental, verificámos que, globalmente, era de diminuta substância para promover o plano que havíamos estabelecido para alcançar o conhecimento da *civitas* de *Pax Iulia*.

O espaço histórico-geográfico e cronológico sugerido e as temáticas de abordagem seleccionadas pareciam-nos ser as mais adequadas e exequíveis para a apreensão dessa longínqua realidade. Haveria, pois, que aproveitar desta documentação tudo o que nela servisse ao nosso trabalho e procurar no terreno os documentos necessários, eventualmente passíveis de valorizar o testemunho informativo dessa outra documentação.

Das prospecções que fizemos no concelho de Vidigueira beneficiámos descobrir a região e perceber as subtis mutações que a paisagem antrópica e humanizada tão vulgarmente plana e monótona esconde aos mais apressados. De tudo o que elas envolveram e da projecção dos seus resultados se gerou e alimentou o medo de investir num trabalho tão ambicioso, mas também, a aquisição do referencial e o estímulo para penetrar no conhecimento do património pretérito que, sempre, se impõe de forma encantatória. Medo e encantamento não são exteriores à investigação; acompanham-na,

dinamizando o seu avanço num plano de contraposição.

### **1.3 O nosso projecto de investigação e o modo como se foi desenvolvendo**

A procura dos vestígios arqueológicos que testemunhariam os modos e os ritmos como a *civitas* se equipou e estruturou e as formas como marcou a paisagem urbana e rural subentendia uma investigação cujo inquérito incidisse num quadro geográfico determinado.

A opção poderia contemplar o espaço correspondente aos limites do distrito, ou à bacia do Guadiana entre o Ardila e a Ribeira de Limas, ou à faixa dos *barros* de Beja, por exemplo, que, do ponto de vista da administração actual, ou do ponto de vista geográfico ou pedológico, configuravam quadros coerentes de análise. A escolha de um sector definido por características naturais, desde que envolvesse estudos abrangentes de que eram imprescindíveis os patrocinados pelas Ciências da Terra, constituiria um quadro interessante de investigação. Porque estava fora de questão um estudo que envolvesse directamente outros campos de saber, fazia todo o sentido que, à partida, nos debruçássemos preferencialmente na análise da rede de estabelecimentos rurais, a qual só teria significado se abrangesse um quadro político-administrativo coerente na época romana. Neste contexto, emergiu, como incontornável, o quadro espacial correspondente ao território da *civitas*.

A pesquisa de elementos que autorizassem a dedução dos contornos desse território, do qual, exceptuando um miliário encontrado em Nossa Senhora de Aires<sup>23</sup>, se desconheciam referenciais demarcatórios, constitui o primeiro procedimento de abordagem ao terreno.

A ausência de testemunhos directos que fornecessem indicações rigorosas do seu traçado implicava a reconstituição hipotética de um território com cerca de dois milénios, cuja definição representa a criação de um espaço de validade possível, deduzida da inspiração concedida pela leitura atenta da paisagem, da epigrafia, dos

---

<sup>23</sup> SILLIÈRES, 1984, 59-66.

autores antigos e da documentação medieval, ajustados de forma a conferirem um carácter abonatório.

Definido o contexto físico no qual se centraria o nosso estudo, tínhamos circunscrito o quadro no interior do qual procederíamos ao levantamento dos vestígios que cronologicamente lhe correspondessem.

### 1.3.1 Decisão

Iniciámos o trabalho sem qualquer modelo metodológico preestabelecido. Porém, havíamos definido muito claramente os parâmetros a que sujeitaríamos o nosso inquérito. O interesse pelo solo a prospectar deveria congrega dois pontos de vista complementares: o solo enquanto contentor dos vestígios arqueológicos que procurávamos e o solo, também ele, como o objecto de trabalho dos camponeses e como quadro de actividade produtora da sociedade agrária de quem procurávamos os *habitats* e outros vestígios. Era evidente que este tipo de abordagem implicava que a prospecção fosse conduzida com vista à recolha de elementos descritivos que não limitasse a identificação dos sítios à marcação de pontos exactos num mapa. Era necessário recolher informação diversa que permitisse estabelecer categorias de vestígios a fim de os integrar num esquema de parâmetros tipológicos e funcionais que pudessem permitir a sua ordenação hierárquica.

A pesquisa conferiria igual importância à superfície da jazida de materiais que assinalam um estabelecimento (descriptor fundamental para abordar a estrutura de uma malha de estabelecimentos), às condições topográficas, hidrográficas, geológicas<sup>24</sup> e às competências agrológicas dos terrenos onde se localizam os sítios bem como às da sua envolvente<sup>25</sup>. Cada sítio deveria ser entendido como uma unidade partilhando um

---

<sup>24</sup> Mesmo tendo em conta que estas subestimaram a actividade morfogenética recente, holocénica.

<sup>25</sup> O funcionamento dos solos e as características actuais da paisagem são um ponto de chegada de uma polifaseada história da paisagem durante o período histórico. Utilizámos as cartas de solos actuais tendo em consideração a existência de temporalidades de interacção de factores antrópicos e naturais e que a memória do solo reside na dinâmica das paisagens. E se os solos podem não ser hoje o que eram há dois mil anos, a apreciação que os homens da antiguidade romana tinham dos diferentes tipos de solos poderia não ser aquela que hoje fazemos.

espaço e, nessa medida, deveria considerar-se a sua situação relativamente aos outros.

Para registo e gestão de toda a informação criámos uma base de dados na qual se estabeleceu o protocolo de parâmetros a que devia sujeitar-se a pesquisa de campo. O inquérito era igual para todos os sítios, independentemente de a totalidade preencher ou não campos de inquérito.

Experiências anteriores, na região da Vidigueira, faziam-nos acreditar que o método mais profícuo para fazer esta abordagem era aquele que "aceitasse" adaptações consoante o desenvolvimento e os resultados do trabalho. Tínhamos a convicção de que, se houvesse necessidade de imprimir adições ao quadro de requisitos a que submetíamos a informação, estas em nada contribuiriam para a subtracção do rigor com que abordássemos os sítios, pelo contrário, representariam um acréscimo de descritores que implicariam a introdução de apetrechos metodológicos adaptáveis às condições em que a pesquisa se desenvolveria. A passagem repetida ao longo do ano pelos sítios menos transparentes seria apenas uma das exigências com que marcaríamos este trabalho.

O facto de a composição espacial conjugar espaços urbanos habitados e espaços rurais implicaria, à partida, a adopção de metodologias distintas para a abordagem dos vestígios reportados a cada um dos espaços. No que concerne ao espaço urbano da cidade de Beja, desde cedo percebemos que o estabelecimento de um programa de sondagens e escavações inscrito num qualquer plano metodológico não vingaria, quer pela resistência da comunidade a escavações na propriedade privada, quer por falta de condições materiais que as viabilizassem.

Concretizemos. Desde 1993 obtivemos autorização para escavar junto ao reservatório de água situado próximo da Praça da República, mas só no final de 1996 tivemos os necessários financiamentos para executar as escavações. No final de 1994 iniciámos escavações na Praça de Armas do Castelo, mas, em Maio de 1995, fomos obrigados a encerrá-las porque o espaço deveria ser liberado para utilização como recinto de espectáculos. Nunca havíamos previsto escavar no exterior da Porta de Mértola, mas a solicitação para que orientássemos uma escavação de emergência no

Convento de S. Francisco levou-nos a escavar nessa área. Durante essa intervenção fomos confrontados com um vasto conjunto de estruturas postas a descoberto, no âmbito de obras que envolveram a abertura de valas, na Rua do Sembrano e em toda a parte alta da cidade (zona que considerávamos prioritária), e com a impossibilidade de as registar convenientemente.

Havíamos previsto um acompanhamento das obras que se fossem executando na cidade com vista à detecção de alguns vestígios que fossem surgindo, mas o ritmo a que essas obras se foram executando nos últimos anos e a impossibilidade de alguma vez nos ter sido fornecido uma calendarização das mesmas apenas nos permitiu averiguar restos de alguns vestígios e relatos de outros entretanto reenterrados, sem que deles tivesse havido qualquer registo competente.

Estes exemplos expressam bem a contínua flutuação do plano e estratégia metodológica para recuperar os vestígios da cidade. Definida desde o início e executada sem qualquer alteração, apenas se cumpriu a leitura atenta de todas as informações referentes a vestígios encontrados na cidade e a sua cartografia o mais exacta possível, trabalho que, sendo fundamental, não necessita de nenhuma metodologia particular, bastando apenas um longo e metódico empenhamento e uma constante vigilância a todos os pormenores descritivos.

### **1.3.2 Estratégia**

A abordagem aos vestígios dispersos pelo campo implicou uma estratégia que articulasse a necessidade de verificar todos os sítios conhecidos pela bibliografia e a descoberta de novas estações arqueológicas. Conforme a lógica, estabeleceu-se que o trabalho se iniciaria pelo reconhecimento dos primeiros e, só depois, em função das descobertas, se procederia à prospecção tendente a encontrar as segundas.

Não cabe aqui recordar todos os métodos de prospecção utilizados em arqueologia. A escolha de um ou outro método tem subjacente a perspectiva de abordagem do tema em geral e do entendimento que os arqueólogos e escolas têm de sítio arqueológico.



Reconhecemos o método *field walking* como o mais exacto para elaborar cartas arqueológicas e, caso procedêssemos à elaboração da carta arqueológica completa, esta deveria preferir a utilização deste. Porém, num território vasto de cerca de 3500 Km<sup>2</sup> (350 000 ha), é impensável supor que uma única pessoa possa lançar este tipo de pesquisa a toda a área. Aliás, fazer um levantamento completo dos vestígios arqueológicos deste espaço, independentemente do método utilizado, exige o trabalho de uma equipa ao longo de anos. A título de exemplo lembremos que uma equipa formada por quatro elementos trabalhou vários meses na área em torno de S. Cucufate e que durante esse tempo apenas logrou prospectar 2300 ha; se transpusermos essa média para o território em estudo verificamos que com quatro pessoas seriam necessários mais de 10 anos para prospectar todo o território<sup>26</sup>.

Pragmaticamente, as estratégias de abordagem do terreno contemplaram, antes de mais, a necessidade de proporcionar um maior volume de resultados no mais curto espaço de tempo, tendo em conta a extensão do território e a possibilidade de o campo apenas se poder frequentar durante alguns períodos do ano, durante os quais haveria que conciliar este trabalho com as escavações que em simultâneo desenvolvíamos na cidade.

Sendo evidente que, no quadro deste trabalho, não se viabilizaria a carta arqueológica da totalidade do território de *Pax Iulia*, houve que decidir uma selecção de espaços, representativos das diversidades geotopográficas, hidrológicas e agrológicas, que nos permitissem recolher elementos que facultassem algumas conclusões.

### **1.3.3 Selecção**

#### **1.3.3.1 As áreas de prospecção**

Face à inviabilidade de abarcar todo o território, partimos do princípio de que a estratégia de prospecção deveria abarcar áreas do território que apresentassem características distintas, as quais poderiam fornecer-nos uma amostra do povoamento

---

<sup>26</sup> Nalgumas zonas do território os acessos são francamente mais difíceis que na região de S. Cucufate, o que faz supor o dispêndio de mais tempo.

romano da *civitas* e admitir uma síntese sobre os tipos de estabelecimentos e a sua



Fig. 3

inscrição na paisagem.

1 - Tomámos como definitivos os resultados da prospecção em torno de S. Cucufate <sup>27</sup> e aqueles que resultaram da prospecção que anteriormente ao início deste trabalho havíamos feito na parte oriental do concelho de Vidigueira (completando-os apenas com prospecção nalgumas zonas onde antes não tínhamos investigado e com a

---

<sup>27</sup> Apesar disso voltámos aos sítios para fazer nova leitura. Depois de se converterem as coordenadas Lambert em coordenadas U.T.M., não foi difícil encontrar os sítios.

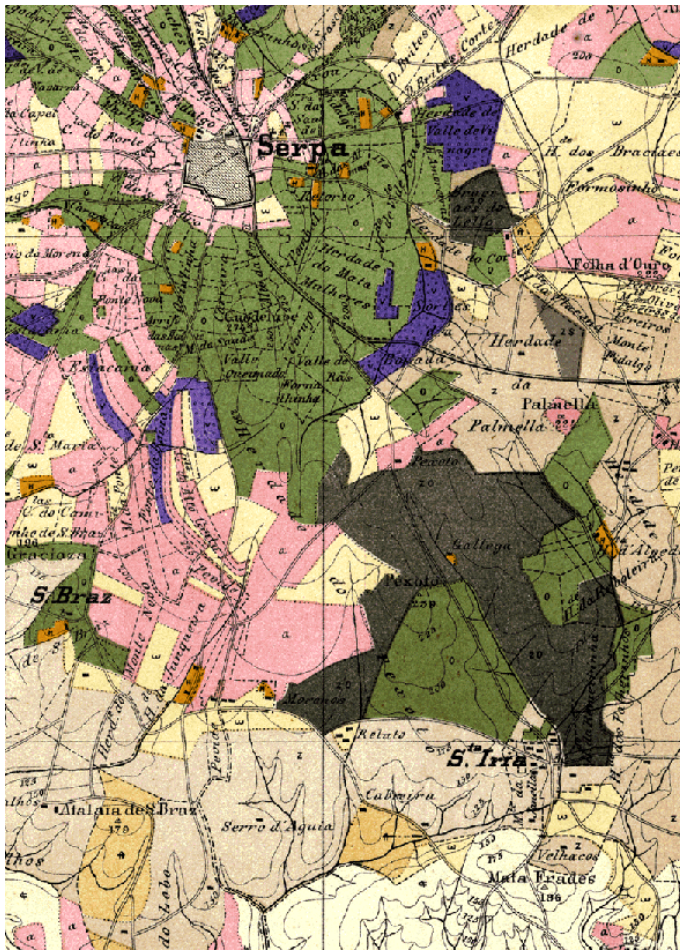


Fig. 4

quantidade, tomámo-los como um conjunto muito aproximado da totalidade mas, porque alguns deles eram localizados de forma deficiente, optámos por decidir prospectar toda esta área e, na circunstância, testar a validade da ideia de vazios que Gorges dizia existir no espaço de cerca de cinco quilómetros em torno da cidade [GORGES, 1990, 107]. O carácter particular desta área deriva do facto de se tratar de uma zona periurbana a que correspondem relevos aplanados e solos de excelentes

confirmação de alguns sítios indicados por informação oral)<sup>28</sup>, determinámos que tentaríamos redescrever todos os restantes sítios já conhecidos, e que apenas faríamos prospecção mais sistemática na área envolvente da cidade, em algumas áreas que seleccionáramos com base em características geomorfológicas, topográficas e pedológicas distintas e ao longo das ribeiras de maior caudal.

2 - Abel Viana havia dado conhecimento de múltiplos sítios em torno de Beja. No início, atendendo à

<sup>28</sup> Aos sítios que fornecemos a J. Alarcão para o *Roman Portugal* [ALARCÃO, 1988a] juntamos alguns mais. A prospecção nesta área foi determinada por critérios de natureza geomorfológica: afastando-nos das ondulações que ainda se desenvolvem no sopé da Serra do Mendro, caminhamos na direcção da planura que se estende até Beja. Os solos são diferentes dos da região de S. Cucufate, o relevo mais plano, as hortas dão origem aos montes dispersos cada um com a sua herdade e a Ribeira de Odearce, afluente do Guadiana, corre por entre essas terras, onde origina e recebe uma multiplicidade de barrancos.

qualidades agrológicas<sup>29</sup> (Fig. 3)

3 - O concelho de Serpa, por abranger uma área de planície coincidente com solos de boas qualidades agrológicas—os *barros*—e uma zona de terras magras e xistosas de elevações e relevos sinuosos—a serra de Serpa— formava uma unidade espacial que poderia servir para testar as formas de ocupação destes dois contextos ambientais distintos (Fig. 4).

4 - A região a Sul de Beja, desde a Boavista até à Trindade, onde os gabros e dioritos dão lugar à antiforma do Pulo do Lobo de filitos e quartzitos com quartzo de excedação e uma faixa de metabasaltos, onde o relevo aplanado se desenha sob a forma de uma sucessão vertiginosa de cabeços arredondados, cuja correspondência na margem esquerda do Guadiana se localiza por alturas de Vale de Mortos e onde as Ribeiras de Terges e Cobres dominam o quadro hidrológico, emerge com características particulares relativamente ao resto de território, podendo constituir um bom espaço de observação das formas de povoamento. Para além das razões apontadas, porque sabíamos, por estudos anteriores, da importância que a Ribeira de Cobres assumia na instalação de um particular tipo de estabelecimentos romanos, afigurava-se importante averiguar se a Ribeira de Terges, resultante do desmembramento daquela, enquanto fronteira do território, apresentava povoamento com as mesmas características (Fig. 5).

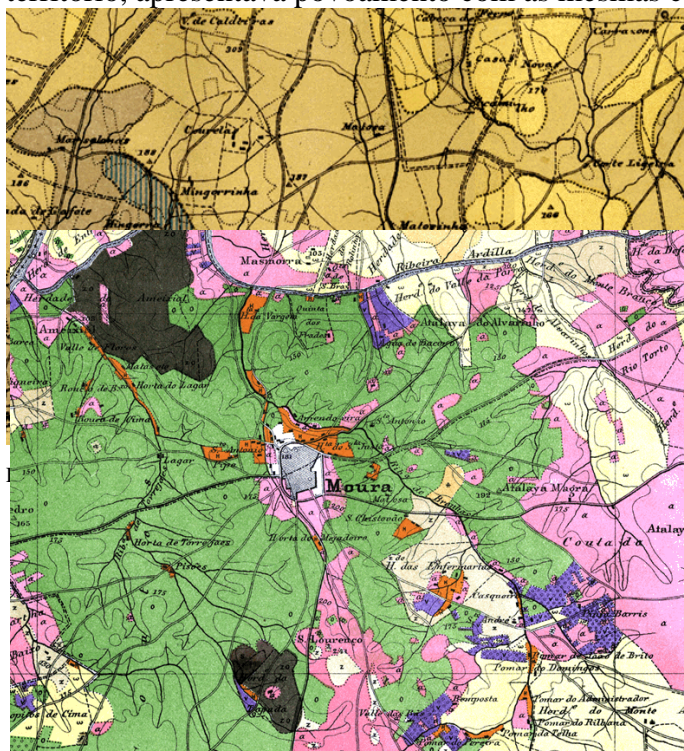


Fig. 6

se do resto do território pelas suas  
ares (Fig. 6). Mas igualmente de-  
se ter localizado um aglomerado  
o durante o qual "repartiu" a zona  
udo, nas margens do Rio Ardila.  
emos esta área para prospectar  
njunto de sítios conhecidos através  
1990<sup>30</sup> levou-nos a não considerar

enas linhas de água.

6 - A cartografia à escala 1:25 000 de todos os sítios indicados na bibliografia (mesmo que incorrecta, face ao desconhecimento de coordenadas) e o conhecimento prévio da distribuição de sítios no concelho de Vidigueira e de alguns no concelho de Beja fazia supor que as ribeiras de maior caudal pudessem ter sido um factor de atracção de *villae*. Sem ter determinado nenhuma ribeira em particular, objectivámos percorrer os leitos das mais importantes (Cardeira, S. Pedro, Barranco dos Cavalos, Chaminé, entre outras).

### **1.3.4 Apreensão**

#### **1.3.4.1 A paisagem dos sítios arqueológicos**

Definidas as áreas, iniciámos o trabalho de campo pelo reconhecimento dos estabelecimentos que conhecíamos da bibliografia. Esta etapa defraudou totalmente as nossas expectativas, dada a dificuldade em encontrar os sítios a partir das indicações fornecidas. Ao mesmo tempo, a identificação de sítios que não correspondiam a nenhuma descrição anterior constituía um factor de perturbação do esquema de trabalho. A frequência do campo permitiu-nos adquirir um profundo conhecimento da paisagem e uma leitura da fisionomia geral e das subtis mutações geológicas, pedológicas e topográficas permitiu-nos percepcioná-la como um elemento fundamental do trabalho em curso. A leitura do espaço, não apenas no que pode ser percebido, mas também no que pode ser eliminado, despertou-nos para a observação de um conjunto de tópicos com evidentes relações lógicas, que permitiam reconhecer na paisagem "padrões" de apropriação que ela determina e que nela evoluíram e a seleccionar a posição do elemento antrópico que nela se desenvolvia<sup>31</sup>.

A paisagem deixou de ser um suporte e ganhou um estatuto de importância

---

<sup>31</sup> Infelizmente, esta afirmação apenas é válida para estabelecimentos. O facto de não termos feito nenhum estudo morfológico não nos capacitou para aferir a existência de "padrões" que se adaptem a fossos de drenagem, caminhos rurais e outros elementos da morfologia agrária.

igual à dos sítios<sup>32</sup>. Na paisagem assim valorizada, o achado de novos sítios não representa a utilização de nenhuma metodologia em particular, apenas traduz um trabalho insistente e a manutenção activa de um conhecimento acumulado que se pode traduzir por uma despreziosa intuição<sup>33</sup>.

O conhecimento e a consciência do papel da paisagem na distribuição dos estabelecimentos havia de provocar uma ruptura profunda com a estratégia pré-definida de prospecção. Busca de novos sítios e procura de sítios referenciados passaram a ser simultâneas e, anotadas as devidas diferenças, esbateu-se a rigidez das áreas preferenciais de pesquisa anteriormente definidas. O não cumprimento de um plano de prospecções não constituiu um menor rigor nos trabalhos de campo. As constantes adaptações que lhes imprimimos, quer derivadas de achados no campo, quer de conhecimentos que adquiríamos pelo contacto com métodos usados noutras regiões, quer da percepção que a leitura atenta do campo nos ia fornecendo, obrigaram a um redobrado e vigilante trabalho de controlo, para impedir misturar informações recolhidas em circunstâncias ambientais distintas e para melhor apreender as especificidades dos contextos situacional e sitológico.

Confiando que "as relações que o homem mantém com o seu meio ambiente dependem ao mesmo tempo do seu aparelho sensorial e do modo pelo qual este se encontra condicionado a reagir" [HALL, 1986, 77], concedemos que aspectos da nossa personalidade sensorial fossem estimulados pelo meio ambiente por forma a compreender, de todos os pontos de vista, as relações dos tópicos em análise e assim maximizar quantitativa e qualitativamente o trabalho. Aprendemos vendo, sentindo e, em dado momento, havíamos acumulado um conhecimento que, apesar do tempo necessário a percorrer os campos, tornava natural que a prospecção em torno da cidade

---

<sup>32</sup> Não havendo a possibilidade de dispormos de um estudo morfológico prévio nem de trabalhar em simultâneo com especialistas das Ciências da Terra, o nosso registo não ultrapassou o imediato da superfície dos solos, aquilo para que estamos minimamente habilitados.

<sup>33</sup> A intuição não é um elemento exterior à investigação. A nossa experiência cabimenta-o num contexto de outras formas de conhecimento. A experimentação sistemática dos mesmos fenómenos proporcionou-nos desenvolver recursos interpretativos que, denominamos de intuição e que, num contexto de escolha, nos fazem optar por uma situação, e não por outra

acrescentasse novos sítios aos já conhecidos, ou que se viesse a confirmar a presunção de que os sítios de que se davam vagas referências se integravam em determinada categoria.

A facilidade da descoberta de novas *villae* e casais era evidente, não por virtude de uma metodologia infalível, mas porque tínhamos encontrado critérios de natureza paisagística, pedológica e hidrológica e às vezes toponímica que, testados em várias circunstâncias, nos conduziam ao seu achamento.

Estes critérios não pressupõem nenhum determinismo infalível e, naturalmente, procurámos ampliar o campo de referenciais com outras circunstâncias que poderiam contribuir para a identificação dos sítios. Registámos, por exemplo, que, muito frequentemente, sob ou nas imediações dos montes mais antigos, se localizavam sítios



Fig. 5

---

<sup>34</sup> A utilização de documentação que trate de realidades posteriores não pode ser utilizada de forma linear. Não se pode recuperar uma paisagem romana e os estabelecimentos que nela se distribuíram colando-lhe uma imagem retirada de documentos medievais, por exemplo. Ainda assim decidimos procurar em documentação medieval e moderna informações que pudessem enriquecer o trabalho de prospeção.

Não foi uma pesquisa exaustiva, tendo-nos limitado a alguma da documentação publicada. O documento de "Demarcação dos termos do Reguengo de Beja feita por Pedro Mendes e Martinho Mendes Maça", datado de 30 de Dezembro de 1272, [Chancelaria de Afonso III , fl. 118vº] e o de "Testamento de Lianor desam/paio petissam do Reitor e oficiais da confraria de Nossa Senhora da Grasa" l. 129vº [Arq. Beja, XII, 1955, 128-129] forneceram um conjunto de topónimos, alguns repetidos nos dois documentos, que sugeriam ser marcos de referência para o reconhecimento imediato de determinados percursos delimitatórios. Dos topónimos mencionados nos dois documentos, alguns não lográmos localizá-los, porque certamente foram alterados (Carne Crua, por exemplo, situado algures na zona de Nossa Senhora das Neves), coincidindo a maioria deles com *villae* romanas<sup>35</sup>.

O facto de sítios ocupados na época romana corresponderem a pontos onde se colocaram marcos demarcatórios do termo de Beja no século XIII e marcos de divisão de propriedade no século XVI pode consubstanciar "a imagem de um território sobreestruturado por via de uma sobreestruturação do passado" [MARTINS, 1998, 150]. Admitindo que a sua colocação se faz obedecendo a uma lógica de perpetuação desses pontos como referenciais de organização do espaço, pode suspeitar-se que, retomando a ideia de R. Cunha Martins, eles exercem um papel de "símbolos enfáticos" da continuidade de uma linha intermédia de organização do espaço rural no período romano.

Não fomos exaustivos na busca de documentação medieval, pois não era esse o nosso propósito, mas estamos conscientes que um trabalho de inter-relação dos dados medievais e dos da época romana esclarecerá se esta coincidência se explica por uma

---

<sup>35</sup> Dos topónimos constantes no documento de "Demarcação dos termos do Reguengo de Beja feita por Pedro Mendes e Martinho Mendes Maça", datado de 30 de Dezembro de 1272, correspondem a *villae* os topónimos assinalados com \*

Fonte da Areia\*; Azambujal (Zambujal)\*; Carne Crua (localização desconhecida); Pomares\*; Çafariyio (Selmes?)\*; Eyxara (localização desconhecida); Fonte da Touguia\*; Fonte do Álamo\*; Fornos Telheiros\*; Reguengo d'el Rei; Cardeira\*; Fonte da Almuya dos Frades de Alcobaça\*

No testamento de "Lianor desam/paio petissam do Reitor e oficiais da confraria de Nossa Senhora da Grasa", encontrámos os seguintes topónimos: Cariola\*; Faleira\*; Estudos\*; Romeirã\*; Monte do Arco\*; Fonte da Areia\*.



perenização de limites antigos ou se pelo contrário se perspectivam numa dimensão ucrónica de estruturação da paisagem.

Assumimos o carácter, dirão alguns, pouco científico do nosso modo (método) de abordagem do campo mas, ainda assim, podemos afirmar que não encontramos qualquer outro que fosse mais operativo e eficiente, mesmo se, a partir de determinado momento, transferimos, da excitação da descoberta para a desilusão da não confirmação, o papel catalisador de conhecimento—com esta aprendemos a construir ou a afinar os critérios de referência e a perceber os conteúdos das excepções e, com ambas, a construir um quadro mais inteligível do funcionamento do mundo rural.

#### 1.3.4.2 Os resultados

Esta liberdade de abordagem havia de conferir à prospecção um carácter de flexibilidade deixando espaço para, por exemplo, em fase avançada do trabalho, aceitarmos coordenar a carta arqueológica do concelho de Serpa<sup>36</sup> solicitada pela Câmara Municipal, como contraproposta ao pedido de apoio para a prospecção no concelho. Este trabalho estendeu-se a todo o concelho e, como se verifica na publicação de síntese, englobou vestígios pré-romanos, romanos e medievais<sup>37</sup>.

O facto de a área correspondente a este concelho haver sido prospectada por duas pessoas a tempo inteiro proporcionou um trabalho de campo com estratégia distinta dos restantes<sup>38</sup>. Apesar do trabalho exaustivo de carta arqueológica, admitimos não ter conseguido o registo da totalidade dos sítios romanos, dado que, também aqui, por razões de disponibilidade de tempo, em determinado momento, fomos obrigados a seleccionar áreas onde se insistiu na prospecção sistemática e outras onde a prospecção seria mais aligeirada. Mas faltando eventualmente alguns sítios<sup>39</sup>, o que se registou

---

<sup>36</sup> O trabalho de carta arqueológica originou uma publicação conjunta com os arqueólogos, Pedro Carvalho e Sofia Gomes, contratados a tempo inteiro, executarem o trabalho de campo e a publicação de síntese contou com a colaboração dos Professores Jorge Alarcão, Raquel Vilaça, José d'Encarnação e Helena Catarino [LOPES *et alli*, 1997].

<sup>37</sup> A prospecção que havíamos determinado para esta zona, embora contemplasse zonas do ponto de vista geológico, topográfico, edafológico distintas, não estava prevista para a área de c. 1103 Km<sup>2</sup>

<sup>38</sup> Sobre a metodologia utilizada nesta prospecção, veja-se LOPES *et alli*, 1997.

<sup>39</sup> Depois de terminado o trabalho viemos a ter conhecimento de mais um.

corresponde a uma amostra fiel de uma realidade a que caberá, eventualmente, acrescentar mais alguns sítios<sup>40</sup>.

Imediatamente após o trabalho de campo da carta arqueológica, coordenámos, conjuntamente com Pedro Carvalho, a escavação do casal de Peixoto 1<sup>41</sup> que permitiu verificar e validar, por escavação, a classificação tipológica que havíamos proposto a partir da análise da superfície da jazida.

Ainda no decurso da prospecção para esta Carta Arqueológica, foi-nos solicitada prospecção sistemática na área da Barragem do Enxoé e ao longo das valas do sistema adutor dessa barragem. A escavação na *villa* de Alpendres dos Lagares foi efectuada neste contexto<sup>42</sup>.

No geral, este trabalho permitiu conhecer os tipos e formas de povoamento e a sua relação com o meio ambiente e a epigrafia na margem esquerda do Guadiana e conferir um perfilamento equiparável ao que entretanto observávamos na margem direita do rio.

Em Serpa verificámos que as margens do Guadiana pareciam não ter atraído povoamento em época romana. As ondulações que marginam o rio Guadiana, que corre cerca de 100 metros abaixo do nível médio do relevo, atraíram comunidades pré e proto-históricas, e foram sede de alguns grandes povoados do Bronze Final e da II Idade do Ferro, reconhecendo-se nestes últimos uma ocupação romana republicana e alto imperial antiga, mas em ambas as margens os estabelecimentos romanos só se dispersam na rectaguarda destas ondulações, quando os relevos se aplanam e se altera a qualidade dos solos (Fig.8).O povoamento disperso tem apenas uma presença muito residual e corresponde sempre a pequenos estabelecimentos.

---

<sup>40</sup> Na freguesia de Vila Verde de Ficalho a prospecção foi muito parcial dado haver trabalho anterior do Eng. Monge Soares.

<sup>41</sup> Os trabalhos de campo foram executados por Sofia Gomes e António Silva.

<sup>42</sup> A destruição da *villa* de Alpendres de Lagares, pelos trabalhos de desvio da estrada E.N. 192, necessária face à construção da Barragem do Enxoé, foi constatada durante a prospecção e o INAG, assumindo a suas responsabilidades, solicitou-nos a escavação. Acompanhámos os trabalhos de campo que contratámos à arqueóloga Isabel Ricardo.

Coordenámos, ainda neste contexto, as sondagens no povoado calcolítico do Alto da Forca, sobre parte do qual se instalou um reservatório de água.

A Ribeira de Enxoé, a mais importante do concelho, apresentava-se como um elemento fundamental da estruturação do povoamento de tipo *villa*, ocorrência que também se observa ao longo da Ribeira de Cardeira, uma das mais importantes linhas de água do concelho de Beja, que desagua no rio Guadiana, mesmo em frente àquela, e que atravessa solos e relevos equivalentes.

Aliás, as principais ribeiras, numa e noutra margem do rio Guadiana, S. Pedro, Barbas de Lebre, Vale de Cavalos, Amendoeira, Chaminé, atravessam solos de *barros* e, nas suas margens, fomos sempre registando o mesmo tipo de informação que havíamos recolhido ao longo daquelas outras.

E se na parte central do território, na margem direita do Guadiana, se define o mesmo panorama, no que respeita à estrutura do povoamento o mesmo se passa com as zonas mais deprimidas do ponto de vista da morfologia dos solos. A similitude do povoamento na zona da Serra de Serpa com aquele que íamos encontrando na parte sul da freguesia da Trindade levou-nos a aceitar como válido o padrão de povoamento nestas zonas do território onde os solos são magros, os relevos ondulados e os acessos difíceis. Porém mantivemo-nos sempre atentos a aspectos de pormenor que se não vêm no geral. O facto de, na freguesia da Trindade, numa faixa de metabasaltos intercalados na Formação do Pulo do Lobo (que abarca ambas as margens do Guadiana) ocorrerem concentrações de cobre (Alfarrobeira de Cima) obrigou-nos a uma prospecção particular por forma a verificar se essa ocorrência alterava o tipo de povoamento.

Estamos conscientes que o facto de termos centralizado a prospecção em zonas, e atendendo à forma como se desenrolou, a mancha de povoamento que obtivemos, embora represente uma rede de povoamento inscrita em determinadas condições ambientais, possa parecer desigual, desequilibrada, e, eventualmente parecer anárquica<sup>43</sup>. Mas estamos igualmente conscientes que embora não tenhamos esgotado o

---

<sup>43</sup> A liberdade com que fizemos a abordagem é a mesma que deixamos às críticas que se lhe possam apontar, pois o único método que a mediou foi aquele que denominaríamos de método da possibilidade. Chamamos método da possibilidade ao conjunto de acções determinadas por critérios cuja validade técnica se pode reconhecer, adaptando o tempo e os recursos humanos e financeiros disponíveis para executar um determinado trabalho, tendo em vista a maximização de resultados que permitam um trabalho científico válido.

levantamento arqueológico, aquele que apresentamos é uma amostra suficientemente representativa de todo o tipo de vestígios da época romana e das suas pautas de distribuição.

### **1.3.5 Os instrumentos da pesquisa**

Como instrumentos desta pesquisa, servimo-nos de Cartas Militares à escala 1:25:000, Carta Geológica 1:200 000, Cartas de Uso e Capacidade dos Solos na escala 1:50 000, Cartas Agrícolas de João de Pery, na escala 1:100 000 e, apesar da nossa pouca experiência em análise de fotografia aérea, utilizámo-la pontualmente, como suporte à prospecção, sobretudo quando não encontrávamos sítios antes noticiados. Um tratamento que diríamos artesanal, assistido por computador, proporcionou encontrar alguns sítios de que destacamos o acampamento de Mata- Bodes (Beja), a *villa* de Serombeque e a *villa* da Romeirã.

No geral, assumimos o inventário como uma carta arqueológica incompleta, em que a prospecção obedeceu a estratégias não estritamente técnicas e autoritárias mas num limite de flexibilidade que pudesse ser moldado pelas alterações profundas, psicológicas e culturais, que a frequência do espaço solicita. O facto da recolha de informação se ter prolongado por vários anos, permitiu, por um lado, considerar o desenvolvimento dos vários processos analíticos que se utilizam neste tipo de abordagem e, sempre que possível, experimentar os mais recentes, por outro lado, reconhecer a incapacidade de abordar um imenso território com o mesmo rigor metodológico, no contexto de um trabalho desta natureza.

Não sendo este um trabalho de equipa, a prospecção objectivava sobretudo a pesquisa de sítios arqueológicos, pelo que tudo o que diz respeito à paisagem, elemento indissociável da rede de estabelecimentos, não ultrapassou o imediatamente perceptível e esta razão haveria de condicionar e amputar a metodologia que idealmente se deveria

utilizar neste tipo de prospecção<sup>44</sup>.

Para além de localizar com exactidão sítios ou achados, a prospecção implicou um trabalho de organização e uniformização de toda a informação. Um trabalho desta natureza obedece a regras que diminuem o grau de equívoco em matéria de registo. Todos os dados foram sujeitos a uma avaliação ponderada no contexto amplo, que englobou simultaneamente natureza, grandeza, posicionamento na paisagem envolvente, imediata e recuada, e cronologia objectivando a possibilidade de lhes determinar uma posição na escala de constituintes da antropização da paisagem. Nem sempre é segura a decisão de integrar num ou noutro tipo um determinado sítio. Por isso, a localização exacta das coordenadas em que se encontram os sítios foi acompanhada de uma avaliação do ponto que ocupam—encosta, topo de cabeço, junto ao barranco ou à ribeira, próximo de jazidas de metais, afastada da cidade, próximo da cidade, vista da cidade, qualidade dos solos, etc.—e de uma pormenorizada descrição dos materiais que individualizam os sítios—quantidades, tipos, formas, cronologias.

Todos os sítios foram registados numa base de dados, denominada *Pax Iulia*, preparada para ser ligada a um sistema de informação geográfica (SIG).

#### 1.4 O registo e a análise

Trata-se de uma base de dados relacional onde a informação se regista de forma hierarquizada. Num primeiro nível anotam-se todas as informações relativas à localização e identificação dos sítios e achados; num segundo nível inscrevem-se todos os dados relativos à descrição dos critérios que, do ponto de vista espacial e material, o individualizam, cronologia e bibliografia e, num terceiro nível, tudo o que se refere às

---

<sup>44</sup> Porque a prospecção pode beneficiar de um debate acerca daquilo que se vê no imediato e da sua envolvente topológica, deve ser um acto partilhado e não um acto solitário, mas boa parte das prospecções foram feitas solitariamente, apesar de Isabel Ricardo e Pedro Carvalho nos terem acompanhado em muitos períodos de prospecção. Infelizmente nunca pudemos contar com o saber de qualquer investigador do domínio das ciências da terra. Pontualmente pudemos discutir com Eduardo Paralta as questões relacionadas com os recursos hídricos da zona próxima de Beja e da geologia da região.

Alguns cortes sedimentares teriam sido importantes par compreendermos a evolução da paisagem nestes últimos dois mil anos e podermos integrar a rede de estabelecimentos na paisagem que lhe correspondia que, certamente, não é, pelo menos nalguns casos, aquela que hoje se observa.

características ambientais que o envolvem. A epigrafia e as zonas onde se fizeram escavações arqueológicas constituem ficheiros ligados à ficha principal.

No volume de catálogo encontra-se detalhada descrição dos campos da ficha.



## **2 O ESPAÇO**





## 2.1 Limites do território

O território<sup>1</sup> (*territorium*) da *civitas* romana compreende o espaço adstrito a um núcleo urbano cujos limites correspondem ao raio de influência dos magistrados . Núcleo urbano e espaço rural, apesar de bem distintos fisicamente, subentendem uma unidade, em ordem a organizar a vida política, social e religiosa e não dois espaços, distinguidos pelo determinismo hegemónico e impositivo do núcleo urbano sobre o espaço rural.(Fig.9)

Mesmo que o governo municipal tenha sede na cidade, que aí se publiquem os documentos de interesse geral e aí tenha que se deslocar quem participe nas eleições, os dois espaços interagem de forma dinâmica influenciando-se mutuamente de forma solidária e coesa.

Do ponto de vista espacial, o *territorium* é definido pelos seus *finis* e estes marcados pelos *termini* que o fecham. No interior podem achar-se múltiplas categorias de terras, públicas e privadas. Pode estruturar-se em várias entidades denominadas *pagi*. Além disso, o território pode compreender várias aglomerações susceptíveis de em seu torno organizarem outros tantos territórios.

---

<sup>1</sup> Sobre território e seu conceito, veja-se R. BRUNET, 1990, entre outros.

O conhecimento dos limites da *civitas* apresenta-se como fundamental, em primeiro lugar para que se possam avaliar os seus recursos naturais, primordial aspecto do seu património de origem, em segundo lugar para caracterizar a dinâmica da sua estruturação interna.

Desconhecemos completamente a extensão do território de *Pax Iulia*. Para lhe determinar os limites ensaiámos cruzar informação proporcionada pela aplicação do método dos polígonos de Thiessen, por inscrições, vestígios arqueológicos, fontes escritas, clássicas e medievais, elementos naturais—topografia e hidrologia— e implantação das *civitates* mais próximas. Num exercício de ponderação dos aspectos convergentes e divergentes de todas estas informações, reconstruímos um território que pode, teoricamente, validar-se com base na capacidade de a realidade suplantar a virtualidade. O confronto e inter-relação de todos estes elementos determinou um território a cujo desenho não se podem atribuir limites rigorosos. Aliás, admitimos que nem estes o fossem—e não convocamos para esta construção o debate sobre as valências, território económico e território administrativo, por exemplo, pois limitamo-nos ao âmbito da geografia física e humana<sup>2</sup>. Antes de mais, porque as *margens* do território podem ter sofrido alterações ao longo do tempo; por razões administrativas, mas também por razões relacionadas com a vida e usufruto desses espaços de margem que, enquanto interfaces entre territórios, estão sujeitas a transmutações ou diluições, nem sempre perceptíveis pelo poder que as determina. Viver nas margens, nesses espaços de *transgressão* continuada, por força da convivibilidade que se estabelece entre os de lá e os de cá, pode ser viver no conflito, mas pode ser também viver num espaço de permutas que, à escala local, tornam absurda e complexa uma linha demarcatória imposta pelo governo municipal, antes de mais por razões de fiscalidade<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> A convergência entre território político-administrativo e território económico pode não existir. Leveau, em Cesareia da Mauritânia, verificou que o território jurídico e militar é mais vasto que o território económico [LEVEAU, 1987-1989, 89-93]. Sobre esta questão veja-se, entre outros, ANDREAU, 1991, 182-183.

<sup>3</sup> A fiscalidade a que estas terras estariam sujeitas deriva do seu estatuto e utilização. Caso se tratasse de terras *excepti*, as questões fiscais nem sequer se colocariam.

Sem o conhecimento de qualquer marco delimitatório não cremos que os vestígios arqueológicos possam distinguir onde termina exactamente o território da *civitas* de *Pax Iulia* e onde começam os territórios de *Ebora*, *Salacia*, *Mirobriga*, *Myrtillis* e *Arucci*<sup>4</sup> (Fig. 10) O único limite que conhecemos com alguma segurança é aquele que passaria por Nossa Senhora de Aires, em Viana do Alentejo, indicado pelo último miliário colocado na via *Ebora-Pax Iulia* [SILLIÈRES, 1984, 59-62]. Trata-se de um miliário de um membro da família de Constantino e, portanto, indicador da fronteira nesse período<sup>5</sup>. Este limite poderia seguir *grosso modo* a linha de colinas de 300-400 m que



Fig. 10

domina Viana do Alentejo e a Serra do Mendro até ao Guadiana.<sup>6</sup> Na margem esquerda do Guadiana, o Rio Ardila até ao meridiano de Safara e depois a Ribeira de Murtigão, até ao início das grandes elevações da Sierra de Aroche, fechariam o território a Norte.

<sup>4</sup> Além destas cidades, *Arandis* ou *Aranni*, cidade dos *Aranditani*, mencionada por Plínio IV, 118, poderia fazer fronteira com *Pax Iulia*. Não se sabendo a sua localização exacta, que deverá ser algures na região de Castro Verde/Ourique [ALARCÃO, 1988b, 52-53], não foi, por isso, tomada em consideração. No caso concreto das fronteiras entre *Pax Iulia* e *Ebora*, parece-nos evidente que a zona da Serra de Portel se apresentava como um acidente geográfico bastante perturbador de uma paisagem mais ou menos aplanada que poderia configurar um espaço onde os limites não constituíam uma marca rigorosamente definida, ao menos em toda a sua extensão; ainda que o fossem, a sua frequência pelas comunidades locais poderia conferir-lhe um carácter de abstracção que deveria levar à sua continuada transgressão.

<sup>5</sup> Admitindo que a fronteira possa ter sofrido alterações é pertinente salientar esta observação de carácter cronológico. Eventualmente, neste ponto, talvez ela se tenha mantido desde o momento da definição dos *territoria* das *civitates*.

<sup>6</sup> Acompanhando, *grosso modo*, os limites entre os actuais distritos de Évora e Beja.

O limite sul, com a *civitas* de *Myrtilis*, deveria desenhar-se ao longo da Ribeira de Terges, afastando-se do seu curso na zona de Aljustrel, que contornava imediatamente a sul, indo encontrar o território de *Mirobriga* algures entre Aljustrel e Rio de Moinhos. Na margem direita do Guadiana, acompanharia a Ribeira de Limas que corre ao longo de uma linha de elevações integradas na denominada Serra Grande ou Serra de Serpa.<sup>7</sup>

Propusemos, em tempos, que o limite oeste, com *Mirobriga* e *Salacia*, passaria algures entre Ferreira do Alentejo e Santa Margarida [LOPES, 1997, 161; LOPES,



Fig. 11

1996, 67] e foi assim que o traçámos para este trabalho. Esta zona, onde os *barros* dão lugar aos aluviões do Sado, e onde o relevo se torna mais irregular, parecemos ser adequada, mas não enjeitamos a possibilidade de que ele pudesse recuar-se até Santa Margarida do Sado e, neste ponto, o Rio Sado se assumisse como o limite entre *Pax Iulia*, *Salacia* e *Mirobriga*. A capela de Santa Margarida do Sado, situada numa pequena elevação voltada ao rio, assenta, segundo Mário Saa [SAA, 1963, 49-53], em alicerces romanos, que no dizer da população pertenceriam a um templo. (Fig. 11). Mário Saa viu inúmeros materiais romanos em torno desta capela, entre eles uma cupa funerária. Perante tão grande quantidade de material, considerou ter sido aqui *Salácia*. No Verão de 1999, durante as obras de melhoramento a que foi submetida a capela, pudemos observar uma enorme cupa funerária anepígrafe e um grande pedestal de estátua, retirados dos entulhos que se

<sup>7</sup> Há possibilidade deste hidrónimo ter evoluído de *limes*—vocábulo que poderia derivar do facto desta ribeira ter exercido o papel de limite, num período que desconhecemos.

havam acumulado à volta da capela (Fig. 12). Os materiais visíveis nos quintais em redor (onde a população diz existir uma cripta) e aqueles que Mário Saa viu (mosaicos, entre outros), podem corresponder a uma *villa*, situada nas margens do rio, mas também se pode admitir existência de uma *mansio* ou *mutatio* junto a uma travessia do rio, localizada exactamente no *trifinium* territorial.

O limite leste, com *Arucci*, seguiria ao longo do Rio Chança. Na zona de Vila Verde de Ficalho, onde se situava *Fines*, o limite correria ao longo da fronteira actual entre Portugal e Espanha até à Ribeira de Murtigão, acompanhando a encosta oeste da Sierra de Aroche.

Ainda que nenhum destes limites possa ser desenhado e confirmado na sua exacta localização e total extensão, a sua viabilidade



Fig. 12

teórica parece-nos fortemente aceitável. Aquele que coloca mais problemas é o limite leste. Se tomarmos como rigorosas as referências de Plínio, o Antigo (*HN*, III, 1,6; IV, 22,15) e Pompónio Mela (*Chorographia*, II, 6, 87), que afirmam ser o rio Guadiana a fronteira entre a Bética e a Lusitânia, a nossa reconstrução, ao incluir as terras portuguesas na margem esquerda deste rio, não parecerá viável.

A leitura desta fixação da fronteira tem sido diversa. E. Hubner [CIL II, mapa *in fine*], A. Tovar, [TOVAR, 1974, 17], J. d'Encarnação [ENCARNAÇÃO, 1984, 774-776] não lhe colocam reservas, mas Albertini [ALBERTINI, 1923, 40], R.Thouvenot [THOUVENOT, 1940, 165 e mapa *in fine*], P. Sillières [SILLIÈRES, 1990a, 85], Garcia Iglesias [IGLESIAS, 1972, 165-177], entre outros, têm questionado estas fronteiras. O topónimo *Fines*, situado na via *Onuba-Pax Iulia*, tem sido o argumento mais invocado para discutir esta fronteira<sup>8</sup>. *Fines* terá sido, segundo P. Sillières, um *caput viae* como se pode inferir pelo miliário de Corte do Alho [SILLIÈRES, 1990a, 85], e ao mesmo tempo um limite de província.<sup>9</sup>

Parece evidente que Plínio e Mela generalizaram uma fronteira que na realidade não o era senão em parte; traduziram de forma abreviada uma realidade bastante mais complexa<sup>10</sup>. O rio *Ana* constituía um elemento profundamente marcante na paisagem e, visto à distância, por desconhecimento ou comodismo de descrição, generalizou-se como marco da fronteira entre duas províncias. Se o rio era, de facto, fronteira nalgumas partes do seu percurso, nesta região não o foi certamente. Lusitânia e Bética separavam-se, como propusemos, para lá do Guadiana.

Prolongado o território da província para leste do Guadiana, devem igualmente prolongar-se os *territoria* das *civitates* de *Pax Iulia* e *Myrtilis*. O limite leste do território de *Pax Iulia* separar-se-ia, então, do de *Arucci* por *Fines*, enquadrando as terras de Portugal além Guadiana; a sul, a Ribeira de Limas, que desagua no Guadiana por alturas do Pulo do Lobo e tem um percurso coincidente com uma alteração mais ou menos forte da topografia e, em parte, com a bem delineada faixa que constitui a Formação de Santa Iria definida por turbiditos (pelitos, grauvaques e xistos rochosos)

---

<sup>8</sup> Este não é o único argumento contraditório. A indicação de Frontino, segundo o qual a centurição de Mérida se estendia nos dois lados do Guadiana ou a localização de *Metellinum* a sul do rio mas na Lusitânia são outras das contradições evidentes. Sobre esta questão cf. *Les Villes de la Lusitanie Romaine*, 1990, *appendice*, pp. 319-328.

<sup>9</sup> Sobre este assunto cfr. SILLIÈRES, 1990a, 83-85. Ao contrário de P. Sillières, consideramos que este marco miliário não teria pertencido a esta via, mas sim a uma que de *Fines* partia para Moura. Sobre esta hipótese, veja-se LOPES e CARVALHO, 1997, 142 e n. 20 e 21.

<sup>10</sup> Cfr bibliografia citada na n.8.

marcaria o limite com *Myrtilis*. Em conjunto, estes elementos naturais concorrem como marcadores de uma paisagem bem diferenciada da que observamos para norte e portanto susceptíveis de assegurar um limite fronteiro.<sup>11</sup>

Sem pretendermos uma colagem imediata entre duas realidades temporais distintas, parece-nos que se podem invocar fontes medievais para complementar os argumentos em favor da pertença de Serpa e Moura ao território de *Pax Iulia*.

Segundo a descrição de Al Razi, no século X, a *kura* de Beja estendia-se mesmo pela serra Morena, incluindo Aroche e Almonaster; e ibn Alfaradi, no século XIII, diz ser Moura "um castelo da província de Beja" [LOPES, III, 1909-1910, 229].

A dependência em que Marmelar e Alqueva, situados na margem direita do Guadiana, se achavam de Moura, no século XII, parece provar a precariedade do Guadiana como barreira entre



Fig. 13

as duas margens. Aliás, os geógrafos concordam em retirar ao rio qualquer papel de fronteira nesta região. O Guadiana seria uma excelente via de comunicação e um acidente natural que servia e unia as margens em vez de as separar (Fig. 13).

Como sintoma dessa solidariedade espacial, podem tomar-se as disputas que, durante a Reconquista, Espanhóis e Portugueses mantiveram pela posse das terras da margem esquerda do Guadiana, as quais retardaram até ao final do século XIII o regresso à coroa portuguesa das terras de Serpa e Moura [GARCIA, 1986, 64; FERNANDES, 1991, 34]. Nesse momento, a atenção que D. Afonso III concede à vila de Beja, "praticamente destruída e sem importância desde o final do séc. XI, terá como objectivo fazê-la desempenhar função chave no controlo de um espaço (...) funcionando

---

<sup>11</sup> Carta Geológica de Portugal, 1/200 000, folha 8, 1987-1988.



como foco de polarização de poderes regionais em torno da Monarquia Portuguesa e contribuindo para fixar na sua esfera de influência territórios vizinhos, disputados por Castela, como Serpa e Moura" [FERNANDES, 1991, 34], tendo mesmo o monarca passado em Beja as respectivas cartas de foral (a par das de Oriola e Ourique).

Ressalta destas informações a convicção de ter havido sempre uma relação espacial entre Beja e aquelas terras além Guadiana até à Serra de Aroche, relação que o leito do rio, outrora certamente mais caudaloso que hoje, não perturba. Nada terá de extraordinário assumir o topónimo *Fines* como testemunho do limite da fronteira da Lusitânia, a qual aqui coincidia com o limite leste do território de *Pax Iulia*.

Independentemente da data de fundação da cidade, os limites ora definidos, na medida em que têm como referenciais territórios de outras *civitates*, devem entender-se como correspondentes àqueles que resultam da reorganização administrativa [ALARCÃO, 1988b, 33-35]<sup>12</sup>, conseqüente da criação da Lusitânia, em 16 a.C. [ETIENNE, 1992, 355-362]. Este facto não invalida uma qualquer relação, ou mesmo sobreposição, do espaço territorial de *Pax Iulia* com um espaço de uma eventual anterior circunscrição, definida por razões derivadas de coerências não estritamente espaciais. P. Le Roux afirma que "a organização *poliade* se fundou sobre uma geografia dos povos (*populi*) existentes, seja transformando a unidade étnica directamente em cidade, seja reagrupando várias unidades étnicas para formar uma *civitas*, quando não se trata de cidades inteiramente criadas como colónias" [LE ROUX, 1995, 79]. Apesar de *Pax Iulia* integrar o conjunto das colónias, não se deve descartar a eventualidade de o território da *civitas* exprimir geograficamente o agrupamento de uma ou mais unidades étnicas<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Admitimos que o território da colónia tenha sido estabelecido no momento da sua criação e não tenha sofrido nenhuma alteração com a nova marcação dos espaços administrativos.

<sup>13</sup> Os estudos actuais não permitem fazer uma articulação entre este território e entidades étnicas previamente estabelecidas. Referimos, porém, e apenas a título de observação, que em determinado momento nos apercebemos que o traçado norte do território, na margem esquerda do Guadiana, passaria algures a sul da zona que Berrocal-Rangel define como *Baeturia Celtica* [BERROCAL RANGEL, 1994, 189-241, especialmente 189-200 e 220]

A data de criação da província da Lusitânia parece marcar um momento fundamental na vida do território, dado que, entre esta e a data de uma inscrição onde se indica a construção das portas e torres, em 3 ou 2 a.C.<sup>14</sup> [ENCARNAÇÃO, 1988, nº131], medeia um tempo normal para o cumprimento do programa de dotação do conjunto das estruturas próprias ao funcionamento do poder local.

A cidade capital implantada na plataforma de uma colina, a cota que ronda os trezentos metros, no centro de um vasto espaço de pediplanície que se estende por cotas abaixo dos duzentos metros, até à serra de Portel a norte, ao Campo de Ourique e aos primeiros contrafortes da Serra Algarvia a sul, ao Sado a oeste e à Serra de Ficalho a leste, singulariza o elemento de distinção da paisagem impondo-se visualmente de todas as partes do vasto território.

## 2.2 Caracterização

Esta reconstituição do território *pacensis* confere-lhe uma substancial dimensão, cerca de 2500 Km<sup>2</sup>, bastante superior à da média que Mackie estimou para uma cidade bética (457 Km<sup>2</sup>) e muito aproximado daquele que determinou para as cidades da Lusitânia (2889 km<sup>2</sup>) [MACKIE, 1983, 39]<sup>15</sup>.

Do ponto de vista geomorfológico, a sua maior extensão integra a pediplanície, unidade fundamental do relevo do Alentejo (Fig. 14), a qual



Fig. 14

<sup>14</sup> Esta data, francamente concebida, corresponde ao arranque do pleno funcionamento dos materiais, de superfície ou de escavação, a 3 ou 2 a.C.

<sup>15</sup> Mérida teria, segundo Galsterer, 120X120 Km. [GALSTERER, 1971, 23]. P. Le Roux, no entanto, acha esta dimensão exagerada [LE ROUX, 1999, 276]. Ainda segundo P. Le Roux, a média do território de uma colónia era 800 ou 1000 Km<sup>2</sup> [LE ROUX, 1999, 274].

constitui "uma aplanção bem conservada, umas vezes muito perfeita, a ponto de melhor lhe caber o nome de planície (assim na área a oeste e sudoeste de Beja, próximo de Santa Vitória e entre Brinches - Pias -Moura), outras vezes com ondulações suaves correspondentes a rugosidades residuais ou resultantes de rejuvenescimento lento" [FEIO, 1992, 11]. Esta pediplanície estende-se no sentido norte-sul, desde a escarpa de Vidigueira até próximo de Castro Verde e a sua altitude média é 200-230 metros. Dominante, esta planura não abrange todo o território; logo no concelho de Beja, para SE, desde a Salvada até à Ribeira de Terges e ao Guadiana, "às planícies sucedem-se



Fig. 15

serros separados por barrancos profundos, que acidentam consideravelmente o terreno. Também é esta a região mais pobre e triste do concelho" [PERY, 1883, 8-9] (Fig. 15).

No que concerne a qualidade dos solos, distinguem-se os *barros*—

terras profundas provenientes de alterações de rochas eruptivas básicas (dioritos e gabros) e de resíduos da dissolução de certos calcários lacustres, correspondentes aos dioritos de Beja, dando origem, as primeiras, a algumas bandas nos concelhos de Serpa e Cuba e os segundos a bandas na região de Ervidel e Moura— e as *terras galegas* — terrenos derivados, sobretudo, dos xistos, que se caracterizam por serem solos magros, pobres, pedregosos, formados directamente por detritos da rocha-mãe. Estas terras representam 85% da superfície total do Alentejo [FEIO, 1983, 65]<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> Na *Estatística Agrícola do Distrito de Beja*, elaborada no final da década de oitenta do século XIX, por G. Pery, pode observar-se a origem geológica, a distribuição dos solos e a área que estes ocupam no conjunto das freguesias dos concelhos; Parte I, Concelho de Beja, mapa nº 1, pp. 26 e 27 [PERY, 1883]; Parte II, Concelho de Cuba, mapa nº 1, p. 37 [PERY, 1884]; Parte III, Concelho de Alvito, mapa 1. pp. 30-31 [PERY, 1885]; Parte IV, Concelho de Vidigueira, mapa 1, p.50 [PERY, 1886]. Infelizmente, não possuímos, para os restantes concelhos que integram o território, as memórias descritivas que acompanham a cartografia.

Os *barros* são os solos mais produtivos e essa sua característica foi desde sempre determinante das formas de uso dos solos; no final do século XIX, a agricultura alentejana fazia-se em áreas muito reduzidas, sendo grande parte da terra deixada ao montado e à charneca. Enquanto a zona de *barros* era quase toda desbravada, nas terras galegas apenas se aproveitavam algumas parcelas, nomeadamente os vales das ribeiras de maior caudal, ficando inculta a maior parte do restante terreno [OLIVEIRA, *et alii*, 1983, 89]<sup>17</sup>.

A observação das Cartas de Capacidade de Uso do Solo<sup>18</sup> deixa bem evidentes as desigualdades de solos que constituem o território<sup>19</sup>. Em torno de Beja, de Serpa, de Moura e para oeste de Beja verificamos uma hegemonia dos solos de capacidade A, B e C; a sul de Cabeça Gorda, correspondendo a uma geomorfologia de conglomerados arenitos (mangas com concreções calcárias e argilas), desenvolvem-se os solos de capacidade E; a sul de um paralelo que passa por Ervidel, Santa Clara de Louredo e Quintos, correspondendo *grosso modo* à área da Formação do Pulo do Lobo (filitos, quartzitos, arenitos e raros metavulcanitos), desenvolvem-se igualmente solos de capacidade E. São ainda da mesma capacidade, os solos de todo o espaço, na margem esquerda do Guadiana, a sul de Santa Iria. As margens do Guadiana enquadram-se em solos de categorias D e E, sobretudo desta última. Das ribeiras que correm no interior do território, exceptuando a ribeira de Odearce (a norte de São Matias e Beja) e Toutalga

---

<sup>17</sup> No que diz respeito à área aproveitada nas culturas arvenses, vinhas, olivais e hortas, Pery diz-nos que no concelho de Beja esta é de 37,8%, sendo que o montado e charneca ocupam 53,8 [PERY, 1883,10, 26-27, mapa 2], no concelho de Cuba de 36,8%, representando o montado e charneca 45% (a vinha e olival representam uma pequena parcela mas mais significativa que no concelho de Beja) [PERY, 1884,15, 37, mapa 2], no concelho de Alvito de 15%, ocupando a charneca e montado 73, 5% da superfície do concelho (o olival é a principal cultura do concelho representando 3,5%) [PERY, 1885,18, 30, mapa 2] e no concelho de Vidigueira 36,7%, deixando-se para charneca e montado 43,1% (a vinha representa a principal cultura do concelho, sobretudo nas freguesias de Vila de Frades e Vidigueira) [PERY, 1886,10, 26-27, 51 mapa 2].

<sup>18</sup> 43A; 43B; 43C; 43D, 44A; 44B e 44 C

<sup>19</sup> Nos trabalhos de G. Pery podem encontrar-se descrições de pormenor e representação em mapas dos diferentes tipos de solos dos quatro concelhos de que possuímos as memórias descritivas.

(SE de Moura), que é marginada por solos de capacidade E, as restantes correm no interior de solos de capacidade A, B ou C<sup>20</sup>.

No geral, o território possui condições edafológicas excelentes para as culturas da trilogia mediterrânica—cereais, oliveira e vinha— englobando ainda um espaço alargado para a exploração de recursos cinegéticos, vegetais e para pastoreio<sup>21</sup>.

Para além da terra, cuja qualidade é indiscutivelmente um aspecto primordial numa sociedade agro-pastoril, outros recursos existiam neste espaço de que destacamos os metais.

Deixando de parte as jazidas de minérios situadas na área de Aljustrel sobre as quais Domergue nos apresentou uma síntese [DOMERGUE, 1988, 131], outras de menor importância encontram-se dispersas pelo território.

O zinco e o chumbo constituem depósitos de pequenas dimensões; encontramos na região de Moura -Ficalho (Preguiça, Ficalho e Enfermarias), sendo o mais importante o de Preguiça, o qual foi objecto de trabalhos mineiros, sem que se saiba se os Romanos o conheceram e exploraram. A ocorrência de ferro, zinco e chumbo conhece-se na zona de Vale de Vargo (Lagar do Matias) mas, também aqui, não temos indicação de estes depósitos terem sido explorados na antiguidade.

O ferro revela-se em pequenas jazidas e, destas, a mais significativa é a que se detectou em Vale de Pães (concelho de Vidigueira), mas a mais importante de todas elas é a de Mina da Ourada (concelho de Serpa), explorada até meados deste século, tudo indicando que tenha sido explorada em época romana (várias *tegulae* foram encontradas nas imediações).

O cobre conhece-se por uma pequena ocorrência em metabasaltos da Formação do Pulo do Lobo na zona do Monte Branco (Trindade) [OLIVEIRA (coord), 1992, 82]. Comprovámos a sua exploração em época romana na mina situada no Monte Branco

---

<sup>20</sup> A Ribeira de Toutalga, por exemplo, é no seu curso inferior ladeada por solos de capacidade E, porém entre as suas margens e as do rio Ardila (também de solos de capacidade E), desenvolve-se uma faixa de solos de capacidade A, B e, predominantemente, C, coincidentes com uma zona de relevos mais homogêneos.

<sup>21</sup> A região a sul de Santa Clara de Louredo e Quintos era na época medieval uma zona de charneca, matos e *maquis* [FERNANDES, 1991. 62-70].

(Trindade). Na margem esquerda do Guadiana, numa faixa de direcção NO-SE, situam-se jazidas deste metal, de que se conhecem a Mina de Rui Gomes e Monte do Judeu exploradas no Calcolítico [SOARES *et alii*, 1994, 166, entre outros] e, comprovadamente em época romana, a Mina de Rui Gomes [COSTA, 1868, 75-79; FLORES, 1945, 296-303].

Geograficamente situada em ponto estratégico, onde facilmente se admite convergirem as ligações viárias principais entre o Norte e o Sul, o litoral e o interior, a *civitas* de *Pax Iulia* estaria em condições de exercer o papel de plataforma de circulação de produtos entre o rio Sado e o interior a leste, com passagem para a Serra Morena, o litoral algarvio por via de Mértola e dominar "no sistema de ligações que articula o sudoeste da Península em torno do vale do Guadiana, unificando uma área estreitamente ligada a Sevilha e ao Guadalquivir" [FERNANDES, 1991, 34].

Este vasto território de recursos importantes, e acessos privilegiados, estruturava-se política, administrativa e fiscalmente em função da capital e organizava-se espacialmente num articulado que compreendia os aglomerados urbanos secundários, situados em Moura, Serpa, Vipasca e Nossa Senhora de Aires<sup>22</sup> e nalgumas importantes *mansiones*, posicionadas de forma mais ou menos regular no eixo das vias e em pontos mais ou menos equidistantes entre si (Fig 3).<sup>23</sup>

A localização dos aglomerados urbanos secundários e das estruturas de apoio às vias principais responde por uma organização de cadência regular, pressupondo uma visão bem estruturada do território, que supõe, por um lado, uma gestão controlada e eficaz de toda a área e, por outro, dada a estreita teia de solidariedades que se

---

<sup>22</sup>Refira-se que, exceptuando o caso de Aljustrel, não se conhece nenhuma inscrição que ateste a existência de um *vicus*. No entanto, como seguidamente veremos, pode admitir-se que em Serpa, Moura e Nossa Senhora de Aires, localizados em pontos estratégicos no interior do território, se situassem aglomerados urbanos secundários.

<sup>23</sup>Repare-se na similitude de distância entre Beja-Serpa, Serpa-Moura, e Moura-Vila Verde de Ficalho e Vila Verde de Ficalho-Serpa por um lado, e Beja-Aljustrel, Beja-Alfundão e Alfundão-Viana do Alentejo por outro.

estabelecem entre estes e as principais vias, uma particular atenção às ligações com os principais centros políticos e económicos da Lusitânia do Sul.<sup>24</sup>

### 2.3 Os Aglomerados Urbanos Secundários

O conceito de aglomerado urbano secundário, inexistente na antiguidade, é relativamente vago, aplicando-se a realidades extremamente diversas, permitindo por isso, englobar todas as formas de urbanismo intermédias entre cidade capital e *villa*.<sup>25</sup> Independentemente da pertinência deste termo como designativo de uma pluralidade de formas de urbanismo<sup>26</sup>, não cremos que a sua aplicação faça sentido para casos não relacionados com a estruturação do território de uma *civitas*. Uma aglomeração *importante* é secundária porque está sob a jurisdição de uma outra [LEVEAU, 1993, 278], não se compreendendo a sua existência senão "no interior do quadro de uma *civitas* gerado desde o núcleo urbano central", dado ser nesse contexto "que as aglomerações secundárias existem e são susceptíveis de adquirir identidade" [LE ROUX, 1994, 155].

É certo que estações viárias e aglomerações urbanas secundárias se integram numa lógica de estrutura e organização do espaço territorial de uma *civitas*, mas, enquanto as segundas respondem a um "planeamento" interno, as primeiras, *mansiones* e *mutiones*, sem perturbarem este, reflectem uma estrutura que ultrapassa o quadro territorial. Não excluindo o facto de algumas etapas viárias se situarem em aglomerações secundárias e, nesse caso, se confundirem com elas, deve considerar-se a

---

<sup>24</sup> Como veremos, os principais aglomerados urbanos secundários têm a sua origem em povoados anteriormente ocupados. A escolha destes em detrimento de outros que se excluem desta organização, ainda que possa ter algo de relacionável com qualquer facto político, parece-nos dever ser encarada como opção decorrente de uma bem amadurecida estratégia de organização de um território tão vasto e que se pretendia facilmente articulado com os núcleos políticos e comerciais da região.

<sup>25</sup> A propósito do conceito, das formas urbanísticas que têm sido interpretadas como aglomerações secundárias e das suas funções, veja-se entre outros, MANGIN, M., 1985, 113-130; MANGIN, M. e TASSOUX, F., 1992, 461-495; PETIT, J.-P. e MANGINI, M. (direc); 1994a; PETIT, J.-P.; MANGINI, M. (direc); 1994b; BÉNARD, J.; MANGINI, M.; GOGUEY, R.; ROUSSEL, L., (direc), 1994.

<sup>26</sup> De modo algum mais operativo que *small town*, empregue pelos investigadores britânicos. Sobre as origens e morfologia das *small towns*, veja-se a síntese de BURNHAM, B.C.; WACHER, J. S., 1990, *The "small towns" of Roman Britain*.

especificidade própria de cada uma destas realidades e excluir da categoria de aglomeração secundária as estações viárias que, como salienta P. Le Roux, obedecem a outras necessidades e respondem a outras realidades [LE ROUX, 1994, 156].

A dependência territorial dos aglomerados urbanos secundários relativamente à cidade capital não invalidava que aqueles participassem na gestão do território. Nestes casos, poderiam estruturar um território no seu termo, sem que isso significasse qualquer tipo de autonomia relativamente à cidade capital.

Exceptuando a referência ao *vicus metali Vipascensis*, que se identifica com Vipasca (Aljustrel), não temos nenhuma outra indicação, exterior à arqueologia, que nos permita identificar outros aglomerados urbanos secundários deste tipo. A menção de Serpa e *Fines*, no *Itinerário de Antonino* e na *Cosmografia do Anónimo de Ravena*, apenas explica a sua função de etapas viárias, não podendo daí retirar-se qualquer conotação de natureza urbanística.

A identificação de aglomerados urbanos secundários, além daquele que existiu em Aljustrel, será portanto devedor de um grau de confiança que se atribui aos vestígios arqueológicos de superfície, pois nenhum foi até hoje escavado e, no caso de Serpa, se quisermos admitir que nesta vila existiu este tipo de aglomerado, à ênfase da emissão de moeda que, todavia, teve lugar em período muito anterior ao da constituição da *civitas* de *Pax Iulia*.

Aljustrel tinha uma posição estatutária, do ponto de vista administrativo, diferenciada dos restantes aglomerados urbanos secundários [DOMERGUE, 1988, nº131] mas tudo indica que territorialmente se incluía neste vasto território que foi atribuído a *Pax Iulia*.

O couto mineiro, a que deveria corresponder a área das minas, dependeria do procurador, que responderia perante o governador da província. Do tipo de relação que mantinha com a cidade capital, não temos nenhum indicador que no-la permita deduzir, sendo no entanto admissível a existência de qualquer vínculo.

Em Moura existiu um povoado importante na II Idade do Ferro. Na época romana, devido a deficiente leitura de uma inscrição achada na Serra de Aroche e



trazida para Moura, supôs-se, durante algum tempo, corresponder a *Nova civitas Aruccitana* [ALARCÃO, 1990b, 31].

Os vestígios romanos provenientes da área urbana da actual cidade, de que se destacam os encontrados junto ao castelo—colunas, dois grandes capitéis coríntios e restos de um friso—conjugam-se para sugerir que tenha aqui existido uma aglomeração urbana secundária. De facto, além destes vestígios, outros encontrados na zona da Estação de Caminho de Ferro, no Estádio Municipal, no Campo da Feira e na Porta Nova [ALARCÃO, 1988a, 192, 8/59]<sup>27</sup>, contribuem para o reforço desta sugestão.

Segundo Jorge de Alarcão, a aglomeração deveria ter um perímetro sensivelmente oval, com um eixo maior de 620 metros. A sua proposta baseia-se na provável posição das necrópoles—Bairro das Sete Casas e S. Sebastião<sup>28</sup> [ALARCÃO, 1990b, 33-34].

A posição que ocupa no território da *civitas* de *Pax Iulia*, no extremo NE, em local sobranceiro ao Guadiana, próximo da desembocadura do rio Dejebe, que depois de Évora percorre no sentido NO-SE toda a região, e da do rio Ardila, que, no sentido Este-Oeste, corre paralelo à Sierra Morena e cujos "limites meridionales de su cuenca siervem como frontera entre el zócalo paleozoico occidental y la gran región meridional de la Península" [BERROCAL-RANGEL; 1994, 194], apresenta-se como um aspecto decisivo, do ponto de vista da organização do espaço territorial. Mas, além deste elemento de natureza geográfica, o facto de se localizar na área de uma intensa ocupação na II Idade do Ferro [GAMITO, 1990, 17-30]<sup>29</sup>, distinguindo-se por isso das restantes áreas da *civitas*, e num ponto de cruzamento de vias importantes que punham em contacto esta região da Lusitânia com Huelva, Sevilha e o Guadalquivir<sup>30</sup>, surge como complemento relevante para a justificação da aglomeração.

---

<sup>27</sup> Jorge de Alarcão remete para a bibliografia que dá notícia destes achados.

<sup>28</sup> Não é hoje possível verificar qualquer testemunho destas necrópoles.

<sup>29</sup> Neste artigo a autora apresenta bibliografia complementar.

<sup>30</sup> As quatro estradas que J. de Alarcão indica convergirem em Moura (Moura-Arucci; Moura-Pax Iulia; Moura-Serpa e Moura-Évora) [ALARCÃO, 1990, 33-34], conferem ao aglomerado uma posição destacada nas ligações entre as terras lusitanas do sul do Alentejo e da Bética.

A atenção que a cidade prestou aos indígenas e a influência que sobre eles exerceu sairia enfatizada por via de uma aglomeração urbana secundária na área das suas terras, não se nos afigurando estranho que a aglomeração se assumisse como um pólo de organização de um território caracterizado por vida própria, tendo em conta as especificidades locais.

Se os vestígios encontrados na área urbana da actual cidade podem testemunhar a existência de uma aglomeração urbana em Moura, especificidades locais, como a existência de uma comunidade indígena nas imediações, a proximidade do rio Guadiana, a eventual necessidade de controlo do vale e desembocadura do rio Ardila e das jazidas de metais e ainda a rede viária, poderão ser convocadas para solidificar a pertinência da promoção do povoado pré-romano a aglomeração urbana secundária.

A vida própria da aglomeração urbana, longe de significar uma autonomia relativamente à capital, representava uma forma eficiente de integração dessa população, o que traduz uma visão calculada de gestão do território, tendo em conta as populações locais e exógenas <sup>31</sup> e a particularidade dos recursos desta área. A importância do povoado em época proto-histórica e a sua localização em ponto estratégico de acesso às vias importantes que ligavam o sudoeste peninsular terão constituído, aos olhos da administração municipal, argumento suplementar para escolher e capacitar este povoado indígena para função organizadora de um espaço no interior da *civitas*.

O santuário de Nossa Senhora de Aires, situado cerca de 1, 5 Km. a NE de Viana do Alentejo, está implantado numa área onde se têm referenciado vestígios arqueológicos da época romana (Fig. 16). Mário Saa descrevia o local, dizendo: "o campo romano, vasto e denso de detritos (...), mostra alicerces, cacos de telharia de *tegula* e cerâmica doméstica e epígrafes. O lugar era intercepção de caminhos, muitos principais" [SAA, 1964, IV, 258].

---

<sup>31</sup> O estudo de Encarnação demonstra que, da epigrafia conhecida no concelho de Moura, nas inscrições mais antigas está representada a população indígena. Os vindos de fora só surgem nas epígrafes no decurso do século I d. C. [ENCARNAÇÃO, 1990, 41-59].



Fig. 16

Com base nas várias referências relativas a esses vestígios, J. de Alarcão considerou que se tratava de "um *vicus*, cujas ruínas se estendem por uma área de 10 ha" [ALARCÃO, 1988a, 162, 6/335]. Os vestígios que hoje observamos no local, tão profundamente transformado

por via da célebre romaria que ali tem lugar anualmente, não nos permitem verificar tão numerosos materiais e, menos ainda, uma área de dispersão tão vasta. Um talude nas traseiras do santuário poderá esconder os alicerces a que M. Saa se refere, mas tal não podemos confirmar. Cerca de 50 metros a norte do santuário, num local onde fora aberto um fosso para tiro aos pratos, pudemos verificar, à profundidade de cerca de 50 centímetros, algumas cerâmicas romanas misturadas com cerâmicas modernas, mas na Horta das Caixinhas, cerca de 300 metros a oeste, já não encontrámos vestígios romanos; no Monte das Paredes, situado cerca de 400 metros para leste, de onde provieram inscrições [IRCP, 419; 430; 431; 433; 434] (algumas hoje visíveis no santuário), também já não encontrámos vestígios romanos.

Bem visível no terreno, numa extensão superior a 100 m, encontrámos um troço de aqueduto, orientado O/E (paralelo ao ramal de estrada moderna que, saindo de Nossa Senhora de Aires, vai ligar à E.N. 1118, que de S. Bartolomeu do Outeiro segue para Viana do Alentejo). Uma linha de árvores que cresceu sobre este aqueduto, que tem de largura visível cerca de 1,50 m, orienta-nos numa boa parte do seu percurso (Fig. 17). Supomos que este aqueduto seja o "muro de 1, 68 metros de largura e 150 metros de comprimento" que as informações disponíveis não permitiram a J. de Alarcão identificá-lo como tal [ALARCÃO, 1988<sup>a</sup>, 162].

A dispersão dos achados não nos permite deduzir um aglomerado urbano secundário<sup>32</sup>, e o facto de se situar num limite de *civitates* e no eixo de uma importante via, levar-nos-ia a preferir identificar uma estação de tipo *mansio*, relacionada com a via *Ebora - Pax Iulia*. Porém, os nossos critérios de tipificação dos sítios apenas consideram a dispersão dos achados como um dos múltiplos descritores a ter em conta. Por esta razão, procurámos outros elementos que nos permitissem caracterizar o sítio<sup>33</sup>. A inscrição IRCP, 413, provavelmente um pedestal de estátua, onde estava inscrita a formula honorífica BONO / REIP(*ublica*) /NATO, aplicada "aos imperadores durante o Baixo Império, sobretudo a partir de meados do século IV" [ENCARNAÇÃO, 1984, 492], poderá ser um forte argumento para considerarmos que estamos em ambiente urbano<sup>34</sup>.



Fig. 17

Esperemos que escavações no local venham a esclarecer a questão. No entanto, por ora, parece ajustado considerar que, junto ao santuário de Nossa Senhora de Aires,

<sup>32</sup> Pode admitir-se que o facto de se ter encontrado uma necrópole no Monte das Paredes e de existirem, no Monte de Seisseiro, situado 1800 a NO do santuário, encostado à E. N. 254, vestígios bem característicos para que aí se identifique uma *villa*, tenha levado a que se considerassem em conjunto e se tenha exagerado a área de vestígios junto ao santuário. Aliás, bastava considerar os vestígios em torno do santuário com aqueles que testemunhavam a necrópole do Monte das Paredes para obter a superfície de 10 ha.

<sup>33</sup> Em tempos tentámos fazer sondagens no local a fim de confirmar que tipo de estação aqui se localizava. Infelizmente nunca conseguimos os apoios necessários para efectuar qualquer sondagem.

<sup>34</sup> Um contexto relacionado com uma estação viária também não é de descartar. Se tivermos em conta que a inscrição IRCP, 291—dedicatória da colónia de *Pax Iulia* a Lúcio Vero—foi encontrada numa *villa*, perdem-se os argumentos para relacionar esta inscrição com um ambiente urbano.

no limite de duas *civitates*, e relacionada com a via que as ligava, tenha existido uma aglomeração urbana secundária, muito provavelmente na dependência de *Ebora* ou, pelo menos, uma estação viária importante cujo nome se desconhece.

No que concerne à existência de uma aglomeração urbana secundária em Serpa, os vestígios romanos encontrados na área urbana da actual vila não revelam qualquer índice de desenvolvimento urbano [BRAGA e SOARES, 1981, 116-123], mesmo admitindo que este tipo de aglomerados não possuiria obrigatoriamente todos os edifícios característicos de uma cidade. Bem perto, na Herdade do Monte da Salsa, têm sido encontrados restos arquitectónicos, cerâmicos e moedas com maior abundância e importância e, apesar disso, o sítio é identificado como *villa* [LOPES, *et alii.*, 1997, 33-34, nº 43].

Serpa é mencionada no *Itinerário de Antonino*, 425, 6-427,3 e na *Cosmografia do Anónimo de Ravena* 317. 15-19, como uma das estações do percurso entre *Pax Iulia* e *Arucci*, da via *Onuba-Pax Iulia*. No primeiro, aparece claramente explícito o topónimo Serpa, se bem que em posição ilógica face à sua identificação com a actual vila de Serpa. No segundo, o topónimo que surge imediatamente antes de *Pax Iulia* é *Seria*, talvez derivado de alguma incorrecção de leitura<sup>35</sup>.

O facto de Serpa ser mencionada como uma estação viária não significa que seja automaticamente identificada como uma aglomeração urbana<sup>36</sup>. No entanto, o epitáfio de uma *Serpensis*, dado a conhecer por A. de Rezende<sup>37</sup> [CIL II, 971], foi tomado como argumento para sugerir a sua identificação com um aglomerado urbano<sup>38</sup>. A autenticidade desta inscrição não está comprovada [ENCARNAÇÃO, 1997, 150] e, por isso, apenas com base nos vestígios arqueológicos conhecidos [BRAGA e SOARES,

---

<sup>35</sup> Sobre esta via e estas questões veja-se SILLIÈRES, 1990b, 441-447.

<sup>36</sup> Como afirmámos, uma estação viária, apenas pelo facto de desempenhar esta função deverá ser distinguida de uma aglomeração urbana.

<sup>37</sup> D.M.S/FABIA PRISCA SERPENSIS/CR. ANN XX. H.S.E S.T.T.L/C:GEMINVS PRIS/CVS PATER ET/ FABIA CADILA MA/TER POSVERVNT.

<sup>38</sup> P. Sillières afirmava recentemente: "A propósito de *Serpa*, a certeza [quanto à localização] não é total. É certo que foi sempre identificada com a vila portuguesa que tem exactamente o mesmo nome e onde se conservava o epitáfio de uma *Serpensis*, contudo, poderíamos espantar-nos com a raridade de vestígios antigos nesta aglomeração moderna" [SILLIÈRES, 1990b, 445].

1981, 116-123; LOPES, *et alii*, 1997, 61-62, nº 23 e 25], parece não haver evidentes provas que certifiquem que Serpa tenha sido uma aglomeração urbana da *civitas* de *Pax Iulia*.<sup>39</sup>.

Está comprovada a ocupação de Serpa desde o Calcolítico até à actualidade, mas não estão definidos nem os contornos nem a importância que assumiu em todos estes períodos. O vasto espólio que se atribui à II Idade do Ferro parece confirmar um povoado com alguma importância do qual, todavia, se conhece muito pouco<sup>40</sup>.

A datação de Gil Farrés para uma emissão de moeda de que se conhece um único exemplar, existente no Museu Arqueológico Nacional de Madrid (CNH 405:1) [GIL FARRÉS, 1966, 333, nº 1557], levou-nos a substantivar a importância de Serpa durante o período romano-republicano, sobretudo no contexto das guerras entre César e os Pompeus e a relacionar a perda de importância e a consequente integração na *civitas* de *Pax Iulia* com a adesão do *oppidum* à causa pompeiana<sup>41</sup>. A proposta de datação, entre a segunda metade do século II a. C. e a primeira metade do século I a. C., para esta emissão monetária, cuja legenda SIRPENS, em dativo, remeteria para o topónimo Sirpa, avançada por Marques de Faria [FARIA, 1995, 151], obriga-nos a reconsiderar a nossa anterior proposta.

O facto de não existirem vestígios romanos significativos na área urbana da vila de Serpa poderá significar que o povoado proto-histórico tenha tido alguma importância durante o período de consolidação da conquista romana desta região e, nesse contexto, ter-se procedido à emissão de moeda, sem que isso tivesse como consequência o estabelecimento de um núcleo importante de povoamento<sup>42</sup>.

---

<sup>39</sup> Classificação que adoptámos anteriormente, LOPES, 1997, 165-166; LOPES, *et alii*, 1997, 62-63.

<sup>40</sup> LOPES, *et alii*, 1997, 61-62, apresentam toda a bibliografia relativa a estas ocupações.

<sup>41</sup> LOPES, 1997, 166-167.

<sup>42</sup> Também CILPES cunhou moeda por esta altura [FARIA, 1995, 146] e não se lhe reconhece qualquer importância no período imperial. O mesmo se pode afirmar de BAESVRI, que cunhou moeda na última década do século I a. C. ou nas duas primeiras do seguinte [FARIA, 1995, 143-144] e se encontra mencionada no *Itinerário de Antonino*.

É pois, para nós, incerto que, no quadro da *civitas* de *Pax Iulia*, Serpa tenha constituído uma aglomeração urbana secundária, sendo no entanto evidente que, no Baixo Império, se localizava aí uma estação viária, da via *Onuba-Pax Iulia*.

## 2.4 A rede viária

Não é fácil restabelecer o traçado das vias pelas quais *Pax Iulia* se ligava a *Ebora*, *Salacia*, *Arucci*, *Emerita*, *Myrtilis* e *Vipasca*.<sup>43</sup>

A *Arucci* (San Mamés), e para lá desta cidade bética, atravessando a Serra Morena, ao Guadalquivir, *Pax Iulia* ligava-se por uma via com origem em *Onuba* (Huelva). Do traçado desta via desapareceram todos os vestígios com excepção de um pequeno troço localizado em Bemposta, a NO de Serpa [LOPES, *et alli*, 1997, 60, 147], e talvez um outro pequeno troço, na margem esquerda do Chança, cerca do Monte Novo dos Casarões [LOPES e CARVALHO, 1997, 144, n.15].

Como acima referimos, *Fines* e Serpa são as duas estações do percurso viário entre *Arucci* e *Pax Iulia*. *Fines* é apenas conhecida pelos documentos viários [SILLIÈRES, 1990b, 441-451]. O topónimo indica claramente que se trata de um limite territorial, que tanto pode ser de uma cidade, como de uma província [SILLIÈRES, 1990b, 445].

A distância de 25 milhas, medida desde *Arucci* e 20 de milhas desde Serpa, indicada no *Itinerário de Antonino*, conduz à localização desta "possible mansio Ad Fines" [SILLIÈRES, 1990b, 451] algures na área de Vila Verde de Ficalho e não em Corte Messangil, como pretendeu Fragoso de Lima [LIMA, 1952, 194], nem em Sobral de Adiça, como propunha Mário Saa [SAA, 1964, vol IV, 171] nem em Paymago segundo E. Saavedra [SAAVEDRA, 1862, 93], seguido por Tovar [TOVAR, 1974, 171].

---

<sup>43</sup> Não faremos um estudo das vias dado não termos elementos suficientes para abordar o tema. Referir-nos-emos a elas quando nos parecer ser pertinente relacioná-las com as estações viárias, principais e secundárias, que iremos apresentar.

*Fines* terá sido um *caput viae* e o miliário encontrado em Corte do Alho, indicando a milha VIII (c. 12 KM.), confirmaria a distância tomada a partir daí [SILLIÈRES 1990b, 446]<sup>44</sup>.

*Fines* seria, portanto, uma estação viária, situada na fronteira entre as *civitates* de *Pax Iulia* e *Arucci* e, simultaneamente, entre a fronteira da Lusitânia e da Bética, tomando-se, neste ponto, o rio Chança como o limite<sup>45</sup>.

O percurso que a via tomava entre *Fines* e Serpa não é conhecido mas, tendo em conta a topografia, julgamos provável que passasse nas imediações das *villae* de Coelheiras (nº 410), Abóbada (nº 212), Figueiras (nº 214), Meirinho (nº 285), Laje (nº 311), Maria da Guarda (nº309/310), Cidade das Rosas (nº308), Santa Justa (nº301), dirigindo-se para Serpa, donde se continuava por Bemposta (nº 363) até ao Guadiana [LOPES e CARVALHO, 1997, 141].

Após franquear o Guadiana, a via continuaria, segundo P. Sillières, ao longo da Ribeira de Cardeira, flectindo para oeste na zona do Monte da Biqueira e tomando a direcção do Monte do Bom Dia, indo depois entrar na porta oriental da colónia romana [SILLIÈRES, 1990b, 451]. Segundo Mário Saa, porém, passaria a sul, por Palmeiro, Alcoforado, Padrão e Monte Alto de Quintos, atravessando o rio no Vau da Guinapa [SAA, 1964, IV, 289]. Em trabalho académico, Isabel Ricardo propôs que a via seguisse pelo vale do Barranco de Quintos e do Barranco da Azinheira, de forma a evitar a topografia irregular da primeira parte do percurso proposto por Sillières [RICARDO, 1995, 92]. Esta proposta parece-nos aceitável tendo em conta que, numa zona de tantos acessos por cotas regulares, se evitasse um percurso sinuoso e uma zona que, no Inverno, se deveria tornar bastante alagadiça (no Inverno, ao longo da Ribeira de Cardeira, entre o Monte das Biqueiras e o Monte do Bom Dia, devido à subida de caudal da Ribeira, toda a zona baixa fica alagada, tornando a circulação difícil). A passagem

---

<sup>44</sup> Sobre a via em que estaria este miliário, Cf. n.9.

<sup>45</sup> cf. n. 8.



pelo Padrão, situado a cerca de três milhas do rio<sup>46</sup>, parece-nos outra hipótese possível, continuando na direcção de Beja, pelo Monte da Beja – a - Pequena, Monte do Borges e Bairro do Pelame (os dois últimos sítios referidos por Félix Caetano da Silva como locais por onde passava a via), entrando finalmente em Beja pela porta de Avis (eventualmente após passar pela ponte dos Frangãos).



Fig. 18

Qualquer um destes traçados passava à margem de uma ponte construída sobre a ribeira de Cardeira (muito provavelmente de construção romana, atendendo ao aparelho que se vê no alicerce, que as grandes cheias de 1997 puseram à mostra, junto ao Monte de Porto de Peles, no local onde hoje existe um pontão de construção recente). Um traçado que passasse pela zona de Nossa Senhora das Neves (a Aldeia de Três (?), medieval)<sup>47</sup> e incluísse esta ponte poderia também viabilizar-se, sendo que, nesse caso, o Guadiana se franqueava algures na zona da Azenha de Fagundes.

<sup>46</sup> Encontramos aqui uma toponímia sugestiva. Num pequeno espaço, junto a Padrão, encontramos os topónimos: Monte da Estrada, Monte da Ponte, Monte do Padrão e Monte da Cancela. É, porém, difícil estabelecer de que período são memória.

<sup>47</sup> Topónimo referido no documento de Demarcação do termo do concelho de Beja, no ano de 1272.

A distância entre *Fines* e Serpa e Serpa e *Pax Iulia* necessitava de estações intermediárias. P. Sillières, considera que Corte Messangil, situada a 11 Km de Vila Verde de Ficalho, seria uma *mutatio* entre as duas etapas principais do troço da via e Torre da Cardeira, uma *mutatio* a meio caminho da segunda parte do troço [SILLIÈRES, 1990b, 451]. Pela nossa parte, sugerimos que uma *mutatio* entre Vila Verde de Ficalho e Serpa se deveria situar na Herdade da Abóbada (nº 212) [LOPES e CARVALHO, 1997, 142]. Entre Serpa e *Pax Iulia*, a incerteza do percurso torna difícil propor um local, mas, como cremos mais num traçado que passasse na área de Nossa Senhora das Neves, uma *mutatio* situada algures na zona da *villa* de Fonte dos Frades (nº 8) parece aceitável (Fig. 18).

No que diz respeito a uma *mutatio* em Corte de Messangil, se tivesse existido, pensamos que não se relacionaria com esta via, mas sim com aquela que ligava Moura a *Fines*. Supomos, contudo, que, nesta via secundária, Corte do Alho reúne melhores condições para funcionamento deste tipo de estação. Numa ligação, igualmente secundária, de Serpa a Moura, Zambujeiro 2 poderia ter servido de apoio nesta via [LOPES e CARVALHO, 1997, 142-143].

Da ligação entre *Pax Iulia* e *Ebora*, findando, como vimos antes, o território de *Pax Iulia* em Nossa Senhora de Aires (Viana do Alentejo), poucas são as indicações que nos permitem reconstruir o traçado com cerca de 43 Km e, concomitantemente, localizar as etapas de paragem.

Respeitando o traçado da via sugerido por M. Saa, depois de Beja, a via tomava a direcção NO, passando pela ermida da S<sup>a</sup> da Saúde<sup>48</sup>, e seguindo em direcção ao Monte de Santa Luzia, evoluindo por Atouguia, Monte da Boa Vista, Herdade das Pias, Faro do Alentejo, Vila Ruiva, onde atravessava a ribeira de Odivelas, na ponte situada a oeste da vila; seguidamente passaria na herdade de Águas de Peixe (onde M.Saa diz ter visto restos de calçada), alcançando o santuário de Nossa Senhora de Aires, depois de

---

<sup>48</sup> No caminho actual entre os moinhos da Saúde e a Horta do Cano, há vestígios de uma anterior calçada, de que não suspeitamos a cronologia. Logo à entrada desse caminho, junto à estrada para a Vidigueira, são visíveis bastantes silhares que tanto podem ter pertencido a uma estrada, como à estação romana que aí se localiza.

atravessar pelo Monte das Hortas Velhas e Monte das Paredes [SAA, 1964, IV, 261-265]. Não lográmos encontrar testemunhos desta calçada, exceptuando a ponte de Vila Ruiva, mas ,o percurso apresenta-se viável. Se o traçado, desde os Moinhos da Saúde até ao Monte das Pias, passasse um pouco mais para leste, seguindo, *grosso modo*, a linha de caminho de ferro, a *villa* do Monte da Torre do Pinto (nº 145), poderia apontar-se como uma das *mutationes* desta via. Uma *mansio* poderia situar-se algures entre Faro do Alentejo e Cuba.

M. Saa faz passar a via principal de *Salacia* a Beja por Peroguarda, Alfundão e Beringel, encaminhando-se depois, para leste, na direcção da Lobeira Horta, Fonte dos Cântaros (onde se encontrou um miliário), entrando na cidade pela Porta de Évora tal como a via que vinha da cidade homónima [SAA, 1964, IV, 64-72]. Também desta eventual via se não encontrou nenhum resto de calçada. O sítio do Alto do Pilar (nº 537), à saída de Alfundão, situado na transição dos relevos aplanados para relevos mais acidentados, tem materiais que se dispersam por uma área de cerca de 2,5 hectares. Apresenta condições apropriadas à localização de uma *mansio*, nesta via que nos parece dever ter passado por S. Brissos, servindo as pedreiras do mármore que aí se explorava. Beringel poderia ter sediado uma estação de muda da via que do oeste (*Mirobriga*), passando por Santa Margarida do Sado se dirigia a Beja.

Os vestígios da via que ligava *Pax Iulia* a *Myrtilis* desapareceram totalmente; no entanto, esta deveria seguir um percurso distinto daquele que faz a actual E.N. 122<sup>49</sup>. À saída da Porta de Mértola, a via tomaria a direcção da Horta de Todos e do Tanque dos Cavalos. A partir daqui, prosseguiria na direcção da Salvada, passando cerca do Monte de Mértola, seguindo depois pelo Monte das Barrocas, Fonte dos Piolhos e Monte dos Falcões, onde flectia para a zona do Monte da Silveira de Cima, continuando, a oeste de Cabeça Gorda, pelos Montes do Cagaloso e do Passarão em direcção à Ribeira de Terges, que atravessaria num dos pontos possíveis a norte de Mosteiro e Amendoeira,

---

<sup>49</sup> O traçado das vias da autoria de V. Mantas que J. d'Encarnação apresenta em IRCP, Fig 4, apresenta para a via de *Pax Iulia* a *Myrtilis* um percurso paralelo ao desta via actual [ENCARNAÇÃO, 1984, Fig.4.].

Em documentação medieval encontramos, recorrentemente referida, uma via que de Beja seguia para Mértola e cujo traçado divergia completamente daquele que V. Mantas propõe.

após o que entraria em território de *Myrtilis*. Este percurso não só é o mais directo entre as duas *civitates* como é aquele que mais facilmente conduz a uma passagem relativamente fácil da Ribeira de Terges.

Da via que ligava *Pax Iulia* e *Vipasca* nada sabemos. Perante várias alternativas de percurso, não somos capazes de optar por uma delas, mas pensamos que o miliário encontrado em Santa Clara de Louredo deveria pertencer a esta via<sup>50</sup>.

Segundo M. Saa, não havia uma via directa entre *Pax Iulia* e *Emerita*, havendo que passar a Portel (tomando um caminho recto por Selmes, Alcaria, Burgão e Burganito e próximo de Vera Cruz de Marmelar). De Portel, seguiria depois para Terena, passando por Reguengos, onde encontrava a estrada *Ebora a Emerita* [SAA, 1964, V, 28-33]. Se tiver sido este o percurso utilizado, Vera Cruz de Marmelar, situada já em território *eborensis*, tem vestígios que se adequam a uma aglomeração urbana secundária. A sua posição a 25 Km de Beja talvez pudesse justificar um *vicus* relacionado com essa estrada.

As vias secundárias, como a que ligava *Pax Iulia* a Moura, com passagem por Baleizão ou por Selmes e Pedrógão, desapareceram completamente, mas talvez se venham a recuperar com base numa investigação da documentação medieval, onde frequentemente se mencionam propriedades com limites coincidentes com a estrada Beja-Moura e outros percursos.

Qualquer que fosse o percurso das vias, é evidente que Beja se encontrava bem posicionada no contexto dos itinerários que ligavam o sudoeste peninsular: as ligações a Mértola, porto fluvial no Guadiana, complementavam o acesso ao litoral sul, já garantido por vias terrestres e as vias directas de ligação a *Salacia* e ao Sado, à região de Huelva e ao Guadalquivir permitiam assegurar os contactos com o exterior e participar no movimento de transacções comerciais que ultrapassavam largamente o contexto regional.

---

<sup>50</sup> A via poderia passar um pouco a sul de Ervidel e Santa Vitória, indo pela mina de Juliana. J. de Alarcão fá-la passar por Santa Vitória [ALARCÃO, 1988b, 101].

O esqueleto do território aqui desenhado dá-nos a percepção de uma *civitas* bem planeada, capaz de assumir um papel de centro regional com facilidade de contactos a longa distância.

O usufruto de recursos múltiplos, de que se destacam os de natureza agro-pastoril, equilibrados numa repartição de solos e fomentados por uma exploração organizada, e os mineiros, da região de Moura e, mesmo que não directamente, os de Aljustrel<sup>51</sup>, garantiam à *civitas* a maximização das produções capacitando-a para satisfazer as suas necessidades internas e gerar excedentes destinados à exportação, regional e a longa distância. Se para os produtos agro-pastorís, atendendo às características das regiões próximas, dificilmente imaginamos uma exportação que ultrapassasse o quadro regional (regiões do Algarve e Lisboa, por exemplo), o mesmo não acontecia com os minérios.

O abastecimento em produtos externos era eficazmente realizável, devido à facilidade com que alcançava os que chegavam ao litoral atlântico, onde se situavam os portos de Alcácer do Sal, Tróia e Sines, quer aos que chegavam ao sul, por via do porto fluvial do Guadiana, em Mértola, quer aos da Bética, através da via com que se ligava a *Onuba*.

*Pax Iulia* reunia condições que lhe permitiam ultrapassar o perfil de cidade interior, de economia predominantemente agrícola, ditado pela sua posição geográfica. É, por ora, impossível estabelecer um quadro de relações entre Mértola e Beja na época romana, mas não deixa de ser sugestiva a ideia de que Beja poderá ter tido um papel importante no comércio dos produtos que aí chegavam e para aí se canalizavam. O porto de Mértola está em posição inigualável no acesso aos produtos do comércio marítimo que chegavam ao litoral algarvio, mas a sua posição geográfica excêntrica e de acesso complicado às cidades do sul da Lusitânia dificultava o escoamento dos produtos que aí chegavam. Não será inadmissível que, os *negotiatores* que actuavam no porto de

---

<sup>51</sup> Outros recursos estavam disponíveis como os cinegéticos, sem que saibamos qual a sua real importância. A pedra, nomeadamente o mármore, deveria ter sido também um recurso importante a avaliar pela quantidade de inscrições e elementos de arquitectura e escultura que foram executados em mármore de S. Brissos.

Mértola tenham utilizado, directa ou indirectamente, *Pax Iulia*, situada em melhor posição geográfica, no contexto da Lusitânia meridional e do sudoeste peninsular, como centro avançado de chegada e partida dos produtos que circulavam por este porto<sup>52</sup>.

*Pax Iulia* não seria portanto uma cidade medíocre como se sugeriu [BOST, CHAVES, 1990, 121], mas a capital de uma *civitas* que dispunha de excelentes condições para um desenvolvimento sustentado, o que poderá ter contribuído para a sua promoção a capital de *conventus*<sup>53</sup>.

---

<sup>52</sup> A ideia de que o porto de Beja se situava em Mértola, que o nosso amigo Cláudio Torres usa em conversas informais, para explicar um conjunto de solidariedades que se podem ter estabelecido entre várias *civitates*, com recursos distintos, ainda que exagerada, parece-nos dar sentido a uma ideia que, para quem investiga na região, surge quase como óbvia.

<sup>53</sup> Qualquer que tenha sido a data em que se tornou capital de *conventus*, a posição geográfica, só por si, não justifica a escolha. Porém, a facilidade de acessos até aqui poderá ter sido um elemento decisivo para a escolha. Não deve, contudo, ignorar-se que o facto de se tratar de uma colónia poderá ter sido determinante.







### **3 OCUPAÇÃO PRÉ-ROMANA**



### 3.1 O *oppidum* pré-romano

#### 3.1.1 Vestígios

A ocupação pré-romana de Beja não dispõe ainda de uma massa suficientemente significativa de vestígios para que se possa caracterizar e datar com rigor.

O pequeno troço de muralha atribuível à II Idade do Ferro posto a descoberto na Rua do Sembrano, as cerâmicas do mesmo período aí exumadas, um trecho de uma pequena estrutura de pedra seca de que se escavou apenas uma insignificante parte e cerâmicas que recolhemos num nível não revolvido na Praça de Armas do Castelo, tal como cerâmicas igualmente atribuíveis a este período que se identificaram na escavação do logradouro do Conservatório Regional do Baixo Alentejo, nos níveis de embasamento da estrutura romana E5, articulados com um nível de pedra seca (por continuar sob uma estrutura romana e áreas ainda não escavadas, não se pôde interpretar)<sup>1</sup> (cf Planta/Fig. 20 e 21) e, provavelmente, uma estrutura, não totalmente

---

<sup>1</sup> Verificamos que esta estrutura foi assente directamente sobre a rocha, tendo uma parte dela sido sacrificada no momento de assentamento da estrutura E4. Trata-se de um nível de pedra miúda, semelhante ao enchimento interno de uma parede robusta, visível em cerca de 2X2 m.



Fig. 21

vestígios descritos, ignoramos totalmente a extensão, a organização do povoado, os edifícios e as suas funções, a dinâmica de evolução e qualquer outra realidade relacionada com a vida interna do povoado e de seus habitantes.

Num contexto meramente hipotético, tendo em conta que se testemunham vestígios na Rua do Sembrano e na Praça de Armas do Castelo, pode sugerir-se que seria um povoado de dimensões razoáveis. Desconhecemos completamente, porém, o

escavada, e sobre a qual, como adiante veremos, se colocam dúvidas de interpretação, constituem os únicos exemplos concretos de achados pré-romanos na cidade. Abel Viana aponta como proto-históricas duas figuras de osso achadas na cidade [VIANA, 1944, 159-160, Fig. 7 e 8], mas, neste caso, não há certezas quanto à sua exacta cronologia.

São evidentemente muito poucas as informações para que possamos avançar uma interpretação quanto às dimensões, importância e cronologia deste povoado.

Como facilmente se deduz dos

traçado da muralha ou muralhas que o circundavam<sup>2</sup>.

A continuação de escavações em vários locais da cidade há-de permitir encontrar testemunhos deste povoado, dado que, quer no Castelo, quer no logradouro do Conservatório (Fig.22), estes se encontram a grandes profundidades (3 metros e 5 metros, respectivamente) e deverão permitir, apesar das ocupações posteriores, exumar estruturas ou níveis estratigráficos bem



Fig. 22

conservados que transmitirão dados importantes para a resolução das dúvidas que presentemente temos.

O prolongamento das escavações do logradouro do Conservatório para os quintais nas traseiras do edifício das Finanças e do reservatório de água poderá proporcionar a planta e confirmar a data de uma estrutura de paredes externas de 1,20 m e internas de 68 cm de largura, construídas solidariamente com blocos de pedra de pequena e média dimensão, travadas por pedra miúda nos intervalos. Desta estrutura, que se prolonga sob um pavimento de *opus signinum*, foi apenas possível verificar que se orienta NO/SE e que o seu comprimento E/O é de 15,25 m. A estrutura 8/99

---

<sup>2</sup> Não temos nenhuma hipótese de simular a posição que ocupava no planalto da colina. O critério das curvas de nível utilizado por Vasco Mantas para desenhar uma provável implantação do povoado parece-nos discutível, se tivermos em conta que alguns povoados ocupam zonas de plataforma, encostas e pequenas baixas de uma colina e se prolongam por outras plataformas. Azenha da Misericórdia, Pulo do Lobo e Cerro Furado são exemplo disso. E se quisermos recuar aos povoados da Idade do Bronze, a mesma implantação se verifica nos Castelos (Baleizão) e no Outeiro do Circo (Mombeja).

(romana) não permitiu a escavação no interior da parte da estrutura que não se encontra sob o *opus signinum*. Foi possível, porém, definir um compartimento rectangular de 3,48 X 1,10m, e o início de um outro, paredes-meias com este, com o mesmo



Fig. 23

comprimento (Fig.23).

Esta estrutura, bastante destruída por construções medievais e modernas, conserva-se no exterior numa altura máxima de 2,60 metros, com o compartimento interno em 1,82 de altura.

O facto de esta estrutura se encontrar sob um nível de construção romano não autoriza a sua imediata associação com o *oppidum* pré-romano, sobretudo quando ainda se não escavaram níveis que permitam datar com rigor a que período da época romana corresponde o *opus signinum* —que visivelmente se colocou sobre estas paredes como se observa no canto NO, onde a separação entre as duas estruturas se faz apenas pela camada que serviu de assentamento ao pavimento.

As camadas escavadas no interior do compartimento que se definiu nesta estrutura de pedra seca correspondem a um enchimento que, todavia, dada a exiguidade da escavação, não foi possível determinar se correspondem ao nivelamento da área para instalação dos edifícios romanos que se lhe sobrepõem, ou a um enchimento contemporâneo da construção. Nenhuma das unidades estratigráficas escavadas revelou

constituir vala de fundação das paredes, e todas elas forneceram um reduzido número de materiais (unicamente cerâmicas) bastante fragmentados. Aqueles que permitiram identificar a forma são característicos da II Idade do Ferro; mas, sem a completa definição do contexto estratigráfico, e dada a longa vida destes materiais, é impossível determinar até que fase se pode recuar e/ou avançar a sua utilização. Os fragmentos de cerâmicas que não permitem a associação a uma forma determinada, mas tipologicamente são perfeitamente identificáveis—cerâmicas estampilhadas, cerâmicas pintadas a vermelho e um fragmento de cerâmica campaniense (numa camada superficial)—integram o conjunto de materiais que permitem uma definição cultural, mas não consentem o estabelecimento de uma datação mais precisa.

Não temos, pois, por ora, material suficiente e inequívoco para datar estas camadas de enchimento no interior da estrutura (no exterior as ocupações modernas e contemporâneas eliminaram a possibilidade de, ao nível a que chegou a escavação, encontrar qualquer estratigrafia que se possa relacionar com esta estrutura) e, mesmo tomando em conta o grande fragmento de cerâmica de "barniz rojo" e cerâmica ibérica ou de inspiração ibérica que se encontraram no exterior da parede, uma cronologia romana republicana não pode excluir-se<sup>3</sup>.

Sem uma planta total desta estrutura não valerá a pena especular sobre ela, tanto mais que se poderão, a partir do que está visível, fazer múltiplas reconstituições. Queremos contudo anotar as evidentes semelhanças de técnica construtiva com edificações de Huelva (calle de M Núñez-8) [FERNANDEZ JURADO, 1988-1989, 150, Fig.3] datadas do século V a.C. e a possibilidade de vir a encontrar-se uma planta do tipo daquela que se obteve na escavação dos edifícios de Puerto 10 e Puerto 12 em Huelva, que se interpretou como uma zona de armazéns, datada do Tartéssico Médio Final [FERNANDEZ JURADO, 1988-1989, 164, Fig.12].

Como fizemos notar, as estruturas avalizam múltiplas interpretações e não fora a

---

<sup>3</sup> Estas cerâmicas foram recolhidas na superfície de uma unidade estratigráfica cuja escavação terminou exactamente neste nível e não foi ainda possível, dado ao lado se desenvolverem camadas correspondentes às ocupações posteriores, determinar a sua exacta relação com a parede. Daí a prudência relativamente à valorização destas cerâmicas.

ausência de qualquer vestígio de um *podium*, e a dificuldade em considerar como uma *cella*, a exígua, tanto em comprimento como em largura, divisão escavada, poder-se-ia aventar a hipótese de um capitólio romano, eventualmente republicano<sup>4</sup>.

Poderíamos multiplicar as hipóteses de interpretação do tipo de edifício a que pertencia a estrutura parcialmente escavada, mas mais vale esperar que futuras escavações nos revelem uma planta mais completa e uma cronologia mais segura de um edifício que antecede uma construção romana que certamente se integra no núcleo monumental da cidade e num programa mais vasto de planeamento urbanístico.

Se, no que diz respeito à estrutura física do *oppidum* pré-romano, as razões do seu desaparecimento e encobrimento até há pouco tempo se encontram na continuada ocupação do local até aos dias de hoje, no que concerne à sua denominação, esta não consta já no nome com que os Romanos apelidaram a cidade que no mesmo local implantaram. Este facto não constituiu, todavia, impedimento para que alguns autores, mesmo sem provas materiais, tivessem defendido a existência de uma ocupação anterior aos Romanos e apontassem um nome para o povoado.

### 3.1.2 Denominação

No final do século XVIII, a propósito da fundação de Beja, Félix Caetano da Silva escrevia: "sobre esta têm sido vários os discursos que se têm formado; porém não podendo alcançar outra coisa os maiores curifeus da literatura, assentam todos por infalível a suposição de que foi fundada pelos antiquísimos Celtas. Eu também segundo o parecer de homens tão doutos, não dou outros fundadores à mesma cidade".

Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas, no manuscrito "Sisnando Mártir e Beja sua Pátria", datado de 1800, afirma, citando o que, em seu entender, são as memórias de D. Afonso o Sábio, que no tempo anterior a Júlio César, Beja tinha o nome de Ges, de

---

<sup>4</sup> Neste caso, os materiais do interior corresponderiam a um enchimento contemporâneo desta construção e, naturalmente, pertenceriam à ocupação anterior, servindo como *terminus post quem*.



origem fenícia<sup>5</sup>.

Fernando Nunes Ribeiro defendeu a ideia de que *Conistorgis* se localizava em Beja [RIBEIRO, 1960, 3-113]. A fragilidade dos argumentos que utilizou para defender a sua tese—ficcionalizada estada de César em Beja, onde teria acordado a paz com os Lusitanos; identidade da região que Estrabão denomina de mesopotâmia entre Tejo e Guadiana com o *conventus pacensis* e consequente identificação da cidade mais importante do *conventus* com *Conistorgis*; interpretação e explicação das fontes que referem os povos do sul de Portugal, de forma a viabilizar a localização do *oppidum* em Beja e não no Algarve como vinha sendo apontado, entre outros por Garcia y Bellido [GARCIA Y BELLIDO, 1945]<sup>6</sup>—e a ausência de vestígios terão sido decisivos para que a sua tese não vingasse.

Jorge de Alarcão apontou como provável localização de *Conistorgis* a região de Ourique [ALARCÃO, 1996, 22], Berrocal-Rangel, por sua vez, considerando possível a localização do *oppidum* próximo do litoral, preferiu supô-lo um pouco mais recuado, pois, de outro modo, as fontes teriam pontualizado melhor a sua localização. O mesmo autor, não rejeitando totalmente a localização em Mértola (como Cláudio Torres e C. Melo Beirão lhe terão sugerido), inclinou-se mais para uma localização nalguma das povoações das redondezas, como Serpa, por exemplo [BERROCAL-RANGEL, 1992, 46, 63].

A localização dos povos transmitida pelos autores antigos implica uma complexa interpretação, não dispensando, por isso, informação complementar à sua simples nomeação, porque, como afirma Jorge Alarcão, "Cónios, Cinetes, Cempsos e Sefes não são meros nomes, mas realidades históricas e culturais diferentes, com suas fronteiras demarcadas. A exploração das fontes clássicas, para efeitos de reconstituição dessas fronteiras, parece-nos esgotada: há que recorrer agora ao registo arqueológico

---

<sup>5</sup> Texto publicado no *Arq. Beja*, III, fasc III e IV (1946) e IV (1947), por Manuel Delgado.

<sup>6</sup> No título "Pré História e Origem de Beja", publicado no *Arquivo de Beja*, vol. XVII, fasc. 1, 1960, pp. 73-113, pode encontrar-se a argumentação utilizada para defender que *Pax Iulia* se fundou sobre *Conistorgis*, vocábulo que, em seu entender, poderia significar colina sem água, e que não sendo céltico, deveria ser considerado como uma prova da existência do povoado anteriormente a uma invasão celta do século VI a. C.

(...)" [ALARCÃO, 1996, 34]<sup>7</sup>.

Tal como Jorge Alarcão, consideramos que o registo arqueológico é indispensável à abordagem da localização dos povos. Este, porém, é ainda deficitário e, por isso, não nos parece pertinente continuar a abordar a questão da localização de *Conistorgis* em Beja, ou em qualquer outro sítio, apenas com base na distribuição de povos, deduzível das fontes clássicas, as quais, aliás, se prestam a várias interpretações.

Admitir como possível que o povoado que existia no local onde se fundou *Pax Iulia* pudesse ter sido *Conistorgis* implica a convergência de articulado argumentativo de diversa origem, por ora, difícil de reunir. Primeiro, porque não temos ainda vestígios que nos permitam dimensionar e avaliar a importância do dito povoado. A hipótese de futuramente se vir a revelar um povoado modesto, nada condizente com a importância que as fontes parecem sugerir para a cidade principal dos *Cunei* no dizer de Apiano (*Iber*, 56-77), ou a mais conhecida do cantão dos *Celtici*, segundo Estrabão (*Geog*, III, 2, 2), não pode excluir-se. Isto, aliás, adequar-se-ia melhor ao desaparecimento total de qualquer referência ao seu nome na denominação da cidade romana.

Segundo, porque as fontes que se referem a *Conistorgis*, não permitem a relação desse *oppidum* com Beja sem constrangimentos evidentes. Em conformidade com a proposta de localização das áreas culturais da I Idade do Ferro elaborada por Jorge de Alarcão, há uma real impossibilidade de conciliar as indicações de Apiano e Estrabão, dado os *Conii*, que teriam *Conistorgis* como capital, se individualizarem perfeitamente dos *Celtici*, tanto cultural como espacialmente, e Beja situava-se à margem de qualquer das esferas de influência destes povos [ALARCÃO, 1996, p.21, Fig. 1]. Perante esta incompatibilidade espacial, à luz das informações dos dois autores, podem admitir-se várias hipóteses. A primeira é a de que um deles errou; a segunda, que ambos estão correctos mas descrevem realidades temporalmente distintas; a terceira, que *Celtici* e *Conii* se dispersavam por áreas mais amplas, situando-se *Conistorgis* numa zona de fronteira entre os dois, e não sendo esta fronteira rigorosa, prestava-se a confusões, o

---

<sup>7</sup> A propósito da questão relativa aos povos do sul de Portugal na Idade do Ferro veja-se, por todos, ALARCÃO, 1996, 17-36.

que terá originado as duas versões.

A área em torno de Beja, no mapa de áreas culturais da I Idade do Ferro elaborado por Jorge Alarcão não foi incluída na esfera de nenhum povo. Tratando-se de um mapa que visava somente traçar os círculos culturais da I Idade do Ferro, a aparente ausência, nesta região, de testemunhos evidentes pertencentes a esse período não autorizava a sua integração em qualquer um desses círculos. Porém, não sendo muitos os vestígios deste período na região, há que considerar aqueles que se conhecem e que, em nosso entender, são importantes. Desde logo, a necrópole da Herdade das Carretas [VIANA, 1945, 311-315], com certas afinidades com as da região de Ourique mas, pela descrição de A. Viana e por aquilo que é dado ver no desenho que publicou com sepulturas dispostas sem qualquer estrutura monumental de enquadramento, mais conforme o tipo que parece confinar-se ao interior algarvio [FABIÃO, 1992, 136]. Os materiais que constituíam o espólio das inumações, designadamente a fíbula [PONTE, 1988, 73-78] e as armas são característicos da I Idade do Ferro<sup>8</sup>.

Além desta necrópole, foi recentemente publicada uma placa com inscrição do SO, encontrada na Herdade da Folha de Ranjão (Baleizão); junto terão sido recolhidos materiais à superfície, e com ela podem estar associados [FARIA e SOARES, 1998, 153-160]<sup>9</sup>. Também os três espetos de bronze, tipo Sudoeste, dados como provenientes dos arredores de Beja [VEIGA, 1891, 209; GAMITO; 1986, 23-39], serão globalmente contemporâneos dos materiais atrás referidos. De igual forma, terão de ser tidos em linha de conta para caracterização da I Idade do Ferro dos arredores de Beja, a xorca de bronze com pendentes, proveniente do local denominado "Terras Frias" [VIANA, 1955, 14 e Est. II] e talvez ainda o bracelete de ouro de Baleizão [VIANA, 1944, 162]. A estes

---

<sup>8</sup> Trata-se de uma necrópole de inumação, cujas sepulturas foram cavadas na rocha, apresentando a forma de "valas retangulares", sendo mais largas no fundo que no cimo. No interior continha uma fíbula e armas. Esta necrópole nunca mereceu um estudo particular, pelo estamos a desenvolver esforços para rever todas as peças e elaborar um estudo de síntese.

Também já tinha sido dada a conhecer uma outra fíbula da I Idade do Ferro proveniente de Quintos, de contexto desconhecido, hoje perdida [VASCONCELOS, 1903, 340; VIANA, 1947, 36-39]

<sup>9</sup> Como é sabido, as estelas epigrafadas da I Idade do Ferro têm uma distribuição particularmente a ocidente de Beja, mas já Estácio da Veiga havia referido a existência de duas possíveis epígrafes do mesmo tipo encontradas perto de Beja [VEIGA, 1891, 215, 289, 292].

materiais provenientes de contextos fundamentalmente funerários, talvez se possam eventualmente associar os povoados do Outeiro do Circo (Bringel) [PARREIRA, 1971-75, 31-38 ] e, sujeito a confirmação futura, o próprio sítio de Beja<sup>10</sup>.

A escassez de vestígios e a impossibilidade de apenas com eles determinar qual a importância dos materiais com influência centro-europeia e os de características orientalizantes (bem presentes, por exemplo, nos materiais de superfície que recolhemos no Cerro Furado) não permitem determinar com precisão o seu *facies* cultural, da área

Não pretendemos propor nenhuma tese sobre a distribuição de na I e na II Idade do Ferro no Sul de Portugal. Não nos parece, porém, totalmente inviável a possibilidade de *Pax Iulia* ter sido instalada no antigo *oppidum* de *Conistorgis*. Em conformidade com as citadas referências de Apiano e Estrabão, não nos parece que se possa excluir nem demonstrar tal convergência e o que conhecemos dos vestígios arqueológicos não é suficientemente esclarecedor para resolver o impasse.

Dado que Estrabão relata *Conistorgis* como a cidade mais conhecida dos *Celtici* (Estrabão, *Geog.*, III, 2-2) e *Pax Augusta* como fundada entre os *Celtici* (Estrabão, *Geog.*, III, 2-15)<sup>11</sup> parece devermos admitir que se trata de duas cidades diferentes, embora na mesma região. Se tivermos em conta que a menção de *Conistorgis* surge no contexto de descrição da Turdetânia e que, para esta, Estrabão se baseou em Posidônio que, por sua vez, considerou as citações de autores anteriores e que, para a enunciação das fundações coloniais, Estrabão se baseou em fontes coevas<sup>12</sup>, pode sugerir-se que existiram na mesma região mas em períodos distintos.

---

<sup>10</sup> Algumas cerâmicas encontradas no logradouro do Conservatório poderão datar deste período. Apenas a morfologia dos fabricos nos permite suspeitar da sua anterioridade à II Idade do Ferro. Não tendo sido identificado nenhum fragmento que permita determinar a forma, é prematuro avançar em definitivo com qualquer cronologia.

<sup>11</sup> Ao referir *Pax Augusta* entre os Célticos como um exemplo das colónias que se fundaram entre os Turdetanos que se tinham convertido ao estilo de vida romana, inclusive esquecido a sua língua, e que tinham mudado de estatuto político, Estrabão deixa mais uma vez clara a maneira incerta como separa as duas regiões, pois tanto indica que a leste do curso do Guadiana se localiza a Turdetânia, como logo de seguida afirma que à Turdetânia se podem associar os povos do lado de lá do Guadiana e a maioria das populações limítrofes incluindo inclusive *Conistorgis*, povoado que se encontrava a oeste do rio Ana (Estrabão, *Geog.*, III, 2, 1-2). Sobre a interpretação destes passos de Estrabão e da definição de Turdetânia neste autor veja-se BERROCAL-RANGEL, 1992, 32-34, 45.

<sup>12</sup> Parece ser unanimemente aceite que Estrabão terá redigido a sua obra entre 27 e 7 a. C.

A menção à localização de *Conistorgis* não proporciona pistas seguras para preferencialmente decidir o local onde estava *situada*. Pensamos, porém, ser mais natural procurá-la na área proposta por Berrocal-Rangel, alargando a possibilidade até à região de Beja, do que na área de Ourique proposta por Jorge de Alarcão, que todavia salientou ser esta caracterizada por "estabelecimentos rurais em baixas, sem defesas, aos quais poderemos aplicar o nome de casais, não de aldeias" [ALARCÃO, 1996, 25].

Não fora esta dificuldade de conciliar os testemunhos das fontes clássicas com os vestígios arqueológicos poderíamos até admitir a coincidência de *Pax Iulia* com o *oppidum* de *Conistorgis*. Cidade aliada dos Romanos, tomada, no ano 153 a.C., pelos Lusitanos, sob as ordens de Cauceno (Apiano, *Iber*, 56-57), e onde, volvidos três anos, Galba, após derrota sofrida na região de Carmona, passa o Inverno com as suas tropas, (Apiano, *Iber*, 58-60) e onde, no decurso das guerras contra Sertório, estavam estacionadas as tropas de Metelo, *Conistorgis* poderia ter sido escolhida para instalação de *Pax Iulia* (Salustio, 1, 119).

Na sequência de derrotas importantes, a decisão de Galba de, com as suas tropas, passar o Inverno em *Conistorgis* terá sido determinada pelo facto de este *oppidum* ser favorável aos Romanos e de, para além disso, estar, do ponto de vista da estratégia em boa posição para a prossecução da conquista<sup>13</sup>. A reunião, no mesmo local, das tropas qcom que Metelo haveria de guerrear Sertório seria determinada pelas mesmas razões<sup>14</sup>.

A localização do povoado de Beja, no contexto da ocupação da região do Sudoeste na II Idade do Ferro, assume características peculiares que derivam da sua posição geográfica no centro de uma paisagem aplanada, de horizontes alargados, emergindo como um pólo de centralização de acessos que asseguram a facilidade de

---

<sup>13</sup> Sabemos que, ainda no ano de 150 a.C., Lúculo, pretor da Citerior, depois de várias investidas vitoriosas, penetrou na Lusitânia e juntamente com Galba, devastou as regiões mais meridionais, entre elas a Betúria Céltica, terminando com a célebre matança de Lusitanos por Galba (Orósio, *Hist.*, 4, 21,10), o que nos pode fazer supôr a proximidade de *Conistorgis* desta região.

<sup>14</sup> Sabemos que no ano de 78 a. C., Metelo estava junto ao curso do Guadiana, de onde teria partido a atacar as tropas recém-aliadas de Sertório, entre elas *Dipo* (Salustio, 1, 113), e que, depois do Verão, se concentrou na defesa dos acessos à Ulterior, partindo da bacia do Guadiana, tendo eventualmente usado *Conistorgis* como um dos pontos de partida.

Sobre este assunto veja-se, entre outros, GARCÍA MORÁ, 1994, 375-398.

contactos entre as regiões do Sado, do Guadiana, do litoral alentejano, de Sevilha e de Huelva, da região mineira de Aljustrel, da *Baeturia Celticorum* situada na bacia central e inicial do rio Ardila [BERROCAL-RANGEL, 1994, 199], e do litoral sul<sup>15</sup>.



Fig. 24

Num contexto onde, na II Idade do Ferro, predominam os povoados de médias dimensões, sendo raros os de grandes dimensões segundo classificação de Berrocal Rangel [BERROCAL-RANGEL,

1992, 216-218], o povoado

mineiro de Cerro Furado destaca-se pela sua extensão, sistema de muralhas e fossos <sup>16</sup>. (Fig. 24/25) Mas o povoado de Beja poderia ter ocupado boa parte da plataforma da colina onde está a cidade actual e ter tido, igualmente, posição de destaque na paisagem.

Todos os povoados conhecidos, exceptuando o Outeiro do Circo (Beringel), (Fig. 26) onde não foi até ao momento atestada uma ocupação da II Idade do Ferro, se

<sup>15</sup> Sem pretendermos colar realidades posteriores a este período, mas apenas como demonstração da centralidade de Beja na geografia viária do sudoeste peninsular, apontamos o mapa de "calzadas romanas e camiños arabes" traçado por M. Terron Albarrán [TERRON ALBARRÁN, 1971, 351].

Ainda que não disponhamos de qualquer prova, para a rota *Pax Iulia* a *Onuba*, tenha seguido o traçado de uma antiga via romana do Ferro seguindo de Beja para Alcácer do Sal. Este é sem dúvida o traçado proposto por Jorge de Alarcão, todavia, propõe que o caminho que ligava a cidade de Beja a Alcácer do Sal em 171-182 da *Ora Marítima*, passaria por Alcácer do Sal, um caminho que ligava Beja a Mértola, adoptando, portanto, um percurso distinto daquele que ligava Beja a Mértola.

<sup>16</sup> Trata-se, sem dúvida, de um povoado mineiro, situado no lado do Guadiana). Trata-se de um grande povoado, ocupando uma plataforma rodeada por linhas de muralhas (externas e internas) nas quais se reconhecem restos de estruturas. Cerca de 400 metros a Oeste do povoado encontrava-se a zona de enterramentos, com uma continuada violação a que foi sujeita nos últimos anos pelo trabalho de escavação. Tratar-se-ia de uma necrópole que ocuparia cerca de 0,8 hectares. As informações que recolhemos. Desse espólio apenas conhecemos os restos na margem do Guadiana, é de difícil acesso por via terrestre e através do rio.



Fig. 25

localizam nas margens do Guadiana ou na bacia do Ardila seu afluente, ou, como no caso do Castelo do Roxo, junto a uma ribeira afluente do Sado, ou no caso da Mangancha em Aljustrel, junto às explorações metalíferas, sugerindo uma aparente estruturação do povoamento em função dos rios e/ou dos recursos metalíferos importantes. Neste contexto, o povoado de Beja surge isolado e marginal, situação que parece ser mais salientada pelo facto de ocupar o topo de uma colina em forma de cone que se eleva no centro de uma vastidão de terras aplanadas, de solos de excelentes qualidades agrológicas, em profundo contraste com a topografia acidentada e os solos de fraca aptidão agrícola que se reconhecem em torno dos outros povoados, excepto dos de Serpa e de Moura que, todavia, se encontram em posição sobranceira ao Guadiana, do qual Beja fica distante 20 quilómetros.

O contraste entre a localização de Beja e a dos demais povoados desta região pode servir para defender a ideia de que o primeiro deve a sua existência em grande parte à posição na encruzilhada das rotas mais importantes que colocavam em contacto as bacias do Sado, do Guadiana e do Guadalquivir<sup>17</sup>, com ramificações, talvez a partir daqui, para o norte e o sul. Isto não fundamenta nenhuma identificação de Beja com *Conistorgis*. Se insistimos neste factor é porque consideramos não ser despendioso na abordagem da questão.



Fig. 27

A descoberta de um provável acampamento romano (Fig. 27) com ocupação do século II a.C. ou/e no século I a. C., cerca de 3 quilómetros a Oeste de Beja<sup>18</sup>, poderia perfeitamente relacionar-se com a estratégia de conquista da segunda metade do século II a. C., ou com as tropas de Metelo que, no sul, comprovadamente em *Conistorgis*, segundo Salústio, se encontravam na



Fig. 28

rectaguarda dos acontecimentos militares que se desenrolavam mais a norte<sup>19</sup>. A existência deste acampamento poderia ser argumento para procurar *Conistorgis* nesta área e, nesse caso, Beja poderia corresponder à cidade dos Cónios. Porém, só a escavação do dito acampamento, do qual a fotografia não permite identificar mais que um recinto quadrangular com o que parecem ser dois fossos, poderá fornecer-nos as suas características e a sua exacta cronologia. Em todo o caso, parece tratar-se de um pequeno acampamento, que estaria situado à entrada do *oppidum*, em posição estratégica relativamente à cidade (Fig. 28/29).<sup>20</sup>

Apesar de nos parecer que, neste momento, se deve concluir não existirem dados comprovativos de que *Conistorgis* tivesse coincidido com Beja, deve, contudo, ponderar-se essa hipótese e aguardar quanto tanto com base arqueológica, nos pe



Fig. 29

<sup>18</sup> A identificação deste recinto foi baseada na descoberta de uma superfície, numerosos fragmentos de ânfora, Dre

<sup>19</sup> A fotografia aérea revela um recinto quadrangular, situado a 3 km do Canho [FABIÃO, 1989, 36-39; GUERRA e l

<sup>20</sup> Na paisagem, este acampamento teria sido utilizado para seguiam para Évora e Salácia (que nesta zona de Beja, numa pequena colina discreta e praticam perfeitamente a cidade e quase toda a região.



De concreto apenas sabemos que *Pax Iulia* não foi uma fundação *ex-nihilo* e que os Romanos desde cedo franquearam a região e se instalaram nos grandes povoados que se distribuem ao longo do Guadiana (Fig. 30). O povoado de Cerro Furado é um exemplo, entre outros, dessa situação<sup>21</sup>.



Fig. 30

Portanto, quando os Romanos decidiram instalar, no *oppidum*, uma capital de *civitas*, tiveram certamente em conta as gentes que o habitavam e que ocupavam os restantes povoados situados no território que lhe foi atribuído.

A gestão e ordenação do território teve certamente em conta a estruturação do espaço e a exploração dos recursos empreendida por esses povoados. Um espaço vazio admite uma esquadria regular apenas perturbada por acidentes geográficos de significativa importância e difícil transposição mas, num espaço vivido, mesmo admitindo transformações radicais, dificilmente deixará de prestar-se atenção ao corpo social e às realidades materiais que os identificam.

---

<sup>21</sup> Situado num ponto onde o Guadiana faz uma espécie de enseada, próximo de um ponto onde, recentemente, se fazia a travessia e controlo de um largo curso é perfeito, este povoado destaca-se de todos os restantes da região, pelas dimensões.

Para além de numerosos fragmentos de cerâmicas da II Idade do Ferro de cariz continental e orientalizante, os materiais republicanos, como a ânfora da classe 67, que Fabião definiu na Lomba do Canho [FABIÃO, 1989, 65-70 e Fig 5], são também abundantes. Interessante é verificar que num espigão mesmo sobre o rio e sobre as aberturas das galerias de minas se identifica uma estrutura quadrangular em torno da qual apenas se encontram materiais romanos: fragmento de cerâmica campaniense, *tegulae* e um bordo de T.S.S. Drag 27 de bordo triangular. Não encontrámos materiais imperiais fora desta área muito bem definida no interior das muralhas.

Tivemos informação que desta pequena encosta foram retiradas moedas de *Pax Iulia*, *Imp SAL*, *Onuba* e que fora deste espaço não se encontraram moedas.

Deste povoado encontraram-se urnas cinerárias que correspondem à necrópole que se localizava a cerca de 300 metros do povoado.





## **4 A CIDADE CAPITAL DE PAX IVLIA**



#### 4.1 A Fundação de Pax Iulia <sup>1</sup>

Por falta de critérios indiscutíveis, a discussão em torno da fundação de *Pax Iulia* e do estatuto de *colonia civium romanorum* de que usufruiu tem-se centrado na valorização de argumentos deduzidos das emissões monetárias ou no determinismo de factos histórico-políticos relevantes na História de Roma (batalha de *Actium*, por exemplo), e da Hispânia Romana (reforma administrativa que levou à divisão da Ulterior em Lusitânia e Bética, entre outros). A posição extremada de algumas das teses avançadas<sup>2</sup> torna evidente a ausência critérios indiscutíveis para abordar a questão e, por isso, a complexidade de que se reveste.

---

<sup>1</sup> Agradecemos a P. Le Roux os conselhos e as informações que nos forneceu, de que esperamos saber fazer bom uso.

<sup>2</sup> Em tempos pronunciámo-nos sobre a questão. Reconhecemos que na altura não tínhamos amadurecido os termos da problemática e, por isso, teremos apresentado propostas pouco consistentes [LOPES, 1996, 71, n 1; 1997, 163]

Sobre a fundação e estatuto de *Pax Iulia* existe um rol bastante significativo de bibliografia. Boa parte dos títulos incluem *Pax Iulia* e estudos mais abrangentes relativos à Hispânia, nomeadamente aqueles que abordam a problemática da colonização romana nesta província—HENDERSON, 1942, VITTINGHOFF, 1952, GARCIA Y BELLIDO 1956, GALSTERER, 1971, WIEGELS, 1985, A. TOVAR, 1976, SAYAS. ABENGOECHEA, 1989, RICHARDSON, 1996, entre outros—; há porém títulos que incidem exclusivamente em *Pax Iulia*—FARIA, 1989, MANTAS, 1990, MANTAS, 1996a, MANTAS, 1996b ou onde *Pax Iulia* tem abordagem destacada—FARIA, 1996, FARIA, 1997, MANTAS, 1986, MANTAS, 1987, MANTAS, 1993—entre outros. A bibliografia sobre *Pax Iulia* onde se refere a fundação e estatuto é bastante mais vasta, como se verá ao longo deste trabalho, mas a temática abordada nesta centraliza-se em torno destas questões.

No que respeita ao momento de fundação da cidade romana importa esclarecer que as teses apresentadas até ao final da década de oitenta se baseavam no pressuposto de que *Pax Iulia* havia sido uma fundação *ex-nihilo*, em conformidade com a ausência de vestígios pré-romanos surgidos nas diferentes sondagens que ao longo dos tempos se fizeram na cidade, a que acrescia ainda a denominação latina sem qualquer indicador de topónimo anterior [ALARCÃO, 1988b, 49]. Arqueologicamente provada a ocupação pré-romana de *Pax Iulia*, desaparecem naturalmente os argumentos abonatórios de tais teses e a necessidade de procurar outros argumentos que justifiquem a ausência de referência ao nome do *oppidum*.

Não existindo nas fontes clássicas nenhuma referência directa à data de fundação da cidade, nem nenhuma epígrafe que a celebre, a fixação desta fica sujeita às indicações que indirectamente se podem deduzir da denominação da cidade, da tribo de inscrição dos cidadãos, da cronologia das emissões monetárias, da epigrafia e da arqueologia.

Desde logo a denominação fornecida pelas autores antigos: Ptolemeu (II, 5, 4), sem fazer qualquer menção ao estatuto da cidade, denomina-a de *Pax Iulia*; Estrabão (*Geog* III, 2, 15) designa-a de *Pax Augusta* e Plínio (*N.H.* IV, 117), de *colonia Pacencis*. A denominação usual e oficial era certamente *Pax Iulia*, pois é esta que aparece nas inscrições IRCP 232, 235, 242 [ENCARNAÇÃO, 1984] e nas emissões monetárias (RPC I, 52 = CNH 425:1; RPC I, 53 = CNH 425:2), havendo apenas uma inscrição em que se regista o designativo pliniano—*colonia pacensis* (IRCP 241).

Nenhum testemunho epigráfico revelou a designação de *Pax Augusta*, sendo natural que se trate de um erro de Estrabão, influenciado pela circunstância de na mesma ocasião e em conjunto mencionar *Augusta Emerita* e *Caesaraugusta* [RICHARDSON, 1996, 54]<sup>3</sup>. Esta denominação poderá nunca ter existido, pelo que não poderá ser tomada como justificação de uma directa relação com o programa colonizador de

---

<sup>3</sup> A mesma opinião é manifestada por Marques de Faria [FARIA, 1997, 173-174]. Mas será que a colónia não se poderia ter chamado de *Pax Iulia Augusta*, correspondendo *Pax Iulia* à denominação comum?

Augusto<sup>4</sup>.

Da denominação da cidade não se pode retirar qualquer indicador quanto ao patrocinador da sua fundação, pois *IVLIA* tanto pode ser relacionado com César como com Octaviano ou Augusto.

A tribo em que foram inscritos os cidadãos de *Pax Iulia*—além da *Galeria* a epigrafia não revela nenhuma outra tribo—pode sugerir pistas para determinar esse momento de fundação.

Stylow, em trabalho recente, propõe um interessante modelo para analisar a política colonizadora de César e Augusto [STYLOW, 1995, 105-123]. Face à documentação existente, pese embora esporádicos casos de complexa explicação, o autor anota que a tribo *Sergia* foi introduzida na Hispânia por César (continuando talvez uma política mais antiga), e a sua total desvinculação das fundações augustanas, sendo estas adscritas à tribo *Galeria* [STYLOW, 1995, 121]<sup>5</sup>.

Perante esta constatação, exclui-se uma fundação cesariana. A fundação de *Pax Iulia* deverá, pois, atribuir-se a Octaviano ou Augusto, já que, por manifesta falta de dados, o modelo de Stylow não apresenta nenhuma explicação para o período entre 44 e 27 a.C., deixando, neste domínio, o período de Octaviano aberto à "liberdade" de especulação<sup>6</sup>

A cronologia das duas emissões monetárias (RPC I, 52 = CNH 425:1; RPC I, 53), entre 31 e 27 a.C., proposta por M. Faria, tem sido tomada como um argumento

---

<sup>4</sup> V. Mantas sugere essa relação directa que, em seu entender, fará todo o sentido à luz das recentes descobertas arqueológicas em Beja [MANTAS, 1996b, 49]. M. Faria, por sua vez, admite que, se não se tratar de um erro de Estrabão, se deve tomar apenas como um testemunho da *deductio* por Octaviano numa data anterior a 27 a. C. [FARIA, 1989, 105], reafirmando, no entanto, a grande probabilidade de se tratar de um erro [FARIA, 1997, 174].

<sup>5</sup> Os casos em que não é possível apresentar automaticamente César como responsável da elevação de todas as cidades onde aparece a tribo *Sergia* não altera a conclusão de que César é o último verdadeiramente documentado a impôr a tribo *Sergia* e que a tribo *Galéria* é uma imposição de Augusto.

<sup>6</sup> Antes deste trabalho de Stylow, C. Castillo [CASTILLO, 1988, 233-243] e J. Gonzales [GONZALES, 1989, 133-153] haviam estabelecido critérios modelares de utilização das tribos na problemática das fundações coloniais augustanas e cesarianas. C. Castillo considera que a César se devem atribuir as fundações coloniais onde se atesta a tribo *Sergia*, a Augusto as das tribos "singulares", sendo as da tribo *Galeria* provavelmente anteriores a 27 a. C. J. Gonzales conclui que são colónias cesarianas as da tribo *Sergia*, augustanas as da tribo *Galéria* e aquelas onde se testemunham as duas tribos testemunhariam um primeiro estabelecimento de César e um segundo de Augusto.



decisivo para datar a fundação da cidade<sup>7</sup> [FARIA, 1986, 13-14; 1989, 103-109] A. M. Faria considera que estas emissões tiveram lugar sob Octaviano, que figura nos aversos; uma delas batida "possivelmente em 30 a. C., no intuito de assinalar a fundação da colónia" [FARIA, 1995, 150]<sup>8</sup>. Ambas as emissões apresentam no reverso a legenda *PAX IVL*. Naquela que será "talvez, a mais antiga", segundo A. M. Faria, o reverso é totalmente preenchido pela legenda inscrita no interior de uma espécie de cartela formada por duas linhas horizontais (RPC I 53 = CNH 425:2) e na outra os reversos apresentam a deusa *Pax* sentada, à esquerda, com caduceu e cornucópia seguros na mão a separar a legenda *PAX IVL* (RPC I, 52 = CNH 425:1), legenda que umas vezes se gravou na vertical, outras na horizontal (VIVES, 167, 1 167, 2, respectivamente) [FARIA, 1995, 150].

Recentemente, este autor, acrescenta um novo exemplar, que considera "variante da emissão anterior, divergindo desta por apresentar no reverso a *Pax* de pé, à esquerda, segurando os mesmos atributos, cornucópia e caduceu, a dividir a legenda toponímica completa *PAX IVLIA*, gravada em posição vertical. No averso, diante da cabeça de Octaviano, lê-se o nome *CAESAR* (Fig. 3). O espécie referido pesa 16,90 g, mede 28,5 mm, estando o respectivo eixo orientado às 4 h. A nitidez da epígrafe veio confirmar as palavras de Vives [VIVES Y ESCUDERO, 1924, 124] (...) El primer as tiene el nombre de *CAESAR* ainda que borrado, y eso hace creer que lo tendrían los demás (...)" [FARIA, 1995, 150]. Na circunstância, A. M. Faria assegura-nos que "a cabeça ilustrada nos aversos de RPC I 52 (=CNH 425:1) tenha sido rodeada por uma legenda externa alusiva ao nome de Octaviano, de que *CAESAR* era parte integrante, tendo mais tarde, a

---

<sup>7</sup> Trata-se de duas emissões de asses.

<sup>8</sup> A datação foi proposta em artigo datado de 1989 [FARIA, 1989, 103-109]. Porém, porque em diversas ocasiões se tem referido ao tema, citaremos o título onde foi formulada a proposta, mas seguiremos preferencialmente o mais recente no qual se encontra toda a anterior bibliografia. Aliás, este mesmo procedimento tomaremos relativamente a outros autores, acreditando que apresentaremos as suas mais recentes tomadas de posição (nalguns casos há mudanças de opinião, em nosso entender naturais em trabalhos onde a investigação está em curso).

Villaronga considera ser Augusto quem está representado no averso e não identifica a figura do reverso, dizendo apenas que se trata de uma figura feminina [VILLARONGA, 1979, 270, nº 1033-1034]. Grant, por sua vez, datou-as a partir de 19 a.C, considerando que se tratava de emissões comemorativas da visita de Augusto à Hispânia [GRANT, 1969, 221]. Apesar do insólito argumento, registamos a datação.

mesma epígrafe sido apagada da grande maioria dos exemplares por motivos desconhecidos" ou em alternativa "a possibilidade de a dita legenda não ter chegado a ser gravada em parte dos cunhos" [FARIA, 1995, 150-151]<sup>9</sup>.

Apesar de A. M. Faria ter fixado a datação das emissões monetárias de *Pax Iulia* entre 31 e 27 a.C. [FARIA 1986, 13; FARIA, 1989, 107-108], com base na ausência de titulação no anverso, corroborada com a similitude do tipo de reverso em denários cunhados em Roma anteriormente a 29 a.C. e de cistóforos batidos em Éfeso em 28 a.C., o facto de agora se comprovar a existência de legenda (que Vives havia já referido mas que, todavia, não se conhece na totalidade), não é considerado pelo autor como "razão para alterar a posição anteriormente manifestada (...)", pois, em sua opinião, "o título AVGVSTVS encontra-se aparentemente ausente do letreiro em apreço" [FARIA, 1995, 150].

Se a ausência do título de AVGVSTVS se vier a confirmar (A. M. Faria não deixa de admitir que a ausência pode ser apenas aparente), não terá o autor motivo para alterar a cronologia das emissões monetárias. Porém, até que se tenha uma leitura completa dessa legenda há que admitir, ainda que remotamente, a possibilidade de este ter aí constado, pois a proximidade tipológica dos reversos dos exemplares pacenses com outros exemplares não deve, só por si, tomar-se com critério seguro para estabelecer uma cronologia exactamente coincidente, facto que, aliás, parece ter sido entendido pelos autores de RPC I, que datam estas emissões de Augusto [RPC I, 70; 52, 53].

Mas, caso se venha a ter que alterar a cronologia das emissões monetárias, e se mantenha a tese que afirma as emissões monetárias "directamente relacionadas com a fundação da colónia", a ocorrência desta "entre 31 e 27 a. C" [FARIA, 1995a, 90], terá

---

<sup>9</sup> Farinha dos Santos na entrada *Numismática* da *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, tomo 20º, col 665-708, havia dado indicação da existência da legenda CAESAR, no anverso dos asses cunhados em *Pax Iulia*. "Um mostra, no anverso a cabeça descoberta e juvenil de Octávio e a inscrição CAESAR e, no reverso, uma matrona sentada e sustentando o caducéu e a cornucópia entre PAX e IVLIA: outro com anverso idêntico ao anterior, mas anepígrafo..."

que ser abandonada e haverá que avança-la para o reinado de Augusto<sup>10</sup>.

Se a ausência de epígrafes onde surja a tribo *Sergia* possibilita excluir César como fundador de *Pax Iulia*, a cronologia das epígrafes não facilita uma decisão em favor do período de Octaviano ou de Augusto. Consta-se que as epígrafes onde se mencionam magistrados municipais não são anteriores ao século I. d. C. e que a única epígrafe que nos remete para o programa urbanístico que teve lugar na cidade data de 3-2 a. C. [ENCARNAÇÃO, 1988, nº 131]<sup>11</sup>. Toda a epigrafia é plenamente imperial e, excluindo casos muito excepcionais datados do final do século I a. C. ou início do século I d. C.—placa funerária de *C. Cosconius* [ALFENIM, 1997, nº 259], por exemplo—, data do século I d. C em diante.

Dado que, nem a denominação da cidade, nem a menção da tribo, nem as emissões monetárias (argumentos que têm sustentado a fixação da data de fundação da cidade de *Pax Iulia*), nem a cronologia das epígrafes, do nosso ponto de vista, permitem mais que uma retórica especulativa em favor de uma fundação de Octaviano ou de Augusto, parece óbvio que a resolução da questão passa pelo aparecimento de alguma epígrafe e, sobretudo, pelos vestígios arqueológicos conservados no subsolo de Beja negligenciados no debate, até ao presente<sup>12</sup>,

A fundação de uma cidade implicava o lançamento da construção de equipamentos públicos, civis e religiosos; a escavação destes e as cronologias aferidas deverão possibilitar discutir a questão com bases mais sólidas e contribuir para uma melhor afinação cronológica dos elementos que se têm vindo a utilizar no debate. Até ao

---

<sup>10</sup> V. Mantas, sem retirar o carácter comemorativo das emissões pacentes, que data entre 31 e 28 a. C., considera que estas seriam "comemorativas da batalha de *Actium* e da paz consequente" sem qualquer relação com a concessão do estatuto colonial a *Pax Iulia* [MANTAS, 1993, 491-492], acreditando que "se pode tratar de emissões comemorativas da criação de uma cidade de direito latino" [MANTAS 1996b, 50].

<sup>11</sup> Encarnação reconstitui a inscrição, conhecida por menção no *Bejense* de 28 de Junho de 1897:

IMP.CAESAR.DIVI.F.AVGVSTVS.PATER.PATRIAE  
PONT.MAX.TRIB.POTES.XXI.COLONIAE.PAC.IVL  
MVROS.TVRRES.ET.PORTAS.DAT

<sup>12</sup> V. Mantas introduziu os dados arqueológicos na elaboração das suas teses, porém utilizou dados que, em nosso entender, se devem considerar externos, pois trata-se de observações feitas em meio rural (no concelho de Vidigueira), onde as cronologias não se podem transferir directamente para o núcleo urbano e, por isso, de discutível utilização neste debate [MANTAS, 1996a, 19-21; 1996b, 53].

momento, a arqueologia não nos proporcionou atingir nenhum nível estratigráfico que se possa relacionar com a instalação dos primeiros equipamentos da cidade. No entanto, as observações que pudemos fazer parecem indicar que a dotação de estruturas públicas à cidade não será anterior às duas últimas décadas do século I a. C.<sup>13</sup>. Na escavação da Praça de Armas do Castelo, observámos um nível datado, pelo numeroso material (sigillata sudgálica, hispânica e clara A, ânforas várias —Dressel 14, por exemplo—, vidros, etc.), do período flaviano, o qual assentava directamente sobre um nível de ocupação da II Idade do Ferro. Tratando-se de um espaço afastado daquele que seria o centro da cidade, não deve estranhar-se uma sucessão estratigráfica diferente daquela que deverá encontrar-se na parte monumental. Mas ainda aqui, os raros materiais associados a um troço de um grande muro (muralha ou parte constituinte da porta de Évora?), directamente assente na rocha e sobre um nível pré-romano, não permitem recuar a construção a período anterior às últimas duas décadas do século I a. C.<sup>14</sup>.(ver **4.4.2.3**)

A escavação no logradouro do Conservatório do Baixo Alentejo, porque se localiza na área que terá sido a zona monumental da cidade, poderá futuramente fornecer-nos leituras estratigráficas mais concretas. Até ao momento, o que foi possível escavar em níveis não tocados por fenómenos post-deposicionais foi ainda escasso. No entanto, mau grado essa exiguidade, um robusto edifício (cuja função ainda não definimos) construído sobre os níveis antigos que tudo indica serem do povoado da II Idade do Ferro, apresenta nos níveis de fundação materiais que não podemos recuar além do final do século I a. C. (ver **4.4.2.2**)

Na necrópole de S. Francisco, as sepulturas são datadas da nossa era e, apesar da

---

<sup>13</sup> Não se tomem estas datas como definitivas, pois as escavações que levámos a efeito, por terem um carácter parcial, não podem ser tomadas como indicadores rigorosos de cronologia.

<sup>14</sup> Em rigor, pelos materiais encontrados, uma datação concordante com a da inscrição que refere a construção das torres e portas, é mais adequada. Os materiais não integrados em depósitos originais recomendam que não sejamos rígidos na interpretação; constata-se que, logo após nível da Idade do Ferro, no qual se recolheu um pequeno fragmento de cerâmica ática, se sucede uma estratigrafia revolvida por construções post-romanas na qual se misturam materiais de várias épocas e onde apenas encontrámos cerâmicas romanas perfeitamente datadas do período de Augusto e seguintes.

escavação até à rocha em várias sondagens, não observámos materiais anteriores ao início do século I d. C. (ver 4.4.2.5)

Na Rua do Sembrano, onde se procedeu a uma ampla escavação, desconhecemos completamente as sequências estratigráficas, porém, de entre os materiais, onde pontuam vários reportáveis à II Idade do Ferro<sup>15</sup> e outros cuja cronologia só se pode aferir em função do contexto estratigráfico em que se encontravam (tanto podem integrar níveis da II Idade do Ferro, como níveis romano-republicanos), aqueles que são anteriores ao século I d. C. são bastante diminutos e, ainda assim, com fortes possibilidade de integrarem contextos datados do final do reinado de Augusto<sup>16</sup>.

Nos achados descontextualizados que na cidade se foram recolhendo ao longo dos tempos também se não encontraram testemunhos anteriores a Augusto<sup>17</sup>.

Se, aos vestígios arqueológicos encontrados na cidade, juntarmos aqueles que se relacionam com a ocupação do mundo rural, o *facies* cronológico para ocupação de *Pax Iulia*, dificilmente se vislumbra antes do final do século I. a. C. (mesmo admitindo que a cronologia de ocupação dos campos é ligeiramente posterior à do núcleo urbano).

Do ponto de vista cronológico, torna-se evidente constatação que a epigrafia e os vestígios arqueológicos aparentam estar em dissintonia com as tradicionais e mais defendidas propostas dos promotores da fundação da cidade—César e Octaviano.

O desacordo entre os dados arqueológicos e uma fundação cesariana, defendida entre outros por H. Galsterer [GALSTERER, 1971, 52], Garcia y Bellido (que afirmava ter sido um *praesidium* de Júlio César e convertida em colónia por Augusto antes de 27 a. C.) [GARCIA Y BELLIDO, 1958, 20], M. Grant [GRANT, 1969<sup>2</sup>, 221], A. Tovar

---

<sup>15</sup> Em tempos foi-nos solicitado o estudo desses materiais a fim de se proceder à sua musealização no Museu de Sítio da Rua do Sembrano. Foi uma rápida observação e sem qualquer integração nos contextos estratigráficos, o que condiciona a sua utilização de forma concreta. O estudo destes materiais integrados nos seus contextos estratigráficos é da maior importância. Trata-se de um conjunto bastante vasto e diversificado, proveniente da parte central da cidade, onde se sucedem as ocupações pré-romana e romana.

<sup>16</sup> A sigillata itálica, por exemplo, é bastante diminuta.

<sup>17</sup> Sobre a cronologia dos capitéis veja-se RIBEIRO, 1999 e sobre a escultura veja-se SOUSA, 1990, 9-16.

[TOVAR, 1976, 211]<sup>18</sup>, surge como normal, face à inexistência de qualquer prova da inscrição dos cidadãos *pacenses* na tribo *Sergia*, mas, para uma fundação de Octaviano, preferida, entre outros, por F. Vittinghoff [VITTINGHOFF, 1952, 78, 109, n 4], M. Henderson [HENDERSON, 1942, 13], A. M. Faria [FARIA, 1989; 103-109] e V. Mantas [MANTAS, 1996b]<sup>19</sup> detemo-nos na constatação que, embora não possa ser liminarmente rejeitada, também não pode, por ora, devido à escassez da informação, ser tomada como provada.

À cronologia das emissões monetárias, entre 31 e 27 a. C., proposta por A. M. Faria [FARIA, 1989, 103-109], pela adesão que mereceu, mesmo quando questionada a sua função comemorativa da fundação da cidade, concede-se o papel de prova (única!) de uma fundação de Octaviano. Sublinhe-se contudo que a datação proposta em RPC I, 52; 53, [RCP I, 1992, 74] se conjuga melhor com a cronologia de epígrafes e vestígios arqueológicos<sup>20</sup>.

Pela nossa parte, a questão passará talvez por reconhecer que, no estado actual dos conhecimentos, não valerá a pena esgrimir argumentos em ordem a fixar a datação das moedas, sobretudo porque o que a datação destas verdadeiramente assegura é um *terminus ante quem* para a existência da cidade, parecendo-nos abusivo utilizar esse dado em ordem à fixação do respectivo acto fundacional.

Se uma tal precaução se nos afigura legítima, é por não estarmos totalmente convencidos de que o carácter comemorativo eventualmente subjacente às emissões

---

<sup>18</sup> A bibliografia é mais ampla mas não nos parece relevante elaborar o rol completo de todos os autores que se pronunciaram sobre o assunto, os quais, aliás, aparecem recorrentemente citados nos trabalhos mais recentes.

<sup>19</sup> Será em vão que se alega que as epígrafes antigas desapareceram e que por isso as que conhecemos não podem ser tomadas como argumentativas nesta análise. Naturalmente que se perderam muitas epígrafes e destas algumas talvez fossem mais antigas que as que conhecemos. Mas não se pode, afirmar que todas desapareceram, já que na região de Aljustrel e Ourique se registam epígrafes mais antigas que as que conhecemos em *Pax Iulia* [ENCARNAÇÃO, 1984, 183-216]—algumas delas datadas dos começos do Império (IRCP, 123, 131, 136, 139, por exemplo. Porém, como apontamos, apesar de algumas pistas que se devem tomar em consideração, a arqueologia não forneceu ainda dados que possam inequivocamente relacionar-se com os equipamentos que acompanharam a promoção do *oppidum* pré-romano a *civitas* romana. Esta contradição pode, pois, ser apenas aparente.

<sup>20</sup> Atendendo a que o corpo físico e social da cidade não é imediatamente realizável, mas que também não se arrasta longamente, o tempo que medeia entre uma data algures próxima daquela que M. Grant apontou enquadra-se melhor com os vestígios arqueológicos conhecidos.

monetárias se deva obrigatoriamente reportar à questão da fundação. É que tanto a sobriedade quanto o hermetismo que, do ponto de vista simbólico, exibem os tipos de anverso e reverso em presença, não se coadunam com o significado político de que forçosamente se revestiria o acto de promoção de um *oppidum* indígena a *colonia civium romanorum*, nomeadamente ao nível da pretendida divulgação e afirmação desse acto junto da população autóctone. E mesmo colocando hipóteses como a de que a legenda, quando conhecida na sua totalidade, houvesse garantido uma maior lisibilidade da mensagem, nada autoriza a dar por óbvia a descodificação desta<sup>21</sup>. Para mais, quando o investimento simbólico dessa mensagem, ao apostar num processo de transferência de atributos de *Pax* para Octaviano<sup>22</sup>—promotor da iniciativa política de fundação e obreiro de um novo poder instituído—não deixaria de apelar para uma dimensão simbólica dificilmente acessível ao comum dos visados.

Apesar do volume aparentemente diminuto e circulação pouco alargada destas emissões monetárias, parece-nos preferível encontrar outras hipóteses de justificação<sup>23</sup>.

Para nós, em rigor, não existe nenhum argumento que permita excluir uma fundação augustana, *coeva* da fundação de *Emerita Augusta* e de *Caesaraugusta*,

---

<sup>21</sup> Num estudo que tem como objecto as moedas cunhadas em Roma do final da República, Cristina Perez demonstrou que, no que concerne à moeda, esta foi utilizada como um canal privilegiado de veiculação de um discurso de propaganda fundado na exploração da imagem [PEREZ, 1984].

<sup>22</sup> A escolha de uma divindade ou dos seus atributos divinos é aparentemente pobre, mas o seu lugar no reverso é complementar da efígie ou figura gravada no anverso. C. Perez anota esta prática como oficial em momentos em que o poder pessoal se implanta ou tenta manter-se e dá como exemplo a associação que Octaviano faz à sua efígie gravada no anverso da imagem da águia nos reversos dos *aurei* cunhados no Oriente em 27 a.C. [PEREZ, 1984, 624].

<sup>23</sup> A confirmar-se o apagamento da legenda da maioria dos exemplares [FARIA, 1995, 151], será interessante perceber as razões do sucedido. Como tudo indica, as razões para este apagamento prender-se-ão com a dialética da recordação e do esquecimento, pelo que se nos afigura pouco crível que uma parcela da memória de um episódio tão determinante para as populações da cidade se apagasse.

Não fazemos questão em afirmar uma data exacta, dado acharmos que, no caso, esta é um pouco indiferente. Determinar se o momento político oportuno da fundação foi no tempo de César, de Octaviano ou de Augusto é completamente diferente de fixar uma data precisa ao acontecimento. A importância dos acontecimentos histórico-políticos reside naquilo que eles acarretam como transformação e a datação exacta representa apenas o cerimonial comemorativo que simbolicamente memoriza o processo de transformação que catalisou.

Se se continuar a admitir como certa a datação das emissões monetárias e a sua relação com a fundação da cidade, Octaviano torna-se incontornável. Neste contexto, o ano de 29 a. C., durante o qual o templo de Janus esteve fechado, surge como apropriado.

mencionadas em conjunto por Estrabão e se se pretender enfatizar o papel comemorativo das raras emissões de moeda, a datação destas, proposta em RPC I<sup>24</sup> seria perfeitamente concordante.

Parece-nos que, enquanto não se alterarem os argumentos que se devem convocar para este debate, o conhecimento sobre *Pax Iulia*, até que a investigação de terreno forneça elementos concretos que permitam retomar de novo o assunto, deverá centrar-se no processo de transformação que a *civitas* imprimiu à região, deixando aberta qualquer possibilidade para a data da sua fundação. A confirmação da ocupação pré-romana do sítio de *Pax Iulia* e a sua fundação, neste contexto, devem ser avaliadas em conjunto e em pormenor, pois nelas devem residir os testemunhos da data de promoção do *oppidum* pré-romano a colónia romana e, também, os indicadores das circunstâncias em que ocorreu essa transformação—aspectos que se nos afiguram essenciais para perceber a dinâmica que presidiu à escolha deste local para a implantação de uma colónia romana<sup>25</sup>.

O esclarecimento do tipo de povoado que antecedeu a *deductio* será importante para determinar as condições em que esta se realizou e, caso se viesse a confirmar a hipótese de esse povoado corresponder a *Conistorgis*, o facto de se tratar de uma cidade aliada dos Romanos desde meados do século II a.C., a questão ganharia outros contornos e o vocábulo promoção, significado pleno.

A escolha do local de implantação da colónia, no sítio deste *oppidum*, em posição geográfica privilegiada na Lusitânia meridional, perspectiva uma nova concepção de organização territorial, quer a nível local, quer provincial, tendo em conta o processo de integração dos indígenas do *oppidum* e de todos os outros que se

---

<sup>24</sup> Estrabão poderia ter-se equivocado quanto à denominação de *Pax Iulia* mas o facto de a mencionar em conjunto com *Emerita* e *Caesaraugusta* poderá entender-se como resíduo de alguma afinidade cronológica, sobretudo quando se nomeiam estas e se omite o nome de outras. A especulação teórica admite perfeitamente este raciocínio.

<sup>25</sup> Sem qualquer menosprezo pelas teses que actualmente se vêm defendendo, que nos parece terem chegado a um impasse, como se verifica pela sucessiva repetição das mesmas ideias em títulos multiplicados por várias publicações, preferimos esta posição de expectativa, paciência, abertura e flexibilidade para aceitar qualquer solução.



dispersavam pelo vasto território que lhe foi atribuído. É com o significado de locais "destinados a aclimatar a civilização de tipo romano em regiões permanentemente pacificadas mas ainda incompletamente integradas cultural e politicamente" [LE ROUX, 1995, 82] que julgamos dever entender-se o *sinecismo* de Estrabão (III, 2, 15) e não como significante de uma organização distinta da comunidade indígena e da de colonos, que se pretendeu comprovar existir por uma inscrição (IRCP, 233), de onde supostamente se pode deduzir a existência de duas assembleias<sup>26</sup>.

No que respeita ao estatuto da colónia, admitimos em tempos que pudesse ter havido um processo de evolução estatutária da cidade até à categoria de colónia [LOPES, 1996, 71, n.1], contudo, parece-nos que o estatuto de colónia de cidadãos romanos é solidário e, portanto, contemporâneo da promoção do *oppidum* pré-romano, tendo em conta, não apenas os colonos estrangeiros que aí foram instalados, mas também a naturalização dos indígenas que desta forma obtinham a cidadania romana de pleno direito<sup>27</sup>.

A capitalidade inerente à sediação do *conventus pacensis* em *Pax Iulia*,<sup>28</sup> reforçou a importância como centro político e administrativo, que lhe advinha do facto de ter sido a única cidade de estatuto colonial fundada no Sudoeste peninsular<sup>29</sup>.

---

<sup>26</sup> Da inscrição, cujo paradeiro se desconhece, apenas se conhece um fragmento e não é seguro que se possa deduzir a existência de duas assembleias de notáveis que Galsterer considerou terem sido presididas pelo mesmo magistrado [GALSTERER, 1971, 52, n. 9]. Porém a hipótese da existência destas duas assembleias de notáveis tem sido veiculada como muito possível [ENCARNAÇÃO, 1984, ALARCÃO, 1990, 362, MANTAS, 1996b, 52].

<sup>27</sup> Quanto aos colonos de *Pax Iulia*, a epigrafia não nos fornece muitas indicações. Em todo o caso, uma instalação massiva de veteranos não está confirmada, dado apenas serem conhecidos um legionário oriundo de *Pax Iulia* (CIL II, 2425) e outro falecido em Roma (GARCÍA MARTÍNEZ, 1994, 459) e um tribuno dos soldados (?) da XXII legião Primigénia [IRCP, 235]. A hipótese de aqui terem sido instalados veteranos que integraram as tropas de Marco António, não detectados pela epigrafia porque teriam omitido esse facto [FARIA, 1999, 39], dificilmente se sustenta. Porque teriam omitido esse facto em *Pax Iulia* e o deixaram detectável em *Augusta Emerita*, onde Saquete Chamizo diz terem sido instalados? [SAQUETE CHAMIZO, 1997, 39-41].

<sup>28</sup> A *Tabula Lougeiorum*, datada de 1 d. C., tem sido tomada como o argumento decisivo em favor da data de criação dos *conventus* (circunscrições jurisdicionais durante o Império) por Augusto e não a partir dos Flávios como tradicionalmente se vinha referindo.

<sup>29</sup> Os centros políticos e administrativos de importância eram todos colónias [LE ROUX, 1995, 80].

## 4.2 Uma concepção de cidade

A cidade romana é um espaço político-administrativo e social constituído por um núcleo urbano e um território de dimensões variáveis, no qual podem observar-se *vici*, eventualmente aldeias, *villae* e casais, coincidente com o quadro funcional e de identificação da vida na antiguidade. Desta forma, a cidade provincial representa a unidade individual, ao nível da comunidade local, da estrutura geral de organização administrativa no quadro da região e da província.

O desconhecimento dos planos urbanísticos da quase totalidade das cidades romanas, em grande parte devido à ocupação continuada até aos dias de hoje, lança os historiadores e arqueólogos que trabalham em ambiente urbano para um estado quase obsessivo de tentativa de reconstrução desses planos.<sup>30</sup>

A centralização da análise da cidade romana neste elemento concreto que é o desenho do núcleo urbano central resulta, por um lado, da complexidade da abordagem integrada dos seus diferentes sectores<sup>31</sup> e, por outro lado, da atribuição de importância basilar ao conhecimento da expressão formal desta particular forma de ocupação do solo.

A investigação sobre as cidades romanas tem sido, por isso, pautada por uma abordagem segmentada, com carácter fundamentalmente descritivo, incidindo prioritariamente na recuperação de planos urbanísticos, de edifícios ou sectores do plano estruturante da cidade.

Evidentemente que outro tipo de estudos, nomeadamente os que se relacionam com a estrutura social, reconstituível com base em estudos de epigrafia, ou com a economia, têm merecido atenção particular dos investigadores. Estes aspectos, porém, têm sido tratados, frequentemente, de forma compartimentada, como se se tratasse de

---

<sup>30</sup> À busca incessante, por parte de alguns investigadores, de paralelos na cidade de Roma, ou noutras que assumiram grande protagonismo no contexto do Império, subjaz o conceito, em nosso entender completamente falso, de que a grandeza da cidade depende da sua maior ou menor proximidade formal com esses exemplos.

<sup>31</sup> Em grande parte reflexo de uma especialização disciplinar.

capítulos que se sucedem uns aos outros com vagos elos de ligação. Trabalhos como aquele que Phillipe Leveau elaborou para Cesareia da Mauritània [LEVEAU; ] são, ainda, francamente minoritários e, no contexto português, exceptuando Conimbriga, são inexistentes.

Se nos situarmos no caso concreto de *Pax Iulia*, a ilustração do que afirmamos é exemplar. Nos últimos quatro anos surgiram uma boa meia dúzia de artigos onde se esgrimiram argumentos tendentes a fixar a data de fundação e da atribuição do estatuto de colónia romana à cidade, baseados apenas numa parcela da matéria a que deverá apelar-se para analisar esta questão. Prescindiu-se, por exemplo, dos dados arqueológicos, menorizando a carga informativa que transmitem, nomeadamente a que temporaliza a instalação dos habitantes da *civitas*. Tomou-se a cidade como uma entidade autónoma dos habitantes, como se esta se definisse por uma suposta data e um estatuto.

Cidade, para nós, só existe quando um determinado espaço se dota de instituições, se materializa por edifícios e equipamentos (qualquer que seja o seu tipo), e se preenche de indivíduos que, enquadrados por um estatuto jurídico, animam e constituem o elemento fundamental da emergência desses equipamentos. Não há sectores primários e secundários numa cidade; há um leque vasto de factos de natureza variada que se interpenetram e dinamizam mutuamente, não obstante a desigual capacidade de influenciar a evolução.<sup>32</sup>

Sendo a *civitas* uma unidade territorial constituída pelo inseparável binómio, núcleo urbano central e espaço rural, objectivamente, o seu estudo deveria ser feito em simultâneo.

O processo de apreensão dos elementos constitutivos da paisagem urbana e rural,

---

<sup>32</sup> Seguramente que a data de fundação é importante. Permite-nos relacionar o seu nascimento com políticas e, eventualmente, com factos históricos. Do mesmo modo que o estatuto jurídico nos permite situar juridicamente os seus habitantes. Mas se no segundo aspecto as fontes antigas e/ou inscrições nos podem fornecer dados concretos, como discutir a data de fundação sem confrontar todo o tipo de fontes, fundamentalmente aquelas que materializam as instalações dos seus habitantes? Os estabelecimentos rurais, correspondentes aos lotes de terreno dados aos colonos datam de quando? Estão ou não em sincronia com as fontes que se esgrimem para datar a fundação? Ou fundação é um acto desarticulado do resto?

correspondendo a uma fase descritiva do discurso analítico, com incidência apenas nos aspectos relativos à imagem visual dos espaços constituintes, é, operativamente, uma fase fundamental da abordagem. Estima-se que desta resulte a construção do quadro base de investigação, o **objecto**, o qual, representando uma realidade material que serve de suporte ao vasto corpo de realizações materiais, sociais e simbólicas que caracterizam um determinado *modus vivendis*, tomar-se-á como ponto de partida para análises, individualizadas ou integradas, do conjunto dos constituintes da *civitas* e ao qual se deve regressar após obtida a resposta às diversas questões que procedem da sua existência enquanto espaço vivido numa determinada dimensão temporal.

A recuperação desse objecto fundamental, no entanto, em si mesmo, não contém os elementos explicativos ou de aproximação ao conhecimento da cidade. Destituída da sua dimensão de sujeito, a cidade emerge apenas como uma forma imóvel e, por consequência, sem vida.

Uma cidade abordada apenas do ponto de vista da forma, da espessura, da variabilidade das diferentes partes que a constituem, permite somente perceber uma composição da paisagem material/monumental. Ora essa imagem da cidade, em observação estática, como a que nos proporcionam as fotografias aéreas, por exemplo, é confrangedoramente redutora e parcial porque amputada dos elementos da dinâmica de funcionamento interno e externo e da dimensão temporal<sup>33</sup>.

A investigação sobre cidades romanas visando a reconstituição dos seus planos urbanísticos, mesmo nos casos raros de conservação de grande parte das estruturas, deverá fazer uso de um inequívoco, variado e substantivo material do qual se deve privilegiar o de natureza arqueológica. Em situações em que a estas se sobrepõem uma estratigrafia de ocupação até à actualidade, ao accionamento de todos os procedimentos metodológicos de natureza técnica e científica deve adicionar-se uma sistemática vigilância de qualquer intervenção no subsolo, tarefa que ultrapassa largamente o

---

<sup>33</sup> Relativamente a este último aspecto, as fotografias aéreas podem-nos permitir averiguar se ao longo do tempo a cidade de retraiu ou se estendeu mas nunca nos permitem concretizar esta dimensão com a lógica e dinâmica própria do fenómeno, que, aliás, também elas não se podem coordenar no tempo.

trabalho do arqueólogo, solicitando a articulação e colaboração do conjunto de entidades responsáveis por essas intervenções.

A presunção de que certas expressões formais, mais ou menos evidentes, atestam no solo a marca de certos equipamentos ou representam fragmentos de uma determinada organização espacial de origem serve apenas como um dos conteúdos de reflexão e prospecção mas, em caso algum, sem confirmação prévia, como elemento de suporte ao desenho reconstitutivo.

Entre os especialistas do urbanismo antigo há muito se esclareceu o equívoco resultante da definição de Roma, por Bianchi Bandinelli, como o centro do poder, e as capitais provinciais como centros de expressão desse poder, definição que condicionou a investigação no sentido de procurar, nas cidades provinciais, os elementos que pudessem afirmar o seu carácter de vitrine da Urbe.

Ninguém hoje questiona a multiformidade modelar da cidade romana, resultante da especificidade da sua situação, das condições de fundação (*ex nihilo* ou sobre aglomerado anterior), tamanho, organização interna, papel na vida local e regional. A diversidade de configuração e ordenação espacial das cidades romanas contraria esse ideal de normalização, que sistematicamente se viu dificultado por condicionalismos de natureza diversa: topografia, instalação de comunidades indígenas, etc. O pragmatismo romano assimilou bem estes obstáculos e o resultado pode ser traduzido, de uma forma abrangente, pela afirmação de P. Gros: “verificamos que os urbanistas romanos se preocuparam menos com o rigor geométrico que com a coerência estrutural e, em particular, com os componentes religiosos, que eram por definição os espaços de importância significativa” [GROS, 1994, 48].

Esta afirmação traduz uma pragmática opção pela valorização dos aspectos fortes da realização urbana dos Romanos, organização prática e coerente, e destaque das componentes de representação simbólica que lhe são inerentes e, ao mesmo tempo, como uma clara proposição de análise do urbanismo das cidades antigas.<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> Seria interessante que se desse a esta afirmação um carácter de pressuposto metodológico a fim de uma vez por todas se acabarem com as afirmações simplistas de que as cidades romanas são todas iguais.

A multiformidade não ignora, porém, a evidência de que um leque fundamental de edifícios estava sistemática e obrigatoriamente presente em qualquer cidade e que estes, por sua vez, em função das actividades a que se destinavam, obedeciam, por princípio, a uma lógica de implantação espacial que, em maior ou menor grau, determinava a organização interna da cidade. Do mesmo modo, não se renega a premissa de que, além da funcionalidade específica, os monumentos públicos da cidade assumiam o papel de expositores permanentes da qualidade de vida que a *civitas* estava em condições de oferecer.

A investigação actual dispõe de um vasto corpo de princípios teóricos e práticos que lhe permitem assumir e compreender a complexidade dos organismos vivos que são as cidades e verificar a ineficácia do tradicional debate estritamente planimétrico, sobre a maior ou menor regularidade dos esquemas de base e do carácter distributivo da sua trama ortogonal [GROS, 1994, 48].

De qualquer modo, teoricamente, partindo de alguns equipamentos urbanos, nomeadamente daqueles que se situavam no *forum*, pode ensaiar-se reconstruir um plano urbanístico, reportando-o a um qualquer protótipo ou adaptando o protótipo à situação local. Balty afirma que estes equipamentos correspondem a esquemas modelares: “Au delà de l'apparente diversité des réalisations particulières certains schémas directeurs rendaient compte de relations subtiles dans un ensemble clairement organisé dont les principaux éléments constitutants projectent toujours une même image, rapports élémentaires de mise en évidence ou de sujétion entre les monuments, perspectives caractéristiques qui ne seraient pas exclusivement dues à des contingences topographiques locales, schémas peut-être, qui, pour des raisons d'orientation ou des exigences de circulation, mais surtout au plan idéologique ou par imitation de formules mises à l'honneur par une construction célèbre de l'Urbs, regiraient alors l'implantation du Capitole, de la curie et de la basilique

O *forum* é o centro político e administrativo e, enquanto espaço privilegiado de manifestação e demonstração de poder, articula-se num esquema modelar funcional em que os edifícios assumem o seu significado nas relações que se projectam entre cada um

deles e no conjunto. Ensaiar, porém, um modelo organizativo do conjunto da cidade partindo deste complexo monumental é excluir a possibilidade, reafirmada por múltiplos exemplos, à escala do Império e da Hispânia, de variantes e de diversidade de fórmulas urbanísticas.

Mas admitindo partir do *forum* para a reconstituição dos tecidos urbanos, devem previamente estabelecer-se como condições a existência de um conjunto de vestígios de inquestionável interpretação funcional e cronológica, e a salvaguarda da possibilidade de eventuais singularidades resultantes de condicionalismos próprios, topografia do local de implantação, ocupação anterior ou qualquer outra razão de natureza política e jurídica relacionada com a função dessa *civitas* no contexto local e regional e da sua representação nesse espaço global que é o mundo romano.

A pertinência e utilidade destas reconstituições só tem sentido se não se pretender confundir urbanismo com identidade da cidade mas, ao invés, entendê-lo como cenário, como base territorial de uma particular associação humana que se constitui por um quadro de vida social em que os indivíduos se relacionam ou não de forma segmentada e como uma série de instituições que representam o poder, celebrado e simbolizado, nas suas diferentes formas e na materialidade dos edifícios e monumentos que se edificam no núcleo urbano.

### **4.3 Tecido urbano**

Seria desejável que num trabalho centrado no estudo de uma cidade apresentássemos um desenho do seu plano urbano na época romana e que projectássemos a nossa análise num esquema sintetizador do conjunto de ideias que formámos sobre o assunto. Os dados que obtivemos, quer por via de escavações, quer por recolha sistemática de achados no perímetro urbano da cidade de Beja, ao longo dos tempos, ainda que vastos, agrupam uma miscelânea de informação heterogénea de espessura variável, de difícil articulação, que nos permitem reflectir e participar no debate sobre a sua interpretação mas não nos autorizam a apresentação de alternativas globais, suportadas com argumentos inquestionáveis. Teorizar, com base em alguns

fragmentos da materialização física e espacial de *Pax Iulia*, levar-nos-ia a uma construção especulativa de impossível confirmação.

Não apresentaremos, por isso, nenhuma proposta de reconstituição da estrutura do tecido urbano da cidade de *Pax Iulia*. De igual modo que noutras partes deste trabalho, na ausência de informação que sustente uma síntese de forte probabilidade, preferimos, ao discurso afirmativo, o debate, a confrontação dos dados e a sua dinamização numa multiplicidade de possibilidades. Debate que desejamos reflecta o estado fundamental da investigação, numa área onde, por ora, a informação relativa ao assunto tem um carácter truncado, susceptível de interpretações contraditórias, consoante o ponto de vista em que nos colocamos e a metodologia que utilizarmos. Adotar a discussão aberta sem qualquer constrangimento conceptual ou formal poderá contribuir para um avanço no sentido da explicação ou explicações ou, pelo contrário, para concluir pela impossibilidade, face à massa de dados disponíveis, de qualquer reconstituição. Por esta via, pretendemos contribuir para apresentar um conjunto de questões que desejamos possam contribuir para uma melhor definição e planeamento de trabalhos futuros, com vista à obtenção dos elementos que nos permitam avançar o conhecimento.

É pois evidente que não renunciamos à apresentação de um qualquer plano, argumentando com o facto de a cidade romana se encontrar algures escondida sob e por entre os edifícios e a rede de ruas e vielas que ao longo de séculos se sucedem naquele espaço. Sendo, sem dúvida, um argumento importante, o facto de noutras cidades com os mesmos condicionalismos se obterem resultados importantes anula a força deste condicionalismo. Em grande parte devedores de políticas locais, regionais e nacionais de estudo e salvaguarda do património, os resultados deste tipo de estudos reflectem essas mesmas políticas e os diferentes alcances são em parte dependentes delas. No entanto, apesar do peso dessas contrariedades, assumimos que poderíamos ter obtido resultados mais significativos se do ponto de vista metodológico tivéssemos orientado o trabalho de uma outra forma.

Poderíamos ter procedido à análise morfológica do parcelário de Beja e



organizado o plano de trabalhos arqueológicos tendo em conta as hipóteses dele resultantes; talvez tivéssemos tido a oportunidade de estratigrafar *estados* coerentes e sincrónicos do parcelário e das ruas e, eventualmente, aceder ao plano antigo da cidade, ou pelo menos a alguns dos seus traços, relacioná-lo com outras estruturas e ultrapassado, pelo menos em parte, esse constrangimento de possuir fragmentos de estruturas sem vinculação ao plano de organização<sup>35</sup>.

A análise morfológica do plano parcelar de Beja é, em si mesma, um trabalho apaixonante e, certamente, profícuo, dado este apresentar uma configuração assaz apelativa<sup>36</sup>. A sua análise deve perspectivar-se no sentido da determinação de uma estratigrafia rigorosa da dinâmica diacrónica dos planos estruturais de ocupação do planalto de Beja e não apenas do isolamento de qualquer plano de cronologia determinada. Aliás, nenhum estudo sério do parcelário poderá, sem confirmação arqueológica, fixar datas às formas que se obtiverem. Primeiro, porque não há formas exclusivas de determinadas épocas; segundo, porque a continuada ocupação dinamiza as formas de maneira que umas se mantenham, outras se alterem ou se apaguem provocando evidentes tensões do plano urbano e inviabilizando qualquer reconstituição independente e bem periodizada. Casos como a judiaria, por exemplo, que se constitui como uma unidade morfológica independente, apresentando uma unidade formal bem diferenciada do resto do tecido urbano da cidade e que podemos datar com algum rigor, são uma verdadeira excepção Fig. 31. Ainda assim, sem a escavação de alguns destes traços não poderemos ser afirmativos quanto à sua cronologia.

A coordenação entre um estudo morfológico da trama parcelária de Beja e escavações sistemáticas, sobretudo em pontos de “conflito” entre tramas parcelares e as ruas, poderia ter proporcionado resultados que se pudessem articular entre si e com os

---

<sup>35</sup> Esta incapacidade resulta do facto de ter sido acordado com um investigador que tinha em preparação (nas suas palavras, em fase final) esta análise, e para evitar intromissão no seu trabalho, ele se comprometia a facultar-nos, quando pronto para publicação, em todo o caso, em tempo útil, esse trabalho, para que dele pudéssemos fazer uso no decurso dos nossos trabalhos de campo. Infelizmente nunca tivemos oportunidade de a ele ter acesso.

<sup>36</sup> Referimo-nos ao parcelário actual e a configuração apelativa não tem nenhuma conotação cronológica. É o dinamismo das formas que é bastante interessante.

de outros vestígios arqueológicos, consentindo o desenho da(s) estrutura(s) urbana(s) de Beja na época romana, total ou parcial, mas também o plano faseado da evolução do tecido urbano ao longo dos tempos, e relacioná-lo com os elementos fortes da sua estruturação. A muralha medieval originou um novo loteamento urbano? Este loteamento apagou o(s) antigo(s) ou preservou alguns e ignorou outros? Como se distribuía a população? Eis algumas, entre muitas, das questões cuja resposta não pode deixar de se procurar quando se estuda o urbanismo de Beja.

Admitindo que há elementos da estrutura romana (e porque não pré-romana ?) que se perenizaram até à actualidade, não vislumbramos nenhuma outra forma de os confirmar senão mediante um estudo morfológico e arqueológico regressivo, o qual originará o conhecimento da cidade na sua temporalidade diacrónica, sincrónica e ucrónica. A afirmação de Pellegrini, de que "as cidades são a projecção numa fracção de espaço das condições naturais, das heranças da História, do jogo das forças económicas, dos esforços do progresso técnico, do jogo criador dos arquitectos" [PELLEGRINI, 1973, 10], encerra o essencial do que se deve procurar conhecer quando se investiga numa cidade com ocupação continuada no tempo. O isolamento de um determinado contexto temporal não é um trabalho simples e este só se legitima pelo conhecimento dos que o antecederam e sucederam e pela compreensão das linhas de força que se perenizaram com a função de origem ou com outra função, e das que se desactivaram e depois sem nenhuma relação com a origem se voltaram a activar. Se esse tipo de estudo, pluritemporal, se apresenta como imprescindível, a sua viabilização imediata, ou melhor, resultados imediatos, são objectivamente impossíveis, porque não dispomos ainda de uma análise morfológica da trama parcelar e porque trabalhos arqueológicos, imprescindíveis, são, em boa parte, ritmados por obras privadas e públicas no subsolo, não existindo nenhum apoio sério a qualquer plano de investigação no meio urbano.

## 4.4 Os vestígios

### 4.4.1 Natureza dos vestígios

Como testemunhos da vida de *Pax Iulia*, dispomos de um conjunto de informações dispersas, maioritariamente devedoras da actividade de Abel Viana, que manteve uma permanente atenção aos trabalhos que penetraram no subsolo bejense, entre o final dos anos trinta e o início dos anos sessenta, acompanhando com escavações circunstanciais alguns deles e chamando a si a tarefa de compilação das vastas notícias que no jornal local *O Bejense*, no final do século XIX, se publicaram e as referências de Félix Caetano da Silva e do Bispo Cenáculo. Tudo isso publicou no *Arquivo de Beja*. A estas adicionam-se os resultados de sondagens nas décadas de oitenta e noventa, em diferentes pontos da cidade e alguns elementos fornecidos pela observação casual de vestígios proporcionados por remeximentos no subsolo.

Sistematizaremos todos estes vestígios, seleccionando, daqueles que se conhecem por notícias, os de maior carga informativa e reportá-los-emos ao local de achado, tão exacto quanto a precisão das notícias nos permitem.<sup>37</sup> A cartografia que ilustra a sua descrição permitir-nos-á conferir a sua dispersão e deduzir se o local de achado permite ensaiar qualquer tipo de relação entre os diversos tipos de vestígios. Tratando-se de objectos de conteúdo e valor informativo irrelevante para esta análise, excluíram-se moedas, cerâmicas e outros objectos, que avulsamente se encontraram na cidade.

---

<sup>37</sup> O achado de inscrições não será aqui tratado, uma vez que em nada contribuiria para a análise em questão. Serão, no entanto, mencionadas quando se achar poderem acrescentar alguma mais valia ao assunto em causa.

## 4.4.2 Descrição

### 4.4.2.1 Recinto amuralhado e portas

#### 4.4.2.1.1 Muralha

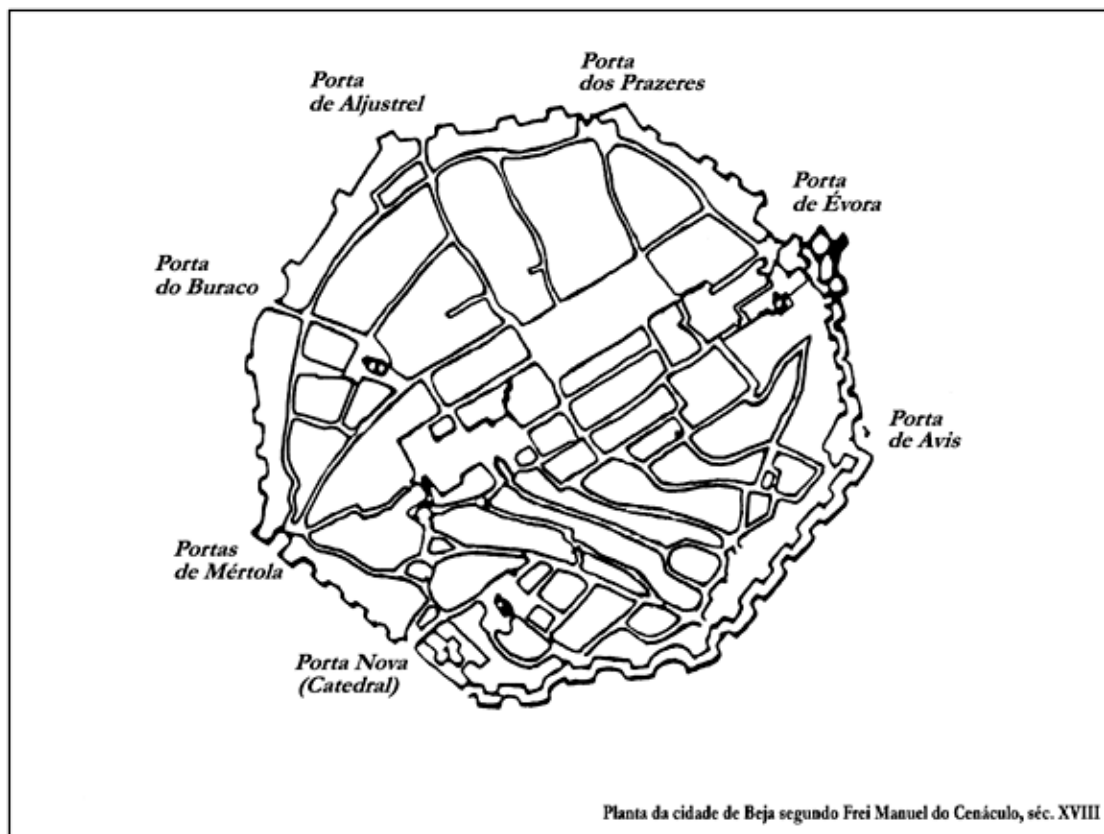


Fig. 34

Félix Caetano da Silva, no século XVIII, escreveu que a cidade tinha figura circular e era guarnecida de muros antigos em que se contavam quase quarenta torres [VIANA, 1948, 197], Fig 32. Estes muros, considerava-os romanos com reconstituição no reinado de Afonso III [VIANA, 1948, 200]. Da mesma opinião é Christovam Ayres [AYRES, 1898, 226-230] e Abel Viana que consideram romana a base inferior da muralha e o coroamento do reinado de D. Dinis [VIANA, 1944b, 19-20; VIANA, 1955a, 40-42].

Resumindo as diversas informações, Túlio Espanca escrevia “A D. Afonso III se deve, segundo conclusões gerais dos historiadores, o restauro e relançamento dos muros medievais da cidade, monarca que obteve, para o efeito, do Bispo de Évora D. Martinho I, suserano espiritual dos novos territórios cristãos, em 1253, parte dos dízimos das Igrejas de Beja, incluídos nos benefícios foralengos do concelho<sup>38</sup>. Seu filho, D. Dinis, não descurou a obra de defesa e D. Fernando I, no ano de 1372, cometeu ao mestre da ordem de S. Tiago, Estevão Gonçalves, o cuidado de melhorar as muralhas e o castelo, empreitada vultuosa que a afixação de uma lápide de pedra comemora e se expõe, com armorial régio, no andar nobre do novo edifício dos paços do concelho.

O cardeal D. Henrique no período agitado que precedeu a sucessão de 1580, mandou restaurar a cerca e esta ordem foi cumprida pelo governador de armas, D. Francisco de Sousa” [ESPANCA, 1992, 82].

Ainda que nalguns pontos se admita ter retomado o percurso de uma muralha romana, a muralha que hoje se pode acompanhar em Beja tem a sua origem no período post-Reconquista e, desde então, sofreu alterações várias.

As obras de construção do convento da Companhia de Jesus, iniciadas no final do século XVII, provocaram a destruição de parte da muralha medieval, para que se lançassem os alicerces da construção.

No final dos anos cinquenta e durante as décadas de sessenta e setenta do mesmo século XVII, foram previstas e executadas algumas obras de reforço da muralha e a

---

<sup>38</sup> Sobre este assunto ver, entre outros, FERNANDES, 1991, 28 e n. 11.

construção de nova abaluartada fortificação, contornando a muralha medieval que o engenheiro francês Pierre Pellefigné, em 1644, diz ser de pouca utilidade devido ao casario que sobre ela se tinha construído, inutilizando fosso e barbacã,<sup>39</sup> Fig. 33. No século XVIII, depois de 1790, trecho da muralha que corria em parte pelas Ruas Alexandre Herculano, Marquês de Pombal e Jacinto Freire de Andrade, até à porta de Mértola, foi demolida para que os seus materiais fossem aproveitados na nova Igreja do extinto Colégio dos Jesuítas e sede do Paço Episcopal.<sup>40</sup>

Estes relatos tornam evidente que a muralha medieval foi sujeita a remodelações sucessivas ao longo dos tempos, não sendo, porém, possível avaliar se esses trabalhos implicaram ou não alterações no seu traçado original. Mesmo não tendo provocado alterações significativas no traçado da cerca medieval, estes continuados arranjos e destruições, forçam a que consideremos os muros que hoje são visíveis numa extensão de cerca de 2 quilómetros, limitando um espaço de cerca de 30 hectares, não como uma entidade temporalmente homogénea mas como a síntese de um corpo heterogéneo formado por sucessivas intervenções ao longo dos tempos, a última das quais nos anos de 1940, impedindo, sem elementos complementares de análise, a determinação da sua origem em toda a extensão (Fig. 34).

Convocar a muralha medieval, entretanto refeita nalguns pontos e desaparecida noutros, para delimitar o perímetro urbano da cidade de *Pax Iulia* pressupõe que tenhamos consciência de que se trata de um espaço de viabilidade possível, mas jamais a assumpção da definitiva demarcação daquele espaço. Não valerá a pena invocar aqui exemplos de evoluções espaciais completamente distintas de muralhas medievais e muralhas romanas, por serem demasiadamente comuns, para situarmos a possibilidade de equívoco de fazer coincidir o núcleo urbano da época romana e do século XIII, pois

---

<sup>39</sup> Em resultado da vistoria deste engenheiro ao serviço do exército português, determinada pelo Concelho de Guerra, em 1644, a Junta de Defesa do Reino terá encomendado a Nicolau de Langres um projecto de defesa da cidade.

<sup>40</sup> No Códice CXXIX – 1-20, fl.212 da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, datado do ano de 1790, encontra-se o documento real que atesta a concessão da autorização para se usarem os “restos da dita muralha antiga, para ajudar na construção da sobredita Catedral”.

bastará atentar no facto de desconhecermos o grau de ruína que lhe provocaram os conflitos que nela tiveram lugar durante o período muçulmano e da Reconquista e como, depois deles, se reabilitou o espaço.<sup>41</sup>

Admitindo que as muralhas medievais se sobrepuseram às muralhas romanas, de que muralhas estamos a tratar? Daquelas que delimitaram o espaço na época de Augusto e que se podem relacionar com as torres e portas que se terminaram no ano 3/2 a. C (F.E. 9, 20) ou com outras com que a cidade se poderá ter rodeado num período posterior?

*Pax Iulia* deverá ter tido uma muralha a acompanhar a instalação do núcleo urbano mas é admissível que essa cerca, robusta e defensiva ou apenas simbólica, se tenha alterado com o tempo. A cidade pode ter crescido e exigido adaptações de percurso dessa muralha inicial e, no Baixo Império, à semelhança do que aconteceu noutras cidades hispânicas, pode ter-se construído uma outra muralha, cujo traçado pode não ter sido coincidente com aquele que se construíra havia já alguns séculos.

Face ao exposto, entendemos que a cerca medieval não deverá ser, até prova em contrário, tomada como demarcação do limite urbano de *Pax Iulia*, mesmo que alguns troços possam ser coincidentes; eventualidade que se pode(?) deduzir da integração nesta cerca das portas de Mértola, Aviz e Évora, tidas como romanas.

Como adiante veremos (**3.5.2.3**), na escavação que fizemos na Praça de Armas do Castelo não pudemos confirmar a sobreposição da muralha medieval à romana. A sucessiva ocupação do local e as estruturas que se edificam contra a muralha não deixaram averiguar com clareza as relações que se podem estabelecer entre os diferentes

---

<sup>41</sup> Ibn Haiyan informa-nos que "Naquele tempo as muralhas do castelo de Beja foram destruídas quase até aos alicerces por causa da guerra que estalou entre as várias tribos de berberes. Pilharam-na à vontade, embora tivesse sido edificada nos tempos do paganismo e fosse sempre bem povoada no tempo do Islão..." [in COELHO, 1989, 211]. Nos finais do século IX e princípios do século X, a muralha de Beja sofreu profunda destruição e quando, em 930, Beja foi cercada pelas tropas omíadas, o ataque das máquinas fez ruir uma das torres; a Adbalah ibne Omar ibne Masmala, nomeado governador após este ataque vitorioso, foi deixada uma forte guarnição e dadas instruções para "erguer nesta cidade uma cidadela destinada a proteger o governador" [in COELHO, 1989, 168].

Ibn Saib As-Sala, autor coevo dos acontecimentos, diz que "os moradores de Santarém tomaram por surpresa a cidade de Beja, (domingo 2 de Dezembro de 1162) ... e depois de 4 meses e oito dias de posse dela arrasaram-lhe os muros e despovoaram-na" [in COELHO, 1989, 305].

momentos de vida daquele muro.

Todavia, uma estrutura sólida e robusta datada da época romana foi identificada nesta escavação. A distância a que se situa e orientação que parece tomar, relativamente à porta, parecem relacioná-la, preferencialmente, com um troço de muralha que com um dos torreões da porta de Évora, que está encravada numa das torres do castelo.

#### 4.4.2.1.2 *Porta de Évora*

A porta de Évora, que terá, segundo Túlio Espanca, sido obstruída na época da Guerra da Restauração de 1640 e reformada na década de 1940, sendo presa à quadrela da barbacã, mantém os elementos essenciais das suas origens clássicas [ESPANCA, 1992, 82]. A descrição de Túlio Espanca é clara, no que respeita a eventuais alterações nesta porta. Diz o estudioso eborense que esta era constituída por um arco pleno de trinta silhares de granito,



Fig. 35

além das impostas e da moldura boleada superior e que nos cunhais do arco estavam três águias romanas de pedra, uma de baixo-relevo e as restantes em alto-relevo, que hoje estão guardadas no Museu da Cidade [ESPANCA, 1992, 82]. Pode, sem esforço, deduzir-se desta descrição que a porta sofreu alterações importantes, talvez mesmo uma desmontagem, pois dela se retiraram as pedras esculpidas com as águias que estariam





Fig. 36

nos cunhais do arco. De facto o arco de dezassete silhares que hoje é visível, tal como aquele que Virgílio Correia 1904 [CORREIA, 1917, 38-41], não é um arco de volta perfeita. (Fig. 35/36) Este “defeito” poderá ter resultado de uma deficiente montagem da porta, supostamente no mesmo local, em data que ignoramos.

À saída desta porta ter-se-á situado uma necrópole cujas provas, por ora, se resumem a uma sepultura de incineração da qual, casualmente, no final de 1999, nos caboucos

abertos para lançamento de um edifício, no nº 1 da Rua de S. Sebastião, recolhemos uma urna, uma tigela e fragmentos de um unguentário (Fig. 37). As inscrições funerárias provenientes da torre de menagem do castelo poderiam ter pertencido a essa necrópole.

Uma necrópole nesta zona torna complicada uma outra na área do actual cemitério, onde foi identificado um cemitério visigótico mas também uma sepultura de

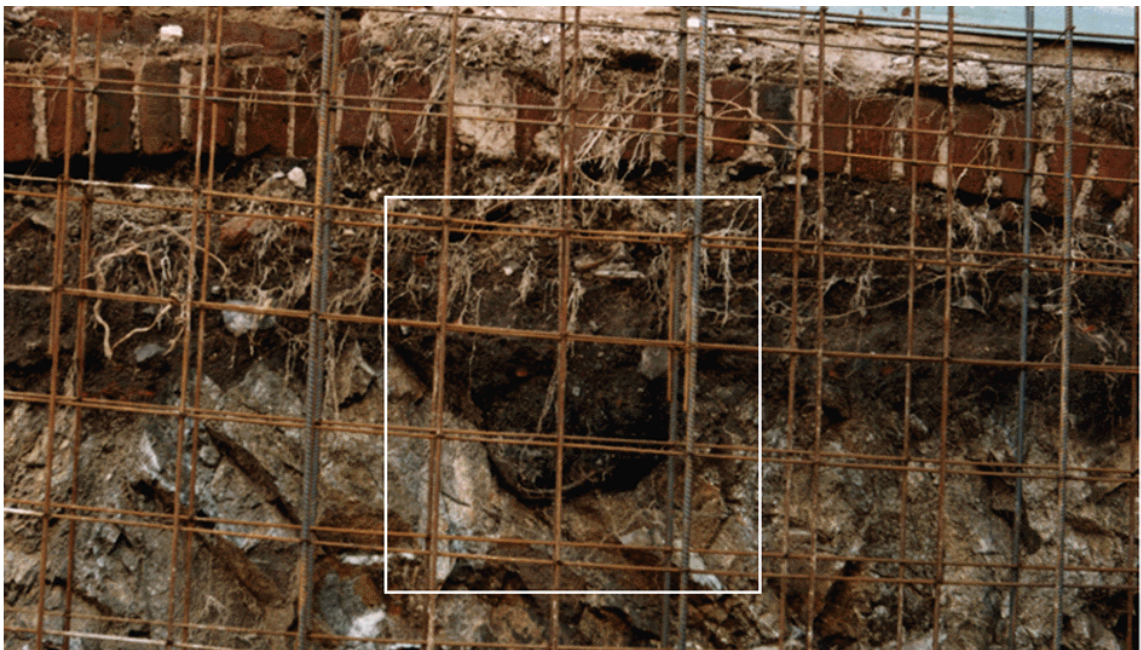


Fig. 37

inumação com material dito romano [VIANA, 1953, 183-191]. À semelhança do que acontece com a necrópole da Estação de Caminho de Ferro/Alcaçarias (4.4.2.9), pensamos que ambas as sepulturas se integrarão num alargado espaço de sepultação, eventualmente estendido ao longo do acesso que conduzia à Porta de Évora.

#### 4.4.2.1.3 *Porta de Avis*

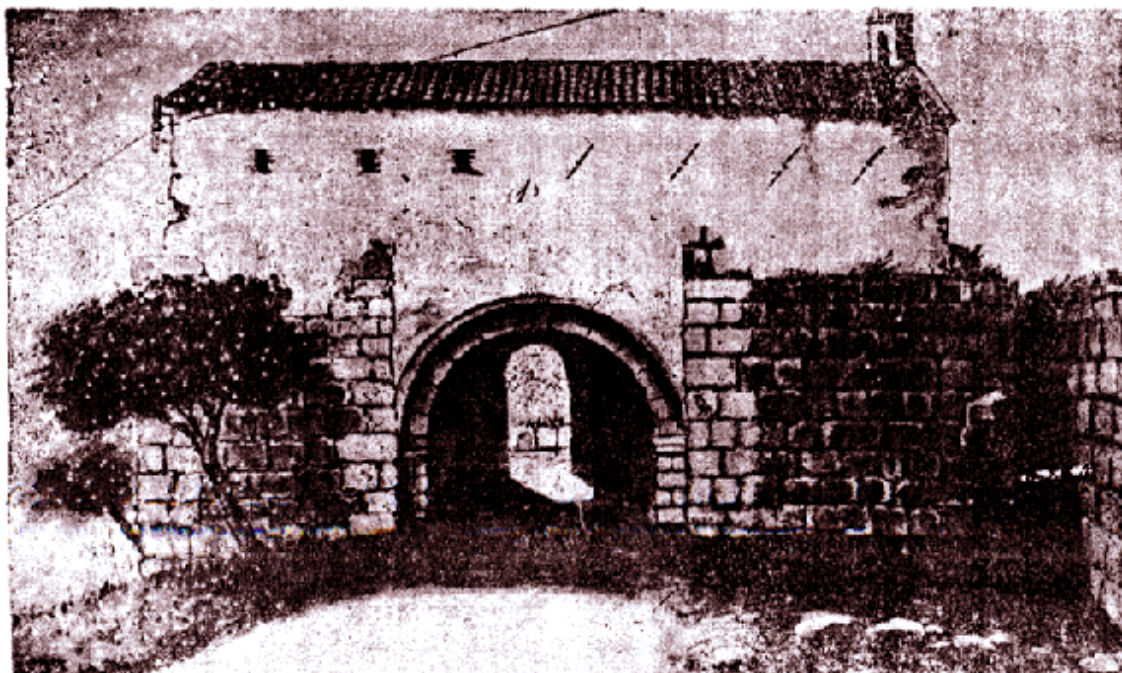


Fig. 38

A Porta de Aviz, sobre a qual se edificou a Ermida de N<sup>a</sup> Senhora da Guia, no ano de 1635 é comumente considerada romana [SILVESTRE, 1847, 21; *Bejense*, n<sup>o</sup> 1676, 18/2/1893; ] e descrita por Christovam Ayres, " com uma só moldura, mais larga e trabalhada [que a de Évora e Mértola] , e os silhares das fortes ombreiras em almofadas muito salientes cortadas na frente por meias canas" [AYRES, 1896, 448] (Fig. 38).

Juntamente com a Ermida, foi demolida no ano de 1893 [SILVESTRE, 1847, 21; *Bejense*, n<sup>o</sup> 1719, 16/12/1893; VIANA, 1944, 167-169 e figura da p. 28] e reconstruída no mesmo local, mas com orientação diferente, no ano de 1939.

Junto às portas de Avis, segundo notícia do *Bejense* (ano XX, n<sup>o</sup> 956, de

28/6/1878), apareceram mármore finíssimos de pavimentos.

Igualmente junto à porta, a servir de peso de lagar numa casa, foi encontrado um capitel coríntio de coluna, apresentando as mesmas características das de um dos que se encontraram nas Portas de Aljustrel [VIANA, 1947, 83]. Este capitel, segundo Antonieta Ribeiro, poderá ter pertencido ao mesmo edifício que aquele que foi encontrado junto das Portas de Aljustrel e dataria do século II d. C. [RIBEIRO, 1999, 151-154, N° 7].

Ainda na área da porta, Félix Caetano da Silva noticia “hum grande edifício que se descobriu nesta cid.<sup>e</sup>. Era huma continuada muralha, que com hum solido alicerce por todo o chão, compreendia todo o sítio das cazas vizinhas à Igreja de Santiago, Portas de Aviz e S. Gregorio. Nela se vião vários porticos, e boas escadas com degraos de marmore, de que se pode inferir que ali foy antigam<sup>te</sup> a Cidadela, ou Castello dos Romanos, seg<sup>do</sup> mostra a sua antiguidade e fortaleza.

Todo este edifício he feito de pedra, e cal; porém, pedra m<sup>to</sup> miuda. E he de tanta groçura ainda nos vestígios que hoje há, que por partes se achão moradas de cazas edificadas sobre elle, sobrando ainda muralha com tanto dezafoço, que no grosso della (ouve já pessoa no meu tempo) que fizesse huma cisterna, com bastante fundura. [Abel Viana, 1949, 308].<sup>42</sup>

#### 4.4.2.1.4 *Porta de Mértola*

Christovam Ayres diz que, tal como as portas de Évora e Avis, também esta tinha clássico arco romano e era construída com "silharia singela, e um almofadado rudimentar" [AYRES, 1896, 447-448]. Romana considerou-a, também, Leite de Vasconcelos [VASCONCELOS, 1903, 162-172].

Túlio Espanca descreve-a como "a mais imponente da cidade, era antecedida por uma meia-lua fortificada e rasgava-se em plano recuado, de arco redondo, capeado de silharia lisa ou almofadada e flanqueada pelas duas subsistentes torres, numa das quais

---

<sup>42</sup> Mais adiante, quando nos debruçarmos sobre a interpretação deste edifício como teatro, proposta por Jorge de Alarcão (2. 3. 2. 1) e retomada por Vasco Mantas (2. 3. 2. 2), referir-nos-emos novamente a esta informação.

existia em 1758 a Ermida de N<sup>a</sup> Senhora dos Anjos" [ESPANCA, 1992, 83-84]. Sobre a sua desafecção afirma o autor que, em 1876, se procedeu à "demolição e alargamento do conjunto romano" [ESPANCA, 1992, 84].

É curioso notar que, sendo esta a mais imponente porta romana, a comunidade local, que insistentemente recorreu ao jornal *O Bejense* para denunciar ou apenas noticiar a destruição de património edificado na cidade, se tenha mantido silenciosa, não nos fornecendo nenhuma indicação dos pormenores de que se revestiu a destruição da dita porta.

A torre oriental que flanqueava a porta diz Túlio Espanca ser de "planta rectangular, maciça e fortemente cunhada de aparelho mediévico e tendo num dos blocos visíveis um sigla de Cruz" [ESPANCA, 1992, 83].

Sem questionar a existência de uma porta romana neste local (aliás a necrópole de S. Francisco poderá confirmá-la), parece-nos que algo nos escapa quanto à sua exacta localização.

A muralha actual e as portas, tidas como romanas, não são de grande proveito para a reconstituição do perímetro urbano da cidade romana. Não excluindo a hipótese de alguns troços da muralha medieval terem aproveitado alicerces romanos, a sua exacta coincidência será apenas arriscada presunção, pois o facto de algumas portas terem franqueado a entrada em recinto amuralhado, desde o período romano até à actualidade, significa apenas a imutabilidade dos acessos ou a sua memória (caso as portas tenham sido ligeiramente deslocadas) e não a permanência do circuito de muralhas.

Não será descabido, a este propósito, lembrar a inutilização da Porta de Évora e a construção de uma outra, não muito distante, num período em que as muralhas ainda tinham função defensiva, como exemplo das mutações que se produziram na estrutura da muralha visível.

#### **4.4.2.2 Praça da República**

##### *4.4.2.2.1 Reservatório de abastecimento de água*

Na abertura de caboucos para a instalação do depósito de água à cidade de Beja,

na face ocidental da Praça da República (Fig. 39), nas traseiras da cadeia mandada construir por Filipe III, viu e registou Abel Viana alicerces que determinou pertencerem



Fig. 39

às “fundações de um grande templo romano” [VIANA, 1947, 77] (Fig. 40).

Os vestígios identificados foram: o ângulo noroeste de um poderoso alicerce [VIANA 1942, 199], apoiado em maciço de rocha, que se assemelha “a uma forte muralha rectangular cuja grossura mede nos topos 4,75 m e nos lados 2,20 m, sendo a superfície calcetada por pequenas pedras embutidas no característico cimento romano, formando um piso” [VIANA, 1947, 80] e “a camada mais baixa do alicerce, um bocado reentrante, (...) é formada por alvenaria grossa, bem argamassada (*opus incertum*); de certa altura para cima a alvenaria desaparece por baixo de camadas escalonadas de cimento compacto (*opus signinum*), formando como que grossas placas sobrepostas moldadas sucessivamente em armações de grandes pranchas, tal como se procede hoje nas construções de taipa” [VIANA, 1947, 77] (Fig. 41). Esta estrutura foi apenas

parcialmente posta a descoberto, e desde o seu ângulo noroeste “em uma extensão de nove (9) metros, por 4 a 4 metros e meio de altura”, tendo-se atingido a profundidade de seis metros.

Três pequenas sondagens complementares terão permitido a Abel Viana verificar que esta estrutura se prolongava para Oeste por uma parede de 2,20 metros de largura. Terão igualmente fornecido, a leste, uma parede de que não dá qualquer descrição.

Partindo destes elementos Abel Viana permitiu-se identificar um templo, orientá-lo e dar-lhe dimensões. “Atendendo à forma e grandeza desta obra, suponho poder-se considerá-la como sendo o fundamento (soco ou alicerce propriamente dito, e o dado do envasamento) de um grande edifício, que a ser um templo, como presumo, teria as dimensões idênticas ao de Évora” [VIANA, 1947, 80] (Fig. 42).

#### *4.4.2.2.2 Logradouro do Conservatório Regional do Baixo Alentejo.*

A sondagem que no logradouro do Conservatório Regional do Baixo Alentejo fizemos em 1997 visava ampliar e esclarecer os dados que originaram a proposta de Abel Viana (Fig. 43).

Nessa sondagem, confirmada que foi a grande profundidade dos vestígios romanos, foram postas a descoberto, a 1,19 metros de profundidade, uma parede de construção recente, que atravessava toda a sondagem no sentido Norte/Sul com a largura média de 63 centímetros (E1); a 2 metros de profundidade, uma calçada orientada na mesma direcção, constituída por materiais cerâmicos partidos e bem compactados em terra argilosa, que se pode datar do final do século XV ou início do século XVI (E3); a cerca de 3 metros de profundidade, um troço de uma parede orientada Este/Oeste com 58 centímetros de largura, muito provavelmente datada do período muçulmano (E8). Do período romano, foi posta a descoberto, a 2,22 metros de profundidade, parte de uma estrutura (E5), que relacionámos com o embasamento de um grande edifício. Trata-se de uma estrutura que à superfície apresenta o aspecto de uma calçada de pedras miúdas ligadas por argamassa, e em corte se verifica ser uma compacta e sólida estrutura de

pedras ligadas por uma argamassa argilosa muito dura e compacta. No sentido Este/Oeste, ficou visível em 3,65 metros e 1,94 metros de profundidade. O lado oriental não ficou definido, pois manteve-se a calçada que se lhe sobrepunha (Fig. 44/45).

Paralela a ela, distante para norte, 2 metros, e à profundidade de 2,57 metros, foi descoberta uma outra estrutura, que designamos de compósita, por se tratar de uma parede de 74 centímetros de largura, construída com grandes blocos de gabros e dioritos, ligados por argamassa de cal, à qual encosta uma caleira de *opus signinum*, com 64 centímetros de largura de fraca concavidade (máximo 10 centímetros) e inclinada para sul (E 4) (Fig. 46). Esta estrutura foi coberta pela calçada do século XV/XVI, de 2,5 metros de largura (E3), a qual também cobriu fossas muçulmanas que se abriram de um lado e do outro da estrutura. Foi igualmente destruída, em parte, pela parede que datámos de muçulmana (E8), a qual apresentava o pé direito de uma porta que abria directamente para cima desta estrutura romana (E3).

A continuação das sondagens, no ano de 1999, possibilitou colocar visível mais uma parte da estrutura E5. Prolongando-se para sul e oeste sob os muros do quintal, a sua dimensão total não pôde ser encontrada, ficando apenas visível numa área de 5,75, X 4,45. O alçado norte foi escavado até à rocha e pudemos observar que conserva a altura de 3,30 metros. Confirmou-se a sua construção robusta, de dimensões apreciáveis e que se revelou completamente viável.

Esta estrutura assenta sobre a rocha, por sua vez assenta na rocha, à qual se encontram blocos e muito fragmentados, se identificados. Destacam as cerâmicas estampilhadas.

Pelas características da construção que Abel Viana descreveu e consideramos



Fig. 47

As sondagens desta campanha permitiram ainda verificar que a parede com calceira (E4) se prolonga para Este, embora bastante destruída por um conjunto de edificações de época moderna e contemporânea que se construíram em toda essa área.



Fig. 48

Do período romano foi, nesta campanha, posto a descoberto, em primeiro lugar, à profundidade de cerca de 1 metro, um "pavimento" de *opus signinum* (E1/99) (Fig. 47) correndo quase paralelo ao muro sul do quintal, numa extensão de 16,5 metros, prolongando-se sob ele e a Este sob as paredes da Repartição de Finanças. Visível numa largura máxima de 2,5 metros, este pavimento é rematado por uma espécie de rodapé que encosta a um murete de 65 cm de largura assente sobre terra compacta e dura, com, em média, 20 centímetros de espessura, e cujo topo se mantém à cota do *opus signinum*. Descobriu-se também uma robusta estrutura de secção rectangular, paralela ao *opus signinum* (E8/99) e distanciada deste cerca de 88 centímetros, que mede de comprimento 7,20 metros e de largura 2,40 metros, construída de pedra miúda ligada com forte argamassa (Fig. 48). Esta estrutura assenta sobre uma camada de terra muito compacta com minúsculas lascas de pedra que a separa da estrutura que supomos poder pertencer à ocupação pré-romana (E12/32) e que anteriormente descrevemos.

Face a tão dimensionados vestígios, é admissível que estejamos na zona do



*forum* da cidade. A topografia do local e a do espaço envolvente, uma espécie de planalto num dos pontos mais altos da colina onde está a cidade, admite tal suposição e estas estruturas sustentam bem os tradicionais edifícios que aí se localizariam.

De facto, as construções que se descobriram nesta zona, quer nas escavações que Abel Viana executou, quer naquelas que conduzimos,<sup>43</sup> indiciam um espaço de intensa construção relacionada com edifícios importantes. Infelizmente nenhum edifício foi escavado na totalidade, pelo que não nos parece que, com dados tão fragmentários, se possam estabelecer relações de funcionalidade e cronologia (Fig. 20/Planta II).

Projectando num plano as estruturas encontradas nas escavações recentes e nas de Abel Viana<sup>44</sup> (Fig. 49) e tomando como válida a orientação do templo de Abel Viana, apesar de se poder encontrar um módulo base para organização espacial de todos estes elementos (excepto a E12/32), o que sugere uma possibilidade de relação de funcionamento, ao menos simultâneo, de todos eles, não é perceptível aferir uma lógica de relação funcional submetida a este espaço entendido como *forum* (Fig. 50).

As estruturas recentemente descobertas, em nosso entender, não validam a proposta de Abel Viana, apresentam-se antes como elementos de perturbação de uma tão aparente lógica construção. Dizemos aparentemente lógica, porque, se nos detivermos nos pormenores, parcialmente insignificantes, verificamos que há contradições assinaláveis. Se o templo de Beja mede 29 X 16,5 metros e o de Évora 25,18 X 15, 25 metros, como se explica que os capitéis do de Évora tenham maiores dimensões que os de Beja ?

Por que razão Abel Viana interpretou a sua estrutura como embasamento do

---

<sup>43</sup> Na campanha de 1999, Isabel Ricardo, Arqueóloga da Câmara Municipal de Beja, codirigiu as escavações.

<sup>44</sup> Apesar de não termos uma localização exacta das paredes postas a descoberto por Abel Viana, partindo do posicionamento, relativamente aos edifícios modernos que Abel Viana colocou na planta, fizemos uma projecção para uma planta actual. Não devemos contudo ignorar que há dificuldades em localizar com rigor os resultados da escavação do arqueólogo bejense, pois nem sempre os dados de localização se articulam com a representação na planta. Por exemplo: “vintoito metros andados desde a porta [a da entrada para o terreno], achava-se aberto profundo cabouco, o qual punha a descoberto o ângulo NW de um poderoso alicerce” [VIANA, 1942,199]. Ora se medirmos na planta não poderão ser vinte e oito metros mais sim quase trinta e oito.

templo do *forum*? Com os vestígios postos a descoberto, haveria a possibilidade e a legitimidade de dimensionar o comprimento do dito templo e orientar a entrada a sul, sob o antigo liceu, não dispondo de nenhum vestígio (não fez aí nenhuma sondagem) que possa fazer corresponder a essa parede? E como pôde determinar-lhe a largura se não dispunha da parede do lado leste? É certo que na planta de reconstituição desenhou, nessa face, uma parede mas, como se pode verificar, mais nítida naquela que publica na revista *Museu* [VIANA, 1942, 200 / Fig. 1)] (Fig. 51) que naquela que publica no *Arquivo de Beja*, esta ajusta-se mal nesse plano. Aliás, dessa parede não dá o autor nenhuma descrição, mas pode deprender-se que a encontrou a nível bastante superficial pois, como afirma, apenas na área do ângulo noroeste da grande estrutura fez escavações em profundidade; na restante área andou sempre pelos níveis superficiais. Se atentarmos



(Fig. 52

Resumindo, que elementos concretos possuía Abel Viana para sustentar a planta do templo? 9 metros de um alicerce com 4 a 4,5 metros de altura e 4,75 metros de largura orientada Este/Oeste e uma parede, orientada Norte/Sul com 2,20 metros de largura, recuperada em três sondagens superficiais. A leste e sul as paredes não existem senão na presunção do autor que as imagina como “devendo provavelmente apresentar as mesmas espessuras a do topo sul e a do topo ocidental (o autor cometeu um erro pois devia querer referir-se à de topo oriental pois apresenta as medidas da do “topo poente”[VIANA, 1942, 200].

Não objectamos a que um alicerce com as referidas medidas poderá certamente pertencer a um edifício importante, mas porquê um templo? E por que razão orientado desta forma? São, em nossa opinião, poucos os elementos para reconstruir um templo. Estes vestígios facultam a concepção de outras soluções, quer respeitantes à forma quer à função.

Aliás, o historiador local parece não estar totalmente convicto da sua proposta: “trata-se, pois, do envasamento de um grande edifício, certamente um templo romano idêntico ao de Évora [VIANA, 1942, 199].

Tinha Abel Viana razões para deixar, remota e subtilmente, aberta a possibilidade de aquele grande edifício poder ser outra coisa que não um templo. De facto, a semelhança entre a parede principal que Abel Viana escavou e a E5 do logradouro do Conservatório confere à interpretação “embasamento de um templo” uma certa precipitação.

A estrutura E5, agora posta a descoberto, apresentando as mesmas características, apesar de não totalmente escavada, partindo dos mesmos princípios de Abel Viana, poderia ser igualmente interpretada como alicerce de templo suportando perfeitamente a reconstrução de um templo de forma quadrangular (Fig. 50).

Colocado em posição ligeiramente atrasada relativamente ao templo central, a sua existência era viável, pois não é anormal a existência de mais que um templo em *fora* de cidades. Porém há uma difícil articulação espacial de dois templos orientados como Abel Viana traçou o seu. Se o facto de um pequeno templo se situar lateralmente

em posição recuada relativamente a um templo central, como vimos, se pode admitir, parece contudo estranho que nas traseiras do templo principal exista uma grande estrutura sem funcionalidade conhecida (E8/99), orientada com ele e com o *opus signinum* e cujo centro está exactamente a igual distância entre a parede do templo e a E4 que seria o pórtilco deste conjunto. As extremidades de E8/99 estão à mesma distância do templo de Abel Viana e do hipotético posto a descoberto recentemente. E8/99 parece uma estrutura importante, pois a partir dela se geram os módulos que relacionam todas as estruturas. A sua posição nas traseiras do templo principal não deixa, por isso, de ser estranha (Fig.53).

Perante o acumular de vestígios, e aceitando que estamos na área do *forum*, especulativamente podem esgrimir-se várias alternativas de interpretação.

A primeira delas seria a de interpretar E12/32, que acima, hipoteticamente relacionámos com estruturas da II Idade do Ferro, como restos de um capitólio orientado NE/SO (a mesma orientação que Abel Viana deu ao seu templo). À primeira vista, as paredes postas a descoberto podem sugerir uma planta deste tipo de templos. A existência de um capitólio no local não teria um carácter excepcional. Há, porém, alguns aspectos desta estrutura que nos impedem de a relacionar com um capitólio. A ausência de *podium* não se articula facilmente com este tipo de edifício. É certo que nesta área não escavámos até à rocha, mas escavámos o suficiente para perceber que se trata de alicerces assentes numa camada argilosa muito compacta e dura, a mesma em que está assente a muralha datada da II Idade do Ferro na Rua do Sembrano. Outro argumento importante, ainda que não decisivo, é o de que a reconstituição das eventuais *cellae* não obedecia ao modelo dimensional proposto para este tipo de edifícios.

Como antes referimos, não negamos uma datação republicana destas estruturas, mas seria precipitado reconstruir um capitólio partindo das paredes postas a descoberto; era criar mais um edifício sustentado em paredes que, na ausência de estruturas que permitam desenhar uma planta e materiais que inequivocamente as datem, de tão frágeis se poderiam desmoronar em futuras escavações.

Outra hipótese era a de orientar o templo e, conseqüentemente, o *forum*, no

sentido Este/Oeste. A topografia suporta esta solução e ao invés de termos um dos lados maiores do *forum* a correr paralelamente e quase em cima da muralha (considerando que mesmo que a medieval não se sobreponha à romana esta não devia andar muito afastada daquela), teríamos o seu lado posterior, servindo a porta de Avis de eixo principal e a de Évora seria um eixo lateral.<sup>45</sup>

Face às continuadas referências à maior ocupação romana do lado oriental da cidade, esta posição do *forum* seria conveniente e o lado posterior do templo de Abel Viana correria ao longo de uma espécie de talude que marca uma diferença de cota no quintal onde se encontra o reservatório de água. Mas esta orientação também não permite uma melhor compreensão do funcionamento das estruturas escavadas no logradouro do Conservatório Regional, ainda que estas ganhem melhor ordenação. A entrada dos presumidos templos far-se-ia pela zona da Praça da República e E8/99 poderia corresponder ao assentamento de um conjunto escultórico, se bem que a forma alongada se adapte mal a este tipo de bases.

Mas porquê tentar articular as estruturas como se elas fizessem parte de um mesmo conjunto cronológico quando poderão ter tido cronologia diferente? Das estruturas de Abel Viana nada sabemos além da datação romana. daquelas que escavámos, os únicos elementos que podemos utilizar para determinar a cronologia são relacionadas com a ocupação posterior, demasiado vagas para determinar uma cronologia precisa. No que concerne à estrutura E5, onde a ocupação recente não foi tão perturbadora da estratigrafia, pode afirmar-se: *a)* - no século XV/XVI o topo da estrutura estava, seguramente, à mostra; *b)* - no período muçulmano, os níveis de abertura de fossas que se cavaram em forma semi-circular por toda esta área estão cerca

---

<sup>45</sup> Ambas as propostas de reconstituição dimensionam o forum com um comprimento 2/3 da largura. Esta reconstituição faria com que prescindíssemos das paredes encontradas nas sondagens *d* e *e* onde Abel Viana diz ter encontrado vestígios da parede ocidental do templo. Como Abel Viana refere, estas sondagens apenas permitiram ver superfícies de paredes. Tratava-se de facto de paredes romanas? Na Fig. 1, p. 200, da revista *Museu*, onde Abel Viana publicou pela primeira vez os resultados das sondagens, refere, na área da sondagem *e*, "vestígios de um antigo alicerce assente contra o edifício encontrado e que se presume serem restos das antigas *Pousadas de D. Manuel*" [VIANA, 1942, 200]. Face à enorme quantidade de paredes que encontrámos no logradouro, não se poderá pensar que Abel Viana presumiu ser romano um muro que na realidade não o era?

de 1 metro abaixo do nível conservado dessa estrutura; c) - entre o nível muçulmano e aquele que corresponde ao enchimento da vala de fundação da estrutura não existe nenhum nível intermédio.

Pode deduzir-se da estratigrafia que aquela estrutura que, repetimos, parece ter sustentado um grande edifício, e que só por uma questão de racionalidade interpretativa sugerimos como templo, estava visível no período muçulmano, não apenas o topo, mas pelo menos mais cerca de um metro abaixo, correspondendo ao nível da construção onde são visíveis marcas da cofragem ou das placas que a partir de certa altura para cima a revestiam. À semelhança do que parece ter acontecido em toda a área, terá sido a partir do século XVI e, sobretudo, nos séculos XVII e XVIII, que todas estas estruturas foram tapadas. Visível deveria também estar a estrutura que Abel Viana escavou, dado que os materiais com que ilustra a publicação são de época moderna. O alicerce que Abel Viana escavou estaria, porém, mais bem conservado, dado que ele distingue perfeitamente "em baixo alvenaria grossa solidamente argamassada (*opus incertum*), e nas camadas superiores por faixas irregularmente escalonadas de cimento compacto (*opus signinum*), apresentando evidentes marcas do primitivo revestimento de silhares mais ou menos aparelhados" [VIANA, 1942, 199].

No Tombo primitivo da Misericórdia de Beja, nas páginas 3 a 6, descrevem-se as confrontações do Hospital cuja construção se iniciou no ano de 1490 e prédios urbanos pertencentes ao dito hospital. Ressalta da leitura destas páginas o estado de degradação de alguns prédios na zona da Rua de Alcobaça, do postigo dos Prazeres e da Rua dos Escudeiros<sup>46</sup>(?). Entre as várias menções, encontramos a dado passo, na página 6, "della, amão direita quando entrão, e mais alem desta camaretta esta huma casa q. serve de estrebaria, e logo defronte alem da ditta caza deanteira vai hum chão q. em outro tempo soia ser casa (...) e o chão que foy casa tem de comprido oyto varas e teem de largo tres varas". O chão que foi casa é naturalmente um chão antigo e, mesmo não havendo nenhum elemento concreto que permita a sua exacta localização, dadas as suas

---

<sup>46</sup> Não temos a certeza se se trata efectivamente da actual Rua dos Escudeiros. Supomos que dela se trate por aí se referirem as habitações de dois escudeiros (João Bocarro e Estevão Lourenço).

confrontações serem indicadas por casas de pessoas que, naturalmente, não existem, comparadas estas com as de outras casas, parece poder situar-se algures na zona do logradouro do Conservatório, onde também haveria um quintal que na altura não tinha árvores. Poderá este documento indiciar o processo de vazamento continuado de lixos nesta zona e a sua ocultação e, portanto, a confirmação do que parece ler-se na estratigrafia?

A ocupação posterior aos séculos XV/XVI como vazadouro e local de construções sugere que todas as estruturas estavam visíveis ao nível das superfícies que agora se voltaram a colocar à vista e no período muçulmano o nível visível era ligeiramente inferior ao da parede da caleira como se depreende da abertura das fossas, que nalguns casos foram estruturadas por pedras.

Independentemente dos planos em que se encontram as diversas estruturas, provisoriamente, defendemos que elas funcionaram em simultâneo.

O pavimento de *opus signinum* (E1/99), que ficou visível numa extensão de pouco mais de 16 metros de comprimento, inflectindo para debaixo do muro do quintal e dele não dando referência Abel Viana, que relação tem com esse templo? Uma solução como a de Évora era possível, mas como admiti-la à mesma cota a que se levantava o *podium* do templo e não em plano abaixo do nível de circulação? De todo o modo, um tanque, tal qual concebemos os tanques, não parece ter sido viável atendendo à fragilidade do murete em que se apoia. O mais lógico é entendê-lo como situado num plano de circulação.

Poderíamos tentar vários exercícios até encontrar algum que satisfizesse as questões que estas estruturas colocam, mas preferimos não nos desdobrar em propostas que, objectivamente, não se podem comprovar e para as quais, mesmo tratando-se de hipóteses, se arranjariam sempre alternativas em função do valor que se atribua a cada um dos vestígios.

Se a articulação funcional entre as diversas estruturas se afigura complexa, a parede com caleira parece marcar um limite (pórtico?) de um dos lados maiores do que quer que ali tivesse sido levantado. Se se trata do *forum* ou não, é questão que não terá

resolução antes de mais escavações. A funcionalidade dos edifícios que as estruturas sólidas denunciam também deverá, em nossa opinião, manter-se em aberto.

A continuação de escavações no local e a (re)sondagem do sítio onde Abel Viana escavou torna-se imprescindível para esclarecer a organização e funcionalidade dos edifícios deste espaço e conceder-lhe o estatuto que tiveram na cidade de *Pax Iulia* num determinado momento.

Por isso, enquanto não houver vestígios que validem a reconstituição proposta por Abel Viana, consideramo-la uma abstracção resultante de um desejo mal camuflado de dotar Beja de vestígios que, pese embora o estado mais ruinoso, Évora possuía.

Temos consciência da contingência desta nossa afirmação. Afinal de contas, esta reconstituição do templo do *forum* da cidade de *Pax Iulia* foi aceite sem reservas por investigadores e técnicos do urbanismo municipal [ALARCÃO, 1987, 75-81; MANTAS, 1996a, 16-17, GABINETE TÉCNICO LOCAL, 1980] e nós mesmos nos referimos a ele, embora tenhamos mantido alguma reserva (local onde Abel Viana terá encontrado um templo [LOPES, 1996, 63]).

#### 4.4.2.3 Praça de Armas do Castelo

A sondagem que no ano de 1995/96 efectuámos na Praça de Armas do Castelo localizou-se entre o pano norte da muralha e as escadas de acesso à Torre de Menagem. (Fig. 55). Pela primeira vez, pudemos fazer uma leitura estratigráfica da ocupação da cidade de Beja e penetrar na sua complexidade.

Apesar de se tratar de uma zona periférica da cidade, dita como extra-muralhas, são evidentes diversos níveis de ocupação ou de utilização do espaço. Uma continuada construção de estruturas de grande robustez provocou o revolvimento das camadas que lhes correspondiam, condicionando o apuramento da datação das sucessivas ocupações (Fig. 56).

Um nível da II Idade do Ferro e um nível romano datado de final do século I d. C. foram os únicos níveis arqueológicos não revolvidos que se puderam identificar (Fig.



57).

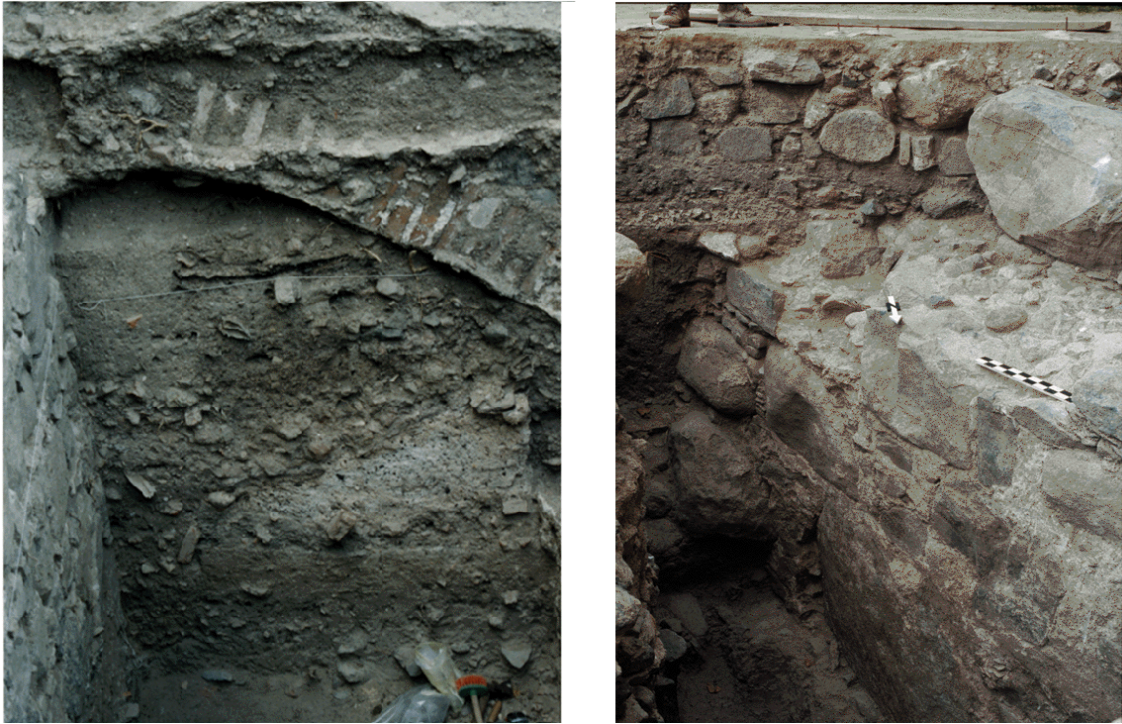


Fig. 57 / 58

Um troço de um robusto muro de cerca de 1,6m de largura visível, assente sobre a rocha e erguendo-se ainda em 95 centímetros, orientado NO/SE, foi a única estrutura que datámos da época romana (E1, Fig. 58). Não tendo sido recolhidos materiais de inequívoca associação com a construção da dita parede, dado em data posterior se ter implantado uma estrutura construída por sucessivas camadas de pedra niveladas por espessa e forte argamassa, que limpou toda a estratigrafia que com ela se relacionava, não foi possível determinar a data exacta da sua construção. Os materiais que se recolheram em camadas junto à sua base autorizam-nos, porém, a afirmar que é posterior à época de Augusto.

O aparelho da parede é de blocos de gabro-dioritos de grande e médio porte, ligados por uma argamassa de cal. A muralha do castelo adaptou-se a esta parede, passando-lhe por cima e vindo a formar com ela um ângulo de cerca de 45 graus. É, pois, evidente a anterioridade desta parede, que se assemelha a uma robusta muralha,

relativamente à muralha do castelo (Fig. 59).



Fig. 59



Fig.60

Se se tratar de um troço de muralha, ela deve poder relacionar-se com o momento de instalação da cidade romana, seguindo uma orientação diferente da medieval. Uma utilização em qualquer edificação que exigisse fortes alicerces é também hipótese a considerar.

Estando quase à superfície (Fig. 60), em nível onde os trabalhos dos Monumentos Nacionais intervieram, nos anos quarenta, aquando da reconstrução da muralha do castelo, não é possível visualizar com clareza que tipo de aparelho apresenta a muralha que lhe passa por cima. Porém, no nível não tocado pelos ditos trabalhos de restauro, parece apresentar o mesmo aparelho que aquele troço a que encostaram as estruturas muçulmanas, manifestando significativas diferenças com partes mais superficiais. Sem podermos afirmar em absoluto, parece-nos que se pode propor, para confirmação futura, que a muralha medieval cristã assentou numa outra mais antiga. Uma muralha tardo-romana? Uma muralha muçulmana?

Futuras escavações poderão confirmar ou infirmar a presunção que resulta da observação do aparelho de construção da muralha, de que, anteriormente à reconstrução dos Monumentos Nacionais, houve dois momentos de construção.

Se se confirmar que E1 corresponde à primeira muralha de *Pax Iulia*, deveremos, de uma vez por todas, tomar em conta este facto que, necessariamente, se reflectiu na orientação do plano urbanístico da cidade.

Um conjunto de estruturas podem ser datadas do período muçulmano, como muçulmanas são camadas onde se identificou uma forja e trabalho de material em osso, cujo paralelo se pode encontrar naquelas camadas descritas por Abel Viana da sondagem paralela à Casa da Torrinha.

Contra a muralha do Castelo se construiu uma parede, orientada Este/Oeste, com 62 cm de largura (E6), assente num alicerce em arco de tijolo, e na qual se define perfeitamente uma porta que está em frente do acesso actual à Torre de Menagem<sup>47</sup>. Esta parede sobrepõe-se a uma estrutura de complexa construção em que a muralha e

---

<sup>47</sup> Dizemos acesso actual porque temos dúvidas que este fosse o original.

uma parede (E4) configuram uma caixa de secção rectangular de 4m de comprimento e 2m de largura (E3), com um enchimento de pedras de médio e grande porte colocadas de maneira a configurarem muros paralelos em que só um dos lados é bem definido. A parede E4 apresenta evidentes vestígios de fumos com óxidos de metais, o que sugere que uma forja que se detectou funcionasse encostada a ela. A ter sido assim, ela diminui o espaço de trabalho, pois assenta directamente sobre uma compacta camada de escórias que datamos, provisoriamente, do período muçulmano, século XI/XII.

A incompleta articulação do funcionamento desta estrutura com a muralha, ainda que pareça corresponder a um reforço desta, coloca-nos a dúvida de saber se pode tomar-se como um *terminus ante quem* para a construção da muralha ou não. As camadas superiores à dita muralha medieval sofreram grandes remeximentos posteriores e, embora se nos afigure como possível uma datação anterior ao século XII, deste troço de muralha, não temos meios suficientes para o provar inteiramente.

Outras estruturas se construíram contra a muralha. Uma forte estrutura de secção quadrangular, maioritariamente em tijolo (E2), construiu-se entre a que acabámos de descrever e a parede que datámos da época romana.

Parece mais uma vez, devido à sua robustez e dimensões, tratar-se de alguma construção ou reforço deste ponto da muralha em época que não pudemos confirmar.

Posteriormente, outras paredes se edificaram, algumas das quais já sobre os fios de electricidade que, neste século se colocaram no castelo.

A sobreposição de estruturas, a que nalguns casos corresponderam pavimentos de frágil argamassa de cal, não nos permite tirar grandes conclusões desta sondagem e, mais uma vez, são as dúvidas a dominarem.

A estrutura E8 é a única que tem a mesma orientação da grande parede romana e curiosamente é uma parede recente, assente sobre terra, que recupera uma orientação antiga.

Um nível da II Idade do Ferro foi escavado apenas num pequeno espaço. Tratava-se de um nível assente directamente sobre a rocha, onde se encontraram pedras de pequeno porte que pareciam desenhar uma estrutura de forma circular. O facto de

termos sido obrigados a tapar a escavação fez-nos perder a possibilidade de fazer leitura integral desse nível<sup>48</sup>.

#### **4.4.2.4 Rua do Sembrano**

A Rua do Sembrano tem sido alvo de diversos trabalhos, uns de natureza arqueológica, outros para instalação subterrânea de equipamentos da cidade actual, que têm colocado à vista evidentes exemplos da ocupação romana.

##### *4.4.2.4.1 Escavações*

A escavação que Susana Correia e o Museu Regional de Beja dirigiram na esquina da Rua de Santo António com a Rua do Sembrano (Fig 61) permitiu colocar à vista parte de um edifício que se tem identificado como umas termas. As estruturas orientam-se no sentido NO/SE e sobrepõem-se a uma larga e forte estrutura de pedra seca, interpretada como uma muralha da II Idade do Ferro, orientada SE /NO.

##### *4.4.2.4.2 Observações casuais de estruturas*

Na abertura de uma vala para instalação de fios eléctricos, no ano de 1994, verificámos, sem que pudéssemos ter feito um levantamento, ao longo de toda a rua, desde o cruzamento com a Rua de Santo António até ao cruzamento da Rua das Lojas, a existência de paredes que se estendiam perpendicularmente à rua. Tratava-se de paredes que apresentavam configuração distinta, o que interpretámos como indicador de cronologia. Pudemos observar que as estruturas escavadas se prolongavam para as Ruas do Sembrano e de Santo António, mas fomos impedidos de fazer o seu levantamento, o que impossibilitou a sua leitura e conseqüente articulação com as já escavadas.

Partindo do cruzamento da Rua do Sembrano com a Rua Brito Camacho, pudemos sumariamente descrever as estruturas que estavam visíveis desde cerca de 15 centímetros de profundidade, relativamente ao pavimento de paralelepípedos. Esta

---

<sup>48</sup> Fomos obrigados a terminar e tapar a escavação porque a autarquia exigiu o espaço tapado para que aí se realizasse o concerto de um grupo musical.

descrição contemplou apenas a localização relativamente às portas das casas da rua, a distância de umas em relação às outras, a análise do aparelho de construção, a medição da largura, o desenho de uma abside, situada em frente às portas nºs 21 e 19<sup>49</sup> e o registo fotográfico<sup>50</sup> (Fig. 62).

Exactamente no cruzamento da Rua do Sembrano com a Rua Brito Camacho,



Fig. 63

observou-se uma parede com 54 cm de largura, revestida de *opus signinum* nas duas faces (Fig. 61). A face oeste dessa parede era visível até à profundidade de cerca de 1,70, m, onde se ligava a um solo, igualmente de *opus signinum*, por um remate em forma de meia cana. Foi perfeitamente observável que esta estrutura,

que supomos poder tratar-se de um tanque, se continuava para a Rua do Sembrano e para a Rua Brito Camacho, de que fariam parte as paredes *g* e *i*.

Seguindo a vala na direcção norte (no sentido da Rua das Portas de Aljustrel e da Rua dos Mercadores), foi possível identificar outras paredes, algumas delas, sem dúvida, romanas, outras de cronologia antiga mas de difícil aferição. Romanas eram as paredes que registamos na Fig. 63. Todas feitas de blocos de pedra ligadas com

<sup>49</sup> Apesar de nos terem impedido de fazer qualquer levantamento, conseguimos o desenho dessa abside. Os restantes muros não foram, infelizmente, registados com o mesmo rigor, porque o dono da obra, da responsabilidade da EDP, mandou que iniciassem o enchimento das valas mesmo connosco lá dentro!

<sup>50</sup> Não nos foi possível fazer mais nada, uma vez que as valas eram imediatamente tapadas. O trabalho de “fecho” das valas foi apressado a partir do momento em que os responsáveis da obra perceberam que havia arqueólogos a recolher materiais e a desenhar estruturas. De facto, esta vala permitiu recolher uma boa amostra de materiais, maioritariamente datados dos períodos muçulmano e romano.

argamassa e 54 cm de largura excepto uma que tinha 70 cm de largura.

#### **4.4.2.5 A Pousada de S. Francisco - necrópole**

Por solicitação do IPPAR, efectuámos, no Verão de 1994, uma escavação de emergência na cerca do Convento de S. Francisco em Beja, e inseridas no contexto dos trabalhos de transformação do Convento em pousada.

Esta escavação surgiu na sequência de sondagens no claustro do convento efectuadas por Susana Correia e José Carlos Oliveira, das quais resultou a exumação de esqueletos contemporâneos do convento e de duas sepulturas de incineração romanas.

Tratou-se de uma intervenção localizada na área onde se iria construir a piscina da futura pousada, em duas valas de sondagem, situadas na cerca do convento, uma com 1,20m de largura e 3m de comprimento e outra com 1,5m de largura por 3,5 de comprimento. O acompanhamento de remoções de terra, na área fronteira à porta principal do convento, proporcionou a abertura de uma sondagem nessa área, com 1,2m de largura e 4m de comprimento.

A ininterrupta e intensa ocupação da zona, desde o período romano até à actualidade, comprometeu o achamento de um ponto onde se pudesse desenhar um corte estratigráfico que representasse todas as fases de ocupação do local. Perfurações modernas e contemporâneas cruzam sistematicamente todos os níveis anteriores, impedindo uma leitura sequencial de ocupação. A reconstituição desse corte estratigráfico de ocupação só foi possível colando camadas identificadas na piscina e nas diversas sondagens.

Na cerca do Convento foi possível constatar:

a) - que os primeiros vestígios de ocupação datam do período romano, momento em que este espaço foi utilizado como necrópole da qual se identificaram 13 sepulturas, três de inumação e dez de incineração. Estas sepulturas encontravam-se à profundidade média de cerca de 2,30m.

Incinerações e inumações encontram-se à mesma cota, não sendo visível nenhuma sobreposição.

O número de sepulturas não nos autoriza poder, com segurança, afirmar o momento exacto em que as primeiras sepultações se fizeram nem a evolução posterior da necrópole. As primeiras incinerações exumadas datam do reinado de Tibério, mas a maior parte data do período flaviano.

b) - à parte um número reduzido de materiais datados do período muçulmano, nomeadamente dos séc. XI/XII, dispersos por camadas de revolvimento, nenhum outro indicador nos permite assegurar uma ocupação muçulmana. Podemos sempre suspeitar que estes materiais derivam de escorrimentos de uma ocupação situada um pouco mais a montante no interior da muralha.

c) - pelo menos a partir do século XIV, a cerca foi utilizada como espaço de vazamento de detritos, certamente relacionados com as actividades domésticas do convento.

A abertura de fossas a partir do século XIV, com intensificação nos séculos XV e XVI, destinadas a servir como lixeiras para onde se atirou grande quantidade de louças fragmentadas, salientando-se as escudelas vidradas a verde e ou a amarelo, os grandes alguidares vidrados internamente a verde ou amarelo, os cântaros, e restos ósseos de animais, sobretudo bovídeos e aves, serve de prova desta utilização.

Misturados com os restos citados, e dispersos um pouco por toda a área, aparentemente, a partir de finais do século XV e no decurso do século XVI, aparecem restos materiais de construção, cerâmicos, argamassas e grandes quantidades de azulejos hispano-árabes, sugerindo uma grande transformação do edifício.

Como uma boa camada de terra tinha sido removida anteriormente à escavação, não foi possível verificar a evolução do espaço a partir do século XVII até ao momento da afectação do convento a quartel militar.

A instalação do quartel militar provocou remeximentos continuados e profundos do terreno. É possível encontrar, ao lado de sepulturas romanas, restos de canos de água e sacos de plástico.

### **1 - Sepulturas de inumação**

Caracterizam-se por haver sido o defunto colocado numa caixa feita de tijolos



colocados na vertical e tapadas com *tegulae* voltadas ao contrário (Fig. 64). A existência de pregos a toda a volta, no interior da caixa em tijolo, parece ser indicador de uma caixa em madeira colocada no interior.

Apenas uma tinha espólio: uma lucerna e um fragmento de taça em vidro da forma Isings 65 e uma moeda em bronze, alto imperial, fruste, colocada sobre a cabeça do morto.

Os esqueletos encontravam-se em estado de grande fragilidade

## 2 - Sepulturas de incineração

Foi possível escavar quatro na piscina e seis nas valas de saneamento. As da piscina eram deposições sem qualquer estrutura de individualização; eram aquilo a que vulgarmente denominamos de cinzeiro (Fig. 65). Em duas delas foi encontrado espólio cerâmico e em vidro, inteiro ou fragmentado mas reconstituível, datado do final do século I e/ou início do século II d. C., e numa delas encontrou-se um brinco em ouro.

Nas valas orientadas NO/SE, além das deposições não estruturadas (cinzeiros), duas distinguem-se das restantes, no que concerne ao tipo de sepultura.

Trata-se de pequenas caixas feitas em *lateres* colocados na vertical, cobertas com *tegulae* formando um telhado de duas águas. Uma delas, no interior guardava o



Fig. 64

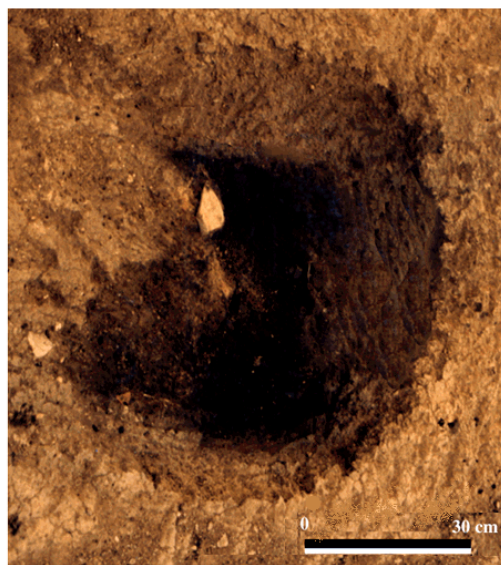


Fig. 65

espólio funerário, aparentemente, previamente colocado no interior de uma caixa de madeira, pois encontrámos não apenas pregos de cabeça oval distribuídos formando um quadrado, mas também 10 peças em ferro que se utilizaram no remate dos ângulos.

O espólio desta é distinto do das restantes: dois alfinetes de toucado em osso, uma agulha em osso, um prato em vidro (totalmente desfeito), um unguentário e uma lucerna. Na outra apenas se recuperaram um sestércio de Trajano e alguns pregos.

Uma outra apresentava um formato distinto: o cinzeiro é colocado no interior de uma caixa em tijolo coberta por tijolos dispostos na horizontal. Infelizmente, desta sepultura, nada restava no interior devendo ter sido violada no século XV, de quando datamos uma fossa que se abre até ao seu nível.

Uma outra sepultura, cortada por uma máquina, no decurso das obras, teria a mesma forma de caixa com telhado de duas águas. O que dela restou foram apenas cinzas e um fragmento de lucerna.

Uma outra sepultura apenas a adivinhámos, pela enorme quantidade de cinzas, na pá da escavadora. Dela nada restou.

É bem evidente que estamos na presença de sepulturas de riqueza desigual em termos de espólio, talvez reflexo de desigual desafogo económico dos defuntos ou de seus familiares. Não se pode daqui deduzir condição social distinta, pois na época romana a condição social dos indivíduos é antes de tudo determinada pelo seu estatuto jurídico. Um liberto poderia ser tão rico quanto o seu antigo patrono mas raramente acederia às honras a que este, se se tratasse de um cidadão, tinha acesso.

Nas sondagens na frontaria do Convento, abriu-se uma vala de vala, orientada NO/SE.

Nesta vala nunca ultrapassámos a profundidade de 3m, pelo que nunca atingimos o solo virgem.

A estratigrafia é bastante distinta daquela que verificámos no interior da cerca.

Desde praticamente a superfície até à profundidade de cerca de 2 metros eram reconhecíveis enterramentos e ossários. Conservavam-se na posição original apenas alguns dos que apareciam nas cotas superiores, facto que denota uma intensiva ocupação

deste espaço como cemitério.

Nenhuma estela foi encontrada em conexão com algum enterramento, mas as terraplanagens feitas anteriormente à nossa escavação removeram pelo menos 9 estelas funerárias medievais/modernas.

Após o estrato de enterramentos correspondente ao cemitério medieval/moderno, identificou-se uma camada onde se misturavam materiais da época romana, alto e baixo-imperiais, em pequena quantidade, camada esta que assentava directamente sobre um nível de terras bastante compactas e niveladas com pedras miúdas que sugeria ser o que restava de uma calçada. Esta calçada, que identificámos como romana, encontrava-se a cerca de três metros de profundidade, distanciada para oeste à porta principal cerca de seis metros, e orientava-se NO/SE, paralela à Rua da Infantaria.

Neste sector não se identificaram sepulturas romanas.

Além das sepulturas que escavámos na cerca do Convento e daquelas que Susana Correia escavou no claustro, todas aquelas que, por notícias avulsas, se referem no Jardim Gago Coutinho e Sacadura Cabral pertenceriam à necrópole romana situada à saída da Porta de Mértola.

A entrada do Convento parece marcar o limite norte das sepulturas romanas. Na frontaria foram encontradas algumas medievais/modernas mas nenhuma romana. No interior da cerca também não encontramos nenhuma a partir desse alinhamento<sup>51</sup>

#### **4.4.2.6 Convento de Nossa Senhora da Conceição e Palácio do Infante<sup>52</sup>**

Em 1946, Abel Viana publicava, no *Arquivo de Beja*, um artigo, intitulado “Mosteiro da Conceição e Palácio dos Infantes”, no qual, entre outras informações, fazia uma relação do património do Convento da Conceição. No texto inserto sob o subtítulo “Arqueologia”, fornece um conjunto de informações relativas aos achados

---

<sup>51</sup> Seguimos de perto a escavação que se fez para implantação de uma casa, por trás da cerca, na esquina da rua e não encontramos nenhum vestígio de necrópole. A necrópole parece ter-se estendido mais para o Jardim Público do que ao longo da Rua Infanta D. Maria.

<sup>52</sup> Este palácio, mandado construir no reinado de D. Manuel, aparece designado por Palácio do(s) Infante(s) e Palácio dos Duques.

arqueológicos no subsolo do Palácio do Infante, no Largo da Conceição e na Casa dos Corvos (antigos Paços do Concelho).

A falta de uma planta torna dificilmente compreensíveis as descrições que Abel Viana e outros anteriormente a ele fizeram. Não queremos todavia deixar de resumir os múltiplos vestígios que nesta zona apareceram.

Dos vestígios verificados nos caboucos feitos para a construção do mercado, no Largo do Paço do Infante (hoje Largo dos Duques de Beja), salientam-se as paredes orientadas Norte-Sul e “casas subterrâneas” de “paredes grossíssimas, com portadas feitas de pedra a que em Beja dão o nome de *olho de boi*” que apareceram a quatro metros de profundidade, por baixo do Palácio dos Infantes. Uma das salas tinha colunas de tijolo, com 0,42 m de diâmetro, e pavimento “muito semelhante ao *parquet* de hoje” de ladrilhos pentagonais, considerados árabes [VIANA, 1946, 169, n. 7]; um pavimento de calçada à portuguesa e outro de mosaico branco e preto. Esta informação complementa-se com outra que surgiu no jornal local *Bejense*<sup>53</sup>, onde se dá notícia de “casas subterrâneas enfileiradas, em direcção à casa dos Corvos, até à entrada da Rua da Cisterna (actual Rua da Casa Pia), abobadadas, *aparecendo ainda o fecho das abóbadas*” [VIANA, 1946, 165-166].

Encontraram-se ainda um conjunto de canalizações e um depósito, descritos da seguinte maneira: “De uma das mencionadas casas subterrâneas parte galeria *ampla*, na direcção das Portas de Mértola”. Na Rua da Torrinha apareceu um depósito ligado a um cano, indo este dar a outro, feito de arcaria de tijolo, que passava no Largo dos Duques de Beja.” Estes canos são interpretados como escoadouros do dito *depósito*, dado que este se encontrava a cota superior [VIANA, 1946, 166].

Ainda no Largo dos Duques de Beja, descobriu-se uma cisterna e no terreno onde existiu o Palácio, uma outra que tinha “passadeiras de mais de vara de altura, ligando a uma galeria” [VIANA, 1946, 168].

O lavatório da louça do Convento da Conceição desaguava num cano romano, o

---

<sup>53</sup> Não se refere ano nem número do Jornal.

qual se continuava para o Largo de Santa Maria.

Alguns destes canos romanos, diz Abel Viana, estavam incorporados na rede de esgotos da cidade de Beja.

Nesta mesma zona se encontraram sepulturas de inumação datadas da época romana [VIANA, 1946, 168].

Já fora do espaço definido pelo título do artigo, Abel Viana indica que “no subsolo do Hospício” apareceu um pavimento de mosaico branco e vermelho, pedestais de colunas (não se indica o material), sepulturas de inumação, uma delas com “um anel do tempo de Cláudio” e outras com moedas romanas, quatro ânforas com algumas moedas romanas muito degradadas e “uma caixa formada por seis pedras de cantaria, cheia de cinzas” [VIANA, 1946, 168]<sup>54</sup>.

Do ponto de vista dos vestígios, esta zona assume uma importância capital, mas é quase impossível, sem informações complementares, partir da sua descrição para uma análise de conjunto. Abel Viana não hesitou em afirmar que se está perante “ruínas de um verdadeiro bairro da *civitas pacense*” [VIANA, 1946, 168 - 169].

As sepulturas de inumação, referidas no Largo de Santa Maria, talvez se possam datar de um período posterior, eventualmente da época visigótica, dado terem neste local aparecido bastantes materiais visigóticos, de que destacamos a lápide funerária de Severo, falecido em 584 e que, segundo Félix Caetano da Silva, se encontrou metida na escada da torre de sinos [VIANA, 1946, 169, n. 6]. A alteração cronológica destes enterramentos não visa manipular os dados, com vista a qualquer interpretação das estruturas aqui aparecidas, ainda que, como veremos, a sua datação romana fosse um factor de perturbação num espaço ocupado por outro tipo de estruturas datadas deste período.

Perturbante é a interpretação da caixa feita de pedras de cantaria com cinzas no interior como sepultura de incineração, no mesmo local (onde hoje se situa o Teatro Pax), a par com outras de inumação com moedas romanas (cuja cronologia é omissa,

---

<sup>54</sup> Sob os alicerces do hospício encontraram-se a inscrição que refere a Colónia *Pax Iulia* e uma inscrição funerária [VIANA, 1946, 209].

excepto a daquela que teria um anel de Cláudio e à cerca da qual Abel Viana questiona as razões de tal atribuição cronológica), um pavimento de mosaico e ânforas com moedas (tesouro ?).

Deverá a *caixa* ser interpretada como sepultura, ou terá tido uma qualquer outra função de difícil discernimento por falta de outros elementos de descrição da peça e do local de achado relativamente a outras estruturas (função ritual?).

Não serão as sepulturas de inumação igualmente post-romanas e os materiais recolhidos, utilização residual, ou mesmo descontextualizados em relação às sepulturas, pertencendo a contextos anteriores aos enterramentos que utilizaram as terras onde estes estavam depositados e agora se interpretaram como parte de um espólio do sepultado?

Na Praça Morais Sarmiento, no bocado de rua que existiu entre o Palácio dos Infantes e o Mosteiro da Conceição, em 1946, foi descoberta uma cisterna romana, entulhada com materiais que Abel Viana diz serem apenas da época romana. O bocal foi desenterrado à profundidade de 1,90 metros, relativamente à cota do pavimento de então, e a cisterna media: 3,57 m no eixo longitudinal, 1,70 m no eixo transversal, 2,80 m de altura até à abóbada e 3,65 m até ao vértice [VIANA, 1946, 193 - 194].

O bocal era uma peça única, rectangular, em mármore, assente sobre três fiadas de tijolo. Na superfície deste havia uma *saída* de água e num dos lados, entre a segunda e terceira fiada de tijolo, foi feita uma abertura, forrada de *opus signinum*, onde encaixava um cano de chumbo. O corpo foi construído por pedra miúda ligada por “pequenas lascas de xisto argiloso, muito brando, umas de cor avermelhada outras de cor azulada” [VIANA, 1946, 194]. As paredes e o fundo apresentavam um revestimento de *opus signinum*.

A cerca de 2,50 m do bocal e 30 centímetros mais elevado foi vista, ao longo de quatro metros (prolongando-se para ambos os lados) uma canalização de tijolo, revestida de argamassa.

A propósito desta cisterna, Abel Viana diz ter conhecimento de que nesta zona se acharam “tantas cisternas e canalizações” quando foram demolidos a maior parte do Convento da Conceição e o Palácio dos Infantes [VIANA, 1946, 195].

Infelizmente não é apresentada a orientação das saídas da cisterna e da canalização que se encontrou próxima, pelo que se torna difícil a implantação e posicionamento exacto no terreno.

Ignorando que a construção do Convento da Conceição e do Palácio dos Duques de Beja pode ter sido factor de deslocação para aqui de materiais existentes em outras zonas, poderia deduzir-se das inscrições votivas (IRCP, 229, 240, 241, 253), colunas e capitéis, encontrados nesta área, a existência de um núcleo edificado, talvez de carácter público ou, pelo menos, um edifício importante, eventualmente umas termas, dando importância às canalizações e cisternas aí localizadas. Mas estes vestígios autorizam ainda outra hipótese.

As “paredes grossíssimas”, as colunas de tijolo, as abóbadas que se encontrariam intactas à data da renovação urbanística que se fez na área deixam-nos sérias dúvidas sobre a cronologia dos edifícios demolidos no final do século XIX. Seriam romanos? Não seriam antes estruturas medievais? A referência a mosaicos e o achado de dois hermes (IRCP, 229, 240, 241, 253) poderiam sugerir-nos a existência, aqui, de *domus* importantes na época romana. Os hermes são peças que quadrariam em jardins ou peristilos. Poderia até deduzir-se deles que ficariam aqui as vivendas da *Secunda* (IRCP, 229) e de *Decimus Iulius Saturninus* (IRCP, 240).<sup>55</sup> Mais dificilmente aceitável num peristilo privado é a inscrição a *Caius Iulius Pedonus* (IRCP, 239) que, consagrada pela população da cidade (*plebs*), deveria estar em lugar público, no *forum*, por exemplo.

Se tivesse sido um bairro de vivendas, na época visigótica tinha sido já abandonado e convertido em cemitério (talvez em relação com um templo no local da Igreja de Santa Maria), cemitério sobre o qual se terão feito, em época muçulmana ou posterior, as salas abobadadas, eventualmente "de paredes grossíssimas".

Podem esgrimir-se argumentos para sustentar, ao nível da hipótese,

---

<sup>55</sup> A confirmar-se tal circunstância este indivíduo teria também uma rica residência numa *villa*, muito próximo da cidade. José d'Encarnação considera que a inscrição, incertamente, funerária (IRCP, 306) encontrada na Herdade da Amendoeira poderia pertencer a um mausoléu "comum a várias pessoas ligadas pelo sangue e/ou amizade" [ENCARNAÇÃO, 1984, 306-308].

possibilidades alternativas. Os vestígios, descontextualizados, têm uma carga informativa insuficiente, testemunham a existência de alguma coisa, mas não têm carácter probatório.

No artigo que estávamos a citar, com o subtítulo “Mais Arqueologia”, Abel Viana relata-nos os achados revelados pela abertura dos caboucos para a casa onde se instalariam a Caixa Geral de Depósitos e as fundações para um prédio situado cerca de vinte metros para norte daquele outro. Aqui teriam aparecido paredes, às quais não faz qualquer menção pormenorizada mas se afirma serem o prolongamento para o Largo de Santa Maria daquelas ruínas descritas no Largo dos Duques de Beja e por baixo do Palácio dos Infantes [VIANA, 1946, 178].

#### 4.4.2.7 Largo de Santa Maria

Uma vala aberta, em 1941, orientada SE – NO, com cerca de vinte e três metros de comprimento por um metro e dez de largura, localizada entre o corpo mais saliente da Casa da Torrinha, ao longo deste corpo, até à entrada da Travessa da Audiência, e escavada até cerca de três metros de profundidade, proporcionou ao professor bejense registar uma imensa e diversificada informação arqueológica relativa a várias épocas.

No que concerne ao período romano, verificou e registou vestígios que apresentou numa planta sumária. [VIANA, 1946, 179 – 182 e 202, Fig. 11] (Fig. 66).

Nesta vala, a partir de sessenta centímetros de profundidade, encontrou Viana, seis paredes. Uma delas, designada por *a*<sup>56</sup>, foi escavada ao longo de 8,30 metros não se tendo determinado o seu comprimento total, dado prolongar-se para além dos limites da vala. Construída por um aparelho dito de “pequenas pedras metidas em argamassa branda”, tinha de largura cerca de 50 centímetros.

Perpendicularmente à parede *a*, fazendo com ela um ângulo de 85 graus, escavou-se em 68 centímetros de altura e 55 centímetros de comprimento uma outra parede (*b*) com 48 centímetros de largura e, separada desta 3,35 metros, uma outra (*c*)

---

<sup>56</sup> As letras são as apresentadas por Abel Viana e, portanto, aquelas que constam na reprodução da planta esquemática apresentada pelo autor.



que ficou visível em 1,10 metros de altura e 55 centímetros de comprimento, tendo de largura, tal como a anterior, 48 centímetros; separada desta última 4,45 metros mais adiante, uma outra parede (*d*) com a mesma largura mas visível em altura 1,50 metros e escavada em 1,10 metros de comprimento. O aparelho utilizado na construção destas três paredes é igual e caracteriza-se por camadas de pequenas pedras alternando com fiadas de grandes tijolos, tudo ligado por argamassa.

Distinta destas, por apresentar um aparelho descrito como sendo de grossos blocos irregulares argamassados, registou-se uma outra parede (*x*), separada da *d* 4,45 metros, tendo a mesma largura das últimas três e escavada em 1,30 metros de profundidade e 1,10 de comprimento. A 5,20 metros da parede *x*, uma outra (*g*), de que foi descoberta apenas “a parte cimeira e a face esquerda”<sup>57</sup> foi escavada em 3,30 metros de comprimento e em 1 metro de altura. A construção é dita como sendo idêntica à da parede *x* e tem 65 centímetros de largura.

Estas paredes são descritas como paralelas e definindo cinco compartimentos “mais ou menos iguais” faceando com a fachada da Casa da Torrinha ou seja, orientados como a Igreja de Santa Maria [VIANA, 1946, 180].

A descrição da escavação do interior dos compartimentos fornece dados complementares interessantes. No primeiro, a escavação foi pouco profunda e além de materiais cerâmicos nada de especial se registou. O segundo compartimento e a metade este do terceiro mantinham um pavimento de *opus signinum* dito como “não ter sido o primitivo *pavimentum* destes compartimentos, visto por baixo deles terem aparecido fragmentos de cerâmica e moedas da época romana” [VIANA, 1946, 181]. No lado oeste do compartimento 3, junto à parede *d*, terá sido feita uma cova afunilada que estava repleta de materiais modernos [VIANA, 1946, 180], que poderá ter, eventualmente, destruído o dito pavimento. Ainda neste compartimento, “na metade direita” (lado oeste), a uma cota inferior ao *opus signinum*, (2,5 metros de

---

<sup>57</sup> A orientação da vala e o facto de estar paralela à Casa da Torrinha leva-nos a deduzir que a face esquerda seja o lado Oeste da dita parede. Na Fig. 11, onde está representada a parede torna-se evidente que se trata desta face.

profundidade), apareceu uma camada de cinzas “entremeada de miúdos bocados de cerâmica de pequeno porte” onde se recolheram moedas. Nesta camada encontraram-se ainda fragmentos de ossos recortados que teriam servido para o fabrico de objectos de osso dos quais se recolherem vários exemplares de alfinetes<sup>58</sup> [VIANA, 1946, 184-185, 187 e 204, Fig. 12].

No quarto compartimento, no “corte de terreno, respeitante à vala, mais chegado ao prédio, mostrou junto à parede *d*, dois arcos de tijolo que pareciam convergir em diedro (...) e pouco adiante da mesma parede, tanto como distante dela, outro arco (*e*) formado por meios tijolos, de 0,42 m de comprimento, dispostos de través, (...) vendo-se bem que se não tratava de cobertura de canos mas sim de autênticos arcos que serviam de suporte ou a pavimento colocado muito alto em relação à base das paredes do compartimento, ou talvez do tecto do mesmo” [VIANA, 1946, 181 e 202, Fig. 11].

Uma camada iniciada a cerca de 2,5m forneceu restos de fundição de cobre.

O quinto compartimento tinha no interior um grande cano que surge posicionado “no eixo longitudinal da vala, entre a parede *x* e a esquina da Travessa da Audiência” e ficou visível numa extensão de cerca de dois metros. É descrito como “em abóbada de arco de círculo, formada por tijolos postos de cutelo e ao comprido, unidos por argamassa<sup>59</sup>. Este cano continua activo na rede de esgotos da cidade e a ele se terá ligado um ramal, ligação essa que se fez com “duas bases de colunas jónicas” [VIANA, 1946, 179].

A grande quantidade de vestígios relatados nesta zona, nomeadamente paredes e sistemas de água e saneamento, concorrem no sentido de conferir a esta zona uma intensa ocupação na época romana mas também em épocas posteriores, nomeadamente alto-medieval e muçulmana<sup>60</sup>.

---

<sup>58</sup> Uma camada com características semelhantes a esta e com o mesmo tipo de materiais foi escavada na Praça de Armas do Castelo. Este tipo de materiais, porém, aparece em várias camadas, neste sector.

<sup>59</sup> Exactamente o mesmo tipo de construção que pudemos verificar quando entrámos na cloaca, no troço que se descobriu, na Rua da Lavoura, quando se faziam obras para a Discoteca Pandora.

<sup>60</sup> A Fig. 67 é muito curiosa. O Convento da Conceição está rodeado de construções estranhas, aparentemente arruinadas que, pelo desenho, parecem ter feito parte de um conjunto arquitectónico bastante imponente.

Jorge de Alarcão considera que o Largo de Santa Maria corresponde a uma zona industrial ou comercial, tal como a zona da Rua Ancha, onde Abel Viana encontrou cerca de meia centena de figurinhas de terracota [ALARCÃO, 1988b, 197].

Sem prejuízo da hipótese apresentada por Jorge de Alarcão, baseada no achado de restos de ossos que serviram para o fabrico de alfinetes e outros artigos de osso, parece-nos ser possível contemplar outras alternativas para a interpretação da funcionalidade deste espaço, sobretudo se lhe introduzirmos a dimensão temporal.

O mesmo tipo de material ósseo, matéria-prima e objectos, de que se destacam placas decorativas e alfinetes, insertos numa camada contendo bastantes cinzas, tal como aquela em que Abel Viana encontrou os seus exemplares, foram recolhidos na escavação da Praça de Armas do Castelo. Estes materiais encontraram-se em várias camadas, correspondentes a remeximentos posteriores e no mesmo nível onde se identificou uma fundição de metal (Abel Viana também detectou esta camada ao lado daquela onde recolheu o material em discussão). Embora se tenham encontrado alfinetes de osso nos níveis romanos, parece evidente que este trabalho artesanal (fundição de metal e produção de objectos de osso) é, pelo menos, no período muçulmano, simultânea. A estratigrafia não nos permite averiguar com exactidão o momento em que se iniciou a produção dos objectos de osso; em todo o caso, é evidente que nos níveis romanos, não revolvidos, abrangendo todo o Alto Império, não há vestígios de tal produção. Tenha-se, contudo, em atenção que na Praça de Armas do Castelo se poderá estar em espaço extra-muralhas, ou pelo menos encostado a elas.

Uma vez que Abel Viana recolheu os seus exemplares numa camada donde tinham desaparecido os vestígios do pavimento de *opus signinum* que forrava o chão do compartimento, poderão tomar-se estes materiais como indicadores de funcionamento de ateliers artesanais em época romana? Se aqui se identifica um, teremos que admitir que outro existiu na Praça de Armas do Castelo e pensar na hipótese da sua disseminação por vários pontos da cidade, num período que desconhecemos.

As paredes escavadas na vala, junto à casa da Torrinha e os múltiplos vestígios de circulação de água e esgoto não poderão indiciar a existência, nesse local, pelo

menos num determinado momento, de um estabelecimento termal? A cota do local não nos parece constituir um impedimento.

O Largo de Santa Maria, o Largo dos Duques de Beja e a área do Convento de Nossa Senhora da Conceição constituem *uma reserva* de vestígios de natureza distinta —inscrições, casas, mosaicos, esgotos, cisternas, capitéis, etc.—que indiciam, como é natural, face à sua localização na plataforma da colina, uma intensa ocupação do sítio por edifícios, públicos ou privados. São, porém, muito parcas e ambíguas as informações, para que se possam concertar globalmente e assegurar uma explicação.

A zona de Santa Maria foi, até ao reinado de D. Manuel, um importante ponto de convergência de actividades de uso colectivo. No terreiro da Igreja efectuava-se o mercado popular que D. Afonso III, em 1261, concedeu à cidade de Beja; na denominada Casa da Torrinha (nº 20, 21, 22 e 23), terão funcionado os Paços do Concelho, desde Afonso III até 1880 e na destruída e enigmática *Casa dos Corvos*, diz a tradição ter estado instalado o palácio dos governadores muçulmanos.

Para substituir a já exígua praça de Santa de Santa Maria, D. Manuel custeou uma nova—a actual Praça da República— a qual apresentava num dos lados, pelo menos, uma arcaria, na qual é evidente a reutilização de materiais romanos.

#### **4.4.2.8 O quintal da casa junto à Igreja de S. Sebastião**

No quintal da casa junto à Igreja de S. Sebastião levanta-se ainda hoje, em mais de um metro de altura, uma sólida parede de pequenas pedras ligadas por argamassa, com 1,20 metros de largura orientada N/S.

No final de 1999, passando pelo local, vimos abertas algumas pequenas valas para colocação de esgotos que deixaram bem visível que essa parede continua em toda a área do quintal.

Por trás do quintal encontram-se vários silhares que parecem ter feito parte de um qualquer edifício.

Vasco Mantas afirma que na zona da actual Praça de Touros, situada junto Igreja de S. Sebastião, se localizava o anfiteatro [MANTAS, 1996<sup>a</sup>, 1].

Constatamos apenas a existência destes restos de construção e sugerimos que os blocos de mármore aparelhados, alguns deles com decoração, existentes no muro de pedra seca que delimita a horta das Freiras de Santa Clara até perto da capela de Santo André possam ter pertencido a essa construção. Sugerimos ainda que, sob a Igreja de S. Sebastião, levantada sobre uma espécie de *podium*, se possam encontrar mais estruturas pertencentes à dita construção.

Um capitel coríntio de folhas lisas encontra-se nas fundações da dita Igreja [RIBEIRO, 1999, 183].

#### 4.4.2.9 Estação de Caminho de Ferro /Alcaçarias

As escavações levadas a cabo no início do século XX e os vestígios vários que se foram reportando a toda essa zona permitem situar aí uma das necrópoles da cidade, eventualmente aquela que se situava ao longo da via que seguia na direcção de Moura. Seria uma necrópole extensa, uma vez que se conhecem referências a sepulturas de incineração e inscrições desde o Pé da Cruz até à zona da estação. No final de 1998, nós mesmos, casualmente, verificámos a existência, em valas para assentamento de caboucos para residências que se estavam construindo, imediatamente após a passagem de caminho de ferro, na zona da estação, à direita da estrada que vai para Baleizão, de restos de materiais e bolsas negras de terra que sugeriam sepulturas de incineração. Informou-nos um dos trabalhadores da obra que de facto ali “apareciam coisas com restinhos de ossos” e indicou-nos um muro com revestimento de *opus signinum*, que se prolongava sob uma casa antiga, paralela à estrada. Estando numa zona de necrópole é provável que o muro pertencesse a um mausoléu.<sup>61</sup>

#### 4.4.2.10 Rua do Touro

Além do capitel monumental e dos grandes “blocos aparelhados, dois deles constituindo parte de uma cornija com enormes proporções” referem-se sob o prédio

---

<sup>61</sup> Este muro poderá ainda ser visto sob a casa antiga que está exactamente no início da recta da dita estrada, após desfazer a curva que está em frente da estação.

que tinha o nº 34, “as paredes ainda altas de uma quadra, a qual pela descrição que nos fizeram, dava ideia de *cella* de um templo” [VIANA, 1946<sup>a</sup>, 102; RIBEIRO, 1956, 110 e 146, fig 129].

Um capitel, de estilo compósito, terá pertencido ao *forum* [ALARCÃO, 1986, 86, 90 e 92, e datará do final do século I ou início do século II [RIBEIRO, 1999, 238, Nº 20; ALARCÃO, 1986, 92]

#### **4.4.2.11 Rua dos Infantes**

Na Rua dos Infantes, a 1,5 metros de profundidade, relativamente ao pavimento actual, em 1950, foi encontrada uma calçada "com lajes de tamanho variado" [VIANA, 1950, 40]

Na cave do prédio onde está o Restaurante "Os Infantes" (nº 14), estão visíveis paredes orientadas NO/SE e um tambor de coluna; daí foi também retirado um capitel de três frente.

Achado no ano de 1983 [*Boletim da Câmara Municipal de Beja*, nº 27, p.5-6] este capitel de três faces, cortado em dois blocos, de estilo compósito deveria ter estado colocado numa pilastra ou esquina, talvez no cimo de uma escadaria [RIBEIRO, 1999, 245-255, nº 22]. Hauschild data este capitel do século I d. C e Jorge de Alarcão [ALARCÃO, 1986, 82], com quem concorda Antonieta Ribeiro [RIBEIRO, 1999, 255] dos fins do século - inícios do século II d. C.

Achado na mesma altura que o anterior, e no mesmo local, foi um capitel de folhas lisas de finais do século III d. C. [RIBEIRO, 1999, 181-185, nº 12]

#### **4.4.2.12 Rua dos Mercadores/Portas de Aljustrel**

As referências a achados nesta zona são muitas vezes vagas e imprecisas.

Na esquina da Rua do Sembrano com a Rua dos Mercadores, na casa de Castro e Britto, encontraram-se capitéis que foram removidos para o paço episcopal e colunas que ficaram nos alicerces da casa [*Bejense*, nº 1591, de 27/6/1891].

Das portas de Aljustrel, num extremo da Rua dos Mercadores, são provenientes

um capitel [VIANA, 1947, 80], classificado como corínteo de coluna, que terá pertencido a um edifício grandes dimensões e data dos fins do século I ou inícios do século II [RIBEIRO, 1999, 143-147, nº 6] e outro capitel compósito, com semelhanças com o da Rua do Touro, que terá pertencido, segundo Jorge Alarcão, à basílica do *forum* de *Pax Iulia* [ALARCÃO, 1986, 90-92], datando dos finais do século I ou inícios do século II [RIBEIRO, 1999, 242, nº 21].

#### **4.4.2.13 Jardim Duarte Pacheco**

Quando, em 1997, procederam a alterações de natureza ornamental do Jardim Duarte Pacheco (vulgo do Tribunal), vimos orientadas no sentido NE/SO, paredes que claramente tinham aparelho que conhecemos de outras da época romana. Não pudemos ver as suas dimensões, pois taipais impediam que nos aproximássemos, mas teriam por volta de 50 cm de largura.

Na Rua Alexandre Herculano, paralela ao dito Jardim, e no mesmo sentido, seguindo a pendente, foi encontrado um troço do esgoto da cidade.

Um capitel corintizante de folhas lisas, datado de finais do século III d. C. [RIBEIRO, 1999, 221-224, nº 18] foi encontrado em 1989, em entulhos na área do Jardim.

#### **4.4.2.14 Palácio das Repartições**

Na Rua de S. Sisenando, a 1m de profundidade, apareceu o alicerce da muralha romana demolida pelos Jesuítas quando edificaram o colégio.

Um interessante conjunto de peças soltas, capitéis, colunas e uma escultura, terão sido encontrados nesta área. Na parede leste do edifício, hoje quartel da GNR, entre vários blocos rectangulares de grandes dimensões, encontramos um que nos parece podermos classificar de pedestal de estátua (Fig. 68).

Infelizmente não temos elementos de descrição suficientes para determinar se os capitéis eram todos da mesma ordem e tamanho, se as colunas eram de grandes ou pequenos diâmetros, de maneira que não se pode avançar além da constatação de ali



Fig. 68

referência a edifícios nessa zona não nos permite afirmar a existência de um qualquer edifício nas imediações. Não será, no entanto, impossível que aí tenha existido. Uma análise sumária do parcelário da cidade revela-nos uma anomalia de secção semi-oval com uma largura de 80 metros e comprimento de 40, desenvolvendo-se a sul da Rua Ancha (actual Dr. P. Coelho) e constituindo uma curiosa perturbação de um parcelário orientado NO/SE. Corresponde esta anomalia a algum edifício de época romana? Estes

apareceram bastantes vestígios e, se alguns podem ter sido para ali transportados aquando da construção do Colégio dos Jesuítas, para servirem de material de construção, outros, porém, por se encontrarem fora dos alicerces e paredes, como o capitel que em 1994 se encontrou na abertura de vala de saneamento, não pode ter origem nessa acção. Este capitel foi removido para a Igreja de S. Sebastião e deve ser aquele que Antonieta Ribeiro publica com proveniência desconhecida; é um capitel corintizante de folhas lisas de pilastra adoçada datando do século IV d. C. [RIBEIRO, 1999, 227-228 n.º 18].

A ausência de qualquer



materiais terão aí sido utilizados?

#### **4.4.2.15 Achados sem proveniência determinada**

Nestes vestígios caberia incluir as inscrições que se recolheram dispersas por toda a cidade, muitas delas na parede da muralha medieval, porém, por terem sido estudadas e publicadas por José d'Encarnação [ENCARNAÇÃO, 1984], não é de grande utilidade repeti-las aqui, tanto mais que, se o achado de algumas inscrições funerárias se pode relacionar com as necrópoles identificadas, o contexto de um vasto conjunto não pode ser identificado.

Integramos neste ponto, a dezena de prótamos de touro, encontrados em vários pontos da cidade, numa aduela da porta de Évora, por exemplo, que André de Rezende viu. J. Silvestre Ribeiro, em meados do século XIX, já só viu sete [RIBEIRO, 1847, 26].

Estas cabeças, que podem datar da época de Augusto, podem ter pertencido às portas da cidade e como ornamentação do forum.

#### **4.4.2.16 Rede de abastecimento de água**

A cota a que se situa a cidade levanta um problema que é o do abastecimento de água. Cotas de cerca de 300 metros, que é a cota a que se encontra *Pax Iulia*, em torno da cidade só as voltamos a encontrar na Serra de Portel, distante cerca de trinta quilómetros. É certo que esta não é uma distância que não pudesse ser vencido pela engenharia romana mediante a construção de um alto e longo aqueduto. Se alguma vez houve essa importante obra de engenharia civil, dela desapareceram completamente os vestígios, o que não deixa de ser estranho. Mas se a água não chegava por esse cano, onde iam os habitantes procurar água para os usos domésticos, para as termas, para os jardins, enfim para os usos quotidianos?

Não excluimos a hipótese de alguma vez ter havido aqueduto para abastecimento de água à cidade. Félix Caetano da Silva refere um aqueduto na zona de Alcaçarias, mas será que se tratava de um aqueduto ou de um troço da grande cloaca de que em vários

pontos da cidade se encontram vestígios?

A documentação medieval refere uma quantidade importante de poços na cidade, poço do ouro, poço da cisterna, poço de Aljustrel, etc. A maioria situava-se na parte oriental da cidade na freguesia de S. Salvador. É anómala esta forma de abastecimento de água à cidade, mas não deixa de ser uma possibilidade. Beja tem no subsolo água suficiente para auto- abastecimento e o recurso a poços talvez tivesse sido uma solução mais ajustada à posição topográfica da cidade.

Na ilustração de 1850, Fig. 75, é possível verificar que os lagares de Pé da Cruz são abastecidos por água que sai da cidade. Prova-se assim que no planalto de Beja haveria água suficiente para abastecer a cidade.

Relativamente aos recursos hídricos de Beja e arredores, o Eng<sup>o</sup> Eduardo Paralta preparou-nos um documento, no qual se pode ter uma ideia objectiva das questões da água em Beja. Veja-se Anexo1.

### 4.4.3 O valor informativo dos vestígios

#### 4.4.3.1 Ambiguidade e equação de uma problemática

Pode reconstituir-se o tecido físico da cidade e a organização interna dos seus bairros, a distribuição espacial das actividades exercidas na cidade, etc, com os vestígios apresentados? Ou, perguntando de outra maneira, que imagem se pode ter da cidade de *Pax Iulia* com estes vestígios?

A leitura do mapa de localização dos achados (Fig. 31) evidencia espaços privilegiados de distribuição, porém, atendendo à natureza dos vestígios, a imagem que estes transmitem é desconcertante, dado evidenciar a contraditória correspondência entre o local de achado de vestígios que se podem deslocar e o de estruturas edificadas, à partida pertencentes ao mesmo contexto. Verificamos que nos locais onde encontramos os mais significativos alicerces de edifícios não se encontraram colunas, capitéis ou outros restos de elementos arquitectónicos ou escultóricos e nos locais onde estes elementos se encontraram não há vestígios dos edifícios a que terão pertencido. Esta desarticulação entre os vários tipos de testemunhos resulta apenas de uma deslocação para áreas distantes daquelas onde estavam originalmente capitéis, colunas, pedestais de estátuas, por exemplo, ou testemunham uma proximidade da posição original?

Reportando todos os testemunhos relativos à cidade de *Pax Iulia*, como referentes passíveis de conhecimento, tentaremos dinamizar o seu valor informativo submetendo-os a uma arrumação de tipo plano estratigráfico, à escala da cidade.

Com base numa lógica em que se confere, *a priori*, a todos os testemunhos, independentemente da sua categoria, exactamente a mesma dimensão informativa, distinguindo-os apenas pela possibilidade de se comprovar a sua relação com o contexto original, construímos um corte estratigráfico, que denominámos de estratigrafia do conhecimento.

Este corte estratigráfico tem na base estruturas construídas (imóveis), que estão à vista de todos, ou estiveram mas se registaram de forma inequívoca e as sepulturas que,

apesar de não serem actualmente visíveis, foram exactamente localizadas; sobrepõem-se-lhe, de forma não totalmente linear, as estruturas escavadas que se desenharam e publicaram e a que se deu, ou não, interpretação; no nível seguinte aparecem, caoticamente dispersas, informações relativas àquilo que designamos de achados avulsos (capitéis, colunas, inscrições, estátuas, etc) sem contexto identificado, descrições dúbias de estruturas ou de materiais soterrados; sobreposto encontramos um nível de interface constituído pela morfologia actual da cidade e no nível superior, por serem interpretações recentes e baseadas em vestígios das camadas inferiores, as propostas de reconstituição do urbanismo de *Pax Iulia* de Jorge de Alarcão e Vasco Mantas.

Esta construção estratigráfica, que mais não é que um quadro teórico de análise para melhor compreensão da complexidade e problemática dos testemunhos da cidade romana, permite analisar os elementos de cada camada em si mesmos e tentar posteriormente uma interpretação com base nas inter-relações que, nos planos horizontal, vertical e transversal, se podem estabelecer entre os elementos de cada nível. Presta-se a uma abordagem feita a partir da cidade actual, tomada como ponto de chegada de uma longa evolução, onde os vestígios da cidade romana se vão diluindo, quer integrados activamente num outro contexto, quer desactivados e ocultados por novos equipamentos, quer ainda, desmantelados para servirem de material a novas construções.

Uma análise feita a partir deste quadro estratigráfico permite-nos apreender como imagem distorcida aquela que os mapas de dispersão dos vestígios da cidade pretendem apresentar como nítida e perfeitamente coerente, uma vez que não se nos apresenta como uma transparência dos equipamentos da cidade romana, mas como a ilustração de vestígios de uma cidade romana numa cidade de século XX.

Desde logo, para reconstruir a cidade romana havia que saber qual o espaço que ocupou ao longo dos tempos. Se os vestígios nos permitem deduzir que se instalou no planalto da colina onde hoje se situa o centro histórico, não temos, como acima tentámos demonstrar, nenhum elemento que nos autorize definir-lhe o perímetro

original e a sua evolução desde o momento de instalação até ao período visigótico.

A escassez dos vestígios e o desconhecimento dos contextos originais da maioria deles, muitos certamente deslocados para servirem de material a construções posteriores, conferem-lhes um carácter informativo vago e titubeante, por ora, em nosso entender, comprometedor de qualquer tentativa de reconstrução da cidade romana, num qualquer momento da sua existência.

Jorge de Alarcão e Vasco Mantas consideraram menos opaco o valor informativo dos vestígios que se encontraram e encontram na cidade, avançando com propostas para a reconstituição da cidade romana.

#### **4.4.3.2 Os vestígios revelam conhecimento transparente(?) As propostas de reconstituição do urbanismo da cidade.**

Detenhamo-nos então, no último nível de conhecimentos sobre *Pax Iulia*, que é preenchido pelas propostas de reconstituição, organização e estrutura da cidade ensaiadas por J. de Alarcão e por Vasco Mantas. A primeira, elaborada anteriormente às escavações no Convento de S. Francisco, Praça de Armas do Castelo e logradouro do Conservatório e a segunda, com versões variando em pormenores, a última das quais apenas com desconhecimento dos resultados das escavações do logradouro do Conservatório.

Convocamos estas propostas não para as sujeitar a qualquer jurisprudência, mas porque se trata de sínteses interpretativas que resultam na construção de um nível disponível para o conhecimento de *Pax Iulia*. Entendidas assim, abordaremos as metodologias, os pressupostos teóricos e o uso dos vários vestígios que sustentaram a sua elaboração, confrontando-as com a nossa leitura das informações dos restantes níveis. Ensaiaremos a sua desconstrução visando testar o peso do seu carácter probabilístico face aos vestígios conhecidos.

Por desconstrução não deve, portanto, entender-se negação ou rejeição. Deve, pelo contrário, entender-se a tentativa de se equacionar e perceber a lógica e coerência das inter-relações que se estabeleceram entre os diversos elementos constituintes das propostas e testar a sua operacionalidade no estudo e conhecimento da cidade.

#### 4.4.3.2.1 A proposta de Jorge de Alarcão

Partindo de vestígios encontrados ou visíveis na cidade, Jorge de Alarcão considera que “sabemos muito pouco do programa augustano, mas temos alguns indícios dele” [ALARCÃO, 1990a, 46] (Fig.69). Analisando pormenorizadamente a muralha que circunda parte da cidade actual, conclui que são romanas as portas de Mértola, Évora e “uma outra a que, até agora, nenhum autor se referiu” [ALARCÃO, 1990a, 46], situada na Rua Brito Camacho (antiga Rua do Buraco) e que a partir do levantamento aerofotogramétrico da cidade, à escala 1:1000, reconstrói. Nesse levantamento, “um torreão, que aparenta ser cortado em triângulo no lado menor voltado a nascente, flanqueava a porta. Dele arranca um muro em arco de círculo. A entrada, talvez entre torres mais pequenas, ficava nas traseiras do prédio que tem o nº 22 da Rua do Sembrano” [ALARCÃO, 1990a, 46]. Estas portas integram-se no tipo designado de “meia lua” e teriam paralelo, embora sendo variantes do protótipo, nas portas de Arles, Fréjus, Vindonissa, Novaesium, nas de Mérida representadas nas moedas e talvez nas da primitiva muralha de Conimbriga [ALARCÃO, 1990a, 46-47]. Estas portas teriam sido edificadas na época de Augusto, sendo incerto que tenham sido complementadas com a construção de uma muralha [ALARCÃO, 1990a, 47].

Articulando os resultados de escavações feitas por Abel Viana, em 1939, escavações que no local onde se estava construindo um depósito de abastecimento de água à cidade (nas traseiras da cadeia velha, na Praça da República) puseram à mostra o *podium* de um templo, com a calçada que se identificou na Rua dos Infantes e que tomou como um *cardo* secundário da cidade, com achados na Rua do Touro, de entre eles, a *quadra* de “paredes ainda altas que dava ideia de *cella* de um templo e um arco e misula com um ídolo no alto do capitel”<sup>62</sup> ensaiou uma proposta de reconstituição “nas suas linhas gerais, da planta e dimensões do *forum* de Beja” [ALARCÃO, 1990a, 49].

---

<sup>62</sup> Na folha 12 do livro do Tombo da Igreja de S. João encontra-se referência a um arco numa asa da Rua do Touro: Outras cassas na Rua do touro detras da/dita Igreja de sam Joham (...)partem cõ Rua pu/bli/ca da parte do sull e da parte do norte partem/com cassas que foram de luis garcia faralães (...) e da parte do poemte com cassas do arco (...) e he huia cassa terrea/mujto lomga com huû arco no mejo.

Segundo esta proposta, o *forum* de Beja, situado entre o Largo dos Prazeres, o Convento da Conceição, a Praça da República e as Ruas dos Escudeiros e do Sembrano, seria “ um rectângulo de 80 X 160m, com o templo centrado num recinto porticado, a basílica ocupando o lado menor oposto ao templo e a cúria, com 25 m de comprimento, salientando-se do rectângulo, centrada relativamente à basílica, mas perpendicular a ela” [ALARCÃO, 1990a, 49]. A planta do *forum* assim desenhada é do tipo da do *forum* de Feurs. A datação, com base em três capitéis de estilo compósito, um de grandes dimensões que supõe ter pertencido ao templo e outro, de menor módulo, que teria pertencido à basílica, e outro de três frentes, igualmente atribuído à basílica, seria do último terço do século I d.C. Outro capitel de estilo coríntio, de menores dimensões, talvez pertencente ao pórtico do forum, corresponderia a um período de “reconstrução profunda nessa data” do *forum* augustano que se localizava no mesmo sítio [ALARCÃO, 1990a, 49].

O plano de reconstituição urbanística [ALARCÃO, 1990a, 47, Abb. 2] propõe um traçado que toma como limite da cidade as muralhas medievais, ainda que considere que estas poderão não corresponder, pelo menos na totalidade, ao traçado da muralha romana.

A porta de Mértola, que seria uma das entradas principais, originaria o *cardo maximus*, orientado de SE a NO, que passaria pela Rua do Conde da Boavista e Rua do Touro, levando directamente ao centro do lado meridional do forum. A rua dos Infantes e a Travessa do Cêpo corresponderiam a *cardines* secundários. De forma compassada, outras ruas actuais, Tomás Vieira, o troço norte-sul da Travessa da Audiência, João Conforte, António José de Almeida e Aresta Branco corresponderiam a *cardines*. As portas de Évora e de Mértola não estariam no mesmo eixo.

Admitindo a dificuldade de traçar o *decumanus maximus* e, conseqüentemente, os diversos *decumani*, propõe que aquele partia da porta que identifica na Rua Brito Camacho e, traçando-o exactamente perpendicular ao *cardo*, fá-lo passar em parte da Travessa da Audiência e pela Rua do Carmo Velho. A Rua dos Mercadores seria um *decumanus* secundário. As *insulae* propõe que meçam 40 x 80 m.

O teatro estaria localizado entre a Rua da Guia, a Rua Funda e a Igreja de Santiago e dele seriam as estruturas descritas por Félix Caetano da Silva [in VIANA, 1949, 308].

Baseada numa reflexão tendente a interpretar os dados avulsos que as diferentes informações, desde o final do século XIX, permitiram acumular, e articulando-as com a topografia da cidade e pormenores da morfologia actual que supõe poderem perenizar formas antigas (caso da porta da Rua Brito Camacho), esta despreziosa reconstituição da forma urbana e da localização e organização do seu “edifício<sup>63</sup>” principal – o *forum* -, é perfeitamente viável enquadrando-se, sem dificuldade, nos cânones urbanísticos romanos.

Este desenho hipodâmico do urbanismo de *Pax Iulia* não nos suscita comentários, dado ser esta forma comum nas cidades romanas. De todo o modo, não temos alternativa provada para lhe opor. Esta proposta é anterior à confirmação de uma ocupação pré-romana da cidade e, por isso, compreensivelmente, não contempla a hipótese da sobrevivência de estruturas edificadas anteriores. Ora uma realização deste tipo de urbanismo implicava um espaço totalmente livre para se implantar. Poder-se-ia admitir a destruição de estruturas anteriores para edificação da cidade romana mas afigura-se-nos difícil conciliar um arrasamento da cidade com a inscrição que se tem interpretado como referindo um magistrado que presidia a duas assembleias, “a dos colonos e a dos indígenas sem plena cidadania” [ALARCÃO, 1999a, 48]

É, pois, difícil imaginar que uma integração da população indígena no quadro da *civitas* contemplasse instituições próprias mas, ao mesmo tempo, admitisse a destruição do seu quadro físico.<sup>64</sup> Esta contradição não se explica facilmente, tanto mais que em Conimbriga, por exemplo, as casas indígenas mantêm-se mesmo ao lado do *forum* augustano, e aí não há conhecimento de qualquer acto especial de deferência para com os autóctones.

---

<sup>63</sup> Utilizamos inadequadamente a expressão edifício aplicada ao *forum* não sendo este um edifício; é um conjunto de edifícios juntos numa praça, onde se concentram os signos da dignidade municipal [GROS, 1990, 49].

<sup>64</sup> Relativamente a este assunto, deveras complicado, cf p.



É certo que a inscrição não tem inequívoca leitura e, por isso, esta observação pode ser irrelevante. Mas não temos nenhum modo de provar qual a intensidade das alterações que se operaram no povoado com a instalação dos novos equipamentos correspondentes à cidade dos Romanos.

A nossa grande dúvida prende-se com a interpretação que Abel Viana dá às estruturas que escavou, sendo que estas se utilizam como sustentáculo primário desta reconstituição.

Quando decidimos escavar no quintal ao lado daquelas estruturas, pretendíamos averiguar o que é que Abel Viana tinha escavado. Não se trata de uma questão de concordância ou discordância com a interpretação de Abel Viana. Trata-se de satisfazer uma dúvida que reside sobretudo numa incapacidade de compreender as suas opções e dificuldade de articulação dessa opção com os vestígios arqueológicos recentemente escavados na proximidade dos outros. O que Abel Viana escavou é, como acima tentámos demonstrar, insuficiente para que se tome a decisão de atribuir forma e função a um edifício e por isso instrumento frágil para extrapolação.

Apesar de todas as alterações que a cidade sofreu ao longo dos tempos, não seria impossível que as ruas actuais alinhassem pelas da época romana, pelo que não se afigura descabida a reconstituição do *cardo maximus* e dos *cardines* propostos. Porém, como veremos, este decalque dos eixos principais de comunicação das ruas romanas pode não ter grande sustentação. A calçada encontrada na Rua dos Infantes será uma prova de que nalguns casos assim seria. Mas qual era a orientação da calçada da Rua dos Infantes? A estreiteza da vala não permite saber qual era. Abel Viana nunca diz se é paralela ou perpendicular à rua.

A porta de Évora foi entaipada e integrada em habitações dando lugar à abertura de uma outra mais a poente, o que sugere alteração do eixo de entrada na cidade e eventualmente a procura de acessos novos que para ela convergissem. Também na escavação que fizemos no logradouro do Conservatório do Baixo Alentejo se identificou uma calçada orientada NO/SE (Fig. 43, E3), que atravessa por cima das ruínas romanas e dos níveis muçulmanos, o que indica novos eixos de circulação.

A quantidade de portas que as plantas de Langres (Fig. 33) e Félix Caetano da Silva (Fig. 32) apresentam deverão ter originado acessos que poderão nada ter que ver com os romanos. Mais uma vez remetemos a solução do assunto para escavações sistemáticas nesses eixos, as quais hão-de, certamente, clarificar este aspecto.

É pacífica a cronologia romana das portas de Évora e Aviz, mesmo se esta está hoje em local que não é o original. A porta de Mértola seria também romana, mesmo admitindo que a sua abertura pudesse ser um pouco desviada da actual. No que respeita à porta situada na Rua Brito Camacho, apesar do muro em arco de círculo que parte do torreão da muralha permitir reconstruir uma porta “como uma cortina semi-circular flanqueada por dois torreões; a porta propriamente dita abrir-se-ia no centro da cortina” [ALARCÃO, 1990a, 46]—parece-nos difícil concebê-la como romana, dado abrir directamente para edificações romanas ou ser mesmo ser obstruída por essas edificações. (Fig. 61, *a* - *i*) De facto, não vemos modo de conciliar os muros inequivocamente romanos que se encontram nessa zona da Rua do Sembrano, cuja cronologia exacta desconhecemos, mas que se desenvolviam para baixo das casas de um lado e do outro da rua, e no cruzamento desta com a Brito Camacho, com a existência da dita porta.

Uma explicação plausível é a de que uns e outra corresponderiam a cronologias diferentes. A porta, como referiu Jorge Alarcão, seria augustana e os muros corresponderiam a um período em que esta porta se tivesse abandonado como entrada na cidade. É certo que não possuímos dados cronológicos para os muros que encontrámos na zona da dita porta, mas devemos realçar que o aparelho daquele que se viu em maior extensão (uma abside) era unicamente de pedra ligada por argamassa, sem qualquer vestígio de material reaproveitado, e no enchimento do alicerce recolheu-se um fragmento de terra sigillata sud-gálica, Drag. 24/25.

Um acesso por esta zona invalidaria o próximo da Portas de Aljustrel, que é

atestada nos documentos quinhentistas<sup>65</sup>. Ora, justamente nestes documentos não encontramos nunca referência à dita porta,<sup>66</sup> e não são raras as vezes que se referem outras. Langres apresenta esta porta, mas Félix Caetano da Silva ignora-a. No local onde ela estaria, Félix Caetano da Silva coloca a letra *f* mas não diz, na legenda, o que representa. No século XVIII, Frei Manuel do Cenáculo desenha uma planta sumária da cidade na qual destaca as várias portas da cidade mas também a abertura da Rua do Buraco. Em planta do final do século passado (Fig. 70), também não se apresenta nenhuma porta neste local. É indiscutível que no quintal da casa nº 20 da Rua do Sembrano se desenha um arco de círculo, mas aparentando estar em conexão com o torreão de muralha que mostra nos seus ângulos o mesmo tipo de aparelho que os restantes torreões medievais (Fig. 71 e 72).

O desenho no levantamento aerofotogramétrico da cidade à escala 1:1000 não reproduz exactamente o que se vê no local, não sendo perceptível o corte triangular do torreão (Fig. 31).

Da porta que poderá ter existido neste local terá desaparecido a memória e dela apenas Nicolau de Langres parece ter encontrado testemunho. Túlio Espanca, em cuja obra se encontra indicação de ter investigado toda a documentação antiga, refere neste local apenas "o Buraco, que no século passado se rasgou na embocadura da actual Rua Dr. Brito Camacho" [ESPANCA, 1992, 84].

Tendo aqui existido uma porta, na época romana ela foi, em determinada altura,

---

<sup>65</sup> Livro do Tombo da Igreja de S. João; pergamináceo quinhentista datado de 1533 a 1537/15<sup>a</sup> f.v. outra cassa q estaa aporta daljustrel e parte ...com a porta da çidade que se chama daljustrel e por de/tras cõ ho muro do conçelho; 14<sup>a</sup> f Rua que vay da praça pera a porta daljustrel

Tombo primitivo da Misericórdia; 38<sup>a</sup> página: lado de fora da porta daljustrel quãado vão pera o poço; 40<sup>a</sup> página: Edabamda donor com estrada que saee tambem da dita porta daljustrel

<sup>66</sup> Encontramos referidas várias portas mas nunca encontramos nenhuma referência a esta. As menções a esta zona são as de muro baixo. Tombo de S. João: 18<sup>a</sup> f. outra cassa que estaa na mema Rua do touro ariba da porta demertola

19<sup>a</sup> f. outra cassa que estaa abaxo da porta de mertolla contra a Rua amcha

19<sup>a</sup> f. v. outras cassas na Rua da porta da Vijs na que foy judarja

24<sup>a</sup> f. que mora de fronte da porta de Sam Luis.

Tombo primitivo da Misericórdia: 34<sup>a</sup> página: E dabamda do norte parte com Rua que veem da porta demertolla peraa Rua amcha

obstruída por edifícios que se construíram na sua entrada, facto que pressupõe uma alteração radical no urbanismo da cidade romana. Ora o traçado urbanístico que Jorge de Alarcão apresenta é datado da segunda metade do século I e corresponde a uma remodelação do urbanismo anterior que se desconhece. Uma outra concepção urbanística, mais tardia, deverá ser encontrada correspondendo ao período em que esta porta já não servia e esse espaço foi ocupado por edifícios.

#### 4.4.3.2.2 A proposta de Vasco Mantas

Vasco Mantas, é peremptório na afirmação: “A estrutura urbana de Beja conservou as linhas fundamentais do traçado romano, ainda que a localização dos grandes monumentos públicos, com a excepção do *forum* ou capitólio, do que parece ser o anfiteatro, situado junto à Praça de Touros e, provavelmente do teatro, permaneça uma incógnita” [MANTAS, 1996a, 12-13; MANTAS, 1996b, 54, 61 n.83] (Fig. 73). Traços dos *cardines* e *decumani* encontra-os activos nas ruas actuais e é a partir deles que V. Mantas desenvolve uma análise “no sentido de definir o esquema geral do urbanismo romano” [MANTAS, 1996a, 13]. Ainda que a identificação do *cardo maximus* lhe cause alguns problemas, julga poder defini-lo no “eixo unindo a desaparecida Porta de Aljustrel à Porta de Avis (...) materializado por um alinhamento de prédios entre a Rua da Moeda e a Rua dos Mercadores e pelo Beco da Camá, Travessa Funda e Travessa da Guia”. Dos *cardines*, de que diz “subsistirem numerosos vestígios na malha urbana, destacando-se alguns eixos representados por alinhamentos largamente coincidentes com arruamentos e limites de parcelas”, salienta o “que tem início numa porta da muralha romana situada junto ao cruzamento da antiga Rua do Buraco, actual Rua Brito Camacho, com a Rua de Sembrano (...) prosseguindo pela Travessa da Audiência, Largo de Santa Maria e por um bem definido limite paralelo à Travessa do Carmo Velho, em direcção à Rua dos Pintores”, outro que “corre pelo Largo de S. João, Rua do Sacramento e Rua da Casa Pia” e ainda um outro que identificou como concordando “*grosso modo* com a Rua de Santo António, prolongando-se paralelamente à Rua de Esquivel. (...)”; coincidentes com prováveis *cardines* indica serem, um dos troços da

Rua Mestre Manuel, conduzindo à Rua Dr. Aresta Branco, e o troço ocidental da Travessa da Audiência e a Travessa da Condessa.

Igualmente complicado parece-lhe ser a definição do *decumanus maximus*, já que existem “dois grandes eixos perpendiculares ao cardo e conduzindo a portas monumentais: a Porta de Évora a noroeste, e a Porta de Mértola, a sudeste”. Crê, ainda assim, que “o eixo que atravessa a cidade entre a Porta de Évora e o Jardim Público, ultrapassando os limites da muralha urbana, no interior da qual se define no Largo da Trindade, Rua das Ferrarias, agora Dr. Aresta Branco e Rua da Capelinha” poderá representar o *decumanus maximus*, o qual uniria a Porta de Évora a uma porta que, em sua opinião, a análise da estrutura urbana lhe sugere ter existido junto à Igreja da Esperança [MANTAS, 1996a, 14-15].



Fig. 74

Ao outro grande eixo que conduz à Porta de Mértola (Fig. 74) “constituído pela Rua do Conde da Boavista e pela Rua do Touro,” “perfeitamente alinhado com as ruínas do templo escavado por Abel Viana”, é conferida grande importância pelo facto de se implantar “na linha de crista que culmina a colina sobre a qual se elevou a cidade, cujo sector mais rico e monumental parece corresponder à zona por ele atravessada, antes ocupada pelo oppidum, e pela impressionante *patte d’oie* originada pela porta de Mértola” [MANTAS, 1996a, 15].

A sua análise permitiu-lhe ainda encontrar “com toda a probabilidade” o *decumanus*, coincidente com o limite oriental do *forum*, na Praça da República, definido

por um eixo constituído “pelo Largo dos Duques de Beja e pela Rua dos Infantes”, artéria onde Abel Viana refere a presença de restos de uma calçada romana” [MANTAS, 1996a, 15].

Uma tão pormenorizada descrição dos vestígios romanos do urbanismo pacense, cuja quadrícula o autor atesta durante a Alta Idade Média, encontrando na menção de Al Razi que *há em ela [Beja] muitas e boas Ruas e mui anchas*, prova dessa permanência, resulta de um trabalho de reconstituição com base na teledetecção, termo que, neste trabalho, o autor assumiu como um método “abrangendo quer as imagens espaciais quer as fotografias aéreas, como o conjunto de técnicas e de métodos capazes de assegurar a descrição e análise de *objectos* e de *fenómenos* da superfície ou da sub-superfície terrestre através de registo à distância, a partir de embarcados em meios aéreos ou espaciais” [MANTAS, 1996a, 5].

O primado da teledetecção, “um dos instrumentos fundamentais da arqueologia urbana” [MANTAS, 1996a, 6], remete a informação arqueológica para uma posição de subserviência ao serviço desse método. “O conhecimento, por parte do investigador, dos dados arqueológicos disponíveis e das fontes escritas da localidade a estudar contribuirá, necessariamente, para facilitar a foto-interpretação” [MANTAS, 1996a, 6].

Antes de continuarmos com o comentário e interpretação desta proposta convém que nos detenhamos nos pressupostos teóricos e questões metodológicas aqui pronunciadas.

V. Mantas apresenta-nos como método para o estudo do urbanismo romano um “permanente e disciplinado trabalho de prospecção segundo uma metodologia em que a teledetecção aérea ocupa um lugar destacado”, que o conhecimento das fontes e de dados arqueológicos tornará mais fácil [MANTAS, 1996a, 6]. Deste pressuposto metodológico resulta, em primeiro lugar, a possibilidade de fazer este tipo de estudos em sucessão, secundarizando-se a informação arqueológica relativamente à interpretação de um documento actual e estático. Resulta, em segundo lugar, a separação entre o investigador/técnico capaz de produzir resultados e o arqueólogo desprovido desse conhecimento que, a montante, fornece dados, para facilitar a interpretação do dito

investigador/técnico, que se encarregará de a carregar de conotação histórica e civilizacional. O trabalho compartimentado por simples adição de dados recolhidos de forma desarticulada, na base de uma interdisciplinaridade virtual, não se ajusta a um trabalho planificado baseado num articulado dos diferentes processos de acesso ao conhecimento. A atribuição de uma cronologia surge, naturalmente, como uma obsessão deste tipo de metodologias na medida em que esta se usa como prova e garantia de autenticidade dos ditos trabalhos .

Esta forma de investigar, que supõe a procura de fios condutores que possam interligar *objectos* morfológicos e que, em última análise, tem como objectivo produzir factos que se possam relacionar com determinados acontecimentos históricos, deve considerar-se de grande risco, pois a qualquer momento pode surgir um elemento de perturbação da cadeia e desarticular o edifício *a priori* bem construído.

Um trabalho prévio de análise da morfologia dos tecidos urbanos das cidades, baseado na foto-interpretação, e em cartografia, é sem nenhuma dúvida fundamental para que se possa planear um trabalho que tenha como objectivo alcançar a estrutura urbanística da cidade, mas a análise morfológica em si mesma não representa senão uma parte das ferramentas de análise e, enquanto hipótese, não prescinde do trabalho de campo. Um arqueólogo que disponha deste instrumento de trabalho deverá ter consciência de que ele mais não é que uma reconstituição hipotética, uma proposta, e que o seu plano de trabalhos deve ser programado tendo em conta a sua necessária validação no terreno. É uma outra forma de abordar o problema: o morfólogo e o arqueólogo, supondo que se trata de indivíduos distintos, trabalham em conjunto e não isolados e/ou em sucessão. A um e outro não interessa apenas a obtenção da planta da cidade romana. As restantes plantas que se encontram marcadas no solo não são desperdícios a ignorar, reflectem uma constelação de personalidades vinculadas a estruturas sociais e económicas particulares, instituições, tecnologias e uma ordem ecológica, que a elas e nelas se adaptaram e que, por razões nem sempre explicadas, por

factores de natureza histórica, se transformaram.<sup>67</sup>

A dinâmica do urbanismo da cidade, o espaço habitado por pessoas, em diferentes épocas, é o seu local de investigação e o seu objectivo, a sua total compreensão<sup>68</sup>, não como uma coisa, mas na sua simultaneidade como real e simbólica, como espaço e como tempo, como texto e como contexto [FORTUNA, 1997, 4].

Tenha-se em atenção que nos referimos aos alcances da foto-interpretação como ferramenta para a reconstituição dos tecidos urbanos. A foto-interpretação é seguramente um eficaz método para “tornar visíveis” estruturas antigas e, no que concerne à época romana, para revelar eventuais edifícios antigos, que, nos casos em que a forma é imediatamente reconhecida, se podem identificar; porém, em caso algum ela distingue os pormenores constitutivos da forma e jamais fornece cronologia absoluta. O trabalho arqueológico é, em todas as circunstâncias, indispensável.

A propósito deste assunto, na opinião de Vasco Mantas, a fotografia aérea fornece uma anomalia num local da cidade onde Félix Caetano da Silva descreve vestígios arqueológicos que J. de Alarcão tende a considerar como um provável teatro e que Vasco Manta integra, como tal, no seu plano da cidade. Não temos, até ao momento, nenhum elemento de confirmação dos vestígios que Félix Caetano da Silva, em 1792, refere entre as ruas de S. Gregório e da Guia, a Travessa Funda e as traseiras da Igreja de S. Tiago e muito menos a sua afectação a um teatro. A orientação da pendente não parece favorecer a implantação do dito edifício, contrariamente ao que afirma Vasco Mantas [MANTAS, 1996a, 17]. A fotografia aérea, "apesar de pouco nítida (...) através de uma análise estereoscópica" será indicador de um edifício nesse local [MANTAS, 1996a, 17]. Uma análise do parcelário no levantamento aerofotogramétrico à escala 1.1000 não destaca neste local nenhuma anomalia. Portanto, sem trabalho arqueológico não há legitimidade para deduzir qualquer edifício e ainda menos apor-lhe uma datação. Uma cuidada observação do terreno sugere uma

---

<sup>67</sup> A este propósito cf. WIRTH, 1997, 45-65.

<sup>68</sup> Devemos, no entanto, salvaguardar casos de fossilização, *recuperados* pela foto-interpretação, que não deixam dúvidas quanto à sua interpretação.



alternativa ao percurso da muralha medieval que neste ponto foi profundamente restaurada nos anos quarenta pelos Monumentos Nacionais.

Uma gravura datada de 1850, mostrando a parte oriental da cidade, apresenta, por detrás da Igreja de S. Tiago, uma arcada, mas esta nada terá que ver com as estruturas descritas por Félix Caetano da Silva, podendo, em nosso entender, face à deficiente perspectiva, ser aquela, com arcos de tijolo, que se encontra semi-enterrada entre o pano norte de muralha do castelo (por detrás do edifício do Museu Militar) e o pano de muralha que por fora corre paralelo e para a qual não encontramos nenhuma referência (Fig.75).

Mas voltemos ao plano urbanístico de *Pax Iulia* sugerido por V. Mantas, do qual ele encontra, na malha urbana actual, “elementos suficientes para que se possa definir o módulo das *insulae*”, que, “com uma margem de segurança muito razoável”, era de 120X180 pés romanos, salvaguardando a possibilidade de algumas delas terem dimensões diferentes [MANTAS, 1996a, 16]. Infelizmente, mais uma vez, não temos oportunidade de, enquanto arqueólogos, cujos movimentos se submetem, em grande parte, a obras na cidade, procurar esses elementos que organizavam as *insulae*, pois os eixos são apresentados de forma genérica. Aquele que passa paralelamente à Rua do Esquível, passa ao centro ou num dos lados? E o da Travessa da Audiência passa em que troço desta rua, sendo que esta forma uma verdadeira baioneta ?

Com a mesma orientação, mas um pouco mais curto que o *forum* proposto por Jorge de Alarcão, Vasco Mantas propõe um complexo que poderia ter 75 metros de largo e 106 de comprimento "coincidindo o limite oriental com a extremidade da Rua dos Infantes e com a Praça da República e situando-se a fachada meridional paralelamente à Rua dos Mercadores", estando a basílica na extremidade da praça, em posição oposta à do templo [MANTAS, 1996a, 17].

Vasco Mantas parece não ter dúvidas quanto à construção do quadriculado da cidade e inevitavelmente procura-lhe paralelos: “o urbanismo pacense reflecte fortemente a organização dos campos militares, nomeadamente quanto ao traçado do cardo (...)”. E continuando, na sua perspectiva morfo-histórica, em que a datação e um

facto histórico de génese são de absoluta necessidade, aponta que “talvez se possa relacionar com as circunstâncias em que se verificou a fundação da cidade e com a datação alta da mesma”[MANTAS, 1996a, 16]<sup>69</sup>.

A fundação da cidade é atribuída a Octaviano, após a batalha de *Actium*, entre 31 e 28 a. C " para respeitar a coincidência da dedução colonial com os resultados obtidos pelos trabalhos de campo no concelho de Vidigueira" [MANTAS, 1996b, 49]<sup>70</sup>. Considerando a colonização civil, proposta pelo autor [MANTAS, 1993, 496], não vislumbramos qual a circunstância que tenha levado à escolha de um plano do tipo dos acampamentos militares [MANTAS, 1996a, 16].

#### 4.4.4 Dos vestígios transparece um conhecimento desfocado e incerto

Resultantes de metodologias que valorizam os vestígios de maneira distinta, as propostas de Jorge de Alarcão e Vasco Mantas são formalmente equiparadas. Em rigor, à proposta de Jorge de Alarcão, Vasco Mantas, utilizando dados obtidos a partir da análise estereoscópica da fotografia aérea, apenas propôs uma nova porta, algures junto à Igreja da Esperança, onde de facto terá existido a Porta Nova ou de S. Sisenando que se destruiu em 1897 [ESPANCA, 1992, 83]. As orientações do *cardo* e *decumanus* são as mesmas mas o eixo que sai da Porta de Moura, passando pela Rua Conde da Boavista e Rua do Touro, é para Jorge de Alarcão o *cardo maximus* e para Vasco Mantas o *decumanus* que levaria ao centro do *forum*.

A valorização dos vestígios e interpretação das informações – sustentáculos destas propostas – vincam uma atitude indiscutivelmente distinta da nossa, face às potencialidades abonatórias de certos testemunhos e vestígios, na construção de um discurso afirmativo. Se a proposta de Jorge Alarcão, ao apresentar sistematicamente os *recursos* que utilizou e a explicação da interpretação que deles fez, se inscreve num

---

<sup>69</sup> No presente artigo não se aponta nenhuma data para a fundação que se atribui a Augusto [MANTAS, 1996, 12] e não se esclarecem quais as circunstâncias em que se verificou a fundação.

<sup>70</sup> Conhecendo os trabalhos do concelho de Vidigueira, onde fizemos várias campanhas de prospecção e escavação, não compreendemos o sentido desta relação.

contexto de alternativas possíveis e de debate de opiniões, cuja finalidade é o avanço do conhecimento, a proposta de Vasco Mantas, ao invés, escuda-se num discurso afirmativo onde se enclausuram metodologias cujos princípios não são clarificados.

Invocamos o carácter fragmentário de boa parte dos vestígios, em grande medida derivado do precário conhecimento do contexto de origem, para moderar o seu crédito e proporções significantes e avaliar a postura de reservas que consideramos serem devidas, a resultados neles sustentados. Apesar disso, e porque se trata de proveitos de outras formas de abordagem e apreensão dos vestígios e testemunhos, corporizando o seu resultado um conhecimento deduzido delas, é legítimo que nos mantenhamos expectantes quanto ao seu ajustamento num cenário de mais e variados vestígios, resultantes de dados arqueológicos inequívocos.

A existência destas propostas, que usam como suporte um material de base semelhante, mas desembocam, pontualmente, em conclusões distintas, de que se destaca, além das já apontadas, o dimensionamento do *forum*, instigaram-nos a uma profunda reflexão que nos conduziu à renúncia de elaboração de um plano da cidade de *Pax Iulia*.

Compreendemos que os vestígios se podem manipular de forma diversa, consoante a perspectiva em que nos coloquemos e que as alternativas são sempre possíveis, como se pode deduzir da apreciação que fizemos às estruturas da área do reservatório de água e do logradouro do Conservatório.

De *Pax Iulia*, apesar da grande quantidade de vestígios que se relatam desde Félix Caetano da Silva, pouco ainda se sabe e, chegados aqui, reafirmamos a necessidade de se continuarem escavações, mas que estas sejam apenas um dos módulos de abordagem da cidade, totalmente solidário dos restantes, e que todos eles actuem desde a cidade actual, pois esta é o ponto de convergência dos cenários que representam gentes que ao longo dos tempos evoluíram no mesmo espaço, adaptando-se e adaptando-o. A cidade actual está a sofrer grandes modificações e talvez seja esta a oportunidade para, com novas metodologias e equipamentos, se desvendar um conhecimento enterrado.

Mas a reconstituição de *Pax Iulia* não deve situar-se apenas no seu aspecto físico. A concepção da cidade como entidade social é indissociável do processo analítico que objective o seu conhecimento. Só uma abordagem que contemple todos os planos da vida do núcleo urbano, na sua dimensão temporal, logrará a percepção dos mecanismos de dinamização e funcionamento inter-relacionado deste com o espaço rural.

No que a *Pax Iulia* diz respeito, os textos epigráficos poderão fornecer-nos elementos que autorizem uma abordagem à sociedade romana. Mesmo sabendo que eles constituem uma amostra, de impossível comprovação quantitativa e qualificativa, relativamente à realidade, ponderada a sua manipulação, poderá ensaiar-se uma leitura dos habitantes da *civitas*, considerada a sua informação com a dos restantes vestígios arqueológico





## **5 A SOCIEDADE PACENSE**





## 5.1 Uma visão da sociedade

José d'Encarnação, baseando-se num extenso repertório de dados, que meritoriamente elaborou e interpretou, à escala do *Conventus Pacensis*, sublinhou o carácter parcial das informações de natureza sociológica fornecidas pelas inscrições, afirmando “ não são tão vastos e variados os testemunhos que possibilitem uma visão total” mas, ainda assim, apesar de enormes dificuldades relacionadas com a complexidade da problemática “suscitada por cada uma das componentes sociais”, admite que aqueles se possam utilizar para “distinguir classes sociais e integrar nelas os indivíduos epigraficamente conhecidos; determinar a importância de cada uma das classes na vida político-administrativa, económica e cultural; definir a sua origem geográfica; atribuir-lhe ou não uma ideologia própria” [ENCARNAÇÃO, 1984, 761].

Foi com base nas epígrafes que Manuela Alves Dias e Jorge de Alarcão se referiram a aspectos pontuais da sociedade pacense. A primeira, baseada nos registos relativos aos cultos praticados na cidade, deduziu para *Pax Iulia* um perfil sociocultural de uma cidade comercialmente activa [DIAS, 1981, 33-39]. O segundo, perante a constatação de um elevado número de libertos, grupo tradicionalmente ligado a

actividades comerciais e industriais, justificou a hipótese da valorização destas actividades na capital da *civitas* [ALARCÃO, 1990, 435].

Acreditando que, apesar de pobre e monótona, a epigrafia de *Pax Iulia* tem algum valor percentual representativo dos diferentes grupos do tecido social da *civitas* ao longo dos séculos abrangidos pelas fontes epigráficas, ensaiaremos reconstituir, sem qualquer pretensão de exaustividade, um quadro de informações relativas à sociedade de *Pax Iulia*. Pretendemos, sobretudo, averiguar quais os dados que se podem recuperar, qual a sua natureza e que deduções nos permitem, não apenas na estrita componente sociológica, mas na relação desta com outras—cultural, religiosa, económica, etc. Sobretudo, desejamos temporalizar e espacializar as informações e valorizar o seu comportamento diacrónico e dialéctico numa estreita relação com o processo de romanização desta região.

Objectivando o cruzamento diacrónico dos distintos níveis de informação, o inquérito incidirá sobre todo o território, separando devidamente o espaço urbano, do espaço rural. A confrontação dos dados dos dois espaços deverá permitir averiguar os eventuais elos de convergência e/ou de divergência e ruptura, os quais nos capacitarão na elaboração de critérios e definição de características que permitam ou inviabilizem o esboço de *um* perfil da sociedade da *civitas* de *Pax Iulia*.

O quadro social e as relações que nele se estabelecem têm uma dinâmica própria consoante as sociedades e os tempos, pelo que a dimensão temporal se torna incontornável. Infelizmente, as inscrições abrangem apenas uma parcela do tempo em análise. Partimos do princípio de que, neste contexto civilizacional, a ausência de inscrições não significa um vazio de informação de carácter sociocultural mas, confirmando-se a inexistência como uma manifestação de índole cultural, elas podem significar ou um outro tipo de sociedade ou uma fase de desenvolvimento desta sociedade.

Como acima afirmámos, José d'Encarnação, mesmo não sendo esse o objectivo do seu estudo, dado trabalhar a uma escala diferente, proporcionou-nos uma interessante abordagem da temática sociológica à escala da cidade. Sem prejuízo do seu estudo, cujo



Fig. 76

catálogo tomaremos como base de trabalho e de cujas conclusões nos socorreremos permanentemente, retomaremos o tema para tentar responder a questões que, relacionadas com este aspecto, se projectam numa outra direcção. Pretendemos perceber qual o comportamento da informação deduzida da epigrafia relativamente à dinâmica do território, e compará-lo com o deduzido do material arqueológico e dos sítios.

De quando datam, e quem está representado nas mais antigas inscrições de *Pax Iulia*? Qual o tipo e função das primeiras inscrições conhecidas? Repartem-se de igual modo, em número, em tipo e em função, no núcleo urbano e no mundo rural? As categorias sociais representadas equivalem-se em ambos os espaços? São visíveis processos de mobilidade social ao longo do tempo ou há uma estagnação? Permitem-nos as inscrições deduzir comportamentos sociais? Pode estabelecer-se alguma relação entre os tipos de monumentos e os grupos sociais? Permitem as inscrições deduzir um perfil cultural distinto na cidade e no campo?

À primeira questão respondeu José d'Encarnação: cavaleiros (raros); libertos



Fig. 77

(nem sempre de fácil identificação mas constituindo 30% das ocorrências em todo o *conventus*<sup>1</sup>); escravos (35,6% do total do *conventus*); imigrantes<sup>2</sup> (itálicos, norte-africanos e peninsulares) e indígenas<sup>3</sup>.

De entre os imigrantes ter-se-ão destacado algumas famílias, como a *Iulia*<sup>4</sup> as quais parece terem desempenhado um papel importante na cidade.

Retivemos para esta análise inscrições de que é possível obter cronologia e/ ou

---

<sup>1</sup> Totais percentuais relativos à *civitas*.

<sup>2</sup> A distinção entre imigrantes e indígenas é complexa “dada por exemplo a quase total ausência informativa acerca do estatuto jurídico usufruído”[ENCARNAÇÃO, 1984, 772].

Como imigrantes designou aqueles que expressam a sua *origo* não peninsular ou expressam a sua origem peninsular, nomeando a origem ou indicando a tribo.

<sup>3</sup> Encarnação designa como indígena a “franja populacional” que indique expressamente a sua naturalidade, ou mencione a tribo (desde que não desmentida pela *origo*), ou tenha onomástica latina incaracterística, omitindo ou não a filiação e onomástica de raiz peninsular [ENCARNAÇÃO, 1984, 774-776].

<sup>4</sup> Poderá não ter existido uma única família *Iulia*.

identificação de alguém aí mencionado e caracterização do monumento (tipo e função)<sup>5</sup>, num total de 137<sup>6</sup>, repartidas da seguinte forma: cidade 51; cidade ou arredores 21; espaço rural 65. O número de inscrições relativas ao espaço rural é francamente superior ao das encontradas na cidade, o que pode ser resultado da estratigrafia de ocupação continuada de Beja e do reaproveitamento de muitas delas nas construções ou, mesmo, o seu desprezo em entulhos de casas e outros edifícios. Não nos parece, portanto, que se deva atribuir significado particular a esta desproporção. Todavia, na análise comparativa ter-se-á em consideração esta desigualdade de representação.

A ordenação dos exemplares, por períodos cronológicos, por estratos populacionais, por tipo de inscrição e tipo de monumento, mantendo como referência o núcleo urbano e o espaço rural, permite sintetizar o comportamento destas variáveis no tempo e no espaço, referentes fundamentais para a pesquisa que desejamos desenvolver.

Centrando a análise nos indivíduos, pode observar-se que, no século I d. C., a quantidade de menções a cidadãos é praticamente indistinta entre os monumentos da cidade e os do campo, onde encontramos, respectivamente, 8 e 7 menções. As duas inscrições de cidadãos, provenientes da cidade ou do campo, não desvirtuam esta representatividade<sup>7</sup>.

Ausentes das inscrições da cidade, os indígenas e os indígenas romanizados surgem no mundo rural em 7 inscrições. Os escravos e libertos representam,

---

<sup>5</sup> A fonte para este trabalho é a obra de José d'Encarnação [ENCARNAÇÃO, 1984, (=IRCP)] a que acrescentámos algumas inscrições posteriormente surgidas e publicadas: LOPES, 1986, 205-212; ALFENIM, 1997; ENCARNAÇÃO, 1990, e quatro inéditas, duas delas anepígrafes (uma cupa do Monte das Pedras, junto a Beja e uma ara do Monte da Torre da Cardeira – Quintos, uma cupa encontrada na cidade e um fragmento de placa funerária proveniente da *villa* de Fonte Figueira (Fig. 76/77).

<sup>6</sup> Não são aqui contabilizadas 40 provenientes de Serpa [LOPES, *et alii*, 1997] por não estarem ainda disponibilizados os dados de natureza cronológica.

<sup>7</sup> Décimo Júlio Saturnino aparece referido tanto na cidade como no campo. Na cidade é homenageado pelos *liberti publici* com um busto [IRCP, 240]; no campo, surge numa inscrição onde está uma lista de nomes, sugerindo Encarnação, que se trate de uma placa funerária indicando um jazigo [IRCP, 306] Infelizmente, não localizámos em Nossa Senhora das Neves, nenhuma Herdade da Amendoeira, de onde se diz ser proveniente a placa. Tratando-se de uma placa funerária, estaríamos em presença de alguém que exerceu funções oficiais na cidade, tendo na circunstância procedido à libertação de escravos, e que foi enterrado no jazigo da sua *villa*. Este cidadão foi contabilizado nas inscrições do campo.

aparentemente, uma insignificante parte no universo populacional do I século d. C.: os primeiros aparecem mencionados uma vez em cada um dos espaços e mais uma vez incertamente num ou no outro espaço; os segundos identificam-se uma vez no mundo rural e quatro na cidade.

Realce-se, porém, que o conhecimento do segmento populacional de libertos deriva de duas inscrições honoríficas, uma erigida pelos *amici* a um augustal da colónia pacense e do município de Évora (filho de uma liberta) [IRCP, 241], outra dos libertos públicos a Décimo Júlio Saturnino [IRCP, 240] e por duas inscrições funerárias, uma de Níger, augustal da colónia [IRCP, 246] e outra, em verso [IRCP, 270], que Encarnação relacionou com gente eventualmente ligada ao teatro [ENCARNAÇÃO, 1984, 343-344]. As primeiras duas inscrições obrigam-nos a ampliar significativamente o número de indivíduos desta categoria social.

Considerando o tipo de inscrição, no século I, na cidade, salienta-se o carácter honorífico de uma parte significativa delas, 40%—seis em quinze<sup>8</sup>. As restantes são funerárias.

A significativa importância das homenagens públicas nas quais se salienta a prestação dos libertos parece remeter para um momento de afirmação da cidade e para uma certa marcação de posição dos diferentes grupos sociais no interior da cidade.

A Ponte dos Frangãos, de onde provém uma inscrição imperial [IRCP, 292], era, até aqui, localizada na região de Quintos. Sabemos hoje que a dita ponte se situava muito próximo de Beja, podendo a inscrição ter sido para aí trasladada desde a cidade, onde deveria ter estado colocada nalgum edifício público<sup>9</sup>.

Em meio rural, o domínio pertence às inscrições funerárias, o qual só é

---

<sup>8</sup> Além das já mencionadas, as restantes são três homenagens prestadas, não se sabe exactamente por quem, a representantes da administração local [IRCP, 236; 243; 244]; e uma feita pela população a um duúviro e flámine dos divinos [IRCP, 239].

<sup>9</sup> Admitimos que esta inscrição, dada a proximidade da cidade, possa ter sido para aí transportada. A proximidade da porta de Avis, onde também poderia ter estado colocada, leva-nos sugerir que talvez pudesse ter sido daí retirada. A Ponte dos Frangãos deveria situar-se cerca da capela de São Pedro, onde se localizava o poço dos Frangãos que em gravura de 1850 (Fig. 75) está, justamente, situado junto a uma pequena ponte de um só arco.

perturbado por duas votivas. Uma a Atégina, divindade indígena, a quem dois indígenas cumpriram voto [IRCP, 287] e outra a Salus, como portadora da felicidade, [IRCP 290], que um escravo invoca em favor de Gaio Atílio Cordo, que poderia ser o proprietário da *villa* de Pisões, de onde a inscrição é proveniente [ENCARNAÇÃO, 1984, 797].

As quatro inscrições funerárias recolhidas no campo ou na cidade concordam com a visão inferida das restantes: duas de cidadãos, uma de escravo e uma de liberto. Esta última merece destaque particular, dado mencionar uma liberta cujo patrono seria também um liberto [IRCP, 356].

Uma síntese breve dos dados obtidos pelas inscrições, relativos à sociedade pacense do primeiro século, evidencia que, no conjunto da *civitas*, as referências aos cidadãos representam quase 49,9%; os indígenas e indígenas romanizados, 18,9% (circunscritas ao campo); os libertos e os escravos em conjunto constituem uma franja de 21,6% mas que o tipo de menção sugere ser bastante mais significativa.

No século II, o número de inscrições, relativamente ao século anterior, é tecnicamente igual na cidade mas no campo aumenta 19%. Esta percentagem mantém-se mesmo contabilizando os exemplares de proveniência incerta.

O comportamento das inscrições datadas indefinidamente do século II ou III é consonante com o das datadas do século II, daí termos optado por juntá-las e analisá-las em simultâneo.

Do século II foram datadas 49 inscrições (16 da cidade, 27 do campo e 6 do campo ou cidade) e 11 do século II/III (4 da cidade, 5 do campo e 2 do campo ou cidade). Neste conjunto, relativamente ao precedente, destacam-se de imediato mutações apreciáveis do aspecto formal dos monumentos funerários e uma enorme alteração na percentagem das categorias dos indivíduos que aí aparecem.

Situemo-nos, por ora, neste último parâmetro. Na cidade, os cidadãos quase desaparecem das inscrições, deles se tendo conhecimento apenas 3 vezes: numa inscrição com características simultaneamente votivas e funerárias, consagrada a Serápis Panteu [IRCP, 231]; num fragmento de inscrição honorífica [IRCP, 232], onde é legível o nome de um dos duúnviros que aparecem numa dedicatória a Lúcio Vero, recolhida

em ambiente rural (Represas) [IRCP, 291] e numa homenagem que um liberto presta ao seu patrono, um militar, que parece ter exercido cargos da carreira equestre [IRCP, 235].

Os libertos, por sua vez, aparecem mencionados em 13 inscrições<sup>10</sup>. Em quase todas elas encontramos dois indivíduos da mesma condição (o defunto e o/a dedicante). Tratando-se de inscrições funerárias, poderá dizer-se que estes números podem não representar um substancial aumento dos libertos. Admitindo que algumas inscrições



Fig. 78

possam reportar-se a indivíduos cujas famílias estão na cidade desde o século anterior, parecidos, ainda assim, que é inegável o aumento deste grupo social na cidade.

Por ser eventualmente proveniente da cidade ou de local próximo, poderá acrescentar-se às inscrições de libertos aquela que foi doada a Mitra por um liberto, que foi *magister* do sodalício dos Brácaros que, a expensas suas, fez à divindade um edifício com uma cratera [IRCP, 339; EDMONSON, 1984, 69-86].

Menos evidente, dado serem menos numerosos, também os escravos aumentam,

respondendo por quatro menções.

Apesar de ser visível, no mundo rural, uma representação mais equilibrada dos diversos escalões sociais, os libertos são os melhor representados (9 inscrições). As inscrições de escravos colocam-se em segundo lugar, respondendo por 7 monumentos. Os cidadãos ocupam o último lugar, ainda assim, representados em 5 monumentos funerários.

A inscrição de Gaio Júlio Juliano (provavelmente um dos duúviro da inscrição de Represas, dedicada a Lúcio Vero), encontrada na *villa* de Torre de Cardeira [IRCP,

---

<sup>10</sup> Catorze menções caso se aceite integrar uma referência de proveniência citadina ou rural.



305], parece indicar mais um caso em que um magistrado é enterrado na sua *villa* (Fig. 78).

Relativamente ao século anterior e considerando o campo e a cidade, sublinha-se a imagem de equilíbrio que transparece da epigrafia mas, sobretudo, ressalta claro que o grupo indígena, anteriormente bem representado no campo, desaparece totalmente. Por sua vez, igualmente novo é o aparecimento de peregrinos em meio rural mesmo considerando o carácter indeciso da sua identificação.

No que respeita ao tipo de inscrição, as inscrições funerárias, na cidade e no campo, constituem a maioria. As inscrições honoríficas, relatando homenagens na cidade, são atestadas por três inscrições na cidade: duas delas não se sabendo de quem foi a iniciativa [IRCP, 230, 232] e uma feita por um liberto ao patrono, um militar que poderá ter também desempenhado algum cargo municipal [IRCP, 235].

No mundo rural atestam-se duas inscrições. Destas, estranha-se que a dedicada a Lúcio Vero, por decreto dos decuriões (e de que se encarregaram os duúviro) [IRCP, 291], tenha sido encontrada no local de uma *villa* (Represas) e não na cidade, onde faria todo o sentido estivesse colocada no *forum*. A ambiguidade informativa, quanto ao seu local de proveniência, poderá ter resultado num equívoco quanto ao seu local de achado? Aquela com que, em Vipasca, os colonos de Augusto homenageiam Berilo, liberto de Augusto, pelos bons préstimos enquanto administrador das minas [IRCP, 121], enquadra-se num espaço particular do território de *Pax Iulia* e parece ser mais um elemento demonstrativo da vida e autonomia deste aglomerado urbano secundário e couto mineiro.

A diminuição deste tipo de inscrições, relativamente ao tempo precedente, parece marcar um abrandamento das práticas evergéticas na cidade.

No que respeita aos cultos, assinala-se o aparecimento das divindades orientais no quadro da *actividade* religiosa da *civitas*: Serápis, divindade egípcia, com o atributo *Pantheus* [IRCP, 231], e Mitra, para quem o sodalício dos Brácaros fez a expensas suas

um edifício com uma cratera [IRCP, 339]<sup>11</sup>. A inscrição a Ísis [IRCP. 338] não permite datação, segundo Encarnação, mas poder-se-ia admitir que datasse deste período e integrasse este *movimento* de cultos orientais que a cidade acolhe.

No campo, as duas referências a cultos praticados são: uma a Apolo [IRCP, 286], ilustrando um culto privado, de uma peregrina ou cidadã, à divindade, outra a Cíbele [IRCP, 289], de conteúdo manifestamente interessante, dado relatar um culto de carácter esotérico e secreto organizado, não na cidade mas nos seus arredores, no qual se associavam cidadãos e libertos, sendo, no caso presente, referidos os primeiros como sacerdotes e os segundos como iniciados.

As inscrições cuja proveniência urbana ou rural se questiona, apenas 1,2%, do total, poderiam ter integrado, sem qualquer efeito de perturbação, um ou outro grupo. Destas merece apenas destaque aquela que refere o culto de Mitra, e que, como presumimos poderá ter sido proveniente da cidade.

O século III corresponde à generalizada diminuição de inscrições. No total apenas se encontraram 17 monumentos (correspondendo 9 ao mundo rural, 5 à cidade e 3 de proveniência indeterminada).

Nos monumentos urbanos, 2 pertencem a escravos, 1 a cidadão, 1 a um indígena romanizado e 1 a um hipotético liberto.

No campo, encontramos o panorama já detectado nas inscrições do século II e II/III: 3 libertos, 2 escravos, 3 cidadãos, e 1 liberto ou cidadão, verificando-se apenas que, relativamente a esse período anterior, os cidadãos sobem percentualmente.

Tal como anteriormente, no conjunto da *civitas* domina o grupo das inscrições funerárias. Uma única inscrição não tem esta função. Trata-se da inscrição votiva-honorífica, proveniente da cidade, erigida por dois escravos à Juno da “nossa” Secunda [IRCP, 229].

Os monumentos de cronologia indeterminada (11 na cidade, 5 no campo e 5 de

---

<sup>11</sup> A primeira, que terá tido a forma de ara de grandes dimensões, foi encontrada reaproveitada numa torre da muralha e a segunda é uma placa de proveniência incerta.

um ou outro espaço) constituem um grupo bastante interessante. As inscrições honoríficas totalizam 28,6% do total destas<sup>12</sup>. Exceptuando uma, de proveniência incerta [IRCP. 341], as outras foram encontradas na cidade.

A ausência de datação não nos permite confirmar se se trata de novas inscrições ou se podem corresponder a fragmentos de outras. Destaca-se, de entre estas, aquela onde se refere um duúnviro e perfeito dos artifices [IRCP, 233] que, no seguimento de proposta de Galsterer [GALSTERER, 1971, 52 n.9], alguns autores têm tomado como referindo dois tipos de ordens ou assembleias de notáveis [ENCARNAÇÃO, 1984, 307, n. 6] e que, no entender de Jorge de Alarcão, se coadunaria com a indicação de uma cidade mista, fornecida por Estrabão III, 2 15.

As restantes, porque truncadas, têm interpretação complicada. Uma apresenta o *cursus honorum* equestre de um burguês municipal [IRCP. 234], outra é a homenagem de um escravo a um edil [IRCP. 237], outra é a homenagem a um provável flâmine, hipoteticamente pela cidade de *Pax Iulia* [IRCP, 238] e outra uma eventual homenagem a um magistrado municipal [IRCP, 242].

Sem proveniência certa, também, a inscrição IRCP, 341, que pode referir uma homenagem em que interveio o conselho municipal, não se distingue das da cidade. Poderá colocar-se a hipótese de ter vindo daí e de, também ela, ser fragmento de uma qualquer outra.

Uma epígrafe de leitura duvidosa, não possibilitando uma interpretação fundamentada, parece revelar o culto a *Iuventus* [IRCP, 230].

As restantes inscrições são funerárias e delas destaca-se uma, proveniente da cidade, por sugerir ter pertencido a uma cornija ou lintel de um edifício que, confirmando-se a sua função, deveria ser um mausoléu<sup>13</sup>.

A apresentação descritiva dos dados permitiu-nos responder a algumas das questões que introduzimos. Fica claro, como era esperado, que as epígrafes tenham sido

---

<sup>12</sup> Algumas destas inscrições que, aliás, são fragmentos, poderão ser partes de outras igualmente incompletas.

<sup>13</sup> Encarnação não exclui a possibilidade de ter sido uma inscrição de outro tipo.



Fig. 79

utilizadas, desde sempre, pelos distintos grupos da sociedade, porém estas não traduzem uma representação equilibrada daqueles, ao longo do tempo. A análise centrada na variação dos espaços permite vislumbrar uma tendência de evolução no mesmo sentido. Numericamente, os libertos, no século II, na cidade e no campo, têm valores distintos.

No entanto, o lugar em que se posicionam, relativamente aos outros grupos representados, é exactamente o mesmo, pelo que, tendencialmente, se assiste a um mesmo processo. Parece, pois, poder deduzir-se das epígrafes que, se no século I a população rural e a urbana se podem distinguir, a partir do século II não é mais possível tal distinção, o que pode remeter-nos para uma fase de funcionamento da *civitas* em que os dois espaços se articulam em simbiose perfeita (Fig.79).

Se a utilização dos dados da epigrafia como índices permite aferir processos de mutação social ao longo deste período, afigura-se-nos complexa a confrontação destes mesmos dados com outros que se inferem dos restantes vestígios arqueológicos, e que podem proporcionar-nos complementar uma análise explicativa das razões da evolução do tecido social da *civitas*.

No que diz respeito aos cidadãos, verificamos que a maioria deles é conhecida por poucas inscrições honoríficas. Os monumentos funerários, fundamentalmente com origem no mundo rural, remetem-nos para o processo de colonização de *Pax Iulia*. Não se conhece nenhum monumento anterior ao século I d. C., facto que, aliás, concorda com a cronologia das *villae*, fornecida por outros materiais arqueológicos. A deficiente

apresentação do local de achado, apenas nos permite, no século I, identificar Coscónio com a propriedade da Fonte dos Frades [ALFENIM, 1997] e o olisiponense Marco Júlio Avito com o Monte da Chaminé (Santa Vitória) [IRCP, 296]. No século II, é provável que o proprietário da *villa* de Torrejão fosse um indivíduo de origem africana chamado Gaio Blossio Saturnino [IRCP, 294], o da de Torre da Cardeira, Gaio Júlio Juliano [IRCP, 305], e o da *villa* da Amendoeira, Décimo Júlio Saturnino [IRCP, 306].

No século III, o número de cidadãos é diminuto (como, aliás, é o das outras categorias) e, por isso, de pouco significado. Será, contudo, importante confirmar no futuro, com o aparecimento de novas inscrições, se neste período os cidadãos se dispersam por todo o território ou se o facto de aparecerem na zona de Ferreira, onde antes deles não havia conhecimento, tem algum significado particular. Os vestígios recolhidos nas *villae* desta região parece invalidar qualquer particularismo, pois naquelas que conhecemos, os materiais atravessam todo o período romano.

A mobilidade dos cidadãos entre o campo e a cidade confirma-se no século II, com vários indivíduos a aparecerem em inscrições na cidade e, depois, no campo.

Da fraca representatividade em monumentos epigráficos poderá deduzir-se que o número de escravos e libertos não é significativo em *Pax Iulia* no primeiro século da nossa era?; ou que é reflexo de uma incipiente apreensão dos cânones culturais romanos, por estes grupos da população?

Preferencialmente, como hipótese, sugerimos que a ausência destes segmentos da população, na epigrafia funerária, se explica pelo facto de estarmos ainda em fase de constituição do tecido social da *civitas* no qual este grupo faz a sua entrada. O facto dos libertos serem, nesta fase inicial, mais representativos em meio urbano, e de entre eles encontrarmos libertos públicos, poderá remeter-nos para um momento em que esta categoria tem natureza preferencialmente urbana, onde poderá participar activamente na instalação das estruturas de funcionamento da cidade<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Naturalmente que entendemos por estruturas de funcionamento da cidade o conjunto das estruturas físicas, sociais, económicas, administrativas, religiosas.... Enfim, o conjunto dos meios necessários para o funcionamento pleno da cidade.

É evidente que o século I é um *tempo* demasiado vago e simultaneamente demasiado longo para credibilizar esta hipótese, sobretudo quando não há escavações que nos tenham fornecido estratigrafias que possam servir de controlo à exacta temporalidade do processo de construção da cidade. A inscrição, datada de 3 ou 2 a. C., que assinala a construção das portas e das torres da muralha,<sup>15</sup> não poderá ser interpretada como comemorativa da edificação da cidade no seu todo, dado que os trabalhos de construção dos equipamentos da cidade são muito mais vastos que aqueles que se referem na inscrição<sup>16</sup>. O flagrante destaque que os libertos assumem em inscrições honoríficas e votivas<sup>17</sup> afigura-se concordante com uma fase de progressivo aparecimento, integração e afirmação na *civitas*, onde fazendo uso desta prática, marcavam simbolicamente a sua presença e posição. A inscrição com que os *amici* homenageiam Lúcio Márcio Piero [IRCP, 241] pode tomar-se como um elemento sintomático da expressão social e eventual poder económico desta franja da população.

Relativamente ao grupo constituído por indígenas e indígenas romanizados, verifica-se que apenas estão representados no campo. Se convocarmos as inscrições de toda a zona de Aljustrel<sup>18</sup>, na periferia espacial, na margem, ou já fora do território, encontramos registado epigraficamente o mesmo perfil de indivíduos que no mundo rural de *Pax Iulia*—alguns cidadãos e uma substancial população de indígenas<sup>19</sup>. Poderemos, partindo desta constatação, aferir e testar, do ponto de vista cronológico, a existência de uma população indígena sobretudo dispersa pelas margens do território, salientando-se na região de Moura e Aljustrel<sup>20</sup>.

Em nosso entender, a explicação para esta situação deverá poder relacionar-se

---

<sup>15</sup> A inscrição perdeu-se. Foi encontrada junto às portas de Aviz e publicada no *Bejense* de 28.6.1879 e posteriormente publicada por José d'Encarnação, F. E, 9

<sup>16</sup> As inscrições honoríficas deveriam constar em local público ou mesmo em edifícios. Sendo estas do século I d.C., podemos supor que, pelo menos durante parte deste, a cidade continuou em construção.

<sup>17</sup> O escravo Catulo faz voto a Salus, IRCP, 290.

<sup>18</sup> Confirmam-se as inscrições IRCP, 121-142.

<sup>19</sup> Nesta área nenhuma inscrição refere libertos ou escravos.

<sup>20</sup> Onde, curiosamente, os libertos estão totalmente ausentes. Em Serpa encontramos também este elemento indígena, no século I.

com um processo de ocupação e exploração dos campos e, sobretudo, das minas, o qual se sustentaria no binómio, cidadão e população indígena<sup>21</sup>; os primeiros seriam certamente colonos e os segundos, tanto poderiam constituir a mão-de-obra rural, agrícola ou mineira, eventualmente assalariada, como proprietários ou usufruidores de parcelas de terra, o que, aliás, parece poder deduzir-se de inscrições como aquela placa proveniente da Romeirinha (Serpa)<sup>22</sup>. A estas inscrições poderiam corresponder no campo as primeiras *villae* cujo tipo se assemelharia à *villa* I de S. Cucufate.

No seguimento do nosso raciocínio, emerge com naturalidade a presença substancial dos libertos nas inscrições do século II. Se o período anterior corresponde ao seu aparecimento em *Pax Iulia* e à ostentação simbólica do seu papel enquanto grupo, este período deveria corresponder a um momento de continuada fixação e à natural regeneração de gerações<sup>23</sup>. Preferimos esta hipótese a uma qualquer outra que avance no sentido de localizar neste período a chegada em massa de libertos ou um acréscimo dos actos de libertação<sup>24</sup>. É certo que esta hipótese não exclui a simultaneidade da ocorrência de todos estes factos, mas será difícil não contextualizar o início do fenómeno anteriormente à sua detecção nas epígrafes funerárias (eventualmente no final do século I).

De concreto, o que se pode constatar, à escala do território, mas sobretudo na cidade, é a emergência dos libertos como um grupo numericamente bem representado, o que, por impossibilidade de averiguar o seu real papel e o grau da sua influência na vida da cidade, não nos autoriza qualquer avaliação de natureza qualitativa. Na cidade

---

<sup>21</sup> Fundamentalmente exploração de minas, actividade em que estas populações teriam experiência, e que os Romanos aproveitaram.

<sup>22</sup> Inscrição datada do início do século I, onde estão inscritos indígenas, aparentemente bem integrados na nova ordem política e que poderão pertencer a elites indígenas ora integradas.

<sup>23</sup> Repare-se que não sabemos o momento exacto em que eles surgem em *Pax Iulia*, mas não sabemos igualmente a que período do século II correspondem as inscrições.

<sup>24</sup> Poder-se-ia pensar que um aumento de libertos era resultado de um processo de libertação de antigos escravos. Porque não temos exemplos dessa franja social no século I, não poderemos propôr tal hipótese. Por outro lado, a existência de *liberti publici* anteriormente desaconselha qualquer raciocínio que pretenda situar no século II um fenómeno de massificação dos actos de libertação.

dedicar-se-iam, eventualmente, a actividades comerciais e industriais, às quais estão tradicionalmente associados, contribuindo activa e decisivamente para que esta assumisse características distintas daquelas que a sua implantação interior, em meio rural, naturalmente lhes destinaria. O perfil mais condizente com uma cidade de litoral que de interior, que Manuela Alves Dias lhe atribuiu, só, a partir desta altura, poderia ser afirmado.

Os libertos que encontramos em meio rural constituiriam a mão-de-obra necessária nas exploração rurais que, desde o final do século I ou início do século II, iniciam um período de crescimento, motivado pelo acréscimo dos rendimentos, concretizada a fase de instalação e progressiva optimização das culturas. Esse crescimento traduz-se por investimentos, de que podem tomar-se como exemplo o alargamento dos edifícios e celeiros da *villa* II de S. Cucufate, datada da primeira metade do século II, e a reforma da *villa* do Monte da Cegonha, datada do final do século I ou início do século II. A explicação de natureza económica para este fenómeno de natureza social seria mais abrangente, podendo estender-se também aos escravos, que também aumentam neste período.

Esta relação entre crescimento da exploração agrícola e estratos sociais servis parece colher outro argumento no facto de encontrarmos uma mobilidade de cidadãos ilustrada pelas inscrições que no-os indicam a exerceram funções importantes no governo da cidade e, depois, a serem enterrados nas suas *villae*.

O desaparecimento de indígenas das inscrições não se explica facilmente. Hipoteticamente, este desaparecimento deve derivar de um facto cultural relacionado com o *apagamento* dessa onomástica face à assimilação de novas formas de identificação. Outras hipóteses, naturalmente, devem poder colocar-se, e os especialistas em epigrafia estarão certamente mais habilitados que nós para o fazer.

No que concerne à tipologia dos monumentos, é impossível estabelecer qualquer



relação entre monumento e categoria social<sup>25</sup>. O único monumento que parece ter uma relação directa com um sector da população é a estela. No século I, as estelas são o monumento de indígenas e indígenas romanizados, com uma única excepção, a do escravo Ruga (cognome latino) [IRCP, 359] e são exclusivas do mundo rural. Nos séculos seguintes, o seu aparecimento é residual e sempre em contexto extra-urbano.

Sem outros exemplares, poderíamos ainda acrescentar que existem sobretudo no século I e que, da mesma maneira que não sobrevivem identificações indígenas, também estes monumentos, em sincronia, desaparecem.

José d'Encarnação havia já afirmado o carácter rural deste tipo de monumento [ENCARNAÇÃO, 1997, 147]. Atendendo apenas aos exemplares em análise, pode complementar-se esse carácter com outro de natureza cultural. As estelas são um monumento rural e, no território de *Pax Iulia*, relacionadas com o estrato indígena da população.

A placa e a ara são os monumentos mais vulgares nas inscrições funerárias do primeiro século. No campo, a placa é francamente maioritária, seguida da estela e da ara. A cupa está presente com único exemplar, originário da cidade.

No século II, a cupa aparece como o monumento funerário por excelência. Na cidade responde por 53,8% do conjunto dos monumentos funerários (aras, 23,1% e uma árula), e no campo por 31,6% (a ara representa 42,1%, ou 52,6% caso se incluam duas duvidosas).

O seu domínio continua no século III, atingindo na cidade 75% dos monumentos funerários (os outros 25% são aras) e no campo 66,6% (os restantes 33,4% são aras).

O aparecimento e divulgação deste tipo de monumento mostra bem a disponibilidade da sociedade pacense em acolher modelos culturais novos. O facto de se tratar de um monumento que teria paralelo em contentores utilizados numa das suas produções importantes, o vinho, não deixará de ter contribuído para a sua aceitação. A

---

<sup>25</sup> Abordamos esta questão relacionada com os monumentos apenas para verificar se à evolução do tecido social corresponde alguma mutação dos monumentos epigráficos.

sua vulgarização deverá poder relacionar-se com a produção estandardizada em que se terão especializado oficina(s) instalada(s) na cidade.

É evidente o paralelismo cronológico entre a intensa divulgação da *cupa* e o aparecimento dos libertos. Não cremos que se possa estabelecer alguma de causa/efeito entre os dois acontecimentos, admitindo-se que cada um deles tenha a sua própria explicação; no entanto, apesar de os libertos não se sepultarem exclusivamente sob *cupae* sobretudo no campo, o facto de só no século III encontrarmos um cidadão inscrito numa *cupa* leva-nos a sugerir que, em *Pax Iulia*, o fundo cultural em que se movimentam os libertos é aquele que, numa primeira fase, está mais receptivo à introdução do monumento. Esta ausência de epitáfios de cidadãos em *cupae* deixa-nos aberta a possibilidade de especular que os cidadãos relacionavam este monumento com as classes servis, de quem eles gostavam de se distinguir.

A epigrafia de *Pax Iulia* não nos permite, como era esperado, reconstituir a sociedade pacense, nem era, como afirmámos no início, o nosso propósito, mas as informações diversificadas que concede representam uma mais-valia importante para a compreensão dos ritmos de evolução da *civitas*, estabelecida a comparação entre os dados relativos a estes com os restantes dados da arqueologia.

Se o século I, período que terá correspondido à ocupação do campo, como parecem testemunhar outros vestígios arqueológicos, nomeadamente as cerâmicas, se pode caracterizar pela distinção de gentes nos dois espaços constituintes da *civitas*, insinuando uma dualidade nas formas da vida social e cultural, o século II surge como o período em que a *civitas* se apetrecha de um corpo social similar indistinto em todo o seu espaço. A articulação deste corpo social com os sectores da vida económica leva-nos a considerar que o binómio espacial funciona de forma interpenetrante no sentido da unidade das partes, o que corresponde à realização plena da *civitas* nas suas várias dimensões.

A massa social que encontramos nas epígrafes revela-nos um dinamismo que naturalmente se reflectiu no cenário físico em que esta se movimenta. No núcleo urbano, cujos restos materiais são mais difusos, física e cronologicamente, a percepção

dos elos de convergência ou afastamento que determinam as relações que entre eles se estabelecem são mais ténues que no espaço rural. Aqui, um maior conhecimento da dinâmica das formas e dos ritmos de ocupação permite estabelecer a germinação e progresso das influências entre o material e o humano e situá-las simultaneamente em plano vertical e horizontal.

Da epigrafia, parece poder deduzir-se que a forma equilibrada e coerente como a *civitas* constituiu o seu corpo social lhe terá proporcionado um desenvolvimento baseado no seu potencial agrícola mas também em actividades de natureza comercial e industrial, fortemente beneficiárias da sua posição geográfica estratégica no contexto regional.

Foram estas as gentes que encontrámos a formar o tecido social da *civitas*. Este corpo social, repartido pelo núcleo urbano e pelo campo, traduziu o seu esforço em múltiplas realizações, que hoje tentamos recuperar, a partir dos vestígios que se vão revelando.

Se no núcleo urbano nos deparamos com um conhecimento muito difuso e complexo, no espaço rural, os vestígios revelados são mais abundantes e o seu conhecimento, mais satisfatório.





## **6 -O MUNDO RURAL**



## 6.1 Introdução

Independentemente de definições geográficas ou históricas, entendemos por mundo rural o espaço que, desde as portas da cidade, para lá das necrópoles urbanas,



Fig. 80

alcança os limites do território. É todo esse vasto espaço que hoje apreendemos como um conjunto de terras aplanadas, nalguns pontos mais ou menos onduladas, repartidas por solos de qualidade desigual<sup>1</sup>, cruzadas por ribeiras e barrancos e pelo rio Guadiana e

---

<sup>1</sup> Porque assim é a sua constituição ou porque a erosão assim os transformou.



que fisicamente corporiza o mundo rural da *civitas*. O mundo rural compreende ainda os edifícios de habitação, e outras estruturas que com eles se relacionam, as necrópoles, a multiplicidade de estruturas agrárias e hidráulicas e os caminhos e estradas que, de forma interpenetrante, se alicerçam nesse espaço físico (Fig. 80).

Uma análise globalizante das realidades arqueológicas do mundo rural deverá implicar uma pluralidade de formas de investigação que tenham em conta a morfologia agrária e o estabelecimento rural, accionadas de forma complementar. Requer, por isso, uma abordagem pluridisciplinar em que intervenham equipas de investigadores nas áreas de Ciências Humanas, Ciências da Terra e da Vida, da Agronomia, etc., contribuindo para a acumulação de informação diversa que proporcione e objective uma síntese coerente e integrada do espaço rural.

Limitados nas contingências próprias deste tipo de trabalhos (temporais, logísticas e outras, tendo também em atenção a extensão do território), tornava-se impossível desencadear este tipo de investigação. Os dados que possuímos são, por esta razão, parcelares e dificilmente admitem uma abordagem tão desejavelmente ampla quanto necessária.

## **6.2 Classificação dos sítios**

Ainda assim, apesar da insuficiência e parcialidade da nossa informação, a qual não nos permite avaliar, por exemplo, o impacte dos sítios sobre o meio natural e o da dinâmica deste sobre aqueles, ou relacionar a cronoestratigrafia dos sítios com as potencialidades do meio, ou ainda referenciar os sítios relativamente às vias, fixámos como objectivo, definir uma estrutura hierárquica dos estabelecimentos rurais, estabelecer uma rede de implantação e tentar apreender os factores de repartição espacial dos lugares habitados e dos outros modos de ocupação no espaço e avaliar o

comportamento funcional que assumem em contextos geomorfológicos e edafológicos distintos<sup>2</sup>.

Esta análise exigiu-nos, em primeiro lugar, um conhecimento directo dos sítios arqueológicos por forma a inventariar um maior e mais variado número de elementos de caracterização. A uniformização de critérios de abordagem, decorrente da gestão de uma base de dados, implicou a submissão a um protocolo idêntico de descrição de todos os sítios. A ficha de registo utilizada para a carta arqueológica<sup>3</sup> foi concebida de maneira a codificar os sítios em função de múltiplos descritores, abrangendo uma informação de natureza quantitativa e qualitativa, com a finalidade de uma análise multivariada, automática.

À classificação de um sítio esteve subjacente a conjugação dos descritores registados na respectiva ficha e a comparação destes com os registados nas fichas de todos os outros sítios.

Com o único objectivo de ordenar os sítios por categorias coerentes, cruzámos a informação de quatro descritores — área de dispersão dos achados, materiais recolhidos, tipo de solos e cronologia relativa — cujos resultados nos permitiram construir quadros de inter-relações e estabelecer uma tipologia de sítios, aos quais se ajustou uma funcionalidade possível, depois de aduzidas outras variáveis.

### **6.2.1 Critérios de classificação**

#### **A) - Dispersão actual dos achados**

A superfície das jazidas de materiais que assinalam um sítio arqueológico é um factor importante para definir uma estrutura de rede de implantação hierarquizada. Salvaguardando a precária informação diacrónica de vida do sítio, o seu ritmo de

---

<sup>2</sup> Não fizemos nenhum estudo particular de geomorfologia. Utilizamos como critério as Cartas Geológicas (IGM, nº 8, 1996, 1:200 000) e de Uso e Capacidade dos Solos. Naturalmente que nos faltam estudos particulares que nos permitissem aferir a degradação das terras, processos dinâmicos de alteração do equilíbrio ambiental, determinados por processos post-deposicionais, naturais e/ou antrópicos, etc.

<sup>3</sup> A propósito da Carta Arqueológica, conferir catálogo

evolução, e a distorção provocada por factores post-deposicionais, esta informação assume-se, ainda assim, como um indicador, parcial é certo, da hierarquia funcional dos estabelecimentos rurais.

Segundo a área de dispersão actual de materiais, constituímos quatro grupos de sítios cujo objectivo é avaliar a representatividade e comportamento percentual de cada um deles. Estes grupos não têm subjacente qualquer divisão tipológica e os valores correspondentes relevam de uma observação continuada de sítios que nos parece podermos ordenar, num leque de possibilidades, entre os seguintes valores:

- D1 - área inferior a 1000m<sup>2</sup> (0,1 ha)
- D2 - área superior a 1000 m<sup>2</sup> e inferior a 2000m<sup>2</sup> (0,2 ha)
- D3 - área superior a 2000 m<sup>2</sup> e inferior a 5000m<sup>2</sup> (0,5 ha)
- D4 - área superior a 5000m<sup>2</sup> (> 0,5 ha)

#### **B) - Materiais observados**

Os materiais são importantes indícios de distinção entre os vários sítios: a quantidade, qualidade e diversidade tipológica das diferentes categorias fornecem-nos indicações concretas sobre os materiais utilizados na construção, sobre os modos de vida ou sugerem o funcionamento de actividades que nos remetem para uma classificação diferencial dos estabelecimentos. Os materiais recolhidos, ordenados por categorias de valorização cumulativa, deram origem a quatro grupos de sítios:

M1 - Sítios que forneceram *tegulae*, *imbrices*, *lateres* e/ou cerâmica comum.

M2 - Sítios que forneceram *tegulae*, *imbrices*, *lateres* e/ou cerâmica comum, *dolia* e ânforas.

M3 - Sítios que forneceram *tegulae*, *imbrices*, *lateres*, cerâmica comum, *dolia* e ânforas, *opus signinum*, mármore, sigillata e escórias em quantidade.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Não individualizámos os sítios que forneceram pesos de lagar, porque estes aparecem tanto neste grupo como no seguinte.

M4 - Sítios que forneceram *tegulae*, *imbrices*, *lateres*, cerâmica comum, *dolia* e ânforas, *opus signinum*, mármore e sigillata, *tesselae*, estatuária, moedas, colunas, estuque pintado.

M5 - Sítios que forneceram inscrições.

### C) - Cronologia dos estabelecimentos

A informação cronológica que fornecem as diferentes categorias de materiais recolhidos em prospecção deve ser abordada de forma cautelosa mas, ainda assim, pode ser tomada como indicador importante para apreender a data de implantação das estruturas e a sua duração de ocupação.

Exceptuando os sítios que foram objecto de escavação, a nenhum outro se pode atribuir cronologia exacta de início e final de ocupação. Porque não temos esses dados que nos permitiriam precisar a cronologia dos sítios, decidimos, para os casos em que foi possível recolher alguns índices, classificá-los por períodos cronológicos latos:

C 1 - II Idade do Ferro/Republicano

C 2 - Republicano

C 3 – Republicano/Alto Império

C 4 – Alto Império

C 5 – Alto Império/Baixo Império

C 6 – Baixo Império<sup>5</sup>

Com este desdobramento pretendemos visualizar a evolução da ocupação dos campos desde a II Idade do Ferro ao longo dos períodos republicano e imperial.

Os sítios que forneceram *tegulae* sem outros indicadores de cronologia são designados simplesmente por "romanos" sem qualquer precisão cronológica.

---

<sup>5</sup> Quando for necessário, a cronologia absoluta dos sítios poderá ser encontrada nas fichas de inventário e, quando se revelar fundamental, devidamente analisada no texto.

### **D) - Capacidade dos solos**

Conscientes de que as cartas de capacidade de solos actuais, à escala 1:50 000, não reflectem necessariamente o perfil da Antiguidade, reconhecemos-lhes, ainda assim, um valor indicativo substancial.<sup>6</sup>

Os tipos de solos permitiram-nos organizar estes sítios em três grupos:

S1 - Solos de capacidade A, B ou C

S2 - Solos de capacidade D ou E

S3 - Solos de capacidade F

#### **6.2.1.1 Inter-relação dos critérios**

Os sítios D1 representam uma percentagem de 25%. Sendo apenas uma amostra, não constituem a realidade previsível de ocorrências. Algumas das manchas vazias evidentes na cartografia de sítios dependem certamente do tipo de prospecção desencadeada; outras poderão corresponder à não identificação, por razões que se relacionam com o tipo de ocupação actual do terreno; outras, porém, reflectem muito provavelmente a realidade<sup>7</sup>. A mancha semi-vazia nas proximidades imediatas do núcleo urbano (um raio de c. 3,5 Km) deverá retratar com grande aproximação a realidade. A prospecção intensiva de terreno apenas nos permitiu identificar um pequeno sítio em Fonte de Figueira 2 (nº 54), o que, obrigando-nos a admitir a sua existência nesta área, não altera a ideia de que nunca terão constituído uma malha tão densa como na área de S. Cucufate, em torno da Cidade das Rosas - Serpa (nº282), nas imediações do Monte da Cegonha - Vidigueira (nº475) ou da Corte Negra - Beja (nº80), para dar apenas alguns exemplos.

---

<sup>6</sup> Os dados destas cartas serão, ao longo da interpretação, complementados com os retirados da Carta Geológica fl. 8, escala 1 200 000, uma vez que não há cartas à escala 1 50 000 para toda a região.

<sup>7</sup> Outros sítios ainda poderão estar camuflados ou ter desaparecido por força da dinâmica que factos naturais ou a pressão antrópica imprimiram na paisagem. Áreas profundamente erodidas, como as terras de xistos das ondulações da região de Moura ou da região de S. Cucufate, por exemplo, podem não ter hoje vestígios de ocupação antiga, não significando que tal não tivesse ocorrido.

Mesmo não tendo usado um método de prospecção que dê conta de totais percentuais próximos da realidade<sup>8</sup>, excluindo algumas excepções, a amostra permite-nos concluir pela existência de áreas preferenciais de localização destes pequenos sítios, que, como veremos mais adiante, relacionamos directamente com a sua funcionalidade.

Os sítios D2 representam uma percentagem pouco significativa: 4,2%.

Como os anteriores, encontram-se representados apenas em certas zonas do território. Estes, porém, em contraste com aqueles, tendencialmente não partilham as áreas ocupadas pelos sítios com maior dispersão e riqueza material dos vestígios. De igual modo, também a sua percentagem reflecte o tipo de prospecção. De qualquer forma, o conhecimento que adquirimos no campo permite-nos reconhecer que a sua implantação espacial não sofrerá grandes alterações com um acrescento de novos sítios, uma vez que a sua distribuição parece determinada por características geomorfológicas e contexto sitológico, repetidos em todos os casos conhecidos.

Os sítios D 3 representam 6,08 % do total. Não é possível estabelecer um padrão rigoroso de implantação deste tipo de sítios. Distribuem-se espacialmente em todo o território mas de forma desigual, partilhando, *grosso modo*, as áreas preferenciais de localização dos sítios do grupo anterior e, raramente, as dos estabelecimentos do grupo seguinte.

Os sítios D4 representam 28,8%. do total. O seu grande número deriva certamente da facilidade de identificação no terreno. A proximidade da cidade, as ribeiras de grandes e médios caudais, que correm nas zonas aplanadas, a geomorfologia, a facilidade dos acessos, a qualidade dos solos, funcionam como elementos selectivos e estruturantes deste tipo de estabelecimentos.

No que concerne ao tipo de materiais, verifica-se que o grupo M1 representa 8%, o grupo M2 15% , o M3. 11%, o M4 61%, e o M5 5%

Do ponto de vista cronológico, a repartição de sítios é:

---

<sup>8</sup> Sobre os métodos de prospecção utilizados, veja-se p.21-30.

C1 - Os sítios que se integram neste período representam um número insignificante: apenas uma percentagem de 2% – sendo que C 2 tem exactamente a mesma percentagem, pois apenas se acrescenta mais um sítio.

C3 - Mantém exactamente o mesmo valor percentual que os dois anteriores. Apenas um sítio desapareceu.

C4 - Representa 89% dos sítios não incluindo os valores de C 3.

C5 - Inclui uma percentagem de 83%.

Finalmente, em C 6 verifica-se uma percentagem de 83,7%.

Reportados às cartas de Uso e Capacidade dos Solos, verifica-se que:

S1 representa 68%, S2, 22% e S3, 10%.

O cruzamento destes valores<sup>9</sup> destacou fortes relações que patenteiam constantes entre vários níveis dos grupos de descritores referenciados, as quais nos proporcionaram um nível de interpretação que nos conduziu ao agrupamento dos sítios em classes diferenciais.

#### **6.2.1.2 Ordenação dos sítios**

Os sítios do tipo D1 têm materiais do tipo M1 e reportam-se a solos de tipo variado. Cronologicamente, não integram nenhum dos períodos referenciados e são designados de romanos.

Os sítios do tipo D2 e os sítios do tipo D3 apresentam um vasto leque de similitudes que torna difícil separá-los. Integram materiais dos grupos M2 e M3 e maioritariamente situam-se em solos de tipo D e F. Cronologicamente, reportam-se maioritariamente ao período dito romano, mas alguns situam-se tanto em C4 como em C5.

---

<sup>9</sup> Não possuímos elementos que nos permitam fazer sistematicamente quadros de actividades, por exemplo, o que daria uma informação muito mais ampla a este nosso inquérito.

Os sítios do grupo 4 têm materiais dos grupos M3 e M4 e estão quase na totalidade posicionados em áreas de solos S1 e cronologicamente reportam-se a C4 e C5.

## 6.2.2 Uma rede tipológica hierarquizada de estabelecimentos

Tomando como base o escalonamento diferencial, classificámos os sítios no quadro de uma tipologia funcional hierarquizada, compreendendo:

*Villa*

Casal

Pequeno sítio<sup>10</sup>

Tentando evitar a *confeção* de um esquema modelar rígido, saído da selecção dos descritores sujeitos a inquérito, introduzimos nesta classificação, como elementos de flexibilização, por forma a detectar eventuais desvios e aceder a uma melhor caracterização dos sítios, o contributo de variáveis de natureza geológica, hidrológica, topográfica e acessibilidade. Mais à frente veremos o papel capital que também estes factores assumem na distribuição espacial dos estabelecimentos e da forma como esta, por sua vez, não pode ser ignorada no momento de integrar numa ou noutra tipologia um caso duvidoso. O contributo complementar destes elementos deve-se apenas ao facto de não possuímos um nível desejável de informação (pode reportar-se à Antiguidade a rede hidrológica da actualidade ?), que nos permita usá-los com rigor.

### 6.2.2.1 *Villa*

Uma passagem pelos autores antigos que se referiram às *villae* deixa bem evidente a dificuldade e ambiguidade do termo *villa* como significante de um tipo próprio de instalação rural.

---

<sup>10</sup> As barragens e outros sistemas hidráulicos reconhecidos no terreno não serão, obviamente, integrados. Trata-se de estruturas que funcionam segundo uma lógica de utilização em contexto relacionado, não representando autonomia relativamente aos estabelecimentos e às actividades que com eles se relacionam.





Fig. 81

Para Tito Lívio (*Hist.Rom.*, II, 62-3) e Tácito (*Hist.* V, 23, 15; IV, 67, 7; *Ann.*, III, 46, 7), *villa* era qualquer tipo de residência dispersa pelo campo. Varrão (*R.r.*, II, 2; III, 5), que nos introduz numa pormenorizada discussão sobre o significado de um termo genérico com múltiplas acepções, dá-nos uma melhor caracterização deste tipo de estabelecimentos. Contrariando a definição de Tito Lívio e Tácito, afirma que o facto de um edifício se situar fora da cidade não significa, necessariamente, que se trate de uma *villa* - *nam quod extra urbem est aedificium nihilo magis ideo est villa* (*R.r* III, 2). Seguidamente, acrescenta que, sem um *fundus* bem cultivado e de superfície importante, não existe *villa* - *et quam villa non sit sine fundo magno, et eo polite cultura...*(*R.r* III, 2).

Para Columela, a *villa* era composta por três partes: *pars urbana*, destinada à residência do proprietário, *pars rustica*, destinada a alojar os criados da lavoura e *pars frumentaria*, que era o conjunto dos edifícios destinados à transformação e reserva de produtos e recolha de animais (adega, celeiro, lagares, eira, estábulos, etc.). Na definição de Varrão, a *pars urbana* e a *pars rustica* de Columela são designadas por *villa urbana*

e *villa rustica*, o que tem, em nosso entender, provocado alguns equívocos, pois tem servido para fundamentar diversas categorias tipológicas relacionadas com as *villae* <sup>11</sup>.

O termo reveste-se de um grau importante de subjectividade e o conceito de *villa* tem sido aplicado de maneira indiscriminada aos sítios rurais da época romana.

Por *villa* entendemos um estabelecimento rural disperso à cabeça de um domínio (Fig. 81).

Caracterizamo-la como uma unidade de exploração agro-pastoril constituída por dois elementos indissociáveis: conjunto de edifícios habitacionais, de armazenamento, de transformação e estábulos e uma propriedade fundiária, contínua ou descontínua.



Fig. 82

Concebemo-la como mutável ao longo do tempo e distinta de caso para caso, admitindo, por isso, a possibilidade de apresentarem bem distinguidas no terreno a *pars fructuaria* e a *pars rustica* ou de constituírem um bloco uno. Admitimos ainda que, na sua génese, sejam edifícios relativamente pequenos que, com o tempo, se foram ampliando e

---

<sup>11</sup> Entre outros, veja-se a definição proposta por Celluza e Fentress, a partir da discussão de Varrão e os respectivos comentários [CELUZZA e FENTRESS, 1986, 117-118].

tomando a forma da *villa* ideal e modelar. Apesar disso, designamos por *villa*, apenas os estabelecimentos que pelos materiais fornecidos nos dêem indicação clara de se tratar de edifícios concebidos com um conforto proporcional à sua categoria - estabelecimentos rurais no topo da hierarquia - devendo fornecer espólio que indique a existência de certo tipo de edifícios e equipamentos (estuques pintados, mármore, mosaicos, etc. e materiais importados em número significativo). Epígrafes fazendo menção a colonos estrangeiros ou com identificação com *tria nomina* deverão ser tomadas como indicador complementar.

Do ponto de vista cronológico, nenhum sítio com ocupação romana anterior ao último quartel do século I a. C. é classificável como *villa*<sup>12</sup>.

#### 6.2.2.1.1 Villae. Uma realidade designada pela grandeza da parte edificada ?

A classificação e definição própria dos sítios envolve a sua componente funcional a qual, como se verifica, emerge, quase naturalmente, da associação ponderada de elementos, internos e externos, de natureza distinta que ultrapassa largamente aqueles que apresentámos nos quadros.

Partindo dessa abordagem compreende-se que denominemos como *villae* algumas instalações, aparentemente pequenas, eventualmente correspondentes ao momento inicial de ocupação dos campos.

A escavação em Pisões, nas estruturas que julgamos serem as mais antigas da *villa*, parecem dimensionar os primeiros edifícios à escala da *villa* I de S. Cucufate e à *villa* I do Monte da Cegonha: estabelecimentos de dimensões bastante mais pequenas que aquelas que lhes reconhecemos no século IV, e aparentemente mais modestos, nos materiais de construção e nos elementos decorativos, ainda que, tanto em Pisões como no Monte da Cegonha (Fig. 82), a cronologia remonte à época de Augusto e a riqueza do mobiliário cerâmico seja bastante maior que a exumada em S. Cucufate. Admitimos, sem grandes dúvidas, a possibilidade de uma tendência evolutiva para edifícios maiores,

---

<sup>12</sup> Mais adiante havemos de verificar que, à excepção daquela que se verifica nos povoados da Idade do Ferro, não encontramos ocupação romana anterior a este período. Excepção para o sítio de Mata Bodes, mas trata-se, neste caso, de uma estrutura de natureza totalmente diferente, pois poderá corresponder a um acampamento militar.

mais ricos e mais confortáveis, ainda que não lhe possamos marcar os ritmos evolutivos, mas recusamos a existência de uma regra aplicável a todos os casos. Algumas *villae* terão evoluído de pequenos para grandes estabelecimentos; outras, porém, poderão ter-se quedado por edifícios mais modestos nunca tendo atingido o luxo e sumptuosidade de S. Cucufate (nº 524), Pisões (nº 62), Suratesta (nº 43), Salsa (nº 226), Torre de Cardeira (nº 115), Cidade das Rosas (nº 282), etc. A *villa* do Monte da Cegonha é disso um bom exemplo.

Não estaremos então a distorcer os dados e a viciar a classificação tipológica de sítios? Não estaremos a designar de *villae* estas primeiras instalações, quando na realidade elas só assim deveriam ser chamadas a partir de um momento mais tardio,<sup>13</sup> quando tivessem atingido um maior grau de desenvolvimento interno<sup>14</sup>? O critério utilizado, neste caso, não é apenas métrico é também económico, e mesmo admitindo a modéstia destas instalações, comparadas com aquelas que encontramos no século IV, do ponto de vista económico devem, desde sempre, ter funcionando como *villae*. Desde o início, terão sido unidades de exploração agro/pecuária constituídas por um conjunto de edifícios em associação com um *fundus*, independentemente do tamanho dos primeiros. As transformações que vão sofrendo ao longo dos séculos em que são continuamente ocupadas sugerem adaptações relacionadas com um maior volume de produção e mais desafogada situação económica e, naturalmente, a adesão a novas concepções culturais e não uma qualquer alteração funcional.

Justamente, numa primeira fase, correspondente ao início da exploração do *fundus*, que envolvia a preparação das terras, a criação de uma rede de aprovisionamento

---

<sup>13</sup> Propositadamente, não especificamos o que designamos por momento mais tardio. Se tomarmos a *villa* II de S. Cucufate como paradigma cronológico, deveríamos situar-nos no segundo terço do século II [ALARCÃO; ETIENNE; MAYET, 1990, 29]. Mas se tomarmos a transformação do Monte da Cegonha, operada durante o período flaviano, como o marco, esse momento tem que ser recuado. A *villa* do Monte da Cegonha é anterior à *villa* de S. Cucufate e pode admitir-se, que, por essa razão, logrou alcançar mais cedo os meios que permitiram a sua ampliação. Parece, portanto, que não há um momento oportuno sincrónico, mas que este depende de *villa* para *villa*. Sem escavações não será prudente avançar qualquer data.

<sup>14</sup> Na região de Bouches du Rhône, com base na ausência de elementos de hipocausto, reflexos de conforto limitado, estabelecimentos que se distinguem por superfícies de 6.000 e 10.000 m<sup>2</sup> são apresentados como intermediários entre as modestas "fermes" e as *villae*. Teriam, em todo o caso, uma propriedade "fondé sur le fair-valoir direct" [TRÉMENT, 1997, 56].

de água e a instalação dos equipamentos necessários a potenciar a produção, é aceitável que os edifícios domésticos e da lavoura fossem mais modestos. Afinal de contas, não se sabia ainda qual o volume de produção que se iria obter!

O progressivo engrandecimento e melhoramento dos edifícios de habitação, a sua maior riqueza decorativa e a utilização de técnicas mais apuradas e materiais mais nobres na construção derivariam de um acréscimo da sua capacidade económica, resultante, certamente, das mais valias proporcionadas pela produtividade alcançada nos terrenos que exploravam (que não eram imediatas nalgumas produções, vinha e oliveira, por exemplo), do eventual alargamento da propriedade por compra ou aluguer de terras, enfim, de uma gestão tendente a maximizar os recursos, da qual não se podem dissociar a tecnologia empregue, as técnicas agrárias e a organização dos sistemas hidráulicos. O acrescento ou ampliação de edifícios de armazenamento e de transformação reflecte, por sua vez, um acrescento de produção. A diversidade, qualidade e quantidade de materiais resultará da maior capacidade financeira mas também da facilitada permuta de produtos, resultante da implantação progressiva de uma ampla e estruturada rede de mercados que permite aos proprietários da região o escoamento dos seus excedentes e o acesso fácil aos produtos regionais e de longa distância<sup>15</sup>.

O crescimento integrado desencadeia alterações de grandeza patrimonial e económica, mas não provoca, necessariamente, alterações na tipologia funcional de origem. Independentemente da ordem de grandeza que originalmente apresentem, parece-nos que surgem desde logo como estruturas estáveis e dinâmicas, capazes de gerar internamente elementos potenciadores de crescimento<sup>16</sup>, aparentemente rápido e contínuo (se, mais uma vez, retivermos os exemplos de estabelecimentos escavados) que, exceptuando casos que, por razões de gestão inadequada ou ambientais, foram mal sucedidos, evoluirão no sentido de maior conforto e grandeza.

---

<sup>15</sup> A este propósito veja-se ALARCÃO, ETIENNE, MAYET, 1990, 298.

<sup>16</sup> Parece-nos pouco relevante inventariar todos os elementos que permitiram esse crescimento. Aliás não temos dados para o fazer em concreto. Mas a transformação verificada em S. Cucufate e no Monte da Cegonha autoriza-nos a determinar uma evolução germinada no interior e não derivada de um qualquer facto histórico-político externo. A produção de excedentes para colocar no mercado terá sido um elemento decisivo.

O processo evolutivo da quase totalidade destes sítios emerge como um indicador complementar de que desde sempre se conceberam com a função de *villae* e a sua longevidade como um justificativo de uma gestão capaz que garantiu não apenas a sobrevivência mas a progressiva evolução. Aliás, este critério parece ter estado subjacente à classificação de *villa* da primeira instalação de S. Cucufate, que ocupava uma área de cerca de 2300m<sup>2</sup>, e que, ainda assim, os autores denominam de *ferme-grenier ou villa I* [ALARCÃO; ÉTIENNE; MAYET; 1990, 53-59].

Devendo a *villa* ser entendida no indissociável binómio, edifícios e *fundus*, afigura-se-nos pouco razoável que se valorize superlativamente um dos elementos da composição e se classifiquem estes estabelecimentos com base em critérios que incidam apenas na configuração dos edifícios. Há contudo que evitar a esquematização generalista, pelo que se torna pertinente distinguir os casos em que se verifique uma justaposição de ocupação da Idade do Ferro e romana (jamais observado nos casos em análise). Trata-se, nesses casos, de situações claramente diferenciadas daquelas que comprovadamente têm fundação *ex-nihilo* na época romana e que correspondem a uma colonização agrária, declaradamente veiculada, e em directa relação com o poder romano representado pela cidade e resultante de uma *deductio*, ao menos num primeiro momento.

#### 6.2.2.2 Casal

Por casal<sup>17</sup> entende-se uma unidade de exploração de tipo familiar, distinguindo-se das *villae* pela modéstia da área construída, pela menor quantidade e qualidade de materiais e pela posição que ocupa no contexto geomorfológico do território. É um estabelecimento de tamanho médio, variável, cuja área edificada pode constituir uma unidade contínua ou ser repartida em dois ou três conjuntos que organicamente se constituem como um único pólo de iniciativa funcional.

Certamente relacionados com a produção agrícola e pecuária, parece-nos claro que, pelos materiais exumados à superfície, alguns deles eram, primordialmente,

---

<sup>17</sup> Sobre o vocábulo *casal*, cf. ALARCÃO, 1990, 421.

vocacionados para actividades de carácter mais artesanal (por entre estes confirmam-se alguns relacionados com a mineração) e/ou ligados à exploração dos recursos florestais, directa ou indirectamente. Impossível é aferir se se encontravam vinculados economicamente a pólos de iniciativa de grau superior, *villae* ou aglomerados urbanos, no âmbito dos quais desenvolviam actividades produtivas complementares ou se eram totalmente autónomos.

Esta definição repete no geral a que havíamos proposto quando abordámos os casais do concelho de Serpa [LOPES e CARVALHO, 1997, 139] pois parece ser plenamente confirmada no restante território.

Sem contrariar a hipótese de serem unidades de exploração agro-pastoril de patamar inferior ao das *villae*, pareceu-nos dever ampliar a sua funcionalidade admitindo, então, que poderiam funcionar como núcleos especializados em "actividades de produção não agrícola" [LOPES e CARVALHO, 1997, 139-140]. A adição e conjugação de novos sítios e outros dados permitem-nos reafirmar e substantivar a proposta de que alguns destes casais desenvolveram uma especialização em actividades produtivas de carácter não agrícola.

A plural funcionalidade dos casais coloca a reflexão e o debate subjacente ao seu carácter agrícola num grau de enorme complexidade que a ausência de um conjunto de dados, de natureza arqueológica e ambiental, conduz, inevitavelmente, a um enleio de profundos constrangimentos qualquer análise que pretenda elaborar propostas mesmo que com carácter hipotético. Para que se dinamize e avance no debate é fundamental dispor de um repertório de dados arqueológicos concretos, dos quais plantas e cronologias são apenas uma parte, recolhidos em vários sítios e em várias áreas do território, relacionados e interligados com dados do ambiente envolvente. Mas, mesmo assim, uma explicação sólida só lograria poder avançar-se se se tivessem disponíveis dados concretos sobre o regime da propriedade destes casais, do estatuto dos seus ocupantes, dos recursos que exploravam e do seu enquadramento no contexto mais vasto dos recursos e das outras formas de exploração.

Ao nível do debate teórico, a multiplicidade de explicações é, naturalmente, aceitável desde que as conclusões possíveis atendam a esse dinamismo que pode integrar como normais situações que *a priori* tenderíamos a explicar como excepção. De igual modo, todas as conclusões se devem aceitar como válidas e, mesmo que o discurso de sustentação de uma se sirva da valorização dos aspectos insignificantes de outra, nenhuma se deve excluir sem provas absolutamente evidentes.

Era nosso objectivo contribuir para este debate com argumentos que nos permitissem avançar uma conclusão sustentada relativa à tipologia e funcionamento diacrónico das estruturas que definimos como casais. Não foi possível, por razões várias, reuni-los e, por isso, parece-nos claro que o debate continua em aberto. Tomemos como exemplo a questão das dimensões da propriedade dos casais. Não existe nenhum estudo sistemático de carácter arqueológico, à escala da região e não do sítio, que caucione, em nossa opinião, a atribuição de uma medida de superfície às propriedades destas unidades de exploração, a qual, seguramente, variava de caso para caso consoante o estatuto, a finalidade funcional e a cronologia de cada um destes casais.<sup>18</sup>

Para os casais do concelho de Serpa, propusemos uma ampla variedade métrica, por forma a dinamizar um quadro de possibilidades capaz de integrar a deduzida multiplicidade de formas de estabelecimentos reconhecidos no terreno, concentrados ou aparentemente dispersos.

Entendidos como unidades de exploração agrícola, poderá manter-se a ideia de que funcionariam sem o recurso a mão-de-obra externa, mas, se lhes atribuirmos 50 ha, como aceitámos, no seguimento de hipótese sugerida por J. de Alarcão [ALARCÃO, 1990, 421], deve admitir-se que, ao menos em certas alturas do ano, por ocasião das sementeiras, das lavras e das colheitas, nomeadamente, era forçoso recorrer a mão-de-obra complementar. Parece-nos difícil que, com os meios disponíveis para a época, uma família tivesse capacidade para executar essas tarefas numa propriedade com estas

---

<sup>18</sup> Mais adiante retomaremos a questão que se relaciona com a propriedade dos casais como unidades de exploração agrícola.



dimensões. E, como seria natural, ainda que a superfície da terra cultivável fosse inferior aos 50 ha, como seria óbvio, esta necessidade pontual colocava-se de qualquer modo.

O vocábulo *casal* não existe na literatura latina. Na Idade Média representa uma unidade de exploração agrícola<sup>19</sup> encabeçada por uma casa e caracterizada por uma estrutura interna variada e variável ao longo do tempo. É, justamente, nesta acepção múltipla, tomado como designativo de unidades funcionais heterogéneas, que nos parece podermos recuperá-lo para designar estruturas romanas.

J. de Alarcão foi quem primeiro aplicou o termo *casal* para designar esses sítios que, dispersos pelo campo, em época proto-histórica se distinguiam dos castros pela muito menor dimensão, interpretando-os como "pequenas explorações mistas, agrícolas e pecuárias" [ALARCÃO, 1976, 11] e na época romana corresponderiam a dependências de um latifúndio podendo constituir "várias quintas na área do latifúndio, fossem elas pequenos casais, entregues a famílias que os cultivassem sem recurso a mão-de-obra além dos seus próprios, fossem quintas maiores, arrendadas a um lavrador suficientemente abastado para ter, ele próprio, seus servos ou criados livres" [ALARCÃO, 1976, 26].

Posteriormente, o autor aliviou, parcialmente, o *casal* romano dessa rígida sujeição a um domínio de estatuto superior, admitindo que o problema destas "unidades de exploração unifamiliar, modestas, trabalhadas geralmente sem recurso a escravos ou assalariados" é "mais obscuro" que o problema do "latifúndio romano no Sul de Portugal" [ALARCÃO, 1990, 420].

De facto, são quase inexistentes escavações neste tipo de sítios romanos (no Alentejo e nas outras regiões do país) e a designação destes sítios, que não se podem classificar como *villae*, não é, apesar da sua caracterização, unânime.

Em artigo recente, J. de Alarcão retoma o assunto partindo dos indicadores, área de dispersão actual dos achados e valor cultural e simbólico dos mesmos, aferidos em prospecção e distingue este tipo de sítios em duas classes - casais e granjas - ambas correspondendo a unidades de exploração agrícola [ALARCÃO, 1998, 91-94].

---

<sup>19</sup> "Uma das peças fundamentais de toda a vida agrícola medieval" [GONÇALVES, 1981, 60]

A sua proposta concretiza-se da seguinte forma: "Um sítio com 100 a 1.000 m<sup>2</sup> (referimo-nos sempre à área de dispersão dos achados) corresponderá a um casal; uma estação com 1.000 a 5.000 m<sup>2</sup>, a uma granja; um lugar com 5.000 m<sup>2</sup> a 25.000 m<sup>2</sup>, a uma *villa*; finalmente, a partir de 10.000/15.000 m<sup>2</sup>, teremos aldeias"[ALARCÃO, 1998, 95]. Este esquema métrico não tem, porém, um valor estático e impositivo dado que o autor, referindo os casais, afirma: "a sua dimensão média parece ser mais frequente entre os 400 e os 600 m<sup>2</sup>. Mas nem todos os sítios desta dimensão, ou, mais genericamente, entre os 100 e os 1.000 m<sup>2</sup>, serão casais. Numa zona de *villae*, temos de perguntar-nos se estações desta ordem de grandeza não correspondem antes a anexos ou a edifícios subsidiários das *villae*" [ALARCÃO, 1998, 95]. O limite inferior (5.000m<sup>2</sup>) das *villae* também pode ser flutuante: "qualquer achado de *tessela* de mosaico ou de escultura deve ser suficiente para classificarmos como *villa* uma estação menos extensa" [ALARCÃO, 1998, 96].

No que respeita ao espólio associado aos casais, este compõe-se de *tegulae*, *imbrices* e cerâmica comum. "*Sigillata* ou *sigillata* clara, algum resto de *opus signinum*, algum tijolo de coluna, fuste tosco de pedra local ou capitel simples toscano" reservam-se para classificar a granja [ALARCÃO, 1998, 96].

Este esquema exclui a existência de casais no Alentejo romano, sendo que, aqui, os sítios que apresentam materiais dispersos por uma área entre 100 e 1 000 m<sup>2</sup> se devem classificar como anexos de *villae* ou de granja. Nesta região haveria apenas *villae*, granjas e sítios anexos e/ou subsidiários de *villae*.

A nossa classificação como casal dos estabelecimentos que temos vindo a apontar está claramente desarticulada com esta proposta.

Sem contrariar a operacionalidade da classificação tipológica definida por J. de Alarcão, que introduz a granja como uma propriedade média acima do casal (pequena propriedade) e abaixo da *villa* (grande propriedade), e realçando a intenção de clarificar situações complexas e dar maior lógica a esquemas tipológicos eventualmente demasiado redutores, ou demasiado fluidos, onde não se vislumbram critérios de integração num ou noutro tipo, não se nos apresenta fácil adaptá-la à ocupação romana

desta região. De facto, os sítios que identificámos e analisámos não se viabilizam neste esquema. Primeiro, porque não restringimos a existência destes sítios a uma função agro/pastoril, mas, ainda que assim fosse, e reconhecendo a interferência das dimensões da propriedade no grau de grandeza das suas instalações domésticas e agrícolas, não nos parece que seja automática e linear esta relação; terras com as mesmas dimensões em zonas pedológicas desiguais geram produtividade diferente e, certamente, determinam edifícios distintos na forma e no tamanho. Segundo, porque a caracterização dos sítios do território de *Pax Iulia* se baseia nos descritores tomados em conta por Jorge de Alarcão mas, para além deles, como acima referimos, num conjunto mais vasto. O esquema de classificação hierárquica resulta na existência de interfaces flutuantes, em função da cronologia e dos contextos sitológico e situacional, impedindo que abaixo da *villa* se individualizem critérios que determinem a definição de mais de um tipo de unidade de exploração<sup>20</sup>.

Mas haverá uma contrastante oposição entre a proposta de J. de Alarcão e a nossa? No que diz respeito à hierarquia dos estabelecimentos, não existem diferenças substanciais dado que ambas concordam com uma escala tripartida de classificação – *villae*, casais (na nossa nomenclatura; granjas, para J. de Alarcão), pequenos sítios (nomenclatura nossa, anexos ou edifícios subsidiários de *villae* para J. de Alarcão<sup>21</sup>). O casal de J. de Alarcão não teria existido nesta região. A este nível, a diferença parece, tão somente, cingir-se a uma questão de nomenclatura. Porque não adoptamos a proposta de J. de Alarcão e designamos de casal o que o autor chama de granjas? Ou, pelo contrário, porque não manteve o A. a designação de casal para as suas propriedades médias e criou uma nova nomenclatura para as suas pequenas propriedades?

Como o autor apurou, "o termo granja era usado nos séculos XIV e XV para designar os prédios rústicos que os grandes proprietários (designadamente os senhorios

---

<sup>20</sup> Esta impossibilidade é confirmada pela incapacidade de construir duas classes de sítios cada uma reportadas aos grupos 1 e 2 do quadro 1. Essa impossibilidade tornou-se mais evidente quando cruzados estes dados com os enunciados nos outros grupos.

<sup>21</sup> Abaixo caracterizaremos este tipo de sítios e verificaremos que, globalmente, aqui se trata apenas de uma questão vocabular.

monásticos) mantinham sob exploração directa.... Mas, nesta data, as granjas começaram também a ser arrendadas ou emprazadas" [ALARCÃO, 1998, 93]<sup>22</sup>. E porque este termo se deixou de usar, não sendo representativo de nenhuma estrutura moderna, pensa o Autor que esse é um bom argumento para que se utilize.

Tanto o termo casal como o termo granja designam estruturas de natureza vincadamente agrícola e, nesta medida, tanto um como o outro se apresentam como inapropriados para caracterizar os estabelecimentos que reconhecemos no terreno. Porque o termo casal é menos rígido no que concerne à sua organização interna e é variado o regime de posse da terra que gere, aliviado do seu exacto e orgânico significado medieval, apresenta-se como mais adequado que granja para denominar a pluralidade de sítios desta classe. Para além disso, desde que, em 1986, J. de Alarcão introduziu o vocábulo casal, este foi adoptado e dinamizado entre a comunidade arqueológica, sendo hoje utilizado como conceito operativo polissémico, conotativo de determinado tipo de estabelecimentos e de certas categorias de estabelecimentos romanos e, também, pré-romanos, aos quais se associa uma gestão de carácter familiar. O termo granja é menos flexível, remetendo quase de imediato para a grande propriedade e para determinado regime jurídico de posse da terra, restringindo a operacionalidade e concordância com as realidades arqueológicas em questão. Sendo neste momento um conceito referencial perfeitamente assimilado com um determinado significado, não vemos vantagens em substituí-lo por esse outro que, em nosso entender, é mais restritivo para classificar a pluralidade de formas e funções que assumem estes sítios, quer no período proto-histórico, quer no período romano e tardo-romano.

Os franceses chamam *ferme* indistintamente a uma pluralidade de sítios, alguns deles atingindo um 1 ha.[CELUZZA e FENTRESS, 1986, 117, 118] e nessa categoria colocam todos os sítios que tenham desenvolvido alguma actividade agro/pastoril ou artesanal, não dispondo do conforto das *villae*.

É com este significado que o termo casal é entendido neste trabalho e, pela argumentação que vimos apresentando, achamos ser mais adequado que granja para

---

<sup>22</sup> O Autor apresenta bibliografia relativa a este assunto.

integrar a multiplicidade, na forma e na função, destes sítios que não podem ser denominados de *villae* mas já não são modestos edifícios de apoio às actividades das *villae*, se bem que não descartemos a hipótese de dependerem delas.

Exemplos interessantes deste tipo de sítios têm sido escavados na região de Moura e Mourão, no âmbito dos trabalhos arqueológicos na área do regolfo da barragem do Alqueva: Monte das Lebres, Charneca 4, Monte do Conde 12, Serros Verdes 8, escavados pela equipa que dirigimos (outras equipas escavaram outros, mas, tratando-se de sítios inéditos, preferimos não os referenciar).

Não duvidamos, no entanto, que em regiões onde se verifica a evolução sem rupturas e progressiva de um sítio indígena para um casal ou *villa* romana, tenhamos necessidade de encontrar algum outro vocábulo significante para denominar esta fase de evolução desses estabelecimentos rurais, frequentemente designados pela expressão, verdadeiramente insuficiente para caracterizar a realidade aí encontrada, de casal indígena com ocupação romana. Nas regiões onde o povoamento rural assuma características de maior complexidade, onde comprovadamente se torne difícil denominar de *villae* as unidades de exploração agrícola, a granja pode, também aí, funcionar como um bom parâmetro de classificação.

No território de *Pax Iulia*, onde analisámos um número maior de sítios do que no concelho de Serpa, não temos dúvidas em reafirmar que, ao casal, se pode atribuir uma pluralidade de funções, agrícolas ou não, as quais se refletem, com certeza, não apenas na sua organização interna mas também na maior ou menor grandeza dos edifícios. Nalguns casos, considerando apenas os materiais e sua área actual de dispersão, torna-se difícil distingui-los da *villa*, sobretudo, daquelas *villae* do início da ocupação dos campos que, como acima sugerimos, poderiam apresentar dimensões relativamente modestas muito próximas das dos casais de maiores dimensões (alguns podem atingir os 0,3 ha). Esta dificuldade, resultante, em grande medida, de a alguns dos casais aqui analisados se atribuírem áreas prováveis, que, na proposta de J. de Alarcão, se colocariam na categoria de granjas, não viabiliza mais uma classe de sítio. A afectação de mais um nível de estrutura rural retiraria o carácter heterogéneo e multifacetado à

classe dos casais e, certamente, condicionaria a visão dinâmica de evolução das *villae* e casais ao longo do tempo, podendo transformar-se num factor de confusão e ambiguidade tipológica e distorção do apreendido no terreno.

Sem dúvida fundamental é, no conjunto dos designados casais, distinguir estabelecimentos agrícolas e agro/pastoris de estabelecimentos relacionados com outros ramos de actividades. A presença de escórias em grandes quantidades e a evidente proximidade de minas sugere-nos, nalguns casos, a predominância dessas actividades. A escavação sistemática e a obtenção de plantas e índices cronológicos, associadas a estudos paleo-ambientais, poderão fornecer-nos esses indicadores. Por enquanto, e porque não sabemos qual o grau de autonomia que estes tinham relativamente a outros de patamar superior - *villae*, núcleos urbanos secundários e eventualmente à capital (nomeadamente os sítios ligados à exploração de metal) e em que medida os de actividade não agrícola excluía totalmente o cultivo de uma parcela de terra, parece-nos que, mesmo inapropriadamente, os devemos manter, até se recolherem mais dados, sob esta designação.

### 6.2.2.3 Pequeno sítio

Por pequenos sítios entendem-se estabelecimentos destinados primordialmente ao apoio das actividades produtivas de *villae* e casais, sobretudo das *villae*, como se depreende da sua localização preferencial nas imediações destas. Dispersos no interior das propriedades, desempenhariam o papel de pontos de apoio do conjunto das actividades produtivas, podendo ser locais de armazenamento, estábulos, malhadas, moinhos hidráulicos, enfim, um conjunto de edifícios cuja vida dependeria da gestão da propriedade na qual funcionavam como *instrumentos* e intermediários da exploração agrícola. A sua ocupação temporária, por ocasião de certas actividades ou por necessidades pontuais, ou ocupação permanente dependeria da sua função no interior do domínio. A desigualdade em volume e diversidade de materiais que apresentam à superfície, *tegulae* e *lateres* ou *tegulae*, *lateres* e cerâmica comum ou *tegulae* e *lateres*, cerâmica comum, ânfora e/ou *dolia*, são sintoma da pluralidade de funções que lhes

atribuímos e denunciam a sua total dependência funcional da estrutura superior que organiza e controla o espaço agro-pastoril.

Não tinham área residencial mas poderiam, alguns deles, comportar um compartimento modesto e desconfortável, de precárias condições, sem carácter permanente, que serviria como habitação temporária e que se resumia a um anexo com espaço para dormir e eventualmente uma lareira para cozinhar. Admitimos que, por exemplo, um pastor tivesse, por qualquer razão, necessidade de pernoitar junto do seu gado, e nesse caso poderia haver, como ainda hoje existem no Alentejo, malhadas para o gado com um compartimento para o pastor. Nestes casos, uma parede separa o gado do anexo, situado num dos topos, onde se constrói uma chaminé, e um pequeno poial para colocar a cama (exemplos destes podem ainda hoje encontrar-se na herdade do Peixoto - Serpa e na Herdade do Facho - Vila-Nova de S. Bento).

Esta estrutura faria sentido naqueles pequenos sítios que encontramos afastados de *villae*, em zonas, do ponto de vista dos recursos, mais pobres, e onde imaginamos mal outras actividades que não as relacionadas com a pastorícia, a exploração da floresta e a apicultura (*mellaria*), por exemplo, e que tornariam penosa uma deslocação diária para, e do, alojamento que os serviçais deveriam ter nos edifícios da *villa* que os enquadrava.

Exemplos interessantes, e que se integram perfeitamente neste tipo de sítios, são as "bergeries" escavadas na região de la Crau d'Arles [BADAN; BRUN; CONGÉS, 1995, 263-310]

Nesta categoria classificamos, ainda, alguns daqueles pequenos sítios cujas relações de proximidade e evidente complementaridade permitem estruturá-los como casal.

Nestes casos, pode não haver qualquer relação com *villa*.

Para além destes, todos os sítios da região de Moura que contornam o aglomerado urbano e que supomos poderem ter funcionado como instalações de suporte a actividades agrícolas e, provavelmente, também mineiras, geridas a partir do núcleo urbano, onde habitavam os proprietários, são assim designados.

Caracterizados pela escassez e pobreza de material, nalguns casos apenas telhas, de fraca dispersão pelo terreno, maioritariamente construídos em taipa e telhados de colmo, ocupando espaços exíguos, que variam entre os 100 e os 600 m<sup>2</sup>, estes edifícios não têm autonomia própria e explicam-se pelo papel complementar que detêm no quadro das actividades agro/pecuárias de um pólo de iniciativa, situando-se topograficamente, relativamente a eles, em plano mais elevado (topo de cabeços) e em pontos estratégicos da paisagem envolvente. Alguns fornecendo um número interessante de *dolia* e/ou ânforas terão sido locais de armazenamento de produtos. Um exemplo interessante de um estabelecimento com função de armazém é l'Olivet de Pujol (Ampúrias). É um grande armazém agrícola todo ele cheio de concavidades para assentar *dolia* ao lado do qual estava uma pequena cabana, talvez para os trabalhadores. Este sítio situa-se a seiscentos metros da grande *villa* de Tolegassos da qual dependeria, e a cinco quilómetros de Ampúrias [CASAS i GENOVER, JOSEP, 1989, 21- 46]<sup>23</sup>. A correcta classificação de um sítio como este, onde aparecem, entre outros, sigillata, ânforas, cerâmica de engobe vermelho, e vários tipos de cerâmica comum, a partir dos materiais de superfície talvez se complicasse, e poderíamos correr o risco de o incluir no grupo dos casais. Trata-se de um local muito próximo da cidade e uma relação da *villa* com o comércio da cidade não se exclui. Trata-se portanto de um caso particular, mas que não será único na região de Ampúrias [CASAS i GENOVER, 1989, 44- 46]<sup>24</sup>.

Admitimos que alguns dos pequenos sítios identificados sejam o que resta de necrópoles.

Interessante, no conjunto, porque anómalo, é o sítio de Espicharrabo 2 (nº 296) que assim classificámos, na categoria de pequeno sítio, apesar de os vestígios à superfície se dispersarem por cerca de 1.500 m<sup>2</sup>, se individualizar perfeitamente no terreno e fornecer sigillata clara, lucerna e uma mó. Porque não o classificámos como

---

<sup>23</sup> Sobre a *villa* de Tolegassoa, veja-se CASAS i GENOVER, 1989, 47- 203.

<sup>24</sup> A função das *villae* como centros de distribuição de produtos, portanto com papel activo no comércio, que preferencialmente víamos localizado no núcleo urbano, não é para nós estranha. Para Repesas já tínhamos proposto uma dupla função, exploração agrícola e centro de redistribuição de cerâmicas de importação. Neste caso de l'Olivet d'en Pujol trata-se de *dolia* (75, com capacidade média de 1,5 m<sup>3</sup>, cada um) que poderiam significar o armazenamento da produção dessa *villa*.



casal? Situado a 200 metros da *villa* de Espicharrabo 1 (nº 284), é bem evidente que se trata de um qualquer edifício em relação com ela, eventualmente a casa do *vilicus* ou qualquer outro edifício que se destacou do conjunto.

Outros, por sua vez, podem ser estruturas mais recentes que encontraram em edifícios antigos reservas de material de construção reutilizável. Exemplos deles foram escavados na região de S. Cucufate: Sesmarias (nº 33 de S. Cucufate), Vila de Frades (nº 37 de S. Cucufate) e Mac Abraão (nº 59 de S. Cucufate) [ALARCÃO; ETIENNE; MAYET, 1990,

#### 6.2.2.4 Aldeias

Em nenhum caso foi possível identificar aldeias. Estas são, como já o afirmou J. Alarcão, um fenómeno mais setentrional, totalmente desconhecido no Alentejo. Aqui só no período medieval as identificamos sem equívocos. Admitimos que se trate de um fenómeno anterior à Reconquista. Pequenos aglomerados populacionais existiriam já em período muçulmano, como o topónimo “alcaria” nos sugere e talvez possamos reconhecer uma aldeia muçulmana num alcarial com uma concentração muito volumosa de material (grandes quantidades de *tegulae* reutilizadas à mistura), perto de Baleizão, na Monte das Marianas (nº 31).

Parece-nos interessante referir que as aldeias medievais não escolhem sistematicamente os locais onde antes houve ocupação. Comprovadamente, Beringel e S. Pedro de Pomares (hoje Quinta de S. Pedro - Baleizão), Santa Vitória e talvez Nossa Senhora das Neves (a medieval Aldeia de Três?) ocorrem em locais com ocupação na época romana, mas Selmes, Baleizão (de fundação apenas no séc. XV/XVI), Penedo Gordo, Salvada, Vila de Frades, Pedrógão, entre outras, desenvolvem-se muito próximo de *villae* romanas mas não sobre elas<sup>25</sup>, o que faz imaginar que as *villae* já nessa altura apresentavam um acentuado grau de ruína que terá funcionado como dissuasor.

---

<sup>25</sup> As *villae* nas proximidades são: Monte da Ponte, Horta do Pantaleão e Figueirinha, Almocreva e Estudos, Salvada, Escola de Vila de Frades e S. Cucufate, Horta do Cano, respectivamente.

### 6.2.3 Uma tipologia funcional

Cada um dos tipos de povoamento rural que constituem esta hierarquia apresenta no terreno características que, genericamente, se podem distinguir pela resposta positiva a determinados descritores e que, salvaguardando alguns desvios, se podem resumir do seguinte modo (Fig. 83).

As *villae* são indiscutivelmente unidades de exploração agrícola e assim se classificaram todas as jazidas que têm materiais dispersos por áreas do grupo 3 e 4, fornecem materiais de tipo D, situam-se em solos de categoria A, B ou C, em ligeiras encostas ou zonas planas de boa acessibilidade ao nível da região e próximo de uma linha de água .

Como casais identificam-se os sítios cujos materiais se dispersam por áreas do grupo 2 e 3, que fornecem materiais do grupo C, e se localizam em encostas pronunciadas ou no topo de cabeços de plataformas alargadas, em áreas de topografia irregular e terrenos de tipo D ou E, só excepcionalmente partilhando as áreas ocupadas por *villae*.

Nem todos os casais terão tido uma vocação eminentemente agro-pastoril, autónoma ou dependente de uma *villa*; alguns poderão ter explorado outros recursos, designadamente os metalúrgicos, ou ter-se dedicado a actividades artesanais.

Como casais se devem ainda classificar alguns conjuntos de dois ou três pequenos sítios, identificados em zonas de fracos recursos agrícolas e topografia irregular, cuja implantação e proximidade entre eles assim o sugere.

Como pequenos sítios, classificam-se aqueles que apresentam materiais dispersos por áreas correspondentes aos grupos 1 e 2 e fornecem materiais A e B e se localizam maioritariamente na orla de *villae*, quase sempre no topo de cabeços, ou, mais raramente, junto aos cursos de água e ocupam solos de qualidade diversa. Esta repartição heterogénea no espaço e a monótona homogeneidade do material exigem, apesar de tudo, um exercício de interpretação funcional, que resulta na pluralidade de hipóteses, já indicadas.

Parece-nos que as bases para a proposta de tipologia funcional dos estabelecimentos agrega, sem ser necessário supor exceções importantes, o conjunto de sítios inventariados. Pensamos que expressámos bem a insuficiência de uma classificação subjugada a elementos pré-definidos e a necessidade de nos socorrermos, em cada caso, do maior volume possível de informação que devemos sujeitar a comparação com a dos sítios compreendidos na região.

Os critérios que permitiram estabelecer esta tipologia, e ela própria, são válidos nesta região, mas não temos dúvidas que eles não têm operacionalidade em todas as regiões do país.

## **6.2.4 Interacção da paisagem com os estabelecimentos**

### **6.2.4.1 Distribuição espacial**

Há uma distribuição indiferenciada dos estabelecimentos pela paisagem ou há uma tendência geral de localização preferencial de cada um dos tipos ?

A classificação tipológica implicou também uma componente da distribuição espacial e deixou claro que os casais e as *villae* se dispersam no terreno em zonas de características geomorfológicas e pedológicas distintas (Fig. 84).

Esta análise confronta, à escala do território, os tipos de estabelecimentos com dados do meio: topografia, hidrologia e qualidade dos solos e, simultaneamente, situa, num plano de relações de proximidade, a totalidade de sítios. Cartografados todos os sítios, independentemente da sua tipologia, o padrão de ocupação do território caracteriza-se por: espaços densamente ocupados, espaços medianamente ocupados, espaços de fraca ocupação e espaços completamente vazios.

Cartografados os sítios segundo a tipologia, obtém-se uma imagem que nos permite constatar a existência de um modelo funcional organizado de distribuição no espaço, estruturado em função de pólos de iniciativa distintos: a cidade, em cujo entorno imediato se desenha uma malha de ocupação constituída quase em exclusivo por *villae*, algumas delas denunciando grande ostentação sendo raras, estruturas de apoio; os

aglomerado urbanos secundários, concretamente Moura, Vila Verde de Ficalho e Aljustrel que se posicionam como pólos de desenvolvimento de casais de ocupação curta ou permanente e instalações de suporte ou pequenos sítios relacionados com a exploração dos recursos circundantes; os solos de *barros*, em associação com as ribeiras de maiores caudais e extensão, que correm no interior das terras aplanadas, ao longo das quais e, sobretudo, nas suaves encostas sobranceiras se instalaram, quase em exclusivo, as *villae* e os seus edifícios de apoio; as zonas de contacto entre os solos profundos, de grande produtividade agrícola, e de topografia regular e os solos magros, xistosos, nalgumas regiões, de topografia bastante irregular, e acesso difícil, onde encontramos localizada a maior parte dos casais e alguns pequenos sítios e, finalmente as plataformas das elevações sobre o Guadiana fortemente atractivas para os grandes povoados das Idades do Bronze e Ferro, alguns com ocupação romana, mas apenas atestada até meados do primeiro século da nossa era.

Esta distribuição espacial, de imediato, deixa transparecer o carácter fundamentalmente agrícola da economia da região. É bem perceptível uma racional selectividade da ocupação dos espaços; as estruturas melhor equipadas técnica e humanamente partilham entre si as áreas de maior potencial agrícola. Por outro lado, as áreas em que as terras são francamente pobres, de produtividade duvidosa e de acessos difíceis, ficam quase totalmente vazias.

#### 6.2.4.2 Os espaços das *villae*



Fig. 86

Logo à saída da cidade encontramos as primeiras *villae* Suratesta (nº 43), Fonte Figueira (nº 55), Abóboda (nº35), Valdagueiro (nº 44), Monte das Pedreiras (nº 53), Monte do Borges (nº 38), Vale de Aguilhão (128) e Moinhos da Quinta da Saúde(66)<sup>26</sup>. Talvez a intensa ocupação posterior desta zona tenha feito desaparecer pequenos sítios que lhes estivessem associados. O facto é que exceptuando um pequeno sítio situado no topo de um pequeno cabeço sobranceiro a Fonte Figueira (Vale do Bispo), não identificámos mais nenhum outro na área.

Num plano um pouco recuado, relativamente ao destas *villae*, sempre num raio de 6 /7 Km, surge-nos um número importante de *villae*: Lagarinho (nº48), Romeirã (nº 50), Monte da Fonte da Areia (nº 103), Monte do Carrasco 1 (nº 96), Monte da Horta (nº89), Represas (nº 63), Pisões (nº 62), Monte dos Estudos (nº 129), Calçada (nº 125), Apolinárias (nº 45), Fonte do Mouro (nº 47), para citar apenas algumas, todas muito próximas umas das outras.

A dispersão dos vestígios à superfície é bastante desigual, e exceptuando Calçada e Monte do Carrasco 1, as restantes estão sob *montes*, alguns ainda hoje ocupados, dificultando a identificação de traços materiais. De qualquer forma, parece-nos que nem todas atingiram a grandeza e o luxo de Pisões, apesar de Monte da Hortinha, Calçada e Apolinárias terem tido mosaicos. Resulta portanto evidente que a grandeza e luxo não derivam do seu local de implantação.

À volta destas, que diríamos se posicionam em segunda fila, começamos a detectar pequenos sítios de cronologia indeterminada, que podem ter coexistido entre si, ou terem-se sucedido uns aos outros, conforme a estratégia de exploração do solo que o proprietário da *villa* ditava.

Para lá deste entorno imediato da cidade, as *villa* encontram-se quase na totalidade implantadas da mesma forma que havíamos verificado no concelho de Serpa,

---

<sup>26</sup> Exceptuando duas colunas de mármore utilizadas na entrada da porta da capela de S. Pedro, não encontramos mais nenhum vestígio que nos permitisse confirmar a indicação, vaga, de Abel Viana, de que aí teria existido uma *villa* romana. Em todos os lados que contornam a cidade encontramos uma *villa*. O círculo que elas formam em torno da cidade fica cortado desse lado. Mas será que isso é argumento para supor que de facto existiu também uma?

"em suaves encostas, próximo de barrancos, nas áreas de solos com boas aptidões agrícolas (solos de tipo A e B, sobretudo), próximo das vias principais ou com acesso fácil a estas" [LOPES e CARVALHO, 1977, 138]. A grande maioria escolhe a vertente voltada à cidade, o que faz com que, de muitas delas, mesmo afastadas, duas ou mesmo três dezenas de quilómetros, esta se aviste com nitidez, nalguns casos criando uma sensação de incrível proximidade.

Não destacámos, no concelho de Serpa, a importância da Ribeira de Enxoé, como atractiva de um importante número de *villae*, porque também ao longo dos vales de outras ribeiras de menor caudal encontramos este tipo de estabelecimento.

À escala do território, é possível apreender e verificar que as ribeiras de maiores caudais, que cavam os seus leitos nos fundos *barros*, acolhem nos seus vales uma percentagem significativa das *villae* inventariadas. Ao longo das ribeiras, tais como, Cardeira, S. Pedro, Odearce, Chaminé, Vale de Alcaide, Toutalga, entre outras, não muito distantes umas das outras, implantaram-se várias *villae*. Se a escolha dos bons solos funcionou como um elemento decisivo para implantar uma *villa*, a proximidade de linhas de águas, com caudal apreciável, funcionou no mesmo plano. A importância da proximidade dos recursos hidrológicos é acentuada pela existência de algumas barragens, que certamente serviram para irrigar algumas culturas<sup>27</sup>. Sem ser tão densa quanto a que encontramos próximo da cidade, a malha de *villae* é ainda assim apertada, alargando à medida que nos afastamos da cidade para as zonas das Serras de Portel e do Mendro, para as terras magras e onduladas, onde os xistos tomam o lugar dos gabros e dioritos, que se estendem para sul de Santa Clara de Louredo, abrindo cada vez mais à medida que nos aproximamos das ribeiras de Cobres e Terres ou para sul de Serpa, para as margens do Guadiana ou para a ribeira de Odivelas; em geral para área de topografia irregular e terras de fracas aptidões agrícolas.

---

<sup>27</sup> A propósito das barragens veja-se MASCARENHAS; QUINTELA; CARDOSO, 1986 e MASCARENHAS; QUINTELA; CARDOSO, 1999, 197-226.

#### 6.2.4.2.1 *Os espaços dos pequenos sítios*

Os pequenos sítios situam-se em cabeços, em áreas onde os solos são de qualidade inferior; nos topos de cabeços próximos das *villae*, ou ainda junto às linhas de água. A distribuição desses pequenos sítios dispersos na herdade da Corte Negra constitui um exemplo formal desta situação. Em torno de Pisões (nº 62), nos cabeços envolventes também se atestam já algumas destas estruturas de apoio. Identificam-se, porém, com mais frequência nas regiões mais distantes da cidade.

#### 6.2.4.2.2 *Os espaços dos casais*

Os casais identificam-se nos solos de médias e fracas aptidões agrícolas, maioritariamente, ao longo do interface de solos profundos, argilosos, com solos magros, de qualidades inferiores, quase sempre ocupando o topo de cabeços aplanados, largos, de altitude média. Os cursos de água, não muito distantes, não se apresentam, todavia, como elementos determinantes. O padrão de implantação destes é rigorosamente o mesmo que havíamos verificado em Serpa. " Os casais surgem na transição dos solos de boas aptidões agrícolas para os solos pobres (tipo E), em áreas onde o relevo se torna mais ondulado, ocupando aí, quase sempre, o topo de cabeços. Relativamente às *villae* posicionam-se na sua periferia, desenhando como que uma cintura entre os terrenos ocupados por estas e os solos pobres, vazios de povoamento neste período" [LOPES e CARVALHO, 1997, 139].

De facto, os casais que identificámos, além daqueles de Serpa, situam-se na encosta sul da Serra do Mendro, junto a Vidigueira, Alcaria e Marmelar voltados para a planície que, com raras interrupções, se estende além de Beja, em solos finos e xistosos; junto à ribeira de Cobres, em franca associação com a exploração de cobre puro, de que há enormes montes de escórias e galerias de minas; e nas proximidades de Moura e Aljustrel.

#### 6.2.4.2.3 *Os espaços de ocupação residual*

Grandes espaços quase vazios, ou vazios de todo, definem-se nas áreas de solos magros, xistosos, de relevo ondulado: serra de Serpa, serra de Portel, zona da Trindade, a sul de Beja e proximidade das margens do Guadiana. Uma observação ao nível da pequena escala permite-nos verificar a forma como estes elementos se constituem como dissuasores para a implantação dos estabelecimentos. Tomemos como exemplo uma área de cerca de 2,5 quilómetros, junto ao Guizo (entre Nossa Senhora das Neves e Baleizão): veja-se como uma abrupta e acentuada elevação de terreno não apresenta qualquer tipo de ocupação enquanto em seu redor há uma concentração importante de *villae*.

### 6.2.5 **Dinâmica da estrutura de apropriação do espaço**

#### 6.2.5.1 **Dimensão cronológica**

A estrutura espacial de distribuição dos estabelecimentos apenas contemplou a dimensão tipológica dos sítios, misturados independentemente de variações cronológicas, representando uma apropriação e organização fixa do espaço.

A introdução da variável cronologia é fundamental para confirmar se a projecção cartográfica ilustra um fenómeno de longa duração ou, pelo contrário, representa uma realidade mais tardia, de mais fácil apreensão por materiais de superfície. A vinculação de cronologia a um estabelecimento previamente tipificado e a sua localização espacial permitir-nos-ão individualizar camadas periodizadas que, sobrepostas, originarão o quadro evolutivo da ocupação e dos estabelecimentos que lhe correspondem ao longo do período romano.

Salvaguardando excepções, reportadas ao nível da micro-região, nem sempre de fácil apreensão, no interior de tão vasto território, os dados cronológicos aferidos permitem deduzir com uma ampla margem de segurança que, no geral, nas suas características de base, este modelo hierárquico de distribuição espacial das estruturas rurais se desenha no reinado de Augusto e se mantém, sem alterações estruturais, até



meados do século V d.C, mesmo que se construam mais estabelecimentos e outros desapareçam.

A cronologia das *villae* é deduzida de maiores quantidades de material que a dos casais e, por isso, de mais fácil determinação. A quase totalidade, independentemente da maior ou menor proximidade da cidade, apresenta cronologia equivalente. Terão aparecido nos finais do século I a. C ou inícios do século I d. C (sigillata itálica, paredes finas, lucernas, ânforas, cerâmicas comuns e outros materiais confirmam esta cronologia). Em quase todas elas se reconhece uma ocupação até meados do século V. Pisões (nº62), Apolinárias (nº 45), Romeirã (nº 50), Carrascozinha (nº49), Cegonha (nº 475), entre outras, viram a sua ocupação prolongada em época muçulmana.<sup>28</sup>

Fora de *Pax Iulia*, dos aglomerados urbanos secundários (excluindo Nossa Senhora de Aires, para onde não temos informação), no povoado do Cerro Furado e noutros povoados com ocupação na II Idade do Ferro, situados ao longo do Ardila, onde está comprovada uma ocupação em época romana, em nenhum caso foi identificada uma evolução continuada de ocupação dispersa proto-histórica para *villa* ou casal romano<sup>29</sup> Na ausência de povoamento disperso da Idade do Ferro,<sup>30</sup> o aparecimento das

---

<sup>28</sup> Este fenómeno não parece ser comum a todas as *villae*, nem parece assumir características específicas, no que concerne aos locais seleccionados: há sítios próximo da cidade que não parecem ter tido ocupação neste período e outros que tiveram; há sítios distantes da cidade que foram ocupados e outros não. A grandeza dos edifícios das *villae* não foi critério de selecção: S. Cucufate não teve ocupação muçulmana (pelo menos ocupação importante, já que apenas dois fragmentos de corda seca, recolhidos na escavação do tanque ocidental da *villa*, podem ser atribuídos a esse período) e outras *villae* mais pequenas (Cegonha e Carocha, por exemplo), foram intensamente ocupadas.

Se esta ocupação posterior corresponde àquilo que se denomina de *villae* ou a um novo tipo de estrutura fundiária é questão, por ora, em aberto.

<sup>29</sup> Em S. Cucufate foi identificada ocupação calcolítica, mas nenhum vestígio da Idade do Bronze ou das Idades do Ferro. Nas restantes *villae* escavadas, que tenhamos conhecimento, não foi encontrada ocupação anterior. No Monte da Cegonha (nº 475) e Pisões (nº 62) não foram identificados materiais anteriores à época romana.

No Outeiro do Circo - Beringel, no interior do povoado, no ponto mais alto, encontra-se um fuste de coluna em mármore, mas a ausência de qualquer material romano sugere que esta foi transportada para ali desde uma qualquer *villa* das redondezas

Em Serpa também identificámos ocupação anterior à romana em certos pequenos sítios, mas em nenhum deles foi possível verificar ocupação da II Idade do Ferro.

<sup>30</sup> Admitindo que em Folha de Ranjão (Baleizão), se teria localizado um *habitat* com ocupação da Idade do Ferro, é apenas um caso que nada altera esta constatação.

*villae* surge como um signo de ruptura com a ocupação e a organização anterior dos campos, dominada pela concentração populacional em povoados.

A criação de *villae* em torno de Beja e de Serpa, por exemplo, representa, na ausência dessa ocupação anterior, o desabrochar de estabelecimentos com função agrícola, no espaço até então, do ponto de vista dos recursos, certamente, polarizado por *oppida*. O espaço ganha uma nova dinâmica, emergindo como um elemento, entre outros, de afirmação de uma nova ordem económica, social, jurídica e política. A paisagem rural (já estruturada, ou não, por rede de centurição, pouco importa neste caso) assumirá novas características, resultantes do processo de transformação que a difusão de lugares ocupados, e consequente produção agrícola, engendrará e que, objectivamente, originará um sistema agrário que a centurição se encarrega(rá) de modelar. Simultânea ou posterior à implantação dos primeiros estabelecimentos, a centurição impor-se-á como o sistema das unidades e da trama fundiária.

Este fenómeno de ruptura com a anterior organização do espaço provocado pela instalação das *villae* e, a outro nível, pela dos casais<sup>31</sup>, quer em torno da cidade, quer no restante território, sem outro grau de precisão, não parece poder situar-se antes do final do séc I a.C./início do séc I d. C., período de que data, como acima referimos, o assentamento de *villae* e de casais. A grande maioria das *villae*, porém, só parece ter tido origem nos reinados de Augusto e Tibério<sup>32</sup>.

Os materiais provenientes de prospecções e os exumados em escavações não nos permitem recuar, ou precisar melhor, a cronologia inicial. É certo que existem cerâmicas campanienses recolhidas no Monte da Chaminé - Ferreira do Alentejo (nº 166), em

---

<sup>31</sup> Caberia aqui situar a relação da centurição, enquanto *instrumento* novo de estruturação do espaço rural, com o aparecimento das *villae* e determinar o seu impacte sobre a organização anterior do espaço. Na mesma circunstância deveria verificar-se qual a relação estabelecida da centurição com estes primeiros estabelecimentos, muito provavelmente surgidos na sequência do projecto político que determinou a assignação de terras a colonos. Não temos nenhum elemento que nos permita conhecer e datar a centurição da colónia e, portanto, qualquer relação temporal não passa de uma hipótese teoricamente possível. Mais adiante trataremos esta importante questão.

<sup>32</sup> Já nos pronunciámos quanto aos limites dos materiais de superfície como indicadores de cronologia; a que aqui apresentamos repousa nesse tipo de material e nos dados fornecidos por algumas escavações. Não temos a absoluta certeza desta cronologia inicial, mas perante o arrasamento de muitas *villae*, na sequência de trabalhos agrícolas, a haver materiais mais antigos eles deveriam vir à superfície. Foram várias as vezes que passámos nesses sítios e nunca encontramos materiais mais antigos.

Pisões (nº 62) e no Monte da Cegonha (nº 475). Nos dois primeiros sítios não sabemos que materiais lhes estavam associados; no Monte da Cegonha, trata-se de um pequeno fragmento exumado na camada de enchimento que cobria um enterramento tardo-romano. De qualquer forma, este fragmento de cerâmica campaniense representa uma circulação residual nesta *villa*, onde não se identificaram materiais anteriores a 10 a.C, excepto uma moeda cunhada em Mérida ao tempo de Augusto e outra de Colónia Patrícia, porém, em contextos estratigráficos bem datados do início do século I d. C.

Só a escavação sistemática e total de um número representativo de estabelecimentos nos permitirá precisar a data de instalação, o aspecto e dimensões que originalmente tinham as *villae* e os casais neste período, e aceder aos elementos que nos permitam construir este primeiro nível de apropriação do espaço rural.

A evolução posterior é de difícil determinação. As escavações feitas até ao momento, com estratigrafias bem calibradas cronologicamente, são ainda diminutas. Exceptuando alguns sítios da região de Vila de Frades, que a escavação revelou terem sido abandonados no final do século I/ início do século II, Escalfacões, em Serpa (nº 291) e Pedreiras em Beja (nº53), onde as prospecções forneceram apenas materiais do Alto Império, fazendo supor um abandono durante este período, os restantes sítios que permitem datação prolongam-se até meados do século V d. C., sem que seja possível inferir quais os ritmos de evolução. O mapa de distribuição espacial dos estabelecimentos, que se constrói com todos os sítios, ilustra uma realidade do século I/II, d. C que parece não sofrer alterações até meados do século V, momento em que deixamos de ter materiais que nos proporcionem deduzir a continuidade destes sítios para além dele.<sup>33</sup>

---

<sup>33</sup> Não sabemos quais destes sítios terão continuado para além deste período. Os materiais do período tardo-romano e da Alta Idade Média são ainda quase desconhecidos dos investigadores. Certamente alguns continuaram, e seria interessante fazer uma cartografia deles para ver qual o seu comportamento relativamente à pedologia e topografia para se ver se os abandonos e as continuações se sujeitam a algum padrão.

### 6.2.5.1.1 A região de S. Cucufate: um modelo exemplar?

As prospeções e sondagens arqueológicas na região de S. Cucufate forneceram dados que tomaremos como modelo para compreender o processo de ocupação da paisagem, dado que os vestígios de que dispomos para algumas áreas não permitem essa abordagem de pormenor.

As conclusões apresentadas para S. Cucufate devem ser lidas tendo em conta as observações relativas ao resto do território (informação que na altura não estava disponível), sendo pertinente que a cruzemos com esta outra, para verificar se o modelo se repete fora desta área.

Constataram os autores que, na região de Vila de Frades,<sup>34</sup> "l'apparition des premières exploitations probablement romaines se situe en efect sous Auguste". Trata-se, segundo eles, de instalações de "dimensions modestes" mas, ainda assim, com um modo de vida de tipo italiano, tendo em conta o aparecimento de *sigillata* itálica, na Apariça, por exemplo. Foram identificados poucos estabelecimentos dessa época<sup>35</sup> e só cerca de 50 d.C. se assiste a um "éssor de la colonisation" [ALARCÃO, ÉTIENNE, MAYET, 1990, 180]<sup>36</sup>.

Mais amplos que os anteriores, estes edifícios, de tamanho e aspecto diferente, distribuem-se, sistematicamente, ao longo dos vales de ribeiras de aluviões recentes,

No final do século I, início do século II, assiste-se ao abandono de cerca de 50% dos estabelecimentos: uma *villa*<sup>37</sup> e três "fermes"<sup>38</sup> e a uma primeira instalação de uma outra "ferme"<sup>39</sup>.

A malha habitacional terá sido restabelecida durante o século II, com a implantação de novos sítios, mas posicionados noutros locais (apenas um sítio se instala

---

<sup>34</sup> Os responsáveis pela redacção do capítulo "La vie du domaine", que iremos seguir, são Vasco Mantas e Pierre Sillières.

<sup>35</sup> Pedras de Zorra (nº 65); Choupanas (nº 53) e Apariça (nº 36).

<sup>36</sup> S. Cucufate (nº1), Boavista(nº9), Courela das Antas (nº 17), Borrvalho (nº 42), Aroeira (nº 16) e Capuchos (nº 43). Os números 1, 9 16 e 43 seriam *villae* e as restantes, "fermes".

<sup>37</sup> Boavista (nº9).

<sup>38</sup> Apariça (nº 36), Courela das Antas (nº 17), Choupanas (nº 53).

<sup>39</sup> Borrvalho (nº 42).

em local onde se tinha registado um abandono), compreendendo *villae* e "fermes". Estes, genericamente, mantiveram-se até ao Baixo Império num ritmo de evolução que apenas se pode acompanhar em S.Cucufate [ALARCÃO, ÉTIENNE, MAYET, 1990, 181-182].

Esta síntese permite-nos ter a noção dos ritmos de povoamento nesta zona, periférica, nas margens do limite norte do território, onde o terreno se torna acidentado e os solos mais pobres que os *barros* da zona de Beja. Reportados por períodos, nas cartas topográfica, de uso e capacidade de solos, e geológica, verificamos que as *villae* evoluem espacialmente numa espécie de cone formado pelo vale da ribeira de Mac Abraão, reforçado pelas ribeiras do Freixo e Santiago, a que corresponde uma faixa de terrenos graníticos e solos aluvionais de boas aptidões agrícolas, ladeado a norte pela frente de colinas que anunciam a Serra de Portel, de terras magras constituídas por metavulcanitos básicos (basaltos, tufitos, calcoxistos) e a sul pelas elevações irregulares, que têm em Santo António o ponto mais alto, onde predominam os micaxistos e os solos finos. Na totalidade, posicionam-se na faixa de granitóides que desde Alcaria a Vila de Frades é limitada a sul pela falha da Vidigueira, alargando-se, a partir daqui, um pouco para sul até ao vale do Rocim e terminando a leste na zona de Pé Branco, a que correspondem topografia regular e solos de qualidade A e B e C. É, sem dúvidas, uma área de boas qualidades agrológicas e, simultaneamente, de boa acessibilidade.

Os casais, Lebres de Baixo (nº 13), Marreiros (nº 23), Picheleira (nº14), Arcos (nº45)<sup>40</sup>, para citar apenas alguns exemplos, localizam-se nas margens desta faixa, em áreas de colinas de topografia irregular de xistos, micaxistos e solos delgados com aptidão agrícola diminuta.

A proximidade de água e a pedologia são condições determinantes para a escolha dos locais onde se implantam as *villae* e os casais<sup>41</sup>. A força determinante destes elementos poderá ter sido decisiva para o abandono de Choupanas (nº 53) e Courela das

---

<sup>40</sup> Numeração de S. Cucufate.

<sup>41</sup>Em termos gerais este foi o panorama que identificámos na região de Serpa e sugere uma interpretação similar [LOPES e CARVALHO, 1997, 139-140].

Antas (nº 17), localizados em contextos geomorfológicos e topográficos de segunda categoria (para a curta duração do segundo deve ter concorrido também o facto de se encontrar numa zona de colinas de acessos dificultados).

As interrogações deixadas na publicação deste estudo, sobretudo aquelas que se relacionam com a categoria e cronologia dos sítios, mantêm-se e o registo de novos elementos, durante visitas a alguns locais, confirma que a prudente postura na elaboração das análises foi sensata. Justamente, apesar da prospecção fina que ao longo de meses foi feita na área, dispomos de indicadores que nos permitem salientar, mais uma vez, os limites das análises cronológicas baseadas em dados obtidos por recolhas superficiais de materiais.

Elementos recolhidos posteriormente nalguns sítios questionam a evolução da estrutura de ocupação desta região, que, como se verificará, não difere da que definimos para o resto do território.

O sítio da Horta do Chabouco foi dado como ocupado entre os séculos II e IV d.C e de entre os materiais salienta-se a recolha de tesselas de mosaico, descritor importante para classificar o sítio como *villa*. Prospecções posteriores não nos forneceram nenhuma *tessela* de mosaico e sondagens arqueológicas no local não revelaram nenhuma estrutura. Apenas fossos repletos de material orgânico e cerâmicas de paredes finas, lucernas de volutas, T.S.I, T.S.S, T.S.H, T.S.Cl A e C, fragmentos de ânfora Dressel 14, Dressel 20, *dolia* e múltiplas cerâmicas comuns destacando-se neste conjunto o número importante das mais antigas, sobretudo as lucernas e paredes finas. Perante estes novos elementos, a cronologia altera-se e o sítio ganha um século em antiguidade<sup>42</sup>. De igual modo, os materiais que recolhemos junto à Escola de Vila de

---

<sup>42</sup> Evidentemente que não duvidamos de que tenham aí sido recolhidas *tesselae*. É possível que as nossas sondagens tenham incidido numa parte onde as estruturas estavam completamente destruídas. Moedas de Constante, Constâncio e Honório foram-nos mostradas pelo dono da propriedade que as recolheu quando fez os alicerces para a casa que, recentemente, aí construiu. Perante estes achados, é bem provável que a ocupação tenha ultrapassado o século IV e tenha continuado pelo século V, como acontece na maioria das *villae*.

Para além disto, talvez nos devamos interrogar sobre a validade de sondagens de pequenas dimensões. Pode ter acontecido que as nossas sondagens tenham incidido sobre uma área onde a ocupação não se traduziu por construções robustas e/ou nobres, ou onde as limpezas sucessivas de terreno tenham eliminado completamente os vestígios dessa outra ocupação.

Frades obrigam-nos a alterar a cronologia fornecida pela sondagem<sup>43</sup>. A recolha de um fragmento de bordo da forma Drag 27 e de dois fundos de tijela de T.S.S, bem como algumas cerâmicas comuns que hoje, graças ao recente trabalho de Inês Vaz Pinto<sup>44</sup>, datamos com mais precisão do que na altura, podem remontar a ocupação do sítio a meados do século I d.C.<sup>45</sup>. Estes dados precisam cronologias e contribuem para um melhor conhecimento do momento de instalação dos estabelecimentos, e se em nada alteram a informação arqueológica que indiscutivelmente mostrou que alguns estabelecimentos surgidos na época de Augusto desapareceram após duas ou três gerações, invalida por completo a ideia de que novas instalações, no século II, compensaram as abandonadas no século precedente [ALARCÃO, ETIENNE, MAYET, 1990, 181]. Ao mesmo tempo remetem-nos para uma nova equacionação dos dados.

A que se devem os abandonos?

Os investigadores responsáveis pelas prospecções e sondagens não têm certezas e questionam: "ces abandons furent-ils la conséquence d'un accident démographique, d'une crise agraire, d'une mutation économique?" e perante a constatação da efemeridade das primeiras instalações afirmam "il est donc possible que le type d'exploitation rurale des premiers colons n'ait plus répondu à des nouvelles conditions économiques ou sociales apparues à la fin du I<sup>er</sup> siècle" [ALARCÃO, ETIENNE, MAYET, 1990, 182].

A resposta a estas questões deve situar-se apenas em factos de natureza económica e social ou deverá também procurar-se em razões de natureza ecológica e morfológicas? O contexto sitológico e situacional de Choupanas (nº53) e Courela das Antas (nº 17) não terá sido decisivo para o seu abandono? Pode pensar-se que, por razões de produtividade, se tornou necessário procurar adquirir ou alugar terra em áreas de melhores aptidões e, por consequência, procedeu-se à transferência dos equipamentos

---

<sup>43</sup> A informação cronológica contraditória que se apresenta no inventário deste sítio, p. 152 e aquela que se apresenta na descrição do material exumado na escavação, p. 171, é factor de confusão na análise.

<sup>44</sup> PINTO, 1999

<sup>45</sup> A Aroeira (nº16) é sem dúvida uma *villa*, como se classifica no texto [ALARCÃO, ETIENNE, MAYET, 1990, 159], embora na Estampa LXXXIV apareça com o símbolo de "ferme".

domésticos. Idealmente, poderíamos supor que esta transferência não implicou a alienação para outrém da terra. O proprietário da Apariça, por exemplo, aparentemente o de maiores posses, poderia possuir condições para procurar um local mais próximo da cidade, onde os acessos seriam melhores e as terras de melhor qualidade e reservar este lote para actividades produtivas complementares.

Estes abandonos configuram, em nosso entender, uma recomposição do povoamento inicial, determinado, eventualmente, pelo contexto situacional e físico dos sítios e facilitado pela disponibilidade de terra, sem interferência relevante nas características estruturais de povoamento, onde se mantêm casais e *villae*, distribuídos no terreno sem se justaporem nos mesmos contextos geomorfológicos. Não encontramos nenhum indicador que nos permita um relacionamento deste fenómeno com uma crise agrária ou demográfica das quais, aliás, não temos provas ou reflexos noutras partes do território. Razões de natureza ambiental, de mais rápida incidência do que crises agrárias da pequena propriedade ou demográficas de reflexo mais lento, parecem-nos serem francamente mais verosímeis<sup>46</sup>.

A evolução do *habitat* rural está naturalmente sujeita aos estímulos positivos, regressivos ou estacionários do contexto histórico e, nessa medida, resulta da história das relações sociais, dos movimentos económicos, políticos e demográficos em que se integra mas, e porque se trata de estruturas rurais, grandemente dependentes do meio físico, o impacte e condições do contexto ambiental poderá desempenhar um papel activo na duração dos estabelecimentos.

De qualquer maneira, a simultaneidade dos acontecimentos – abandono de estruturas de *habitat* e destacado desenvolvimento de S. Cucufate – é inegável e, num raciocínio imediato, conforta a articulação de uma resposta sustentada num processo de causa-efeito. S. Cucufate cresceu por adição à propriedade original das terras antes pertencentes à *villa* de Boa Vista.<sup>47</sup> Porém, e sem descartar esta possibilidade, esta

---

<sup>46</sup> E porque não admitir razões de natureza humana, como a morte do proprietário, sem que tenha deixado herdeiros ?

<sup>47</sup> Esta hipótese foi proposta por J. de Alarcão e, a ser assim, teria correspondido ao momento inicial de concentração da propriedade fundiária por alguns proprietários.



lógica casualística desarticula-se quando activamos um conjunto de cambiantes de capacidade e natureza sitológica que interrelacionadas nos remetem para um leque mais abrangente de explicações onde cabem as de natureza ambiental mas também as relacionadas com alterações no funcionamento da *civitas*, que podem nada ter que ver com períodos de crise mas sim com desenvolvimento.

Ao certo, sabemos que apenas três sítios foram abandonados, uma *villa* e os dois hipotéticos casais. Constatamos que a *villa* abandonada se situava cerca de 800 metros a leste de S. Cucufate, o que facilitaria a anexação da sua propriedade à desta outra *villa* e, por outro lado, é evidente que nenhuma outra das *villae* coevas desta sub-região, mesmo acreditando no quase total desmantelamento das suas estruturas, nos fornece indicadores de desenvolvimento equiparável ao de S. Cucufate (Fig. 87).

O abandono da *villa* da Boa Vista não poderá relacionar-se com a sua instalação inapropriada, na mar-



Fig. 87



Fig. 88

gem direita da ribeira de Mac Abraão, quase encostada ao seu leito, praticamente na zona de confluência de um barranco com esta, no sopé de colinas de xisto, naturalmente pouco retentoras de águas. Independentemente das razões de abandono, terá a adição destas terras contribuído de forma tão decisiva e imediata para o engrandecimento de S. Cucufate? Se as terras que pertenciam a Boa Vista fornecessem índices de produção significativos, não teria o seu proprietário meios de as manter na sua posse? Explorando-as directamente ou por intermédio de um *villicus*, ou, ainda, alugando-as?

De todo o modo e qualquer que seja a explicação, é necessário pensar que S. Cucufate é por esta altura (séc II) uma *villa* como tantas outras na região, e que é apenas no

Baixo Império que assume proporções inegavelmente superiores às da média da região, onde apenas parece ter paralelos num número relativamente baixo em todo o território (Pisões (nº62), Cidade das Rosas (nº 282), Horta dos Banhos (nº 350), Salsa (nº 226), S.Pedro (nº 39) (Fig. 87) Horta do Cano, (nº 433) Torre da Cardeira (nº 115), Fonte dos Frades (nº 8), Suratesta (nº 43), por exemplo). O facto de possuir instalações com capacidade para armazenar um volume importante de produtos significa exactamente isso – possibilidade de armazenamento de produtos. Essa possibilidade poderia ser uma

exigência determinada pela cubagem da produtividade da sua, ou suas, propriedades. Sillières reconhece a dificuldade da simplificação da análise e referindo-se aos "importants entrepôts" da villa III (baixo-imperial) questiona "mais son équipement productif peut-il les remplir?" A resposta não é conclusiva: "Ce n'est pas sûr" e a explicação traduz-se por uma proposta alternativa: "Ce contraste architectural entre la villa II et la villa III<sup>48</sup> peut s'expliquer simplement par le passage au faire-valoir indirect. Vraisemblablement il s'agit d'un colonat partiaire, parce que la place ne manque pas pour engranger les récoltes apportées par les coloni ou autres métayers" [SILLIÈRES, 1995, 28]. Sem retirar validade à hipótese de Sillières, achamos que outra proposta de explicação se pode apontar, aliás em consonância com a constatação de que a villa III "est devenue surtout la residence, principal peut-être, d'un riche personnage" [SILLIÈRES, 1995, 28] que "fait partie d'élite social qui adopte les plans architecturaux venus de Rome et qui diffuse ainsi une culture commune du *tardo impero*" [ALARCÃO, ETIENNE, MAYET, 1990, 96]. Num contexto de produção generalizada dos mesmos produtos, é perfeitamente admissível que a colocação destes no mercado não fosse directamente feita pelos produtores e passasse por alguns intermediários entre os quais se poderia incluir o proprietário de S. Cucufate. Os grandes armazéns serviriam, neste caso, para enceleirar os produtos adquiridos em *villae* da região para em seguida serem colocados no mercado. A riqueza ostentatória do *dominus* de S. Cucufate resultaria assim, em grande parte, dessa actividade empresarial de intermediário e não de um aumento substancial da área da sua propriedade<sup>49</sup>.

Os elementos que introduzimos na discussão, relativos à interpretação dos dados recolhidos em prospecção e escavação na região de S. Cucufate, aventam a possibilidade de outras explicações. Estas prendem-se, sobretudo, com o facto de nos parecer que os resultados desses trabalhos não comprovam de forma inequívoca a

---

<sup>48</sup> A *villa* II é para os autores uma activa exploração agrícola, enquanto a *villa* III, que lhe sucedeu, é uma residência luxuosa, "une sorte de palais rural". O sector rústico da villa II seria bem mais importante que o da villa III.

<sup>49</sup> A quantidade de cerâmica de importação encontrada em Repesas sugere-nos que o proprietário da *villa* fosse igualmente um intermediário [LOPES, 1992].

Voltaremos a este assunto quando abordarmos a questão das dimensões da propriedade.

recomposição, durante o século II, do povoamento, que teria regredido no final do século I, início do século II. Os abandonos são numericamente insuficientes e a incidência geográfica muito restrita para que se possam admitir crises agrárias ou demográficas, que, a terem existido, se teriam circunscrito a esta área.

A paisagem humanizada da região de S. Cucufate não denuncia, portanto, alterações que ponham em causa a sua integração na estrutura base de distribuição dos estabelecimentos nos contextos ambientais definidos. A evolução do espaço habitado de S. Cucufate pode servir de modelo para caracterizar a evolução diacrónica de algumas *villae*.

Não se põe em causa o abandono de estabelecimentos de pequenas dimensões. Este fenómeno está comprovado na Gália e nalguns pontos da Península Ibérica. Porém, os abandonos da região de S. Cucufate não parecem consubstanciar um fenómeno generalizado no território da *civitas*, pois não o identificamos, por ora, noutros pontos, e também não pode ser comparado nem com o daqueles da Gália que são *habitats* relacionados com o estrato indígena da população e que provocaram uma alteração radical na distribuição dos estabelecimentos [FAVORY e VAN DER LEEUW, 1998, 264 - 265]<sup>50</sup>.

Esta percepção generalizada de estabilidade paisagística, reportada a uma escala que proporcione aceder ao isolamento de pormenores característicos que se reportem simultaneamente à tipologia do estabelecimento e ao lugar que ocupam na paisagem, realça *nuances* significativas, que assumem especificidade espacial bem definida, insuficiente para provocar alterações na estrutura de base do povoamento, mas, ainda assim, nalguns casos, merecedoras de uma apurada reflexão que permita verificar o seu carácter pontual e a sua eventual conjuntura de excepção (geográfica e cronológica).

---

<sup>50</sup> Na região de Múrcia, o fenómeno de abandono de estabelecimentos de pequenas dimensões situou-se no século II e prolongou-se pelo século III d.C [MUÑOZ TOMÁZ, 195, 126]

#### 6.2.5.1.2 A região de Moura: uma excepção ao modelo?

Moura, onde terá existido um aglomerado urbano secundário importante, no que concerne à distribuição espacial dos sítios, individualiza, como afirmámos, (2. 4. 1) um pólo de iniciativa que se caracteriza por uma trama específica de povoamento no interior do território, apresentando-se, por isso, como um espaço de excepção relativamente à estrutura geral de povoamento. (2. 4. 1. 3).

Nesta região nunca houve trabalhos arqueológicos sistemáticos, equiparáveis aos da região de S. Cucufate. As informações relativas à arqueologia desta região são maioritariamente devedoras das publicações de Fragoso de Lima [LIMA, 1988].

Para verificarmos o carácter de excepção desta região, em termos espaciais e cronológicos, caberá iniciar a abordagem por uma síntese descritiva da sua envolvente ambiental.

A região de Moura situa-se na facha pirítica do sudoeste peninsular, rica em minérios de ferro, zinco, cobre, chumbo e prata, que se estende desde Rio Tinto até Aljustrel. Em toda esta zona, sobretudo a leste e sudoeste, conhecem-se jazidas de vários metais, algumas das quais exploradas em época antiga. Este recurso económico, só por si, permitiria individualizar a região do restante território. Mas a identidade própria consubstancia-se também, nas formas alternantes que os relevos apresentam, na heterogeneidade da qualidade dos solos, contrastante com as zonas aplanadas da região de Beja, onde os relevos são monótonos e os solos raramente não são de qualidade A ou B. É, contrariamente à parte central do território, uma zona de intensa ocupação pré-romana, onde se destacam povoados importantes, como os de Atalaia Magra, Azougada, Safara, entre outros.

Ocupando um espaço nos limites do território da *civitas*, mas num ponto importante de cruzamento dos percursos, que para Oeste seguiam em direcção a Évora,

para Leste, passando por *Fines* (Vila Verde de Ficalho), se dirigiam para a Bética e naturalmente, para SO, ligavam o aglomerado secundário à capital da *civitas*<sup>51</sup>

Ao povoamento romano, com características particulares, juntam-se características geomorfológicas específicas e densa ocupação anterior, que acentuam ainda mais fortemente o carácter de excepção deste espaço, pelo que deve a sua abordagem ser feita em apartado.

O povoamento é constituído por algumas poucas *villae*, ainda que seja suposto poderem existir mais do que aquelas que inventariámos, quase sempre localizadas em posição afastada do aglomerado urbano, em contextos geomorfológicos, edafológicos e pedológicos similares àqueles em que se implantam no resto do território. Na esfera próxima e medianamente próxima do aglomerado urbano localizam-se estabelecimentos de pequenas dimensões que patenteiam características que lhes conferem proximidade funcional com aquela que atribuímos aos casais e/ou aos pequenos sítios com ou sem eventual anexo habitacional.

O termo excepção talvez seja inapropriado para caracterizar a dispersão espacial destes estabelecimentos. A relação tipo de estabelecimento com condições geomorfológicas e edafológicas é perfeitamente consonante com o verificado à escala de todo o território.

O elemento que lhe confere um carácter de excepção é a existência do aglomerado urbano, em torno do qual se constitui uma malha de estabelecimentos, de médias e pequenas dimensões que, para além do seu contexto sitológico, parecem posicionar-se em relação ao dito aglomerado.

Se as *villae* se integram perfeitamente no tipo e padrão espacial e cronológico que encontramos no resto do território, se bem que algumas, como o Castelo das Guerras (que infelizmente não soubemos localizar), manifestem uma plena ocupação no

---

<sup>51</sup> Estes percursos, pelo menos alguns deles, podem ter origem pré-romana e ligavam a zona mineira do rio Ardila com os do interior oeste, a Serra Morena e a zona de Huelva, e a zona mineira a sul e a SO, em articulação com os povoados localizados em ambas as margens do Guadiana. Sobre este assunto veja-se: VILAÇA, 1997, 132.

início do século I d. C., a interpretação destes estabelecimentos mais modestos não é tão óbvia.

Que representam esses estabelecimentos em torno de Moura? Como evoluíram formal e diacronicamente? Evoluíram da mesma maneira que os de maior dimensão ou divergiram nalgum momento? Não houve até agora nenhuma escavação que nos permita averiguar se se trata de instalações criadas de novo ou se, pelo contrário, representam uma continuidade do período anterior. Sem estes dados também não se pode sugerir nenhum tipo de planta, filiar a sua tradição e caracterizar a sua função. Se em torno do *oppidum* de Beja não parece ter havido um povoamento disperso, isto não cauciona um esquema modelar extensivo a um tão vasto território, e pode admitir-se que a intensa ocupação da região de Moura em período pré-romano, onde os povoados teriam uma vocação económica aparentemente distinta do de Beja, tenha gerado um padrão de povoamento igualmente distinto. É, pois, perfeitamente admissível que alguns destes sítios da região de Moura remontem a sua iniciativa a um período anterior ao romano, relacionando-se directamente com as actividades do *oppidum* pré-romano, relativamente ao qual podem ser uma reminiscência ou marca de continuidade habitacional e funcional. O facto de, ao longo do Ardila, se localizar um conjunto de povoados, alguns deles relacionados com a mineração [SOARES *et alii*, 1994, 165-200; BERROCAL RANGEL, 1994, 189-241], não obstaculiza uma disseminação de povoamento rural no seu raio de influência. O povoado canalizaria as suas energias para a exploração metalífera mas não descuraria a produção de bens que assegurassem, se não a sua auto-subsistência, pelo menos alguma autonomia que salvaguardasse a total dependência externa dos consumíveis quotidianos. Pode supor-se que, a partir do povoado, se explorava um território onde se dispersavam pequenos casais ou edifícios de ocupação eventualmente temporária. Interessante, caso se tratasse de sítios indígenas com continuidade na época romana, seria verificar até que momento se mantêm activos e comparar como evoluem no tempo em relação com o *oppidum*: até quando o *oppidum* indígena exerce a sua influência? O desaparecimento destes tem alguma relação com

rupturas sociais, políticas, urbanísticas, sentidas à escala local? Que relação teria a sua evolução com a implantação das *villae* ao longo das ribeiras de Toutalga e Beselga?

Se se tratasse de instalações relacionadas com o momento inicial da colonização, seria pertinente determinar o seu período de vida, comparar com o processo de abandono de vários casais indígenas, de vida relativamente curta, no Alto Império, nalgumas regiões da Gália e noutras regiões da Península Ibérica, e averiguar que razões determinaram o seu abandono [MEFFRE, 1988, 97-113; CASAS I GENOVER, *et alli*, 1995, 35, 36]. Um projecto de estudo sistemático deverá direccionar-se no sentido de elaborar uma classificação tipológica inequívoca dos sítios; traçar um esquema apurado de evolução diacrónica; determinar as funções específicas de cada um dos sítios; averiguar o seu contexto sitológico e situacional e o lugar exacto que ocupam no seio da sociedade rural, por forma a garantir os elementos de sustentação de uma síntese analítica que, com os elementos por ora disponíveis, não podemos objectivar.

Atendendo aos resultados que se têm vindo a apurar na região um pouco mais a norte e oeste (regolfo da barragem do Alqueva), numa zona de continuação dos mesmos contextos geomorfológicos, parece não ser imediatamente reconhecível uma homogeneidade de situações. Confirmou-se que alguns sítios que na prospecção se assemelhavam a estes se podem interpretar como casais. Alguns casais estão ocupados desde a II Idade do Ferro, outros emergem no início do século I d.C. Os dados só agora começam a aparecer e não nos permitem, ainda, verificar se os primeiros se mantêm activos desde a II Idade do Ferro até à época romana, sem interrupção, ou se houve intervalos de abandono<sup>52</sup>. Os segundos, partindo dos que se escavaram no âmbito do bloco 12,<sup>53</sup> são casais que nalguns casos tiveram vida curta, um ou dois séculos e outros mantiveram-se ocupados durante todo o Império. Trata-se de casais modestos, construídos em taipa sobre um alicerce em pedra, com aspecto pouco sólido, onde a

---

<sup>52</sup> Infelizmente nenhum destes projectos prevê estudos sistemáticos de integração do sítio arqueológico na sua envolvente ambiental, para além dos tradicionais estudos geológicos e de análise superficial dos solos. O sítio, por força das circunstâncias, é entendido como um ponto desarticulado do seu contexto ambiental. De qualquer modo, o acumular de dados dos diferentes projectos talvez permita, *a posteriori*, um estudo abrangente e diacrónico da rede de povoamento desta região.

<sup>53</sup> Este bloco foi atribuído a uma equipa que trabalha sob a nossa direcção.



habitação e o reduto do gado constituem um único edifício. Apenas a presença de *sigillata* serve de indicador a uma abertura para o exterior deste tipo de estabelecimentos acanhados mas, ainda assim, suficientes para albergar uma família. O mobiliário cerâmico é escasso predominando o produzido local e/ou regionalmente .

Se os estabelecimentos próximos de Moura tinham o aspecto e cronologia destes situados na área do Alqueva, não se pode saber. Pode imaginar-se que estes que se situavam próximo de Moura fossem apenas armazéns de recolha de produtos, locais de abrigo temporário, malhadas de gado, ou verdadeiras habitações de indivíduos que trabalhavam a terra.

No caso de se verificar que se tratava de estabelecimentos de apoio à exploração agrícola, deveria supor-se que os proprietários e os trabalhadores das terras residiam no aglomerado e que a mão-de-obra se deslocava quotidianamente para os campos, onde eventualmente pernoitaria nas alturas de maior labor.

#### **6.2.5.2 Uma proposta de síntese**

Resumindo o essencial da análise da ocupação do espaço rural da *civitas*, podemos afirmar que, apesar da carta arqueológica que serviu de base a esta análise ser parcialmente incompleta, há características que se podem afirmar.

O padrão de dispersão pelo campo de instalações de dupla finalidade (residencial e agrícola), que se traduziu por uma ruptura completa na paisagem proto-histórica na maior parte do território (pois a região de Moura sugere consubstanciar um espaço de excepção), parece não ter, ao longo de todo o Império romano, sofrido modificações com peso suficiente para afectar a estrutura de base.

A hierarquia dos estabelecimentos e a sua posição relativa no terreno, bem como a relação de uns com os outros, deixam bem clara uma organização estruturada do espaço; as mutações ou permanências parecem resultar, em grande medida, das inter-relações que se estabelecem entre eles e da forma como empreendem a gestão do espaço e não de qualquer facto histórico, político ou económico.

A mobilidade da paisagem verifica-se à escala das explorações e aí, deverá relacionar-se com os contornos que a organização dos campos pressupôs; com a forma como é empreendida e dinamizada a exploração dos recursos, com a criação de acessos mas não com novas formas ou estratégias de ocupação do espaço.

Abordada no geral, a imagem da paisagem humanizada sugere-nos uma perenização da estrutura de ocupação inicial, facto que se nos apresenta como um dado importante para supor que os ocupantes geriram de forma equilibrada a sua relação com o meio ambiente, o que logrou manter estabilizada a relação entre tipo de sítio e meio. Em momento algum é perceptível uma alteração estrutural dos contextos geomorfológicos e topográficos das *villae* e dos casais, podendo afirmar-se que estes, no geral, se inscrevem na esfera da sua territorialidade<sup>54</sup>.

De facto, as condições ambientais (em sentido lato) exerceram um papel fundamental na determinação da localização dos estabelecimentos<sup>55</sup>. Estas diferentes classes ambientais têm um impacte decisivo na produtividade das terras, proporcionando um desigual volume de produtos em superfícies equivalentes. Tratando-se de sociedades agro-pastoris, é natural que as unidades de exploração melhor apetrechadas se instalem nas melhores terras, deixando livres a agricultores com menores possibilidades, ou para produtos de menor importância económica, apenas as terras de menor produtividade agrícola.

Não temos nenhuma possibilidade de confirmar a veracidade desta hipótese, pois raramente sabemos o estatuto social dos proprietários dos estabelecimentos e ignoramos

---

<sup>54</sup> Sobre o conceito de territorialidade, veja-se HALL, 1986, 55- 64.

<sup>55</sup> É interessante verificar que esta estrutura não sofreu globalmente grandes alterações até aos anos 30/40 do séc. XX. Na serra de Serpa, o povoamento resume-se a espaçados *montes* de modestas dimensões, e a um conjunto vasto de malhadas construídas em taipa, cobertas quase sempre de material vegetal. A serra de Portel apresenta características ainda mais desertas e, ao longo do Guadiana, os moinhos e algumas estruturas, de carácter rudimentar, de apoio a esta actividade, são os únicos estabelecimentos identificados. A sul de Beja, o povoamento é um pouco diferente. Edifícios de tamanho diverso, dispersos pelo campo de forma espaçada e concentrações maiores em torno das aldeias de Trindade, Santa Vitória, e numa linha que acompanha a estrada para Mértola, as grandes explorações agrícolas, montes, com suas hortas e malhadas, situam-se nas áreas de melhores solos, melhores acessos e mais próximo da cidade. Sem pretendermos fazer nenhum relacionamento entre situações separadas no tempo por séculos, não há dúvidas que o ambiente exerce um papel bastante forte na estrutura do povoamento, em diferentes épocas.

completamente o estatuto jurídico das terras. A epigrafia, como vimos no capítulo anterior, permite-nos deduzir alguns proprietários de *villae*, e conhecer alguma da mão-de-obra (libertos e escravos), mas não nos permite avançar para além desta constatação. Como proprietários de *villae* teremos certamente colonos, pois trata-se de uma colónia, mas, infelizmente, a epigrafia não nos permite optar por uma colonização de veteranos ou por uma colonização civil. Além desta população alógena, alguns indígenas poderiam também engrossar o grupo de proprietários rurais; parece-nos evidente que os indígenas não se podem excluir deste processo de ocupação dos campos.

Sendo tentador relacionar *villae* com colonos estrangeiros e casais com indígenas, essa decisão não nos é autorizada pela leitura atenta das epígrafes. É bem claro, em múltiplos textos epigráficos, a utilização precoce, por parte dos indígenas, dos cânones de representação e identificação de tipo romano. As formas que adoptam, o tipo de monumentos que mandam fazer, suporte e finalidade e o local de achado, remetem-nos para gentes bem integradas na nova ordem estabelecida e permitem-nos suspeitar de que se trata de eventuais proprietários de terra [ENCARNAÇÃO, 1997, 147-151].

Não pretendemos sugerir que todos os indígenas lograram ter uma terra, própria, alugada ou com qualquer outro estatuto jurídico. Muitos terão sido, certamente, integrados como mão - de - obra nos domínios fundiários e de entre aqueles que tiveram a oportunidade de aceder a uma terra, é provável que, nalguns casos, ela se situasse nas áreas mais deprimidas do ponto de vista físico, ou seja, na área de implantação preferencial dos casais que, *grosso modo*, é coincidente com as regiões de maior concentração populacional em época pré-romana.

Se se tratava de unidades de exploração de plena posse, ou se eram terras arrendadas, talvez nunca o venhamos a saber. Poderiam ser apenas residências de "caseiros" a quem o dono de uma *villa* entregou a responsabilidade da exploração dos recursos daquela sua terra que se encontrava afastada da propriedade-mãe. Poderiam ainda, alguns dos casais, corresponder a exploração de recursos complementares dos da propriedade-mãe, relacionando-se com a exploração de recursos florestais, com criação de rebanhos, a produção de mel, a exploração de minério e manufactura de objectos

metalúrgicos. As possibilidades de interpretação destes casais, na ausência de dados concretos, são múltiplas. Eram unidades autónomas de propriedade plena ou apenas frutuária? Eram parcelas de terra pertencentes a uma *villa* e exploradas por trabalhadores (livres ou *servis*) que aí residiam e, *in loco*, se responsabilizavam pela exploração de recursos segundo as necessidades e estratégia definida pelo proprietário de uma *villa*? Eram terras deixadas fora da área centuriada do território e de que se apropriaram alguns? Eram terras da cidade quase no limite do território onde o acesso era difícil e de apropriação livre? Poderíamos continuar a especulação mas não encontraríamos qualquer resposta e, por isso, admitimos qualquer uma das possibilidades.

Alguma explicação poderá resultar de escavações sistemáticas que nos indiquem se se trata de criações relacionadas com a ocupação romana dos campos ou se, pelo contrário, se trata de estabelecimentos que teriam a sua origem nos casais indígenas.

A articulação de estudos arqueológicos com os morfológicos relativos ao cadastro que, necessariamente, enquadrou a colonização de *Pax Iulia* e a leitura dos casais nessa estrutura de organização do espaço agrícola talvez nos possam fornecer algumas pistas para reflectir sobre outros aspectos desta relação entre o meio ambiente e estabelecimento rural.

## **6.2.6 A organização do espaço rural**

### **6.2.6.1 A paisagem agrária de *Pax Iulia***

A distribuição espacial diferenciada dos estabelecimentos parece traduzir uma utilização lógica e racional do espaço geográfico e reflectir uma paisagem organizada, planificada de forma a maximizar a exploração dos diferentes recursos naturais valorizando, num sistema de complementaridades, os diferentes espaços territoriais.

A desigual ocupação do espaço rural bem diferenciada em função dos solos agrícolas, dos recursos mineiros e dos relevos parece exprimir não um distinto interesse

da administração romana pelas paisagens locais, mas antes uma política de gestão de diferentes categorias de terras no quadro de uma operação cadastral.

Os sítios possibilitam a leitura da organização dos traços gerais da paisagem rural humanizada<sup>56</sup> e do processo diacrónico de apropriação dos campos pelos Romanos, mas não nos autorizam a reconstituição da morfologia agrária que lhes corresponde: permitem-nos, portanto, construir a matriz da estrutura geral de localização e individualização dos sítios, as excepções, apreender o papel exercido pelo meio na selecção dos espaços, perceber a lógica e racionalidade das densidades das áreas povoadas e das áreas vazias de estabelecimentos, verificar a profunda alteração que caracteriza o povoamento romano relativamente ao precedente e, por inerência, sugerir modificações nos espaços de actividades mas, de maneira alguma, nos autorizam a inferir a estrutura agrária<sup>57</sup>, de valorização e rendibilização dos campos.

Os sítios e o seu posicionamento são inequivocamente dados importantes, mas numa análise morfo-sistémica que, metodologicamente, deve sustentar este tipo de estudos, constituem apenas um dos elementos do conjunto dos que intervêm na organização do espaço e, por via disso, são insuficientes para tentar reconstruir o quadro territorial da actividade agrária e pastoril.

Em nenhum texto antigo encontramos referência às formas como os Romanos organizaram a paisagem agrária desta região e, conseqüentemente, não dispomos de nenhum indicador externo ao campo que nos permita conceptualizar o sistema agrário implementado pelo poder romano neste território.

As informações legadas por autores muçulmanos, abreviadas e genéricas, não têm utilidade imediata para a reconstituição dessa paisagem agrária. Podem, apesar de tudo, fornecer-nos algumas pistas de caracterização. Al Rasi, no séc. XI, diz ser Beja "muy boa terra e de boa sementeira e de muyto boa creança. E é mui boa terra de

---

<sup>56</sup> Entende-se por paisagem rural humanizada a expressão das relações que se estabelecem entre os sítios habitados e o meio ambiente que o homem se esforça por colocar ao seu serviço.

<sup>57</sup> Estruturas agrárias, é o conjunto das ligações duráveis e profundas entre o homem e o solo, que traduzem as paisagens rurais. Num determinado conjunto rural caracteriza-se por um certo método de organização do espaço cultivado, de onde resultam um tipo de habitat, uma certa forma das parcelas cultivadas, um sistema de cultura particular. É o resultado de uma combinação complexa de factores diversos.

colmeias que há flores mui boas e mui proveitosas para as abelhas. E a água de Beja é de natura para ser boa de curtimento de coiros. ..." e Ibn Haian descreve Beja como "um local esplêndido pela abundância de bens e largueza" [COELHO, 1989, 211]. Esta descrição não deixa dúvidas quanto à polivalência da capacidade produtiva das terras de Beja e à natureza das culturas mas nada refere quanto à forma e muito menos ao tamanho dos terrenos. A afirmação de Al Rasi, de que "Julio César foi o primeiro que começou a quadrar e partir a terra", é mais concreta e remete-nos imediatamente para uma forma agrária de suporte ao ordenamento do espaço<sup>58</sup>.

Uma imagem da paisagem rural medieval, *post* Reconquista, pode encontrar-se nas páginas onde, sob o título *Produzir*, Hermenegildo Fernandes descreve o posicionamento das áreas das culturas, relativamente à cidade. Podemos nessas páginas encontrar o tipo de culturas e onde se localizam e a sua notória relação com os tipos de solos. A cartografia permite uma imediata percepção da distribuição das culturas na paisagem, deixando evidente que, nalguns casos, estas se separavam por limites muito bem definidos [FERNANDES, 1991, 70, mapas VII a X].

#### **6.2.6.2 Estrutura cadastral<sup>59</sup>**

Tratando-se de uma colónia, a construção da identidade territorial e a consequente valorização do espaço agrícola envolveram a implantação de uma paisagem concertada que serviu de referencial à assignação de terras aos colonos. O sistema mais racional de organização da trama fundiária, em geral, e das unidades em particular, implementado pelos Romanos, particularmente nas colónias, mas não exclusivamente, foi o da cadastração ortogonal.

O projecto político de estruturação do espaço rural e de distribuição de lotes aos colonos (assignação), subentendendo o quadro colectivo da posse do solo e da sua

---

<sup>58</sup> Não será relevante teorizar se esta afirmação corresponde a uma realidade ainda perceptível neste período ou se deriva de uma generalização de conhecimento que o autor possui. Estamos em crer que a viabilização de um desenho parcelar quadrangular se podia ainda verificar na região.

<sup>59</sup> Sobre os vocábulos cadastro e parcelário e seu significado cf. CHOUQUER, 1993, 205; CHOUQUER, 1997, 20; PEREZ, 1995, 39-43.

valorização, implicou a implantação de uma trama cadastral que se pode admitir ter sido uma centurição de tipo clássico, de 200 júgeras, o exemplo mais ilustrativo e mais conhecido de forma cadastral [CHOUQUER; CLAVEL-LÉVÊQUE; FAVORY, 1982, 851].

Por cadastro deve entender-se "Toute morphologie agraire dans laquelle se trouvent reproduites un certain nombre de régularités dont la cohérence est prouvée" [FAVORY, 1983, 52-56]. Como instrumento jurídico, fundiário e utensílio de organização das paisagens, o cadastro "réalise la division du sol, sa répartition en catégories juridiquement définies, qui assurent les cadres de la propriété individuelle et collective. Il définit donc avec précision, (...) les modes d'accès à la terre: assignations, *restitutions*, à la population local, terres publiques, terres de la collectivité locale mises en adjudication, domaines privés enfin" [CHOUQUER, CLAVEL-LÉVÊQUE; FAVORY, 1982, 861].

Organicamente, o cadastro constitui-se também como o quadro ideal para a cobrança fiscal "en une maquette synoptique du statut des terres et du statut des personnes" [CHOUQUER; CLAVEL-LÉVÊQUE; FAVORY, 1982, 861]. Genericamente, o cadastro "peut être entendu comme la matérialisation sur le sol rural ou urbain des rapports sociaux, et des conditions de la production" [CHOUQUER, CLAVEL-LÉVÊQUE, FAVORY. 1982, 848].

Os cadastros englobam um espaço compósito e incidem sobre todos os elementos desse conjunto, organizando-o (incluindo elementos naturais, como cursos de água, por exemplo); nesta acepção, cadastro pode definir-se como sendo "un cadre organisateur, un outil mis en place pour affirmer une politique sur un espace géographique; une organisation en accord avec une vision du monde, diffusée par le champ politique au travers de pratiques matérielles et symboliques" [POUPET, 1993, 15].

As características morfológicas de uma rede agrária concertada permitem definir uma cadastração antiga como uma estrutura regular geométrica em que o cruzamento dos eixos gera unidades de recorte do espaço agrário e, porque é também uma estrutura

periódica baseada em medidas conhecidas, as suas frequências permitirão edificar a paisagem cadastrada desde as unidades maiores até às parcelas<sup>60</sup>.

A centurição é uma forma particular de limitação na qual os eixos determinam unidades intermediárias, ditas centúrias. Esta forma característica de cadastração é um instrumento nascido de uma iniciativa política visando lotear e recensear as terras com vista à instalação de colonos. Concretiza-se no terreno por uma operação de arpentagem acompanhada pela colocação de marcos delimitatórios.

A materialização dos limites assume formas diversas: vias, fossos, cercas, alinhamentos de pedras, muretes, alinhamentos de silos, etc., segundo a indicação de Sículo Flaco.

O desenho da paisagem resultante de um processo de transformação gerado pela realização de uma centurição, a qual implica um número importante de operações técnicas, nomeadamente de agrimensura e de demarcação, apresenta-se como um quadro organizado em que as diferentes categorias de terras, *subcesivae*, *compascua*, *ager extra clusus*, se encontram bem delimitadas.

Como quadro analítico, a centurição ganha força e consistência se for tomada "não apenas numa perspectiva morfológica bem limitada, naturalmente, mas se for analisada nas suas formas mais subtis: formas práticas agrárias, aspectos jurídicos e institucionais, interacção com dados do meio, etc." (CHOUQUER, 1996, 9).

O conhecimento deste instrumento de estruturação e gestão do espaço agrário é um objecto indispensável de investigação das estruturas agrárias e das paisagens rurais. No estudo da história rural, o cadastro assim entendido assume importância superlativa. Em primeiro lugar, porque a cadastração representa uma alteração radical nas relações

---

<sup>60</sup> "Une structure régulière, géométrique, constituée par des axes parallèles, généralement équidistants, qui peuvent être recoupés à l'angle droit par d'autres axes parallèles: le croisement de ces axes engendre des unités de découpage de l'espace agraire, intermédiaires entre les limites du territoire divisé et les parcelles agraires.

Il s'agit aussi d'une structure périodique, fondée sur des mesures connues, dont l'harmonie s'exprime dans des fréquences diverses qui rythment l'édification du paysage cadastré depuis le niveau des groupements d'unités de découpage majeures jusqu'au niveau le plus modeste, celui des parcelles". [CHARRUT e FAVORY *et alii*, 1993, 20.



entre o homem e a paisagem. Sem aliviar o significado político das limitações<sup>61</sup> romanas, enquanto quadro de distribuição de terras a colonos e como factor essencial de romanização, ao introduzir novas formas de organização, de ocupação e gestão do solo e como elemento de aceleração da integração das populações indígenas, aquelas devem, como o sugere Favory, ser consideradas, antes de tudo, como estruturas de gestão agrária mais que signos políticos [FAVORY, 1997, 111], como um instrumento operacional para a produção agro-pastoril [FAVORY, 1996a, 195].

Mas como pode afirmar-se que numa paisagem, quase sempre, produto de uma longa alteração provocada por agentes antrópicos e naturais, se encontraram vestígios de uma *limitatio* antiga? A base de partida para a pesquisa destas estruturas agrárias antigas consiste numa recuperação de traços marcantes da paisagem actual.

O princípio é o de que nas malhas parcelares posteriores se encontram perenizadas orientações antigas. Este efeito morfogenético de longa duração, conceptualizado no vocábulo isoclinização, dará origem a que a estrutura antiga evolua no sentido da implantação de outros limites parcelares, mantendo nestes impressa a orientação de origem (estes novos limites, de mesma orientação, são denominados de isoclínicos). As linhas ou estruturas principais que asseguram a manutenção e reprodução das orientações antigas são designadas de morfogenéticas [FAVORY, 1991, 251-269].

Se a manutenção destes alinhamentos estruturantes da paisagem autoriza a pesquisa recorrente das formas antigas, os caracteres morfológicos que nos permitem fazer corresponder uma rede de alinhamentos a uma *limitatio* antiga são a orientação constante dos eixos e a estrutura periódica dos seus alinhamentos.

Exceptuando casos excepcionais como alguns da Tunísia, os vestígios de uma *limitatio* estão geralmente degradados, por força de uma continuada ocupação do solo e de agentes naturais que continuamente alteram a paisagem dificultando a identificação de uma estrutura de limites antiga. É, por isso, necessária uma análise

---

<sup>61</sup> Tradução para português da palavra latina *limitatio*. Este vocábulo designará o nome genérico dos parcelários romanos concertados que têm origem numa estrutura de eixos (*limites*).

minuciosa do parcelário que manifesta afinidade e coerência morfológica com os alinhamentos que parecem, ou supõem, a estrutura da rede.

Este método analítico efectua-se sobre documentos a pequena e grande escala, adaptados à representação do parcelário-fotografia aérea vertical, planos parcelários, cartas militares, imagens de satélite.

O processo de investigação tendente à extracção da informação parcelária, quer seja utilizado o método analógico ou o método numérico não se altera: trata-se de extrair informação relativa ao parcelário estudado, i.e., eliminar o ruído constituído pelo resto da informação, seja manualmente, decalcando os traços seleccionados, seja numericamente, aplicando um filtro direccional à imagem previamente numerada. [FAVORY, 1996, 197]

Uma análise dialéctica entre os resultados fornecidos por esta abordagem e os proporcionados pela arqueologia deverá conduzir-nos ao conhecimento das formas, modos de organização e funcionamento do espaço rural. As formas intermédias (centúria, no caso de uma centurição), enquanto designativas dos conjuntos constitutivos das paisagens agrárias rurais, podem fornecer-nos a indicação de eventuais adaptações ou fraccionamento das formas de organização pela necessidade de adaptação aos terrenos. A centúria constitui, pois, a unidade estruturante do espaço agrário antigo, mas ela é apenas o quadro em que as unidades parcelares expressam directamente as condições de exploração, e estas, por sua vez, estão profundamente relacionadas com características pedológicas, geológicas, com o desenvolvimento das técnicas de produção e com as relações sociais de uma região num determinado tempo histórico.

A escavação dificilmente permite uma intervenção na área de toda uma centúria (50 ha) daí a investigação arqueomorfológica se afirmar como meio indispensável de restituir no pormenor a organização interna desta unidade - divisão interna dos hectares da centúria em unidades rectangulares ou quadrangulares, de subdivisão uniforme ou distinta nesta unidade e nas imediatamente próximas, por exemplo [FAVORY, 1996, 196].

Tentámos sumariamente caracterizar um cadastro, ou de preferência um parcelário, com particular incidência na centurição, porque é esta forma de *limitatio* que deverá ter sido utilizada pelos Romanos no território da colónia de *Pax Iulia*; caracterizar as metodologias que servem de base à sua recuperação e expressar a sua importância no estudo das paisagens agrárias antigas, a fim de se compreender a atitude que tomamos face aos cadastros propostos para o território rural em estudo.

#### 6.2.6.2.1 A centurição

A pesquisa do sistema de divisão do solo realizado pelos arpentores romanos em *Pax Iulia* era um dos aspectos previstos neste trabalho. Porém, o facto de haver um investigador a trabalhar na reconstituição morfológica do cadastro desta *civitas*, e estando este em fase de publicação, acordámos, por razões óbvias, esperar pela disponibilização dos resultados dessa investigação contando utilizá-los neste trabalho.

Sendo uma pesquisa que implica a manipulação de um conjunto de documentos e equipamentos de natureza vária que, conjugados, permitem a aplicação da metodologia própria à análise morfológica da paisagem antiga, tendo em conta que se trata de uma análise de formas paisagísticas e que o acesso à paisagem antiga não é possível sem a compilação dos estudos regressivos da paisagem, pareceu-nos, no início deste trabalho, ser razoável privilegiar a investigação de outros aspectos relacionados com a *civitas* e esperar os resultados da investigação em curso<sup>62</sup>.

A importância do conhecimento do cadastro de *Pax Iulia* na análise da paisagem rural e, concretamente, na abordagem da estruturação da vida económica e social do campo, é indiscutivelmente fundamental. A reconstituição da malha de centurição de *Pax Iulia* possibilitará dirigir a investigação no sentido de compreender a forma, os mecanismos e estratégias de organização da paisagem rural e colocar num quadro

---

<sup>62</sup> Por compromisso do investigador, os resultados da sua investigação seriam publicados até ao final de 1996. De facto, nesse ano foram publicados, mas pouco alteraram o que até então se conhecia.

Ingenuamente, devido à pouca familiaridade com esta temática de investigação, supusemos ser possível colar dados produzidos pela arqueologia aos dados da análise morfológica feita a partir de documentos cartográficos e fotográficos, e chegar a conclusões.

relacional os estabelecimentos que nela se desenvolveram, abordar as dinâmicas espaciais de ocupação das centúrias e, caso se determine a sua total extensão, relacionar o tipo de povoamento das zonas não centuriadas, com as zonas centuriadas da *civitas*, por exemplo. O estabelecimento e validação de relações entre os diferentes tipos de ocupação do espaço e a malha cadastral, conferindo a posição dos sítios relativamente ao cadastro, é complexo mas, descendo ao nível das estruturas parcelares de base, cuja forma e dimensão das superfícies de exploração exprimem os modos e as condições de exploração do solo, poderíamos penetrar no conhecimento dos sistemas agrários e capacitar a avaliação do peso e papel do sector agro-pastoril no quadro da economia do território.

Estudar o sítio arqueológico considerado como um pólo dinâmico de iniciativa morfológica com os seus desenhos parcelares e como um facto submetido a normas que se inscrevem num quadro paisagístico independente dele, cuja organização obedece a regras exteriores, pressupõe uma abordagem ampla que ultrapasse os vestígios materiais que permitem identificá-lo e localizá-lo numa carta. Colocar os sítios em situação relativamente aos caminhos e aos parcelários, representá-los segundo a sua forma, e não como símbolos, descrever os tecidos paisagísticos que os envolvem e não apenas edifícios espalhados na paisagem, permitiria ampliar a análise à compreensão da dinâmica dos estabelecimentos rurais e do movimento próprio da construção da centurição, e seria ainda decisivo para caracterizar o papel da centurição na veiculação, cronológica e espacial, do processo de colonização agrária.

Ora o estabelecimento de relações entre sítios e cadastros não é possível sem marcas precisas de ligação; um estabelecimento pode estar perfeitamente no centro de uma centúria e não manter com ela nenhuma relação de funcionamento. Uma dissonância cronológica entre eixos da centurição e sítio pode facultar esta situação; a existência de estruturas inertes que modelam a paisagem de uma vez por todas é caso raro e razões de pragmatismo (acessos próximos, por exemplo), podem caucionar uma posterior localização de um sítio no interior de uma centúria sem que entre os dois factos se estabeleça alguma relação de articulação.

A análise dialéctica entre os dados proporcionados pela arqueologia e os fornecidos pela reconstituição hipotética do cadastro constituiriam a base de um tipo de investigação para a compreensão da dinâmica do modelo de utilização do espaço.

Se tivéssemos disponível o estudo da morfologia da centurição teríamos tentado verificar como se projectava a hierarquização tipológica e funcional dos estabelecimentos no contexto da área centuriada. Se os casais maioritariamente poderiam funcionar como unidades de exploração mais ligadas à pecuária será que a morfologia não nos poderia sugerir se eles se encontravam preferencialmente em áreas onde não há traços de centurição? Frequentemente, os *Gromatici Veteres* (*Grom Vet.* 15, 1-29; 116-23), fazem alusão à eventual associação entre substrato pedológico, cobertura vegetal e pastagens colectivas. E como a *pertica* não é, necessariamente, totalmente divisível em centúrias, haverá alguma articulação entre diferentes estabelecimentos com as áreas centuriadas e não centuriadas?

Por conseguinte, a reconstituição morfológica do cadastro assumia um carácter amplificador e confortante das eventuais reconstituições do quadro territorial de actividade agrária do território de *Pax Iulia*, do qual apenas se conhece a rede de estabelecimentos, os quais constituem uma cartografia de pontos que, só por si, não servem para antever os sistemas mais complexos em que se inscrevem.

Para compreender o sistema agrário da época romana de *Pax Iulia* é imprescindível que se recuperem em simultâneo os modos de organização do espaço e dos estabelecimentos agrícolas que o cadastro implicou, o que exige um estudo até ao nível das estruturas de base da morfologia parcelária, numa perspectiva morfo-sistémica<sup>63</sup>.

O trabalho que apresentamos ficou-se apenas pela abordagem do sítio arqueológico situado num contexto paisagístico que é o actual. A não utilização do estudo dos cadastros dependeu da sua apresentação tardia relativamente ao desenvolvimento da nossa investigação e aos prazos a que ela esteve sujeita, mas, para

---

<sup>63</sup> Sobre a análise dos sistemas espaciais vejam-se, entre outros, LEVEAU, 1997, 7-13; CHOUQUER, 1997, 14-24 (cada um dos artigos apresenta vasta bibliografia).

além disso, a razões que se prendem com a forma e a substância dos cadastros apresentados, que a seguir vamos expôr.

A primeira referência à existência de um cadastro romano de *Pax Iulia* é-nos dada por Vasco Mantas no ano de 1986: "Pesquisas recentes revelaram traços de uma centurição muito degradada, já anteriormente sugerida pela própria distribuição das *villae*", acrescentando, a título provisório, a informação, de que "o *cardo*, orientado a noroeste, forma com o norte geográfico um ângulo de 31 graus, coincidente com o da quadrícula urbana de Évora. O módulo utilizado parece corresponder perfeitamente à *centuria quadrata* de 200 jugeras o que equivale a uma superfície de 50 ha" [MANTAS, 1986, 207 e n.36].

Um ano mais tarde, o autor confirma o módulo das centúrias do cadastro de *Pax Iulia*, o qual, em seu entender, se repetiria em Conimbriga, Évora e Santarém [MANTAS, 1987, 40].

Em 1990, V. Mantas anuncia a existência, não de um cadastro, mas de dois, nos seguintes termos: "Os vestígios cadastrais romanos, embora muito degradados nos arredores de Beja, são suficientemente nítidos para que se possam reconhecer duas orientações. O *cardo maximus* urbano integra-se num eixo que se pode acompanhar no campo a sudoeste de Beja, em direcção a Valbom, o qual parece corresponder ao *cardo* de uma das centurições, orientada a 36 graus noroeste. A segunda centurição, melhor conservada na paisagem, encontrava-se orientada a 11 graus nordeste, coincidindo alguns dos seus limites com o traçado das vias para *Ebora* e para *Arucci*". Seguidamente acrescenta que "a área centuriada era muito vasta, não se lhe conhecendo por enquanto os limites, a não ser a norte, onde atingia os primeiros contrafortes da Serra de Portel, junto à Vidigueira. O módulo utilizado foi o da *centuria quadrata* de 200 *jugera*, o que equivale a cerca de 50 ha." Apontando o carácter provisório destes dados, faz depender a sua confirmação de "uma análise sistemática da área centuriada e das relações entre as duas operações cadastrais e entre a centurição e o urbanismo pacense" [MANTAS, 1990, 84-85].

Seis anos mais tarde, continuando o tema, este investigador reafirma, nos termos anteriormente apontados, a existência dos dois cadastros. "...A análise estereoscópica permitiu detectar numerosos e diversos traços de uma desenvolvida organização do espaço em torno da cidade. Entre eles evidencia-se uma curiosa estrutura constituída por um sistema de campos radiais, seguramente de origem medieval, definida por três caminhos rodeando a cidade e funcionando como limites principais<sup>64</sup>. Os vestígios cadastrais romanos, embora muito degradados nos arredores de Beja, são suficientemente nítidos para que se possam reconhecer duas orientações. O *cardo maximus* urbano integra-se num eixo que se pode acompanhar no campo a sudoeste de Beja com muita facilidade em direcção a Valbom, eixo que consideramos o *cardo maximus* da centurição A, orientada a 38 graus noroeste". A segunda centurição que designamos como B, encontra-se orientada a 11 graus nordeste, coincidindo alguns dos seus limites de centuria com o traçado das vias para *Ebora*, para *Arucci* e para *Myrtilis* (IRCP 669).

O módulo utilizado nas duas centurições é idêntico e corresponde ao da *centuria quadrata* de 200 *jugera*, o que equivale a 50 ha" [MANTAS; 1996, 19].

Sem excluirmos a muito provável datação medieval da organização rádio-concêntrica do espaço em torno de Beja, achamos que a argumentação que lhe serve de suporte — reprodução de situações conhecidas noutros locais — é demasiado frágil para que se possa sustentá-la de forma tão afirmativa.

A ideia de que a igreja, o castelo, o senhorio, a aldeia, congregariam à sua volta os habitantes até então dispersos pelo campo caucionou o pressuposto de que a paisagem da Idade Média se afirma pela passagem do quadriculado ao rádio-concêntrico, devido ao efeito provocado pelo agrupamento nuclear do *habitat* disperso.

A demonstração da relatividade desta concepção é-nos dada por alguns exemplos que confirmam a utilização da forma quadriculada na criação de parcelários na Idade

---

<sup>64</sup> Esta curiosa estrutura já tinha sido referida, pelo autor, em 1990 [MANTAS, 1990, 84]. Não é necessária a análise estereoscópica para verificar a existência de caminhos que de forma circular rodeiam Beja. Em qualquer carta topográfica essa visualização é nítida.

Média, ao mesmo tempo que exemplos, datando de períodos anteriores, provam não ser a forma rádio-concêntrica um exclusivo desta época [CHOUQUER, 1996a, 210]. Em Murviel-lès-Montpellier, por exemplo, esta forma do parcelário relaciona-se melhor com o *habitat* proto-histórico e com o alto-medieval do que com o sítio castral medieval [FAVORY, 1991a, 63-111].

Atribuir esta estrutura rádio-concêntrica à época medieval ou a qualquer outra época, ou precisar a que momento na Idade Média, supõe a acumulação e cruzamento de toda a documentação histórica, arqueológica, edafológica e outra relacionada com as ciências da terra<sup>65</sup>.

Retomando o trabalho de Fernandes, supra citado, podemos aí encontrar pistas e documentação fundamental nesta investigação. A propósito da capacidade de reprodução da semente, diz o autor haver "...disparidades de produtividade agrícola das terras do concelho, no decurso do mesmo ano. Disparidades que são o fruto de uma forma de organização espacial responsável pela modelação da paisagem. Começamos a avistar o seu perfil. Uma cintura dupla a rodear a vila: ferragiais e hortas regadas próximo da muralha, vinhas e olivais um pouco mais longe, num semicírculo que se distende até ao canal – zona dos cultivos intensivos, e de um aproveitamento quase integral do espaço. Para além daqui, um xadrez de trigais e pousios em que estes ocupam o lugar dominante — área de cultura extensiva de sequeiro"<sup>66</sup>.

É pois inegável a importância de uma análise regressiva e diacrónica do parcelário que integra esta estrutura rádio-concêntrica, acompanhada da escavação de alguns dos seus limites. Por ora, pensamos ser adequado manter alguma ponderação relativamente à sua cronologia, tanto mais que nos devemos interrogar se a grande visibilidade no desenho parcelar actual resulta de uma maior proximidade temporal ou

---

<sup>65</sup> Naturalmente o processo cumulativo e relacional da informação é necessário nos estudos da estruturação da paisagem neste e em qualquer outro período.

<sup>66</sup> Não pretendemos atribuir a estes dados qualquer relação com a época romana. A paisagem agrária e as correspondentes estruturas e modos de produção terão sofrido uma evolução que tornará completamente erróneo pretender encontrar nas estruturas fundiárias medievais uma imagem de sobreposição das romanas. A propósito da propriedade e da exploração da terra antes do século XI, e das transformações operadas neste século, veja-se BOISSELLIER, 1999, 452-466.



pelo contrário representa uma grande longevidade<sup>67</sup> ou se não se misturam os dois factos. Em todo o caso havia que saber exactamente a que momento da Idade Média se atribui esta estrutura<sup>68</sup>.

No que respeita aos dois cadastros romanos identificados no território de *Pax Iulia*, não pomos em causa a sua existência, nem sequer as suas orientações. Julgamos que o autor é suficientemente bem informado e terá ao longo de uma década adquirido os elementos que lhe permitem a confirmação das hipóteses que pela primeira vez apresentou em 1986, como se realça pela não repetição posterior da ideia de que a distribuição das *villae* lhe tinha sugerido a existência de uma centurição<sup>69</sup> [MANTAS, 1986, 207]. Porém, o que o autor publica e a maneira sumária como publica suscitam-nos um conjunto tão vasto de interrogações que, em rigor, não encontramos materialmente, em circunstância alguma, prova da existência inequívoca dos cadastros. É certo que a reconstituição morfológica de um cadastro engloba um margem larga de ponderação, resultante do seu carácter hipotético, mas, porque a organização geométrica da paisagem não é exclusiva da antiguidade, essa reconstituição nada representa se não

---

<sup>67</sup> Não sabemos até que ponto é importante nesta análise a informação de que o termo de Beja no ano de 1172 se estendia até S. Brissos e Selmes, e que alguns dos topónimos de referência para colocação dos marcos eram em locais onde existiam edifícios com uma propriedade, Carocha, Fonte da Areia, Carrascalão, edifícios esses que se construíram exactamente sobre os edifícios das *villae* romanas. A concentração da população em Beja não está de maneira nenhuma comprovada. Na Cegonha e em Pisões há uma ocupação que se pode reportar, por vestígios arqueológicos, pelo menos, aos séculos XII e XIII. No primeiro caso e em S. Pedro a documentação confirma a existência de um núcleo de habitantes nesse período.

Importante será, ao analisar-se a paisagem rural de *Pax Iulia*, ter presente o padrão de povoamento e a distribuição dos espaços cultivados e dos espaços deixados para matos, do período medieval, que Hermenegildo Fernandes considera inscreverem-se num modelo já conhecido na época romana [FERNANDES, 1991, 83-85].

Deveremos ainda ter em conta o facto de Beja ter tido uma ocupação pré-romana que deve, também ela, ter desenvolvido uma particular forma de organização da paisagem em torno do *oppidum*.

<sup>68</sup> Esta curiosa estrutura rádio-concêntrica, composta por três círculos concêntricos, equidistantes da muralha, compreenderia os sesmos do concelho, que em 1667 estariam a ser usurpados. Não encontramos, na sumária pesquisa que fizemos, nenhuma referência à sua datação, mas ficámos com a ideia que poderá ser posterior ao século XV. Cf. GOIS, 1999, 338 e 364.

<sup>69</sup> Não deixa de causar estranheza que na ausência de uma carta arqueológica tão completa quanto possível, com os sítios georeferenciados, o autor tenha tomado este dado como indicador de uma centurição. Mesmo que essa carta arqueológica existisse, esta relação directa não deixaria de ser estranha.

Mais adiante abordaremos a questão da posição das *villae* no interior de uma centurição e explicaremos a nossa estranheza.

for apresentada com um conjunto de elementos e características que suportem a sua carga de estrutura a fim de credibilizar a hipótese.

A validação da reconstituição de cadastros junto da comunidade científica em geral e, particularmente, junto daqueles que investigam na área da arqueologia rural, pressupõe que a sua apresentação obedeça a normas elementares de objectividade e rigor, indispensáveis na publicação de qualquer tipo de *instrumento (estrutura) informativo* cuja utilidade/utilização científica não se esgota em si mesmo. Neste caso, trata-se de uma área de investigação muito específica, com objectivos múltiplos, e técnicas de obtenção de resultados cujo aperfeiçoamento se faz a ritmo acelerado e sobre a qual o debate está ainda aberto, mas à qual se reconhece importância superlativa, designadamente no contexto dos estudos pluridisciplinares que visam a compreensão das relações que se estabelecem entre o homem e a paisagem. Torna-se, pois, imprescindível que a sua disponibilização ao conjunto dos interessados seja clara e se evitem as margens para dúvidas.<sup>70</sup> Em Portugal, esta investigação é ainda muito recente e a sua divulgação quase nula. O número de investigadores envolvidos é bastante parco, pelo que esta necessidade se torna ainda mais premente, devendo, inclusive, assumir uma função pedagógica, contribuindo para a divulgação dos seus princípios e métodos e, sobretudo, se apresente a sua importância nos estudos de paisagens antigas.<sup>71</sup> Os morfólogos há muito tempo reconheceram a importância da divulgação precisa deste tipo de estudos. A este propósito é pertinente recordar que, já em 1993, Chouquer sugeria uma estratégia de publicação de cadastros. Segundo o autor, depois de uma projecção rigorosa da grelha sobre um fundo de carta 1/25 000, a partir de uma articulação de cartas e de grelhas, sem vocação de ser obrigatoriamente publicada, "o

---

<sup>70</sup> Sobre o debate em torno de propostas de reconstituição de centurições veja-se, entre outros, FICHES, 1996 92-93; FICHES, 1996a 447-453. O autor apresenta uma síntese interessante com base em casos concretos. Extensa bibliografia é referida.

<sup>71</sup> A maneira como se têm difundido, em Portugal, junto da comunidade arqueológica, as técnicas e métodos de reconstituição das *limitationes* romanas, bem como as suas possibilidades no quadro dos estudos do arranjo das paisagens, tem largamente contribuído para a ideia de uma área relativamente hermética que pode existir independentemente da arqueologia. Desta maneira não é de estranhar que, salvo raríssimas excepções, a escavação de um sítio arqueológico não tenha concebido a extensão da escavação à sua envolvente. Exceptuando *Pax Iulia* e *Ebora*, nenhum outro cadastro foi apresentado.

investigador poderá estabelecer, à escala média de 1/100.000, uma carta de vestígios planimétricos sobre os quais se fundamenta a sua reconstituição da malha de *limites* da centurição". Em seguida expõe o código gráfico de apresentação dos *kardines* e dos *decumani* de maneira que estes permitam a imediata apreciação da natureza, da reconstituição e extensão da rede proposta. Acrescenta, ainda, que esta carta "não deverá comportar nenhum *relevé* do parcelário uma vez que se trata antes de mais de dar a carta das formas intermediárias fundamentais da rede, as centúrias, aquelas que autorizam a identificação da projecção como cadastro antigo". A publicação desta carta é indispensável.

A publicação de cartas a escalas pequenas, 1/25 000, por exemplo, de sectores representativos, é obrigatória. Esta cartografia deverá conter um levantamento detalhado, ao nível das formas parcelares, para permitir mostrar ao leitor a densidade de conservação da rede na planimetria actual. Deverá, ainda, integrar, se possível, a grandeza dos traços fósseis que a foto—interpretação permitiu. Deverá, em resumo, apresentar a articulação dos dados morfológicos com os dados da arqueologia, da geomorfologia, e de toda a documentação que possa ter sido recolhida em antigas cartas e que se considere pertinente [CHOUQUER; 1993a, 87-98]

A publicação dos cadastros de *Pax Iulia* é, neste contexto, um documento sumário, bem distante desta desejável prática e, também por isso, um utensílio de conteúdo ininteligível para estudos de história e arqueologia da paisagem rural.

A apresentação sumária dos cadastros A e B e a descrição vaga e imprecisa dos pontos onde terão sido reconhecidos inviabiliza qualquer localização e respectiva identificação dos elementos da paisagem actual que se tomaram como perenizadores de limites antigos, bem como dos eventuais traços fósseis que se identificaram. É igualmente omitida toda a informação relativa aos pontos onde os dois cadastros coincidem. Do cadastro A diz-se: "A norte atingia os primeiros contrafortes da Serra de Portel, na zona da Vidigueira, onde subsistem vestígios claros" [MANTAS; 1996, 19]. A ilustração não nos proporciona nenhuma indicação desses vestígios que nesta zona perenizam esta estrutura, pois a carta nem sequer atinge esta área. Aliás, a carta

corográfica à escala 1: 100.000 que lhe serve de suporte, sem outros indicadores, nomeadamente a grelha da centurição, que não tracejados sobre eventuais traços da paisagem actual, acentua e impossibilita a leitura dos limites deste cadastro<sup>72</sup>.

Estamos em crer que Vasco Mantas aplicou as metodologias e técnicas e seguiu as vias de análise hoje disponíveis para este tipo de investigação e cumpriu zelosamente as etapas metodológicas que lhe permitiram alcançar os limites das centurições. No entanto, o que nos divulga sugere-nos uma abordagem que não ultrapassou o quadro metodológico e técnico reportável a uma primeira etapa deste tipo de investigação. Isto é: identificação pontual de alguns limites a partir dos quais fez a caracterização da morfologia das limitações, definiu a sua inclinação, o seu módulo linear e geométrico, a sua arquitectura, sua extensão geográfica, e datação em termos de cronologia relativa. Se o mapa apresentado na publicação corresponde à área analisada, esta é manifestamente insuficiente para determinar a extensão da área centuriada.

O que nos disponibilizou sugere que, justamente, o autor se quedou pela pesquisa de dados metrológicos e geométricos e de entre estes apenas se interessou por fazer uma análise morfológica que não extrapolou para lá dos alinhamentos que se destacam na paisagem actual e que, por isso, permitem uma leitura imediata. Nesta medida, pode afirmar-se que tomou a paisagem como um elemento estático, receptora passiva de uma forma geométrica uniforme, esvaziada do seu carácter substantivo de espaço vivido, portadora de herança, de expressão de cultura. A terra, o solo lavrado, drenado, os sistemas de regadio, as divisões em parcelas, as estradas e os caminhos, em concreto, os elementos que nos permitem perceber a relação do homem com o campo, e a lógica

---

<sup>72</sup> Supomos que a centurição terá sido reconhecida não apenas por vestígios fósseis e que alguns dos seus limites se possam encontrar em elementos da paisagem actual. Sobre isto a informação é nula. Tentámos passar os limites apresentados na carta 1/100 000 para a carta 1/25 000, mas foi vã tal tentativa. Primeiro, porque a carta 1/100.000 é bastante sumária, e nem sempre é possível reportar alguns dos dados desta para uma de escala maior, com mais informação. Segundo, porque seguindo os alinhamentos que Vasco Mantas apresenta e tomando como referência vários pontos indicados, apercebemo-nos de que a construção final era um mosaico de quadrados desiguais. Para não termos dúvidas, reportámos para a carta 1/25.000 alguns desses pontos e georeferenciámo-los com vista a gerar automaticamente, segundo o método de Peterson (a quem pedimos informações complementares à sua bibliografia), uma grelha. A confirmação da precariedade da rede criada por Vasco Mantas foi confirmada.

A indicação exacta dos pontos onde se identificaram vestígios fósseis era fundamental, uma vez que estes serviriam de índices fundamentais para uma investigação liberta de uma análise por recorrência de formas.

que imprimiu ao parcelário relativamente aos traços da centúria, aspectos fundamentais da investigação actual dos parcelários, foram marginalizados. E mesmo assim, ficamos sem saber, por exemplo, onde e a partir de que elementos reconstitui as centúrias que lhe permitem afirmar o módulo, que vestígios materiais lhe servem de limites, onde coincidem os dois cadastros, como se interpenetram, que elementos lhe permitem preferir uma datação romana a uma de outra época, por exemplo<sup>73</sup>.

Ora a reconstituição de uma centurição romana resulta de uma análise de formas paisagísticas iniciada a partir da paisagem actual. Mas as formas que desta são visíveis nos documentos que hoje se utilizam, cartas, fotografias aéreas, exceptuando casos muito excepcionais, são o resultado de uma longa evolução, na qual intervieram factores antrópicos (sucessivas formas de ocupação dos solos) e naturais (aluviamiento, erosão, alteração dos cursos de rios e ribeiras, evolução paleoclimática, etc.), e a relação com a estrutura inicial é relativa, mesmo tendo em conta que os limites fortes se possam ter mantido sempre. O acesso à forma primitiva implica um árduo processo de compilação de informação e levantamentos regressivos na paisagem actual, um obrigatório conhecimento íntimo do terreno e uma confirmação no terreno.

A potenciação dos resultados releva da quantidade, qualidade, variedade e diacronia da informação acumulada. Refira-se, a título de exemplo, que entre outros aspectos e outra informação que se poderiam utilizar, se nos apresenta como interessante o enquadramento, num estudo desta natureza, dos dados insertos na síntese que H. G. Fernandes publicou em 1991, e que temos vindo a citar, relativos à propriedade medieval de Beja [FERNANDES 1991]. Nesse trabalho encontramos um conjunto de gráficos bastante elucidativos sobre a estrutura da paisagem medieval. O gráfico X é particularmente interessante: aqui refere-se a dimensão das herdades do concelho, as unidades de exploração que se situavam fora do círculo em torno de Beja e os vários módulos de superfície.

---

<sup>73</sup> Colocando uma grelha sobre cartas militares 1:25.000, outras orientações de linhas isoclínicas surgem fornecendo a possibilidade de antever um cadastro com orientação distinta da daqueles que nos foram propostos. Apesar de termos reconstituído centúrias com 20 X 20 *actus*, a área analisada foi pequena pelo que não ousamos apresentar qualquer hipótese.

Conhecemos as dificuldades que se colocam à publicação de cadastros, sobretudo quando não estão reunidos todos os elementos que permitam avaliar a pertinência da reconstituição e a segurança do método. Mas esta publicação de estruturas de organização da paisagem na época romana, por tão omissa de informação, é francamente insuficiente. O carácter sumário da informação não resulta, repetimos, de um desconhecimento das metodologias de acesso a essa paisagem e das normas por que se deve reger a publicação dos resultados, mas de um qualquer constrangimento, que só o autor poderá explicar. A pobreza de conteúdo, relativamente ao que desde há algum tempo algumas equipas de investigação fazem em França, Inglaterra e em Espanha, por exemplo, deriva certamente do empenho solitário com que o autor assumiu uma tarefa que deve ser empreendida em simultâneo por equipas pluridisciplinares, e que não se compadece com actos de voluntarismo solitário, meritório, sem dúvida, mas de resultados inconsequentes. Em 1993 Poupet afirmava " Les cadastres devraient ainsi bénéficier d'un encouragement à l'interdisciplinarité et, au-delà des travaux individuels isolés, d'initiatives plus créatrices" [POUPET, 1993, 17].

De acordo com a abordagem morfo-histórica, profundamente semiológica, a que o campo interessa porque nele se podem encontrar as marcas das políticas que originaram a sua construção, V. Mantas apresenta o enquadramento cronológico dos cadastros: "O cadastro mais importante, remonta sem dúvida à época de Augusto. Com efeito, sondagens que efectuámos com o nosso colega Pierre Sillières em diversos estabelecimentos rurais romanos na zona da Vidigueira, nos limites setentrionais do

referido cadastro, em caso algum forneceram materiais anteriores aos finais do século I a. C." [MANTAS, 1993, 492-493]<sup>74</sup>.

O prolongamento dos eixos de estruturação da cidade para o campo, estabelecendo-se uma relação directa entre o *cardo* e o *decumanus maximus* da cidade com os da centurição rural, filia-se nesta perspectiva de abordagem que justifica cronologicamente um facto agrário por um acontecimento político<sup>75</sup>. A coincidência da orientação dos eixos maiores organizadores da cidade, com os do campo reforça e conforta a cronologia fornecida pelos estabelecimentos da Vidigueira. Esta relação que subentende a imbricação das tramas rurais a um quadro histórico/político simultaneamente significativa e justificativo, baseia-se no pressuposto de que a informação cronológica fornecida pela estrutura e orientação do urbanismo das aglomerações e/ou as fontes históricas se podem transferir para o espaço rural.

A coincidência entre os eixos principais da estrutura urbana e o *cardo* e *decumano* da centurição é pouco frequente. Higino, ao referir-se à colónia africana de *Ammaedara*, caracteriza como "harmonie sublime (...) la coincidence exacte des deux espaces et des axes majeurs qui les stucturent" [CLAVEL-LÉVÊQUE, 1994, 21]

---

<sup>74</sup> Os resultados das escavações em torno de S. Cucufate têm servido para justificar várias situações com cronologias distintas. Temos, por isso, algumas dificuldades em compreender a verdadeira dimensão cronológica destes vestígios. Vejamos: a propósito da fundação de *Pax Iulia*, afirma "salvaguardando uma fundação triunviral (...), mas situando-a entre 31 e 28 a. C para respeitar a coincidência da dedução colonial com os resultados obtidos pelos trabalhos de campo do concelho da Vidigueira" [MANTAS, 1996a, 49] e a propósito da concessão do estatuto colonial à cidade, " A primeira data que propomos é a de 15 a.C. (...). Os materiais provenientes das sondagens que efectuámos com Pierre Sillières em estabelecimentos agrícolas da zona da Vidigueira, sem dúvida pertencentes aos primeiros colonos de *Pax Iulia*, mostram que a ocupação sistemática do território se efectuou no período em questão" [MANTAS, 1996a, 53; MANTAS, 1993, 493] e finalmente a propósito da Porta de Évora, " (...) a datação augustana que propusemos para os muros da cidade, a partir da análise da Porta de Évora, foi confirmada por uma referência num jornal local do século XIX ao achado de uma inscrição comemorativa da construção das portas e torres em 3 ou 2 a. C.; os materiais provenientes das sondagens que efectuámos com P. Sillières, nosso colega da Universidade de Toulouse, em pequenos casais agrícolas na zona da Vidigueira, sem dúvida pertencentes aos primeiros colonos de *Pax Iulia*, em parte alguma são anteriores aos finais do século I a. C." [MANTAS, 1996, 12].

Vasco Mantas terá razões para utilizar os resultados das escavações na zona da Vidigueira, de forma tão dinâmica. Infelizmente a publicação desses resultados não nos permite confirmar este dinamismo temporal!

<sup>75</sup> Sobre o discurso excessivamente interpretativo, nascido do desenvolvimento da investigação sobre centurições, veja-se entre outros CHOUQUER, 1995, 13-46; sobretudo 13-18.

A primeira centurição de *Pax Iulia* (cadastró A), a confirmar-se, constituiria o que para Higino é o modo mais belo de centurição; urbanismo e *limitatio* rural com a mesma origem gromática e os mesmos eixos maiores. Mas que elementos permitem afirmar que a cidade foi desenhada a partir do mesmo *locos* que a centurição rural? Em que bases se funda a unicidade factual entre um acontecimento histórico que é a fundação da cidade e a subsequente modelização urbanística e organização das estruturas rurais? Nenhum texto antigo nos fala da centurição de *Pax Iulia*, nenhuma inscrição ou *forma* foi até hoje encontrada e nada na cidade nos permite determinar a sua estrutura urbana e definir os seus eixos principais.

Ainda que se provasse a existência de um parcelário urbano e um parcelário rural isoclínico, não haveria argumento para, sem informação arqueológica, determinar a sua contemporaneidade, pois este pode precedê-lo, ou mesmo adaptar-se a ele.

O segundo cadastró (cadastró B), que posteriormente se sobrepôs ao primeiro, só terá explicação, segundo o autor, após uma "análise sistemática de toda a área centuriada e das relações entre as duas operações cadastrais e o urbanismo pacense" [MANTAS, 1996, 19].

A problemática inerente à atribuição cronológica de um qualquer tipo de limitação é de tal maneira vasta e complexa que incita a uma prudência redobrada. Note-se que se estão a analisar estruturas que podem ter um tempo de vida longo e que podem ter assumido funções distintas daquelas que determinaram a sua origem, que podem ter tido ritmos de grande actividade e ritmos de inércia e depois novamente de actividade. Note-se ainda que se trata de estruturas que se alteram conforme a dinâmica de influências produzidas pela relação causa/efeito que mutuamente homem e paisagem se estabelecem.

Mas analisemos os pressupostos que sustentam a cronologia do cadastró A e as vias que se propõem para datar o cadastró B.

Como acima tentámos demonstrar, pouco sabemos do urbanismo de *Pax Iulia* e quase nada de concreto sobre a sua cronologia. Articular estas operações de cadastração com o urbanismo da cidade parece-nos um exercício forçado para o qual só



encontramos explicação na tentativa de estabelecer uma relação entre um acto político, que foi a fundação da cidade, a qual determinou a existência da centurição. Mas mesmo que tivéssemos um conhecimento inequívoco da cronologia da cidade, seria seguro que por via da arqueologia o historiador obtivesse a datação da iniciativa política que desencadeou o processo de agrimensura?

A arqueologia não pode datar senão o período relativo da construção de um caminho e da sua frequência, como não pode revelar a data exacta de construção de um fosso, apenas a data aproximada de enchimento, etc.

Entre o momento em que o agrimensor desenha as centúrias (alinhamento dos *limites*, marcos provisórios dos *limites*), e aquele em que estas são ocupadas, medeia um compasso de tempo, correspondente à materialização das centúrias, que envolve a construção das sub-estruturas que tornam possível o seu funcionamento (colocação dos marcos *intercesivi*, abertura dos caminhos, etc.).

Há todo um processo de fixação na paisagem, *in situ*, dos elementos que memorizam a actividade agrimensural e que implica a substituição dos meios de natureza efémera que serviram de suporte ao desenho do agrimensor por suportes de natureza duradoura (substituição dos postes de madeira—*metae*—por marcos de pedra—*termini*—e que engloba a construção das vias principais e secundárias e dos fossos, etc.

Sem recusar o valor político e simbólico, face aos indígenas, das limitações romanas, estas são, antes de tudo, estruturas de modelização dos campos e, por isso, deve ser na evolução da estrutura agrária que se devem encontrar os motivos para uma *renormatio* e não numa qualquer relação com o núcleo urbano. Uma nova operação de arpentagem não apaga a anterior e a sua necessidade pode ser determinada pela organização e valorização de terrenos antes não incluídos na *pertica*, ou de terrenos deixados para floresta, etc. Uma *renormatio* invoca qualquer facto dramático relacionado com o progresso da *civitas* e não é adquirido que ela provoque alterações radicais na paisagem, ao invés, poderá desenvolver-se como complemento da morfologia existente [FAVORY, 1997, 112]. Em *Caesaraugusta* uma *renormatio* foi

consequência de uma grande inundação que afectou o território da cidade e destruiu o *forum* augustano, o qual se reconstruiu cerca de 10 -20 d. C [ARÍÑO-GIL, *et alii*, 1996, 143].

Os estabelecimentos dispersos pela área centuriada também não podem ser tomados como indicador cronológico. Eles tanto podem representar um fenómeno imediato como um movimento progressivo de ocupação da *pertica*. A possibilidade da área centuriada não ter sido ocupada simultaneamente não é de excluir, num vasto território como o desta *civitas*. A colonização do território da capital da província, Mérida, como nos informa Frontino, não foi inicialmente extensiva a toda a *pertica*, tendo-se assignado primeiramente as terras mais distantes da cidade.

Do mesmo modo que não é transportável a cronologia de um estabelecimento identificado no âmbito de uma malha de centurição para um *limes* ou um cruzamento de limites, já que os estabelecimentos não constituem argumento para datar esse rede, também não se pode datar uma centurição a partir do urbanismo da cidade e muito menos a iniciativa política que a determinou. A arqueologia pode datar a materialização da paisagem mas nunca essa iniciativa política.

O estudo dos cadastros implica rigor metodológico que, desarticulado de uma análise mais ampla das estruturas agrárias, apenas reproduz formas, e como não há formas exclusivas de determinados períodos históricos, a sua vinculação a um determinado acontecimento histórico e o seu carregamento com informação cronológica não passam de uma abstracção.

As diligências para a obtenção de um cadastro rural ou de uma trama urbana antiga devem situar-se numa escala diferente da da escavação, pelo que não podem sujeitar-se à comprovação sistemática de cada ponto e cada linha de uma forma. A sua investigação por correlação de linhas e de pontos, sobre documentos modernos, não pode, por isso, resultar imediatamente numa reconstituição. O que se alcança é um plano de uma estrutura hipotética que, seguidamente, se deve verificar e validar, por prospecções ou escavações.

Se é perfeitamente admissível e desejável que a investigação dos campos implique o estudo morfológico das centuriacões, e dos parcelários em geral, fornecendo este e a reconstituição hipotética de redes de *limites*, é fundamental que estes não sejam representados como um sistema de signos mas como elementos da materialidade do facto fundiário.

Na afirmação "São essas linhas características de um urbanismo pragmático que a teledeteccção permite identificar e reconstruir em Beja, assim como definir a disciplinada organização dos seus campos através de um processo de análise cujas dificuldades e interrogações devem ser assumidas como estímulo para trabalho ulterior, no solo, indispensável garantia de uma prática arqueológica científica", deve ler-se a declaração do carácter hipotético das reconstituições [MANTAS, 1996, 22].

Mas o autor não nos forneceu os elementos de verificação e eventual validação das suas supostas hipóteses. E, legitimamente, podemos questionar se existe uma verdadeira análise morfológica?

A validação no campo exige escavação mas a validação não pode ser aleatória; é necessário que na escavação se encontrem vestígios significantes da estrutura (caminhos ou fossos, por exemplo) e que estes sejam encontrados em número suficiente para que a periodicidade e a orientação sejam provadas, e tenham cronologias concordantes. Para que se possa estabelecer uma estratégia de verificação sinóptica é necessário o convencimento da materialidade das redes cadastrais procuradas com base num conhecimento prévio, ainda que hipotético, da sua cartografia.

A possibilidade de haver limites parcelares orientados de forma diversa dos do cadastro não implica um funcionamento fora do controlo da política de gestão do território, eles podem corresponder a terras deixadas aos antigos *possessores*, não se podendo daqui tirar uma conclusão de marginalidade ou autonomia relativamente à estrutura sócio-económica.

A apresentação de uma organização regular da paisagem graficamente representada por linhas isoclínicas, ainda que o módulo se possa reportar à metrologia romana, extrapoladas para um vasto território de viável correspondência com o de uma

*civitas* e às quais se atribui, com base em dados históricos, não totalmente confirmados, uma cronologia, não são argumentos suficientes para defender a existência de uma *limitatio* antiga. O uso da teledetecção como único método de reconstituição, só por si, merece que nos mantenhamos expectantes e muito prudentes na aceitação da proposta.

A origem antiga de uma rede de alinhamentos isoclínicos valida-se pela metrologia destes, pelos ritmos, modos lineares, as unidades de superfície que o estruturam, etc. Ora não é claro para nós que da restituição proposta para *Pax Iulia* se possa retirar um módulo. De facto, se tentarmos fazer a medida dos alinhamentos isoclínicos definidos como *cardini* e *decumani* não encontramos um módulo único, portanto uma estrutura coerente.

As reconstituições dos cadastros de *Pax Iulia* elaboradas por Vasco Mantas são apresentadas de forma deficiente, não fornecendo nenhum indicador da planificação do espaço, nem mesmo uma cartografia suficientemente completa da morfologia agrária, para que possam servir de instrumento de trabalho e, a partir delas, trabalhar para tentar compreender a relação entre o estabelecimento rural, as formas principais do cadastro e as forma intermediárias e parcelares e, finalmente, constituir o acervo que permita caracterizar os sistemas socio-económicos de produção da *civitas* de *Pax Iulia*.

Esta metodologia de análise, que nos apresenta centuriacões vazias de camponeses, mas facilmente plenas de veteranos dos triúnviros ou de Augusto, articuladas com factos políticos insuficientemente descritos pelos autores antigos, reduz o espaço à dimensão do tempo, sincrónico e factual. Reconheça-se-lhe o mérito de introduzir esta abordagem nos estudos de história agrária, mas, numa fase de profunda renovação conceptual, de que emerge a noção da paisagem como um longo processo de transformação, tomando em mãos a complexidade do real observável por via de uma análise morfo-sistémica, reconheça-se também o desajustamento dos estudos que dela façam uso.

A análise morfológica da centuriacão não faz, hoje, sentido sem uma abordagem do parcelário, para além dos alinhamentos que, por se destacarem, permitem uma leitura imediata. A centuriacão é antes de mais um utensílio de estruturação do espaço agrário,

um instrumento operativo para a produção agrícola e para a pastorícia. Há pois que assumir a paisagem como um sistema dinâmico, com um imensurável poder integrador, como pólo de cultura em transformação contínua, resultado de relações dialécticas que mantêm com o homem — agricultor-pastor. O parcelamento deve valorizar-se como o quadro da vida agrária e, por isso, não pode ser reduzido a uma trama de linhas paralelas e perpendiculares fora do elemento fundamental que é a paisagem, mesmo que esta abordagem não produza informação imediatamente consumível pelos historiadores.

Estamos bem conscientes da importância que a reconstituição arqueomorfológica da paisagem de *Pax Iulia* tem na abordagem do espaço rural. E não temos dúvidas quanto ao seu papel em futuras investigações arqueológicas, programadas ou de emergência. Mas também temos a certeza de que é necessário que se disponibilizem propostas rigorosas, que não assumam a centurição como um conjunto de formas inertes estendidas pelo território da *civitas*, cautelosamente datadas, para se tornarem facto histórico, que no fundo apenas interessa para legitimar um discurso institucional, político e factual.

O estudo dos cadastros pode continuar a fazer-se extraído dos documentos fotográficos e cartográficos o que se crê pertencer a um determinado período, abdicando da exploração da substancial quantidade de informação restante. Mas se a atitude perante a cartografia e a fotografia aérea for a de considerar toda a informação que elas contêm, a questão deixa de ser a de procurar informações sobre as paisagens e campos em determinada época mas a de saber que questões se podem colocar, partindo deste espaço representado, a propósito da sua dinâmica.

Invertida a questão, a metodologia é naturalmente outra: trata-se de uma arqueologia espacializada que transforma a perspectiva. A foto-interpretação faz-se, não para recuperar um vestígio arqueológico, mas para a análise morfológica do conjunto das formas e esta análise das formas não pode ser conduzida sem um conhecimento tafonómico: " il s'agit de savoir quelle a été l'histoire des sédiments afin de dire si l'on

est en droit ou non d'interpréter ou de rapporter telle forme à un fait social ou une époque déterminé"<sup>76</sup>.

Os fotogramas e a cartografia disponíveis para a região são uma excelente base de trabalho para proceder à análise da centurição de *Pax Iulia* mas esse trabalho deve implicar um vasto conjunto de recursos humanos e técnicos que nos permitam estudar as paisagens agrárias na sua dinâmica temporal e ambiental.

### 6.2.7 A propriedade fundiária

Fundada unicamente em dados arqueológicos relativos aos estabelecimentos, a reconstituição das dimensões e a configuração da superfície dos domínios agrários é tão profundamente lacunar que a possibilidade do resultado se aproximar da realidade apresenta-se grandemente improvável.

O pessimismo subjacente a esta afirmação fundamenta-se numa reflexão aprofundada, comparando as metodologias utilizadas para essas reconstituições e os sítios que inventariámos inseridos no espaço geográfico e pedológico envolvente.

Numa análise de macro-escala, o território da *civitas* de *Pax Iulia* pode repartir-se por duas unidades topomorfológicas fundamentais—planura e colinas de relevos ondulados—a que, *grosso modo*, correspondem solos de boas aptidões agrícolas e solos de fracas aptidões agrícolas.

As *villae*, distribuindo-se pelas áreas mais planas, pelos melhores solos—barros—, com acesso mais fácil aos recursos hídricos, fazem vingar o seu *estatuto* de manifestação mais evidente de um modo de exploração do solo.

O preenchimento, quase hegemónico, dessas áreas de melhores aptidões agrícolas atira o casal, cujo papel enquanto unidade agrária de categoria inferior não está, para nós, totalmente clarificado, para posição geográfica periférica onde a topografia é mais irregular e os terrenos de qualidade inferior. A esta escala, esta constatação emerge como fundamental, pois permite-nos deduzir o papel eminente da

---

<sup>76</sup> Agradecemos a G. Chouquer a leitura do texto inédito, em fase de publicação.

*villa* na estruturação das hierarquias rurais e do trabalho do solo e a natureza e a participação do casal, no quadro da estruturação do espaço agrário, como secundária, em caso algum se confundindo com o da *villa*.

O facto de não encontrarmos indícios evidentes de uma retracção do casal provocada pelo aparecimento das *villae*, havendo, pelo contrário, elementos que nos indicam uma existência simultânea, durante todo o Império, de pelo menos alguns deles, sugere a hipótese de que estas duas estruturas poderão ter funcionado de maneira complementar na exploração dos recursos do território pacense, autonomamente ou vinculadas por um qualquer laço jurídico, sem que possa daqui inferir-se a categoria social dos possuidores de cada uma destas estruturas.

Caso houvesse uma complementaridade estratégica, a *villa* representaria o centro da exploração agrícola por excelência e os casais, sem excluir a vocação agrícola de alguns deles, assumiriam o papel de unidades fundamentalmente ligadas à pastorícia, à exploração de recursos cinegéticos e florestais e a actividades de carácter artesanal. Teríamos, aparentemente, uma situação ideal de exploração do solo: *villa* e casal articular-se-iam de forma racional na exploração dos diferentes recursos.

Poderão os elementos de que dispomos permitir afirmar esse funcionamento ideal?

A posição de cada um deles no terreno, só por si, não permite esta conclusão. Uma apreciação mais abrangente do lugar que a *villa* e o casal ocupam no sistema agrário deve derivar, em primeiro lugar, de uma análise à escala do domínio fundiário; partindo do pressuposto que cada um deles representa o centro da topografia dominial em que os edifícios significam as terras que os rodeiam e os recursos que estas proporcionam.

Porém, como vimos, *villae* e casais não pertencem à mesma categoria tipológica/funcional e, não se confirmando a vocação dos casais como unidades de exploração exclusivamente agrícola, poderemos deduzir, admitindo a autonomia destes dois tipos de estabelecimentos, que, durante o período romano, houve uma distribuição lógica, racional e equilibrada dos equipamentos para a exploração dos diferentes

recursos, em função da importância que estes tinham na economia da *civitas*, sem que isso corresponda a uma estratégia pré-definida de exploração desses recursos.

Fixemo-nos nos casais que tinham vocação agrícola e que, com as *villae*, constituíam os pólos da vida agrária. A primeira questão que se coloca é a de saber quais as dimensões da propriedade que possuíam e como organizavam a sua exploração. Inexistente qualquer tipo de documentação escrita sobre o assunto, quais os critérios que nos podem permitir determinar essas dimensões?

Os edifícios que constituem os seu núcleos habitacional e frumentário fornecem-nos uma leitura de ordem de grandeza que nos permite distinguir casal de *villa* e, destas, distinguir *villae* maiores e mais pequenas, mas jamais poderão caucionar uma tradução linear da dimensão das terras que lhes estariam afectadas nem sequer daquelas que supostamente exploravam.

Um exemplo concreto desta incapacidade pode verificar-se num exaustivo estudo que comparou a tipologia agrológica dos solos segundo os textos agronómicos antigos e os solos do Tricastin a partir das classificações pedo-agrológicas actuais e seguidamente cruzou esta informação com os dados fornecidos pelos contratos do cadastro B de Orange [FAVORY e VAN DER LEEUW, 1998, 278]. Das terras não distribuídas que a colónia disponibilizou para aluguer, os lotes mais pequenos correspondem aos melhores solos e tendencialmente são alugados a tarifas mais elevadas; os lotes de maior tamanho, entre 150 e 200 júgeras, são alugados a tarifas mais baixas por razões que se prendem com a qualidade medíocre dos solos.

Deste exemplo pode deduzir-se que o estudo dos domínios das propriedades implica, em primeiro lugar, o estabelecimento da tipologia dos sítios assente em outros descritores para além da grandeza das partes edificadas e só depois desta ter sido rigorosamente definida, se poderá determinar a escala de valores a que se deve sujeitar o seu tratamento. O facto de termos um grande edifício pode não significar uma grande parcela de terra e o inverso pode ser também verdade. Pretendendo comparar propriedades de casais e *villae* há que colocar estas unidades no seu tempo próprio. É consensual que não fará sentido analisar um conjunto de dados sem que deles tenhamos



uma perspectiva funcional e ao mesmo tempo um índice cronológico concordante. Não tem nenhum sentido nem qualquer relevância comparar casais do século I, por exemplo, com *villae* do século II.

Portanto, a abordagem da questão da propriedade que eventualmente se associava a *villae* e *casais* deve situar-se num nível distinto daquele que pretende definir o seu valor métrico. As dimensões permitem determinar a grandeza da propriedade, mas desta não se podem directamente inferir os rendimentos que dela se podem esperar, uma vez que estes são, antes de mais, determinados pela qualidade dos solos e pelas técnicas usadas no trabalho e rendibilização do solo.

Concordamos, por isso, com aqueles que sustentam que "o domínio de uma *villa*, enquanto património fundiário de um indivíduo, é geralmente impossível de abordar, salvo quando fontes específicas o permitam (epígráficas, por exemplo) ou quando ele se confunde, num caso simples, com o *finage* da exploração de um estabelecimento agrícola." [BERMOND e PELLECUER, 1997, 73].

Ora estes casos são uma excepção e situações diversas e complexas, derivadas da aquisição, de partilhas, de trocas de propriedade, por exemplo, podem conferir a estes domínios uma configuração que a abordagem arqueológica, por si só, não está em condições de averiguar.

O estabelecimento de inter-relações entre o cadastro, enquanto estrutura base de organização coerente do espaço rural, e os estabelecimentos, enquanto materialidade de um certo tipo de exploração do espaço agrário cujas formas não são desarticuladas daquele, poderia, *a priori*, ser um critério interessante para avaliar os domínios fundiários. Mas o estabelecimento de relações entre um e outros é complexo, sobretudo quando não se dispõe de dados inequívocos sobre os *limites* do cadastro, sobre divisão interna das centúrias e sobre a superfície dos lotes distribuídos. Além disso, a análise e compreensão de um domínio situa-se numa escala distinta da do cadastro, a da propriedade particular organizada segundo uma lógica que tende a maximizar os rendimentos da terra num mais curto espaço de tempo, inscrevendo-se, por isso, numa dinâmica própria que pode ser, ou não, a da estrutura de base.

### 6.2.7.1 As dimensões dos domínios fundiários - métodos de avaliação

Como veremos, exceptuando alguns métodos recentemente ensaiados para determinar a superfície dos *fundi* das *villae*, que além de se interessarem pelas dimensões se preocupam também em demonstrar a dimensão sócio-económica do domínio enquanto espaço de desenvolvimento das actividades agrícolas, os cálculos tradicionalmente adoptados remetem-nos, a jusante e montante, para dados empíricos, de difícil sustentação prática, uma vez que apenas uma parte dos elementos necessários é equacionada. Remetem-nos igualmente para construções baseadas num ideal transmitido por autores como Plínio e Catão, que apresentam as suas propriedades como o exemplo paradigmático de uma exploração modelo.

Rita Compatangelo afirmava recentemente: "La recherche presque obsessionnelle de l'étendue précise des domaines liés aux établissements relève de cette même démarche positiviste qui remonte à la tradition historique du siècle dernier. Depuis Mommsen, on a essayé de pallier l'imprecision de la notion de latifundium chez les auteurs anciens, qui d'ailleurs l'utilisent très rarement" [COMPATANGELO, 1995, 51].

Nesta interessante síntese em que a autora afirma a importância das realidades do terreno relativamente aos modelos históricos, para a determinação das áreas dos *fundi* das *villae*, encontramos uma mais ou menos detalhada apresentação e discussão sobre os métodos de cálculo utilizados pelos investigadores [COMPATANGELO, 1995, 46-51].

Colocando de fora métodos de validação mais que duvidosa, como aquele que se baseava no preço médio por júgera dado por Columela (RR, 3, 3, 8) [KUNZISCIN, 1984] ou esse outro que conduziu à determinação da superfície do *fundus* de uma *villa* partindo do número de bestas de atrelagem em estábulos identificados em escavação [APPLEBAUM, 1975,118-132], retenhamos algumas metodologias de determinação das superfícies das propriedades, para perceber a natureza dos fundamentos em que assentam e atentemos nos seus alcances e insuficiências.

Dos métodos tradicionalmente utilizados para a determinação dos domínios das *villae* destacam-se, pela adesão: o dos polígonos de Thiessen; o da concordância de uma área natural com a extensão de um domínio; o do cálculo a partir de centros dominiais presumidos e o do cálculo que tem por base indicadores fornecidos por estruturas da parte frumentária das *villae* - capacidade de armazenamento das colheitas, capacidade de produção dos lagares de vinho e/ou azeite.

O método dos polígonos de Thiessen, tomado de empréstimo dos estudos de Geografia Humana, consiste em construir figuras geométricas traçando perpendiculares no meio de segmentos de recta ligando sítios. Foi bastante vulgarizado no final da década de 70 e aplicado em arqueologia, quer para definir territórios de núcleos urbanos quer propriedades de *villae*, até ao início dos anos 90. Esta abordagem formal pressupõe que a distância ao sítio (ponto central) é determinante para a delimitação do espaço; assim, a construção geométrica dos "territórios" obtidos corresponde à dimensão teórica dos domínios fundiários das *villae*.

Em rigor, este método tem a capacidade, desde que todos os sítios sejam contemporâneos, de expressar o desenho da malha de ocupação de um determinado espaço (polígonos pequenos nas zonas densamente ocupadas, polígonos amplos em zonas fracamente ocupadas) mas em caso algum nos fornece dimensões teoricamente fiáveis dos domínios fundiários. O método não contempla o contexto topológico do sítio nem a diversidade dos elementos naturais envolventes (hidrografia, tipos de solos, topografia), o que leva à reconstituição de propriedades apenas distinguíveis pela maior ou menor superfície que tiverem. Por outro lado, este método de avaliação implica que entendamos as realidades agrárias como estáticas, quer do ponto de vista da posse da propriedade, quer do ponto de vista da dinâmica interna. Como se conjugariam os pequenos sítios dispersos pela propriedade com este esquema geométrico?

A reconstituição de domínios, com base nos polígonos de Thiessen não traduz a dinâmica da história agrária, onde se devem ter sempre presentes as alterações provocadas por abandonos, partilhas e sucessões, trocas e vendas, etc., que podem ter originado a imbricação de enclaves de pequena propriedade no grande domínio.

A metodologia mais vulgar, pelo menos a partir da década de oitenta, foi aquela que, partindo de inventários arqueológicos, se baseava na divisão do número de hectares prospectados pelo número de sítios inventariados (presumidos como unidades de produção); o espaço disponível para cada sítio achava-se dividindo a superfície da área analisada pelo número de estabelecimentos aí referenciados. Absolutamente empírico, este método supõe uma repartição igualitária da propriedade, o que não deixa de ser um postulado simplista e redutor contrastando com a dinâmica das sociedades agrárias antigas e, por isso, inconciliável com os diferentes níveis de vida que se devem admitir e podem antever da distinta grandeza e riqueza dos edifícios e materiais inventariados em diferentes sítios e dos grandes empreendimentos hidráulicos, por exemplo. Uma comparação imediata, derivada apenas de uma observação preliminar das estruturas escavadas e da diversidade de edifícios de *villae* como Pisões, Cidade das Rosas, S. Cucufate e Monte da Cegonha, para citar apenas casos de visibilidade incontestável, coloca-nos num nível de apreciação em que se torna difícil admitir para todas elas uma base igualitária de rendimentos, sendo lógico que, tratando-se de estruturas de natureza fundiária, se encare a possibilidade de possuírem propriedades de dimensão desigual, já que todas elas se encontram posicionadas numa envolvente natural de qualidade equipolente.

A precaridade e subjectividade deste método confirma-se na dimensão de 1500 ha que J.-G. Gorges atribuiu às propriedades das *villae* da região de Beja [GORGES, 1979, 98-100]. Estas enormes propriedades, verdadeira ficção no período romano, na região de Beja, resultam de uma avaliação feita a partir de uma carta arqueológica sumária, resultante de descobertas casuais, às quais se atribuiu a mesma cronologia.

Para que este método pudesse ser representativo de uma realidade, tanto quanto possível aproximada, era necessário que se tivesse como suporte um inventário de todos os sítios, e aceitar que os vestígios verificados à superfície revelavam exactamente de que tipo de sítio se tratava. Ora, se para a avaliação numérica dos sítios achamos que uma prospecção sistemática pode proporcionar uma percentagem elevada de respostas positivas, não estamos seguros que o mesmo se possa verificar com a tipologia dos

sítios. Era ainda necessária uma concordância cronológica de todos os sítios sujeitos a esta operação e a prática demonstra que os materiais de superfície só em condições excepcionais podem ser tomados como indicadores cronológicos absolutos. Os materiais recolhidos em prospecção no Monte da Cegonha, antes da intervenção arqueológica, não deixavam dúvidas quanto ao tipo de sítio, mas não nos permitiam concluir da evolução diacrónica de ocupação do sítio. E se, neste caso concreto, a escavação confirmou a tipologia de sítio proposta, não é certo que assim seja sistematicamente.

Os edifícios assumem-se, neste método, como o descritor fundamental da análise da propriedade vinculando-se à evolução daqueles a evolução desta. Admitindo que a construção de um lagar ou de um celeiro significa o aumento de produção, não nos parece que dessa provável relação se possa estabelecer uma outra que é a do aumento da superfície da propriedade. Uma melhoria das técnicas de produção e/ou uma maior extensão de uma propriedade poderão exigir o aumento dos locais de recolha das colheitas, a introdução da cultura da vinha e da oliveira poderão conduzir à instalação dos equipamentos necessários à sua transformação, não significando o aumento da propriedade.

Portanto o rigor deste método, mesmo que baseado numa carta arqueológica completa onde os sítios se classificassem tipológica e cronologicamente, porque, globalmente, não toma em conta a diversidade de solos, os desequilíbrios topográficos, as linhas de água, factores que, em maior ou menor grau, têm uma função organizadora na distribuição das residências e na "arrumação" das culturas da propriedade e dos seus limites, e exclui a eventual dispersão da propriedade, é sempre duvidoso.

Sillières e Mantas individualizaram, para o século I d. C., 12 estabelecimentos, ("exploitations agrícolas") dos 65 que a prospecção sistemática em 2.300 ha, em torno de S. Cucufate, lhes proporcionou identificar e questionaram: "mais à partir de ce nombre de bâtiments est-il possible de donner une indication de superficie des exploitations correspondantes?" [SILLIÈRES e MANTAS, 1990, 180]. A resposta é positiva caso se tenha em conta a diversidade dos tipos de solos.

Apesar de introduzida esta variável, os pressupostos metodológicos não se distinguem daqueles que Gorges utilizou, uma vez que a diversidade de solos só foi accionada num segundo momento da análise. Vejamos: primeiro dividiu-se a totalidade da superfície prospectada pelo número de estabelecimentos (*fermes* e *villae*) e obteve-se para cada um deles uma superfície de 200 ha (800 júgeras); em seguida, dividiu-se a área de aluviões recentes, únicos terrenos férteis para a agricultura, por cada estabelecimento. Concluiu-se, finalmente, que cada estabelecimento, no século I d. C, tinha domínios com uma vasta extensão de 200 ha mas apenas 15 ha (60 júgeras) de bons solos agrícolas.

Segundo o mesmo princípio, o desaparecimento de alguns sítios aumentou o espaço divisível, o que proporcionou o aumento hipotético das propriedades no Baixo Império.

Os autores assumem o embaraço desta construção teórica, sobretudo porque ela reproduz propriedades iguais, o que não se articula, em seu entender, com um notória desigualdade dos edifícios. Propõem então que S. Cucufate, por ser manifestamente maior que os estabelecimentos em redor, pudesse ter, “peut-être un fundus plus vaste que les autres établissements ruraux” [SILLIÈRES e MANTAS, 1990, 180]. Porém, medidas as distâncias entre S. Cucufate e os outros estabelecimentos próximos, concluem que não há espaço entre eles para aumentar o domínio de S. Cucufate. A grandeza da *villa* explicar-se-ia, então, pela descontinuidade do domínio fundiário e/ou pela manutenção de algum vínculo de sujeição dos casais que lhe proporcionariam rendimentos.

Não tendo os autores disponibilizado a lista da dúzia de sítios sujeitos a esta análise, não é possível verificar as características particulares de cada um. Não nos parece, porém, que a sua avaliação tenha incidido sobre estabelecimentos da mesma categoria. A Courela das Antas é sem dúvida um interessante sítio atendendo à sua estrutura arquitectónica e aos materiais exumados, mas o seu contexto topológico e a sua evolução cronológica são bem distintos dos de S. Cucufate ou Pedras de Zorra. Ora,

segundo a nossa classificação, Courela das Antas seria um casal e portanto dimensionar-lhe uma propriedade na mesma escala que S. Cucufate é francamente desajustado.

Partindo dos mesmos dados da prospecção, Jorge de Alarcão fez uma distinção clara dos diferentes estabelecimentos, repartindo-os por *villae* e casais e elaborou uma outra interpretação. Às *villae*, num total de cinco, corresponderiam em média cerca de 420 ha e aos casais uma média de 20 ha, dos quais 25 ha de bons solos para cada *villa* e 2 ha de terras férteis para os casais [ALARCÃO, 1990, 419-420]<sup>77</sup>.

Esta proposta tem, relativamente à anterior, a virtude de distinguir dois níveis diferentes de propriedade, de acordo com dois tipos de estabelecimentos deduzidos das prospecções mas mantém o pressuposto de que o espaço é totalmente divisível e rendibilizado da mesma maneira.

Seja utilizando elementos do meio natural ou distinguindo as categorias de estabelecimentos, este método apenas permite dimensionar teoricamente uma propriedade mas em caso algum nos transmite a ideia da forma como no seu interior se organizava a exploração. A possibilidade de entre cada propriedade poder haver terras de outra categoria, como, por exemplo, terras do domínio público (*silvas sive pasqua publica*) cuja visualização nos é transmitida pelas vinhetas que ilustram o tratado gromático de Higinio Gromático [CHOUQUER e FAVORY, 1992, 28-29] fica totalmente excluída deste modelo.

A reconstituição dos domínios estabelecendo coincidência entre uma área natural e a de uma propriedade, visando encontrar terrenos agrícolas complementares, foi um método utilizado para a determinação da área de algumas propriedades, como por exemplo, o domínio dos *Domitii Aquenses*. Segundo este determinismo geográfico, essa propriedade teria entre 600 a 800 ha [BURNAND, 1975, 182-183; 201]. Ora a fixação de limites segundo este método é perfeitamente arbitrária. Uma área natural não é necessariamente propriedade de um único indivíduo; mas, ainda que o fosse, no caso de uma *villa* com continuada ocupação ao longo de vários séculos, seria legítimo

---

<sup>77</sup> Mais tarde alterou estes cálculos e atribuiu, em média, 200 hectares às *villae* e 50 hectares aos casais [ALARCÃO, 1998, 96-98]

questionar se a sua afectação à propriedade foi contínua ao longo do tempo ou se foi progressiva. Este método vincula uma determinada superfície a um domínio suprimindo a capacidade de adaptação a alterações da super-estrutura e, conseqüentemente, a actividade regeneradora das estruturas de produção ao longo do tempo.

Evoluído do método que pretende determinar a dimensão dos domínios a partir dos edifícios da *villa*, sobretudo dos de exploração e alojamento do pessoal, proposta por Grenier, o método de avaliação dos domínios fundiários partindo da cubagem dos edifícios de armazenamento da colheita e/ou da capacidade de produção dos lagares de azeite e dos lagares de vinho tem-se vulgarizado entre a comunidade arqueológica.

Este método relaciona a capacidade de armazenamento dos celeiros e/ou volume dos contentores encontrados *in situ* ou ainda o número de lagares encontrados com os cálculos fornecidos pelos autores antigos, Catão e Columela, sobretudo, relacionando esse equipamento com o volume da produção<sup>78</sup>.

No que respeita à avaliação feita com base na capacidade dos locais de armazenamento, parte-se do princípio de que a construção destes se faz de acordo com a produção presumida. Nesta medida, uma dimensão aproximada da parcela relativa à produção pode augurar-se. Porém, partir desta para dimensionar a propriedade é omitir a sua eventual descontinuidade e/ou a possibilidade de se poder repartir por solos de qualidade desigual.

Foi com base neste princípio e partindo dos lagares de vinho que se obteve para o domínio de Settefinestre a superfície de 500 júgeras (125 ha.) o qual se constituía por 50 ha de vinha, 66 ha de cereal, olival e outros produtos herbícolas, 7,5 ha de floresta e o restante reservado para a instalação dos edifícios [CARANDINI e SETTIS, 1979. 68-76; id. 1985, I, 165-168; III, 106-107]<sup>79</sup>.

---

<sup>78</sup> Não pretendemos entrar numa exaustiva apresentação destas informações, suficientemente conhecidas, mas veja-se por exemplo Columela III, 3,7, que diz que uma vinha bem cultivada deve dar 40, pelo menos 30, ânforas por júgera e Catão que refere que um olival com 240 júgeras deve ser equipado de lagares e 100 dolia.

<sup>79</sup> Tchernia, discordando do sistema de vinificação e do cálculo da produção proposto por Carandini, propõe uma capacidade de armazenamento de 880 a 1100 hl para uma vinha de 14,6 a 31,4 ha [TCHERNIA, 1995, 388-389].



J.-P. Brun, em S. Michel à la Garde, partiu do equipamento de produção de azeite e reportando-se às informações de Catão, que indicam que um olival de 240 júgeras (60 ha) deveria ser equipado de cinco lagares e 100 *dolia* e, partindo de um rendimento médio de 100 a 150 l de azeite por ha, o autor, calculou em 100 ha a parcela da propriedade destinada a olival [BRUN, 1989, 103-162].

O mesmo tipo de cálculo, tendo como base a estrutura dos celeiros, número e capacidade dos *dolia* aí presentes, foi ensaiado na *villa* de Tolegassos e noutras *villae* da região catalã, onde se escavaram alguns sítios com *dolia in situ* [CASAS I GENOVER, et *alli*, 1995, 94-95]. Conscientes da precaridade do método, os investigadores catalães chamaram a atenção para a dificuldade em validar este tipo de cálculos, que vinculam um determinado volume de grão a uma porção de terra, referindo, por um lado, a incapacidade de saber como se praticava o cultivo e com que intensidade e, por outro lado, o desconhecimento do rendimento das sementes na antiguidade. A este propósito recordam que não encontramos nos autores antigos um posição concordante relativamente ao rendimento das sementes: para Plínio era de 1 para 100 e para Cícero de 1 para 10.

Face à recorrente utilização deste método, a afirmação de A. Tchernia, que subscrevemos, "calculer à partir de là [capacidade de armazenamento de *villae* vitícolas] les dimensions du vignoble est un exercice acrobatique parce qu'il met en jeu, entre autres, une hypothèse sur le rendement, dont on sait la grande variabilité" [TCHERNIA, 1995, 386], assume um carácter provocatório evidente, mas a sua intenção não é outra que a de alertar para a fragilidade metodológica deste tipo de cálculos.

Para que fossem o mais aproximadamente possível rigorosas, estas avaliações deveriam ser feitas tendo a certeza de que se tinha o conhecimento exacto das condições de armazenamento e a garantia de que se estavam a contabilizar todos os sítios possíveis

---

Rathbone, partindo dos mesmos lagares, não atribui mais que 30 júgeras de vinha a este *fundus* que, em sua opinião, teria apenas 100 júgeras.

Nestes resultados podemos antever a dificuldade que há em construir hipoteticamente os domínios fundiários das *villae* com base neste método de cálculo.

de armazenamento. Ora, como sabemos, e o caso de Tolegassos é um exemplo formal, nem sempre os armazéns estavam situados no núcleo principal das *villae*.

Quando se fazem cálculos desta natureza deverão ponderar-se alguns aspectos relacionados com as espécies em questão. As espécies vegetais não têm uma produção independentemente dos solos onde são cultivadas; no caso das vinhas, o volume de produção depende directamente não apenas do tipo de terreno mas também do tipo de casta, das técnicas de cultivo e da idade da cepa. Uma parcela de vinha de igual superfície na região de S. Cucufate e na área de Conimbriga não têm certamente a mesma capacidade de produção, pelo que é necessário ter atenção ao que se está a avaliar e onde. De qualquer maneira, este método conduz à obtenção de resultados representativos apenas da área cultivada e, ainda assim, apenas daquela que estava destinada aos produtos que estavam armazenados. Partir destas parcelas para a dedução da área total da propriedade seria, mesmo recorrendo aos modelos ideais de divisão da propriedade, descritos pelos autores antigos, um risco com resultados teoricamente justificados, mas pouco confortáveis no que concerne à realidade.

A superfície ocupada pelos edifícios de habitação, do proprietário e dos que trabalhavam na exploração, os celeiros e os lagares, podem fornecer-nos um índice de diferenciação métrica das explorações, mas não nos permitirão nunca determinar as áreas dos domínios.

A utilização deste método pode, apesar de tudo, dar-nos uma aproximação ao tamanho de algumas das parcelas cultivadas desde que sejam introduzidas variantes de natureza regional (tipo de cepas, qualidade dos solos, capacidade dos *dolia* utilizados na região, por exemplo), mas estes podem ser completamente deturpados se armazéns servirem para aglutinar produções provenientes de propriedades de diferentes proprietários (como sugerimos para S. Cucufate) ou se a propriedade for descontínua e a superfície afecta a um determinado produto estiver dispersa pelas várias unidades de produção de uma *villa*.

CONGÉS e LECAUCHER, tentando ultrapassar o carácter ambíguo dos cálculos assim obtidos, complementam-nos e enriquecem-nos com a introdução de elementos de

natureza ambiental, próprios ao contexto geomorfológico envolvente dos edifícios. A extensão do domínio de Pardignon<sup>1/3</sup> foi avaliado aplicando e cruzando duas séries de argumentos diferentes—cálculos feitos a partir da capacidade de armazenamento do celeiro, e dados dos agrónomos antigos e envolvente agrológica. Partindo dos cálculos relacionados com a capacidade do celeiro, estimou-se a área cultivada entre 80 e 100 ha num domínio hipotético de 300 ha. Avaliada a envolvente geotopológica da *villa* e relacionada com os sítios arqueológicos das redondezas, admitem que haja a possibilidade real de o valor de 80 ha se poder confirmar, dado que as dimensões do espaço ocupado pelas terras planas, mais aptas para a agricultura, rondam os 90 ha [CONGÉS e LECAUCHER, 1994, 286].

A metodologia utilizada por Pellecuer e Lugand torna inequívoca a exigência de articular as diferentes informações que se podem encontrar nos agrónomos antigos com os cálculos feitos a partir dos locais de armazenamento e estas, por sua vez, com os tipos de solos, a topografia e a posição de outros estabelecimentos nas imediações.

De facto, os dados relativos à topografia e pedologia da envolvente não podem ser desprezados nesta avaliação, dado que a variabilidade dos terrenos implica uma distinta produção efectiva por júgera e uma organização distinta, em termos de aproveitamento e rendibilização, dos espaços de produção.

Este tipo de análise torna evidente que o estudo da propriedade se deve fazer ao nível da micro-escala e que a extrapolação para toda uma região de valores calculados num estabelecimento, mesmo que esta apresente características similares, é abusiva. Cada domínio deve ser estudado como uma unidade que, para além da estrutura geral de organização do espaço, constrói um sistema morfológico que deve ser particularizado e apreendido nessa escala.

Um outro nível de apreciação dos domínios fundiários, situando o estudo da *villa* numa perspectiva mais ampla, no contexto da arqueologia agrária, extrapolando os limites próprios dos seus edifícios, baseia-se no estudo dos parcelários.

Esta abordagem concebe o sítio como um pólo de iniciativa morfológica com as suas parcelas, os seus caminhos, os seus canais, etc., possibilitando reconstituir o quadro

territorial das actividades agrícolas, mas não é, ainda assim, suficiente para dimensionar o domínio na sua totalidade, uma vez que a compartimentação dos campos em torno de um estabelecimento se pode relacionar directamente com terras cultiváveis mas dificilmente dá conta da dimensão do espaço reservado aos pastos ou às florestas.

A estratégia individual de organização das propriedades agrárias e a sua evolução diacrónica dependem de factores múltiplos que se relacionam com as condições próprias dos solos, as quais originam diferentes maneiras de separar as parcelas. A marcação dos limites de uma propriedade é materializada por estruturas de configuração variada: uma cerca de arbustos, um canal de drenagem ou, seguindo os procedimentos de autores antigos, como por exemplo Sículo Flaco, que menciona a delimitação marcada por ânforas voltadas ao contrário, exemplarmente utilizado e escavado em Sept Font- Saint- Pons –de –Mauchiens (Hérault) [MAUNE, 1994, 65-70].

O interessante estudo do parcelário da *villa* de Rectory Farm, próximo da cidade romana de Godmanchester, na Grã-Bretanha romana, reconstituído a partir de fotografia aérea, da escavação da *villa* e de certos elementos da paisagem agrária, permite-nos seguir o processo de criação e sucessivos desenvolvimentos de uma paisagem agrária (o *infield*) ligada a uma *villa* [GREEN, 1978, 103-116].

A identificação de um tipo de parcelário com uma orientação e módulo diferentes do da rede de cadastro permitiu a Rita Compatangelo definir o *infield* da *villa* de Tourmont (Jura) [COMPATANGELO, 1985, 25-67].

Poderíamos apresentar um maior número de exemplos deste tipo de estudos<sup>80</sup> mas, de uma forma geral, as conclusões são as mesmas. O parcelário que se pode colocar em relação com um conjunto de edifícios nunca permitirá alcançar a extensão total da propriedade de um domínio mas apenas o seu *infield*.

A reconstituição dos parcelários antigos não é sempre possível: uma pressão antrópica exercida ao longo dos séculos e/ou razões de natureza ambiental, inundações, alteração dos cursos de água, etc, podem ter provocado o apagamento completo destes

---

<sup>80</sup> CHOUQUER e FAVORY, 1991, 204-208, apresentam exemplos de parcelários associados a *villae*.

vestígios mas, como diz R. Compatangelo, "la possibilité de fixer les limites d'un domaine à partir d'éléments du paysage d'origine anthropique paraît de toute évidence préférable aux reconstitutions basées sur des limites "naturelles" plus ou moins hypothétiques. Par conséquent, l'étude des parcellaires et de toute autre forme tangible du paysage antique nous paraît désormais un des points de départ les plus solides pour toute étude archéologique du domaine antique" [COMPATANGELO, 1995, 65].<sup>81</sup>

O estudo da envolvente dos estabelecimentos pode fornecer um conjunto imprescindível de informação sobre as formas de cultivar, organizar e rendibilizar o espaço agrário, ao longo dos tempos, pelo que a abordagem da propriedade, enquanto informação de natureza económica, não pode situar-se apenas nos edifícios. Estes simbolizam e garantem a existência de uma propriedade, podem fornecer-nos a imagem da grandeza das terras que possui o seu proprietário, mas não nos permitem deduzir o seu valor métrico.

Delimitar a propriedade de uma *villa* é passar do facto arqueológico à história económica; tomar como referente os edifícios e as suas supostas capacidades de reproduzirem rendimentos da produção pode, por isso, não passar de uma abstração, naturalmente incompatível com a construção histórica. Nessa medida, a escavação de um estabelecimento rural deverá incidir sobre os edifícios e alargar-se à sua periferia, (ainda que nem sempre seja imediatamente perceptível a articulação estabelecimento/campo). Este alargamento da observação e registo deverá produzir uma massa de informação com competência para caracterizar o domínio fundiário quanto à *forma* mas sobretudo na sua dimensão económica; os estabelecimentos podem proporcionar-nos a importância relativa dos equipamentos de transformação e armazenamento mas é no campo que podemos encontrar as informações relativas às produções das parcelas.

---

<sup>81</sup> Sobre as relações que se podem estabelecer entre parcellaires e *villae*, vários exemplos concretos podem encontrar-se nos três volumes dirigidos por G. Chouquer: *Les formes du paysage*, Tome 1 – *Études sur les parcellaires* [CHOUQUER (dir), 1996]; Tome 2 – *Archéologie des parcellaires* [CHOUQUER (dir), 1996a]; Tome 3 – *L'analyse des systèmes spatiaux* [CHOUQUER (dir), 1997].

A construção dos domínios fundiários com base apenas no estudo dos parcelários apresenta algumas dificuldades, pelo que se têm cruzado várias metodologias afim de obter resultados mais fidedignos. Um exemplo interessante é o da reconstrução do domínio fundiário da *villa* de La Domergue-Casse Diable (Sauvien, Hérault). O cruzamento de uma multiplicidade de informação como a capacidade média teórica dos celeiros, capacidade média e o rendimento teórico retido (estimados segundo os cálculos fornecidos pelos autores antigos), permitiu determinar a superfície provável dos terrenos dedicados à viticultura (dos quais se escavaram regos de plantação), do parcelário, da relação com outros estabelecimentos próximos, conduzindo Laurent Vidal a determinar "les éléments d'une organisation de son espace agraire et quelques grandes étapes de son évolution" [VIDAL, 1998, 51]. A propriedade teria 520 ha (admitindo-se que o valor da superfície é teórico), já que não tem em conta a provável descontinuidade) e a vinha ocupava 63 a 73 ha, no máximo, e 31 a 36 ha, no mínimo [VIDAL, 1998, 32 e 50].

Parece claro que qualquer tentativa para obter as dimensões das propriedades individuais resulta frustrada se não se dispuser das necessárias fontes arqueológicas que M. Courbier, em 1985, afirmava serem os estabelecimentos rurais, por um lado, e os índices cadastrais fósseis, por outro [CORBIER, 1985, 687-702]. Aliás, o binómio estabelecimento rural e domínio não pode, em caso algum, ser dissociado uma vez que é no conjunto que se encontra a unidade.

As relações espaciais entre estabelecimentos e parcelário são de difícil abordagem, mas o estudo dos parcelários apresenta-se fundamental, pois estes representam a divisão elementar do solo, o trabalho e a produção. Situado o estudo nesta realização que é o trabalho do homem, o meio geográfico valoriza-se deixando de ser um quadro complexo e inerte no qual se implantam sítios e se movimentam pessoas. A noção de que uma estrutura rural não é um quadro estático, e que os domínios fundiários, enquanto património individual, se configuram em função da dinâmica própria da sociedade na qual as trocas, as vendas, as sucessões, as usurpações das terras comunais, a maior ou menor agressividade dos mercados, a dinâmica do meio ..., se

reflectem na sua organização interna, deve acompanhar de perto qualquer tentativa de generalização. Mesmo integradas numa estrutura geral de organização do espaço rural, tal como a centurição, as propriedades poderão, pelas razões indicadas, assumir ao longo dos tempos características e dimensões submetidas a um leque variado de possibilidades.

Inscritas no seu tempo próprio, as relações que se estabelecem entre estas duas partes dos domínios fundiários hão-de permitir encontrar os ritmos de evolução da propriedade e, por comparação com outras, fornecer-nos os elementos fundamentais para a redacção da história agrária de uma região.

Sem termos sido exaustivos na apresentação dos métodos de avaliação das superfícies dos domínios fundiários, teremos apresentado um suficiente número de exemplos que nos permitem referenciar os métodos utilizados para os avaliar e invocado a necessidade dum amplo conhecimento sobre o uso dos espaços e das espécies cultivados, sem o qual será arbitrário ensaiar qualquer tipo de cálculo.

#### **6.2.7.2 As propriedades fundiárias de Pax Iulia**

A diversidade dos achados de superfície sugere uma distinção de natureza métrica e riqueza dos edifícios das diferentes *villae* do território pacense. As *villae* escavadas parecem confirmar essa suposição. S.Cucufate é manifestamente maior que o Monte da Cegonha e a Cidade das Rosas tem uma área construída substancialmente superior à *villa* de Pisões (Fig. 81).

Esta distinção, relativamente à posição no terreno, não obedece a nenhuma regra particular. Se algumas das *villae* situadas quase à sombra das muralhas parecem ter sido amplas e ricas (Suratesta (nº 43), Fonte Figueira (nº 55), S. Cucufate (nº 524), na periferia do território a Cidade das Rosas (nº 282) ou Salsa (nº 226), próximas do limite leste, assumem características que as colocam a par com algumas dessas em torno da cidade.

Lado a lado, encontramos *villae* maiores e mais pequenas, mais luxuosas e mais modestas, aspectos de que não se podem depreender, de forma linear, graus de riqueza



Fig. 89

ou estatutos sociais dos proprietários. Se assim não fosse, como explicar a modéstia dos materiais de superfície do Monte da Fareleira (nº 439), que classificamos como uma *villa* média, relacionada com as duas dezenas de pesos de lagar, que supõem uma capacidade transformadora da grande volume e, *a priori*, uma grande produção vitivinícola?

Mas poderemos, destes dados, inferir ou afirmar desiguais dimensões da(s) sua(s) exploração(ões)? É hipoteticamente uma possibilidade, mas de muito difícil comprovação.

Como se explicaria a aparente modéstia da área construída da *villa* da Casa de Cantoneiros Herdade da Magra 3 (nº 15) com a capacidade de levar a cabo, ou pelo menos participar no empreendimento da dimensão de uma barragem (barragem da

Magra, nº 29), localizada imediatamente a montante e cuja construção se deve relacionar com a reserva de água para uso agrícola?

Algumas *villae* escavadas, quase todas parcialmente, e um número elevado de outras *villae*, deduzidas dos materiais de superfície, constituem o único material disponível para abordar esta importante questão (Fig. 89). Os dados relativos ao espaço de actividade agrícola são completamente omissos porque a nossa investigação não incidiu, por razões que, em rigor, dependeriam dos meios financeiros, técnicos e humanos que era necessário envolver, na análise multifacetada do espaço rural. Possuímos, é certo, uma boa apreensão e registo da morfologia agrária actual,



apreendida no terreno e lida na diversa cartografia que acumulámos, mas esta obedece a uma lógica temporal própria, não podendo ser transportada para a realidade da época romana.

A reconstituição dos domínios fundiários, como acima se referiu, sem a conjugação simultânea dos dados fornecidos pelo estabelecimentos

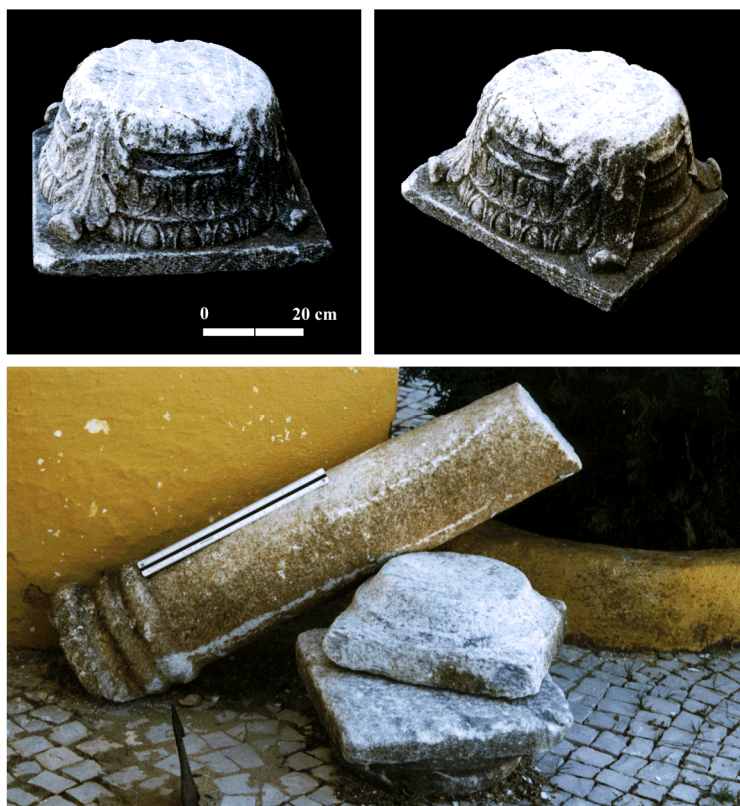


Fig. 90

agrícolas e parcelários que lhes estão associados, pode resultar numa composição harmónica, eventualmente lógica, do ponto de vista espacial, mas sem qualquer relação com a realidade.

O estudo das propriedades do território de *Pax Iulia* deverá, portanto, esperar até que se reúnam esses dados que, por ora, não possuímos.

Jorge de Alarcão tentou sair deste impasse e sugeriu que uma abordagem possível poderia passar pelo estabelecimento de relações espaciais entre a rede de estabelecimentos rurais e a trama cadastral [ALARCÃO, 1998, 96-98, Est. VII]<sup>82</sup>.

<sup>82</sup> Vasco Mantas sugere uma relação estreita entre *villae* e cadastro ao afirmar que "estes estabelecimentos (escavados na região de S. Cucufate) inserem-se na centurição, coincidente com o traçado urbano pacense, que designamos por Cadastro A, reflectindo, segundo cremos, os trabalhos de organização decorrentes da concessão do estatuto colonial "[MANTAS, 1996, 52]. Não apresenta o autor nenhum dado que permita compreender o que é entendido por inserção (estão no interior?), nem que relações se estabelecem entre os dois elementos.

Tratando-se de uma colónia, o território de *Pax Iulia* foi, como vimos, objecto de uma centurição, a qual terá servido de base à distribuição de terras aos colonos.

Jorge de Alarcão assumiu os cadastros que V. Mantas diz ter identificado em *Pax Iulia* [MANTAS, 1996, 5-30]<sup>83</sup> como base, e reanalisou os domínios de casais e *villae* da região de S Cucufate, concluindo que a dimensão de 200 hectares (quatro centúrias) para cada *villa* se ajustava perfeitamente e que as granjas, normalmente propriedades autónomas, teriam propriedades com 50 hectares (uma centúria). Uma e outras tinham estabelecimentos secundários na sua dependência.

Articular uma rede de estabelecimentos com a centurição é evocar e manipular elementos que interferem na composição da paisagem agrária em planos distintos. A centurição tem uma função construtora do espaço agrário, intervindo como utensílio de organização concertada do espaço rural, materializada por um conjunto de acções de arpentagem relacionadas com a estrutura geral e com as estruturas intermediárias, tendo em conta os acidentes topográficos, as linhas de água, a qualidade dos solos, etc.; é uma linha de força da vida rural e da colonização interna da *civitas*, é uma estrutura morfológica de integração e organização das comunidades “coloniais”. O domínio fundiário de uma *villa* situa-se numa outra escala. É uma estrutura própria originada pela necessidade de tornar o solo cultivável e produtivo, adaptada às condições pedoagrológicas dos terrenos da exploração. A manutenção ou transformação dessas estruturas internas dá origem à construção de um modo de organização dominial que pode estar em completa dissonância com a rede centuriada contemporânea sem que isso signifique que não possa manter com ela uma estreita relação.

A evolução da *villa* de Godmanchester é um exemplo interessante e, ao mesmo tempo formal, da criação de uma paisagem própria de um estabelecimento, por desenvolvimentos sucessivos, sem que a cadastração imposta pela cidade os contrarie<sup>84</sup> [FAVORY e CHOUQUER, 1991, 203-204].

---

<sup>83</sup> Neste artigo Vasco Mantas apresenta toda a bibliografia que, anteriormente, produziu sobre o assunto.

<sup>84</sup> O território da cidade com a qual se relaciona esta *villa* não foi centuriado.

Os *fundi excepti* e os *fundi concessi*, grandes domínios no interior do *ager divisus* e *assignatus*, mas com limites externos de demarcação, podendo coincidir a espaços com os daquele, ou ter um traçado irregular, exemplificam outras formas individuais de funcionamento próprio e complementar no interior de uma centurição.

O estabelecimento de relações desse tipo é complexo e exige uma massa de informação de natureza múltipla, da qual se destaca a cronologia coincidente entre esses edifícios e o cadastro e a aferição das relações de funcionamento entre uns e outro.

Qualquer que seja a relação que se pretenda estabelecer entre cadastros e uma rede de povoamento, deve ter-se presente a necessidade de elementos concretos, materiais, temporais; do povoamento deve ter-se uma carta arqueológica o mais completa possível, com a classificação tipológica e a cronologia determinadas e dos cadastros devem ter-se bem distinguidos limites teóricos e limites conservados.

No que concerne aos edifícios, apesar do número elevado de sítios conhecidos no território, admitimos que os que hoje possuímos, pelo menos em algumas zonas, possam no futuro vir a ser multiplicados pelo dobro. Dentro deste vasto território haverá certamente *villae* que não identificámos no terreno, seja porque quando passámos nalguns sítios não foi possível observar informações que nos foram fornecidas, seja porque admitimos que algumas delas se mascaram sob transformações devidas à mecanização e ocupação dos terrenos. No que ao cadastro diz respeito, nada sabemos quanto à área da *pertica* nem à forma como esta se estruturou. Todo o território foi dividido ou houve áreas que, embora submetidas aos eixos fortes da centurição, não foram divididas? Em Mérida, com informa *Agennius Urbicus* (Th. 44, 9-15) muita terra ficou por distribuir e espaços não divididos no interior da malha centuriada são mencionados nos textos gramáticos; um exemplo sobejamente conhecido refere-se à *pertica* de Augusta Emérita que, segundo as fontes, compreenderia um *lucus* de 1000 júgeras de extensão [THULIN, 1913, 37].

Como se subdividiriam as centúrias do cadastro de *Pax Iulia*? E quais as dimensões dos lotes atribuídos aos colonos? Um estudo morfológico não responderia a todas estas questões, nomeadamente ao valor dos lotes distribuídos aos colonos, mas

poderia fornecer-nos informação sobre a forma de subdivisão interna das centúrias. A distribuição de lotes de terra poderia não se restringir ao interior de uma centúria e abranger partes de mais que uma delas.

Mas partindo do pressuposto que as dimensões das propriedades se decalcam de uma centúria no caso dos casais e de quatro centúrias nos caso das *villae*, como propõe Jorge de Alarcão, este sistema tem validade em que período ? Transparece da leitura do texto de Jorge de Alarcão a ideia que terá tido origem no século I d.C. e perdurado até ao Baixo Império, quando se terá dado um fenómeno de concentração da propriedade [ALARCÃO, 1998, 108].

Ainda que factos histórico/políticos determinem uma certa forma de organização do espaço rural num determinado momento, a vinculação ao modelo original, ao longo de um período de vários séculos, é impossível de sustentar. Se uma centuriacão modelizou o espaço rural de *Pax Iulia* num determinado período, esta não pode tomar-se como um elemento de estaticismo da paisagem agrária ao longo de todo o período romano e, até por isso, como quadro interpretativo da posse da terra. Independentemente da necessidade de uma segunda centuriacão, que incidirá, por exemplo, sobre terras que não tinham sido ainda distribuídas, o que, conseqüentemente, originará um parcelamento distinto, e mesmo excluindo razões de natureza ambiental, tem que admitir-se que possam ter ocorrido alterações da propriedade original de um colono; um colono que tenha recebido um lote de terra de uma certa dimensão poderá posteriormente adquirir outros, ao lado ou distantes e, enquanto proprietário, o seu trabalho empreendedor pode proporcionar-lhe o aumento do seu lote inicial, por aquisição ou aluguer, distinguindo-o, a partir de certo momento, do daquele outro colono que manteve o seu lote inicial.

A manutenção deste quadro de organização agrária, face às razões expostas, teria fracas possibilidades de se manter passadas algumas gerações.

Não temos dúvidas que o quadro no qual se dividiram e assignaram os lotes aos colonos foi uma centuriacão. Não sendo exclusiva das colónias, esta forma de *limitatio* é sistematicamente implantada nestas. Admitindo como possível a forma de *limitatio* do

território de *Pax Iulia* em centúrias de 200 júgeras, tal como o sugeriu Vasco Mantas, para que se pudesse tornar operativa no estudo dos domínios fundiários era imprescindível o conhecimento completo de *limites* da centuriação ou centuriações e verificar as relações que se estabeleciam entre estes e o parcelário próprio dos estabelecimentos. No caso dos sítios de S. Cucufate, conhecido o desenvolvimento faseado dos estabelecimentos da *villa*, teria sido fundamental verificar o comportamento parcelário da sua envolvente.

Partir da centuriação para determinar as dimensões dos domínios fundiários é um exercício complexo, dado tratar-se de estruturas de natureza distinta e, mais complexo ainda, quando se não tem nenhum dado concreto sobre as parcelas cultivadas e os limites da centuriação. O desconhecimento do processo de estruturação do espaço rural reduz esta rede de centuriação a uma trama abstracta, inanimada, sem qualquer possibilidade de utilização como quadro de inteligibilidade da paisagem rural.

O estabelecimento de relações morfológicas e funcionais entre uma rede de povoamento e a centuriação ou centuriações pode fornecer-nos dados de análise importantes, não directamente reportáveis às dimensões da propriedade, mas fundamentais para o estudo do quadro estruturante da vida sócio-económica das *villae* e casais.

Recordemos que os casais se encontram praticamente nos terrenos marginais relativamente às *villae* e que, relativamente ao território da *civitas*, se encontram próximos da periferia.

Seria, por exemplo, importante verificar se a localização marginal dos casais é, relativamente à *pertica*, externa (*extra clusus*), ou interna (*intra clusus*). Naturalmente que não retiraríamos desta análise nenhum dado relevante para determinar as dimensões dos domínios; teríamos, porém, a certeza de que, ao pretendermos estabelecer relações entre colonização e assiguação, saberíamos exactamente em que plano deveríamos colocar cada um dos tipos de estabelecimentos<sup>85</sup>. E este dado seria fundamental para

---

<sup>85</sup> Uma posição francamente evidente, fora da área centuriada, dos casais deveria, antes de qualquer outra análise, suscitar uma pesquisa no âmbito da história socio-económica de *Pax Iulia*.

averiguar se a divergência geográfica traduz espaços social e economicamente claramente hierarquizados.

A centurição e a fixação de colonos provocou profundas alterações nos campos do território de *Pax Iulia*, mas é preciso não esquecer os indígenas promovidos pelo novo poder, os quais podem ter mantido as suas terras, no interior da centurição mas com uma organização particular. Como se terá adaptado a centurição às terras dos indígenas? Os vestígios arqueológicos relativos aos edifícios não têm capacidade para responder a esta questão.

Um outro tipo de articulação que se pode estabelecer entre centurição e estabelecimentos rurais é o de perceber os ritmos espaciais e cronológicos de ocupação do espaço.

Se tomarmos como indicador cronológico os materiais recolhidos, podemos acreditar (independentemente da colonização se ter feito por vagas ou incidindo mais fortemente em determinadas áreas) que, desde o início, a distribuição de lotes se pode ter repartido por todo o espaço territorial. Se a grande concentração de *villae* junto à cidade e ao longo das ribeiras principais, Cardeira, S. Pedro, Chaminé, entre outras, é reflexo de uma distribuição preferencial nestas zonas, onde os bons solos são cortados por linhas de água de grande caudal, e a esperança de bons rendimentos agrícolas óbvia, não é possível sabê-lo por enquanto. No entanto, teoricamente, é legítimo sugerir que os primeiros colonos possam ter sido canalizados para as áreas de melhores condições agrológicas. Ainda que a questão da água nesta região, eventualmente, se não se colocasse nos moldes dramáticos de hoje, a proximidade das linhas de água pode ter sido um factor condicionante, como se infere da localização das *villae* próximo destas linhas de água. Esta aparente distribuição de terras por todo o espaço territorial seria completamente distinta do processo de assignação dos lotes aos colonos de Mérida, onde a colonização foi sectorial e progressiva, ritmada da periferia para o centro. *Agennius Urbicus* diz-nos que, por razões da amplitude das terras, os veteranos se repartiram ao longo da fronteira, como marco, mas muito poucos à volta da cidade e do rio *Anas*: o resto foi deixado para ser preenchido mais tarde. Pelo menos, efectuaram-se

mais duas ou três assignações. Toda a superfície das terras não pôde ser preenchida pelas distribuições, e ficou por isso, não assignada (Thulin, 44, 9-15).

Uma datação fina dos estabelecimentos das zonas de margem do território, dos sítios de Moura, por exemplo, por comparação com a de sítios no interior do território poderá concretizar esta questão. Por enquanto, o mais razoável é afirmarmos que, em *Pax Iulia*, desconhecemos completamente o processo e as áreas de instalação dos colonos bem como a forma como foram integradas as terras dos indígenas no quadro da centurição. Não sabemos, por exemplo, se houve áreas no interior da *pertica* que ficaram sem ser distribuídas e que percentagem pode corresponder às diferentes zonas. Desconhecemos os argumentos em que se baseou Vasco Mantas para invocar os edifícios em cujas escavações colaborou como evidências da ocupação sistemática do território num determinado período "(...) estabelecimentos agrícolas da zona da Vidigueira, sem dúvida pertencentes aos primeiros colonos de *Pax Iulia*, mostram que a ocupação sistemática do território se efectuou no período em questão" (final do século I a. C) [MANTAS, 1996, 53].

No quadro do cadastro B de Orange, a distribuição de colonos é desigual de uma zona para outra. Segundo Chouquer: "l'espace Tricastin connaît à partir d'Auguste une profonde mutation. Le fait principal est une colonisation rythmée par lignes de force du cadastre B" [CHOUQUER, 1994a, 52]. A zona a oeste do *kardus maximus* foi palco de uma ampla colonização com múltiplas centúrias a serem totalmente assignadas aos colonos e as terras residuais desse plano de assignações disponibilizadas pela colónia para aluguer. A leste, na base da primeira linha de relevos, as terras foram intensamente assignadas, mas no restante espaço coexistiam terras de todos os estatutos. O movimento de colonização parece ter-se realizado de forma metódica, de sul para norte. Os sítios arqueológicos não estão sistematicamente relacionados com as terras assignadas, estando muitos deles nas margens desta zona de intensivo loteamento "comme si les colons avaient préféré localiser leurs habitats non pas sur leurs terres,

mais le long des itinéraires principaux et à proximité des habitats groupés" [CHOUQUER, 1994a, 53]<sup>86</sup>.

Numa zona não tocada pela colonização augustana e júlio-claudiana, desenvolveu-se o grandioso e excepcional domínio vitícola de Molard, para o qual se admite um estatuto particular, que possuía um armazém cuja capacidade foi avaliada em 2400 hl e uma propriedade de mais de 300 ha [ODIOT, 1994, 107, n. 12].

Naturalmente, uma análise desta natureza supõe que estejamos a considerar elementos que cronologicamente sejam compatíveis. Aliás é esse dado que nos poderá proporcionar avaliar os ritmos e modos do processo de colonização e definir se houve uma dispersão contemporânea de colonos por todo o território.

A articulação da informação arqueológica relativa aos estabelecimentos agrícolas com os cadastros é sem dúvida importante para compreendermos as relações que se estabelecem entre a estrutura de organização e as estruturas de valorização do solo. Mas o cadastro apenas fornece a estrutura da propriedade, não a das explorações que constituem a paisagem e o quadro económico dos domínios. Se é certo que, em conjunto, constituem o esqueleto da paisagem agrária e que, enquanto tais, a organização e funcionamento do mundo rural se estrutura sobre eles, não é linear o quadro das relações em que se vinculam, variando de caso para caso. Os solos, a topografia, as linhas de água são alguns dos agentes de natureza ambiental que patrocinam essa variação.

Retomemos novamente o exemplo de Orange: um lote não corresponde necessariamente a um sítio e pode haver zonas onde não haja sítio nenhum. Da mesma maneira, não deve ser a distribuição de toda a *pertica* tomada como um facto uniforme e simultâneo. Os arpentores indicam que se devem reservar apenas as melhores terras para as assignações. Higino Gromático esclarece que "Deve assignar-se, segundo a lei do divino Augusto, em todo o lado onde forem a foice e o arado (*eatenus...qua falx et arater exiierit*) e Sículo Flaco refere que as assignações aos colonos devem ser feitas

---

<sup>86</sup> Um maior desenvolvimento desta questão encontra-se em ODIOT, 1994, 73-107.



sobre as terras férteis: "com efeito, se um terreno tem um solo áspero e incerto, não o daremos no quadro da assignação" *quoniam militi ueteranoque cultura assignatur: si quid e<ni>mamari et incerti soli est, id assignatione nin datur* [THULIN, 120, 8-9]<sup>87</sup>,

Partir da centurição para determinar um valor métrico médio para os domínios fundiários das *villae* do território de *Pax Iulia* apenas com limites presumidos das centúrias não nos parece ser o caminho mais ajustado. Aliás, mesmo dispondo de mais dados sobre esta estrutura de limites, talvez fosse difícil obter um valor concreto. É certo que Pelletier propôs para os domínios fundiários do vale médio do Rhône reportáveis ao cadastro B de Orange uma média de 100 ha, mas o autor dispôs de um elemento extraordinário, sem equivalente conhecido, que são os mármores onde está inscrita a *forma* do dito cadastro [PELLETIER, 1976, 582-585].

Como vimos explicando, mesmo que conhecêssemos o cadastro de *Pax Iulia* este não é operativo para se poderem determinar superfícies de propriedade de *villae* e casais de *Pax Iulia*. As vias para essa determinação implicam obrigatoriamente informação arqueológica (prospecções e escavações) e estudo morfológico dos parcelários, na mesma escala de tempo e espaço.

A diversidade de situações parece-nos aceitável: haveria domínios maiores e outros mais pequenos, com mutações ao longo do tempo, mas nenhum elemento nos permite quantificar esses valores.<sup>88</sup>

As barragens de grande capacidade de armazenamento de água, numa primeira abordagem, podem sugerir, por um lado, a existência de proprietários suficientemente endinheirados para financiarem empreendimentos desta envergadura, por outro lado,

---

<sup>87</sup> CLAVEL-LÉVEQUE; CONSO; FAVORY; GUILLAUMIN, ROBIN, (trad.), 1993, p.65.

Sobre a interpretação desta passagem e de outras, dos arpentores antigos, que se referem à terra útil, cf. CHOUQUER, 1996a, 207-209; CHOUQUER e FAVORY, 1992, 42-45.

<sup>88</sup> Refira-se que, na Idade Média, a maioria das herdades do termo de Beja correspondia a propriedades de 11,2 ha, 22,3 ha, 33,5 ha e 44,7 ha; apenas quatro, num conjunto de cinquenta e duas, tinham área superior a 100 ha. Estamos obviamente a reportar-nos a um tempo e a uma estrutura agrária longínqua relativamente ao período romano, mas este exemplo mostra bem a diversidade de tamanhos que as propriedades, ao lado umas das outras, podem apresentar, Cf. FERNANDES, 1991, 46-62; apêndice pp. 134-140 e mapa X.

enquanto reservas de grandes volumes de água, propriedades de grandes dimensões.<sup>89</sup> Uma reflexão mais pormenorizada do assunto, tendo presente o mapa de distribuição das *villae* e a sua localização relativamente às barragens, nomeadamente a da Magra (Nossa Senhora das Neves) e a dos Muros (Serpa), talvez nos permita sugerir outras hipóteses. A localização destas barragens parece indiciar uma utilização repartida, parecendo quase óbvio que delas beneficiaria mais do que uma *villa*. A barragem da Magra (nº 29) situa-se a montante de duas *villae*, contemporâneas, (Casa de Cantoneiros, (nº 15), e Fonte dos Frades 1 (nº 8) e a juzante de uma eventual *villa* situada junto aos edifícios do Monte da Magra, situada a cota mais elevada e, da qual apenas temos notícia por Abel Viana.

Indiscutivelmente, as *villae* da Casa de Cantoneiros (Herdade da Magra 3,) e Fonte dos Frades 1 usufruíram deste equipamento. Barragens desta envergadura são empreendimentos caros e talvez se possa admitir que a sua construção resultou de um acordo entre os dois proprietários ou da comparticipação de vários proprietários, alguns dos quais poderiam ter as suas residências noutra local, no campo, ou na cidade.

Tratando-se de um empreendimento privado, faz todo o sentido que, pelo menos teoricamente, se aceite a possibilidade da participação de um colectivo para fazer face ao seu elevado custo e ao mesmo tempo para evitar problemas resultantes do apesamento de águas, em princípio colectivas. A existência de vários proprietários naquela área não será inviável. Na área da centúria DDXIV CKXVIII do cadastro B de Orange encontramos mencionadas 118,5 júgeras assignadas (a atribuição de lotes, no âmbito deste cadastro, foi de 66 2/3 e 33 1/3 júgeras), 40 júgeras devolvidas aos Tricastinos ("rendues au Tricastins"), e 41,5 júgeras alugadas à tarifa de 3 asses a júgera [ODIOT, 1994, 104].

Um mosaico heterogéneo de tamanhos de propriedades nesta área não seria portanto anormal. A *villa* de Fonte de Frades 1, face à riqueza que ostenta tanto no Alto como no Baixo Império, poderia eventualmente possuir uma parcela de tamanho maior,

---

<sup>89</sup> Sugerem ainda o cultivo de produtos de regadio, mas essa questão será tratada noutra local.

e as outras *villae* nas suas imediações próximas, tamanhos mais pequenos. Se admitirmos a descontinuidade da propriedade (em nosso entender, francamente possível), poderiam as *villae* ter nessa área explorações do mesmo tamanho e a distinção resultar das outras explorações situadas noutras partes do território e/ou, porque não admitir a hipótese dos rendimentos de negócios e do desempenho político que o proprietário rural tinha no núcleo urbano situado a cerca de três milhas. Nestes casos, o que é que se quantifica quando relacionamos um conjunto edificado com um domínio? A terra em torno dos estabelecimentos? E que percentagem representava na totalidade das terras exploradas?

O papel da *villa* romana na história do espaço pacense deverá ser feita com base numa abordagem espacial específica, à escala do domínio. Importante será ter em conta o território que se pode observar a partir do núcleo de edifícios, e definir os campos em redor que, pelas suas características morfológicas, sejam passíveis de ser explorados; porém, não se deve automaticamente sobrepor este quadro natural sobre o dos limites do domínio. Há que admitir a existência de espaços complementares, situados ao lado ou não. O carácter complementar de outras explorações não significa que estas fossem obrigatoriamente destinadas a outras produções: seriam complementares no sentido de que proporcionariam o acréscimo da produtividade e do rendimento, ou no sentido de que forneceriam matéria-prima ou outros bens que não existiam na célula principal ou que o intensivo cultivo desta tornava incomportável. Intensamente cultivado significa terras semeadas e "incultos" (pousios, por exemplo), justificados no seio de uma propriedade pela sua utilidade intrínseca, isto é, pela necessidade de fazer a rotatividade de solos mas também como suporte do pastoreio (um rebanho de cem cabeças não justifica a deslocação para longe para ir procurar pasto).

Tomando como exemplo a dispersão das *villae* ao longo das ribeiras de Enxoé e da Cardeira, parece evidente supôr-se que, para além destes espaços, cujas terras oferecem uma enorme capacidade de produção agrícola, haveria outros nas zonas periféricas, destinados a outras actividades, eventualmente necessitando de menos água e/ou relacionados com a exploração da floresta, com os pastos, com a produção de mel,

com pedreiras, entre múltiplas actividades possíveis. A longa tradição da apicultura na região de Beja, relatada nas fontes muçulmanas e que determinou a lavra de um anexo específico no foral de D. Dinis, para a regulamentação das malhadas, não poderá recuar à época romana? Se assim fosse, as colmeias não deveriam estar nas zonas mais arborizadas, e não teriam originado parcelas individuais de terreno pertença de indivíduos que tinham as suas explorações agrícolas noutro lugar?

O domínio tomaria, neste caso, a forma de unidades descontínuas de exploração que, sem dados epigráficos, será completamente impossível reconstruir. É óbvio que a demonstração deste esquema de espaços complementares não é fácil e, em todo o caso, jamais se poderá demonstrar sem uma análise cruzada de estudos paleoambientais com os fornecidos pela escavação, visando o conhecimento detalhado das produções.

Resumindo, não dispomos dos elementos necessários para tentar reconstituir as propriedades afectas às *villae* de *Pax Iulia*. Aceitando que os rendimentos das *villae* provinham exclusivamente, ou pelo menos maioritariamente, da exploração do solo e que os diferentes tamanhos e luxo dos edifícios são sintoma desses rendimentos, poderá concluir-se que *villae* com propriedades grandes e *villae* com propriedades mais modestas conviveram lado a lado. Mas se, pelo contrário, admitirmos que os rendimentos destes proprietários rurais eram provenientes de outras actividades, não directamente relacionadas com a terra, então fica sem efeito esta dedução. Como propusemos para Represas, uma função comercial complementar à de exploração agrícola e para S. Cucufate a hipótese de associar à exploração agrícola a comercialização de produtos agrícolas provenientes de outras explorações, temos que admitir que as residências poderão significar a conjugação de rendimentos não exclusivamente provenientes da terra.

No domínio das hipóteses, poderíamos imaginar tantas quantas aquelas que nos fossem sugeridas pelos materiais encontrados nas diferentes *villae*, mas estaríamos longe de poder comprovar qualquer superfície e muito menos a sua evolução ao longo dos tempos.

Apesar de tudo, devemos situar a questão naquilo que é essencial. A *villa* é um conjunto de edifícios em relação directa com um *fundus*. A exploração do solo implicou técnicas agrícolas e sistemas de cultura que não estamos em condições



Fig. 91

de conferir, mas alguns testemunhos arqueológicos são sintoma de certas produções.



Fig. 92

porque em muitas delas se encontram as dimensões, excepcionais os da 33)<sup>90</sup> (Fig. 91). Produziu-se vinho, a avaliar pelo seu tamanho, talvez eram suficientemente pesados para moer os cachos. Poderão tê-lo um pouco mais tardiamente, mas II e IV, porque há lagares datados e a reutilização de *cupae* no Baixo

uma região em particular. Encontramos destes (e Marmelar, por exemplo), quer nas que estão

ómeno datado ainda da época romana, e não o edifício do lagar, datado do século IV ou V,

A distribuição de estruturas de lagar, nomeadamente pesos, por uma boa parte das *villae*, sugere que cada *villa* possuía o seu próprio local de transformação. Os vinte pesos, de tamanho pequeno (supomos que de vinho), que encontramos reunidos na *villa* da Fareleira Selmes-Vidigueira (nº 439) (Fig 92), onde da primeira vez que visitámos o local, em 1985, se via ainda a parede onde se colocaram os *prela*, devem, portanto, ser associados a uma grande exploração vinícola, e os sete enormes pesos da Horta do Cano e dois de tamanho mais pequeno (mais ou menos as dimensões dos de S. Cucufate) deverão também relacionar-se com uma produção industrial desta *villa*. Talvez assim fosse, mas uma utilização colectiva ou uma transformação de produções de várias *villae*, entretanto compradas pelos donos destes domínios, também se poderá antever.

Situadas em solos de excelente produtividade, quando bem trabalhados, os cereais deveriam ocupar uma percentagem significativa das produções destas *villae*.

Legumes e frutos, e outros produtos de regadio, complementariam o essencial das produções destas *villae*.

O abastecimento da cidade, no que concerne a estes produtos, estava perfeitamente assegurado, não obstante a importação de vinho de melhor qualidade, nomeadamente da Itália, como o demonstram algumas ânforas vinárias encontradas e de azeite da Bética como se deduz das ânforas, pelo menos das Dressel 20, frequentes na região.

A exportação, sobretudo de cereais, deve admitir-se como provável, sobretudo para as regiões do Algarve, para onde era fácil o transporte e para as regiões deficitárias deste bem essencial da dieta romana, situadas mais a norte e noroeste.

A importância de cada uma destas produções das *villae* e a sua evolução ao longo da sua actividade são, por ora, impossível de determinar.

Os bens fundiários são um facto económico, dado representarem uma fonte de riqueza importante, mas são também um facto social, pois a sua posse, no contexto de sociedades agro-pastoris, remete para um nível social superior. A pesquisa sobre as dimensões das propriedades fundiárias romanas deverá pressupor esta simultânea dimensão económica e social da propriedade, e por isso não é indiferente estabelecer as

dimensões dos domínios fundiários, o que implica que tenhamos conhecimento de quem eram os proprietários e qual o regime jurídico da posse das terras.

Do ponto de vista meramente económico, mais importante que saber qual o tamanho da propriedade, em nosso entender, seria saber qual a área da terra cultivada e a importância que cada uma das produções teria no interior da propriedade e qual a sua percentagem e relação com as terras não cultivadas. A proposição parece contraditória, pois estes valores só se obtêm se tivermos o conhecimento da dimensão das propriedades. É apenas uma questão de prioridade; saber se, por hipótese, à vinha, caberiam sistematicamente parcelas superiores às dos olivais e qual seria a dimensão da(s) parcela(s) do pão, como é que estas se organizavam, como é que evoluíram ao longo do tempo e como se estrutura o estabelecimento relativamente ao desenvolvimento das suas produções é, pois, mais relevante e, por isso, prioritário, para compreender e caracterizar o domínio e a importância que estes têm no quadro da economia local e regional.

Um estudo morfológico do parcelário relacionável com a *villa*, cruzado com elementos paleoambientais, poderá fornecer algumas pistas e objectividade ao estudo em questão. A sobreposição de uma rede de estabelecimentos agrícolas sobre uma rede de centurição poderá, desde que se estabeleçam os descritores exactos, proporcionar uma massa de informação que será certamente útil para que se possam relacionar os sítios arqueológicos com esta estrutura morfológica; paralelamente, o estudo dos parcelários de *villae*, associados com informação de natureza arqueológica e ambiental, poderão fornecer os elementos necessários para a reconstituição do *infield* de alguns domínios fundiários.

De todo o modo, o estudo dos domínios fundiários das *villae*, com base em dados arqueológicos e morfológicos, exceptuando em França, onde começam a vulgarizar-se, em grande parte devido aos trabalhos arqueológicos nas áreas atravessadas por grandes empreendimentos públicos, como o TGV, só nos finais da década de noventa começam a ser executados. Eles pressupõem uma nova epistemologia e conseqüente nova metodologia arqueológica que requer a adaptação do

trabalho arqueológico e novas políticas de regulamentação dos trabalhos arqueológicos.<sup>92</sup>

Há, pois, ainda um longo trabalho a fazer. O conhecimento dos cadastros de *Pax Iulia*, anunciados desde há alguns anos, poderia ter permitido avançar trabalho nesta área de investigação e perceber melhor o funcionamento económico das *villae* e casais.

Não temos nenhum dado que nos permita deduzir a dimensão das terras públicas e das terras assignadas; tal como não temos elementos que nos permitam avançar um valor médio para as propriedades das *villae* de *Pax Iulia*. Utilizando um qualquer método tradicional, por exemplo o que foi usado na região de de S. Cucufate, para além de outras abstracções arriscávamo-nos, tal como Gorges, que transformou os domínios fundiários da região de Beja em enormes extensões de terra, a desenhar os campos com rigor geométrico mas sem nenhuma relação com a vida agrária da época romana. Vejamos: na área específica de cinco quilómetros em torno da cidade, onde Gorges dizia não se verificar a existência de *villae*, conhecemos hoje um bom número deste tipo de estabelecimentos, alterando completamente a construção de Gorges, e admitimos que mais algumas tenham existido e entretanto desaparecido sob empreendimentos modernos.

Se, para além da rede de estabelecimentos hierarquizados tipológica e funcionalmente, tivéssemos cronologias inequívocas e estudos paleoambientais e edafológicos, complementados por cartas de relevos e pelos cadastros modernos mais antigos (pelo menos anteriores à grande transformação do Alentejo pela campanha do trigo, determinada por Salazar), admitimos que seria teoricamente possível verificar o

---

<sup>92</sup> Sobre este assunto vejam-se, entre outros, os seguintes trabalhos: BERGER, Jean-François; BROCHEIER, Jacques-Léopold; JUNG, Cécil; ODIOT, Thierry, 1997, "Données paléogéographiques et données archéologiques dans le cadre de l'opération de sauvetage archéologique du TGV- Méditerranée", *La dynamique des paysages protohistoriques; antiques, médiévales et modernes*. XVIIe Rencontres Internationales d'Archéologie et d'Histoire d'Antibes, Éditions APDCA, Sophia-Antipolis, pp. 155-183; BERGER, Jean-François; FAVORY, François; ODIOT, Thierry; ZANNIER, Marie-Pierre, 1997, "Pédologie et agrologie antique dans le Tricastin central (Drôme-Vaucluse), d'après les textes agronomiques et épigraphiques latins et les données géoarchéologiques", *La dynamique des paysages protohistoriques; antiques, médiévales et modernes*. XVIIe Rencontres Internationales d'Archéologie et d'Histoire d'Antibes, Editions APDCA, Sophia-Antipolis, pp. 127-153.



processo diacrónico de ocupação do espaço e aproximar-nos de alguns domínios fundiários.

A romanização dos campos de *Pax Iulia* não parece ser anterior ao final do século I a.C., início do século I d.C. É a partir desse período, sobretudo do início do século I d. C., que damos conta de *villae*, dispersas por todas as partes do território mas apenas localizadas nas áreas de solos de melhores aptidões agrícolas. Estas estruturas rurais devem ter capitalizado o fundamental da exploração do solo, onde os produtos da trilogia mediterrânica - vinha, olival e cereais - assumiriam o grosso das produções. O valor das superfícies que exploraram terá sido diverso, mesmo admitindo uma base inicial mais ou menos equivalente, e variado ao longo do tempo.

Os casais, cuja função não esclarecemos totalmente, poderão representar estruturas de actividades complementares daquelas que se exerciam nas terras em redor das *villae*. Situados em áreas de fracas aptidões agrícolas, mas de evidentes qualidades para a criação de gado, poderiam estar preferencialmente vocacionados para essa actividade. Se os casais da região do Alqueva se pudessem tomar como exemplos de residências de criadores de gado, não poderíamos imaginar manadas e/ou rebanhos de muitas cabeças de gado, salvo se imaginarmos que se tratava de residências de pastores a quem não pertenciam os rebanhos.

O casal é uma estrutura rural de complexa análise. A sua rigorosa interpretação no contexto da economia agrária antiga de *Pax Iulia* passa pela resposta a várias questões: os casais antecedem as *villae* ou são contemporâneos? qual a sua relação com as áreas centuriadas do território? os que se mantêm ocupados ao longo de todo o período romano são excepções ou reflectem um fenómeno comum? a posição no terreno representa uma estrutura complementar da *villa*, para a exploração de recursos relacionados com as florestas, com a criação de gado e nalguns casos com a exploração mineira, ou resulta do facto de se tratar de estruturas que, continuando ou não estabelecimentos indígenas, representam a marginalização de alguma estrato da população?; os seus edifícios fornecem-nos alguns indicadores sobre a sua função ou são de tal maneira diversos que não permitem nenhum modelo funcional?

As respostas as estas questões deverão permitir-nos estabelecer o papel do casal na exploração do território rural da *civitas* e estabelecer, em relação com as *villae*, o quadro de funcionamento das estruturas de produção e conseqüente exploração dos recursos.

Apesar da insuficiente informação podemos deduzir que a *civitas* empreendeu uma bem estruturada gestão do território, tendo-se dotado de um corpo social capaz de dinamizar a vida urbana e rural, de forma a garantir a sua independência económica mas, paralelamente soube gerir e usufruir da sua posição de plataforma estratégica no contexto regional, afirmando-se como uma capital agrícola e comercial (Fig. 91). Os proprietários rurais, alguns deles certamente pertencentes à elite que exercia o poder municipal, souberam dinamizar as capacidades agrícolas dos seus domínios dotando-os de equipamentos capazes de retirar dos seus *fundii* excelentes rendimentos, e alguns deles terão complementado esses rendimentos com outros provenientes do exercício de actividades como o comércio, se Represas se aceitar como um exemplo de função dualista.



## **7 Conclusões**



A *civitas* de *Pax Iulia*, que os Romanos fundaram, algures no século I a C. no local onde hoje se situa a cidade de Beja, desapareceu sob a espessura de novos ambientes físicos (organização do espaço, construção de edifícios, etc) que ao longo destes vinte séculos marcaram a continuidade de ocupação do planalto dessa colina que, solitária, se ergue numa imensa planura.

Desde pelo menos o século XVII que *Pax Iulia* tem merecido a atenção de estudiosos, ou simplesmente curiosos, o que nos proporcionou um avultado repertório de referências aos vestígios que na cidade se foram encontrando. Mesmo reconhecendo que o valor informativo dessas referências é desigual (até porque, em muitos casos, imbuído de uma prosápia que pretende afirmar a grandeza do local onde se vive ou onde se nasceu), é inegável que o fervor colecionista, representado em tempos diferentes por Frei Manuel do Cenáculo e por Abel Viana, assegurou a recuperação de vestígios que, de outra maneira, estariam hoje perdidos.

Abel Viana encerrou um ciclo na inventariação do património arqueológico de *Pax Iulia*. Desde a sua morte, e no tocante à cidade, a população local e as entidades públicas deixaram de prestar a mesma atenção aos vestígios arqueológicos. Sirva de exemplo o caso da Rua do Sembrano, onde, apesar do embargo de uma obra para uma escavação pontual, se ignoraram os vestígios que a abertura de uma vala em toda a extensão da rua destruiu, ou o da necrópole de que se recuperou casualmente uma urna cinerária na rua de S. Sebastião, ou o das sepulturas junto à linha de Caminho de Ferro, ou ainda o de tantos outros vestígios que os relatos nos dizem terem sido tapados para não interromper as obras.

É, pois, em grande parte, sobre os vestígios descritos por Abel Viana, ou por informações soltas de achados que, até ao presente, vinham assentando as abordagens ao núcleo urbano da *civitas* de *Pax Iulia*.

As escavações que, entretanto, tiveram lugar nalguns pontos da cidade—Praça de Armas do Castelo, logradouro do Conservatório Regional do Baixo Alentejo, Convento de S. Francisco e Rua do Sembrano—, apesar da importância dos vestígios revelados e de permitirem proceder a uma reavaliação dos vestígios dispersos pela cidade, não autorizam ainda a elaboração de uma proposta da trama morfológica da cidade romana.

No que concerne ao mundo rural, o panorama alterou-se substancialmente desde a escavação de S. Cucufate e dos trabalhos de prospecção que ela envolveu. Com efeito, tais trabalhos permitiram um estudo sério sobre um dos aspectos fundamentais da *civitas*: os modos de apropriação e exploração dos recursos. Pela primeira vez no território, e no país, cumpriu-se um programa de análise sobre uma *villa* romana. A publicação dos resultados da escavação e da prospecção, acompanhada de propostas de interpretação, constituíram uma mais-valia determinante para qualquer estudo sobre a *civitas*, dado apresentar-se como uma concepção modelar de referência.

Neste trabalho abordámos a *civitas* de *Pax Iulia* privilegiando a dimensão espacial, o que remete não apenas para a percepção dos respectivos limites territoriais, mas também, e sobretudo, para o conhecimento e análise de uma particular forma de

associação humana que eles delimitam, e da qual, em boa verdade, esses próprios limites são uma das expressões.

A *civitas* era a unidade base de organização do Império. Ocupava um território composto por duas unidades—*oppidum* (núcleo urbano central/cidade) e *ager* (espaço rural). Bem distinguidas fisicamente, a coesão e unidade funcional são asseguradas pela dialéctica de relações que caracterizam o processo de apropriação e gestão do espaço.

A cidade é o cenário de representação do poder, simbolicamente celebrado pelos edifícios públicos, religiosos e civis e outros monumentos de maior prestígio. Sede do poder local (é aí que se situa a assembleia de notáveis e se exerce a justiça), a cidade é também o espaço privilegiado de realização das manifestações colectivas—festas religiosas, espectáculos, mercados ...

A cidade é, ainda, o quadro de referência de inclusão ou exclusão de indivíduos ou grupos. É o referencial de relacionamento com outros aglomerados urbanos do território e o marco que permite avaliar o sistema de relações com outras cidades, bem como o módulo de avaliação do papel que lhe cabe no quadro de funcionamento da administração provincial e central.

Situar o estudo da cidade apenas na pesquisa da forma, na paisagem material monumental, é amputar-lhe a dimensão de sujeito activo cuja dinâmica se reconhece na multiplicidade de realizações materiais, sociais, simbólicas e formais que lhe são inerentes.

Entre outros aspectos, a confirmação de que *Pax Iulia* se fundou sobre um povoado indígena assume uma capital importância no estudo da cidade, designadamente ao nível das diferentes temporalidades que nela coexistem.

É que, face a este novo dado, lícito se torna concluir que, se, por um lado, a instalação da *civitas* corresponde a uma nova ordem político-económica, por outro lado, essa instalação não elimina formas de coexistência com o elemento anterior. Uma simbiose que, pela sua inerente complexidade, não deixará de produzir uma singular forma de organização e um peculiar processo de transformação, apenas abarcáveis, do



ponto de vista arqueológico, a partir de uma base material dotada de uma ampla espessura informativa.

Os mecanismos de afirmação da *civitas* estendem-se necessariamente ao *ager*, cuja dimensão espacial subentende a rede de estabelecimentos que sustentou a exploração dos recursos, as diferentes categorias de terras e os indivíduos responsáveis pela sua valorização.

Neste contexto, o estudo da morfologia agrária surge como indispensável para a abordagem das formas de estruturação e de rendibilização do espaço rural. A rede de estabelecimentos, sendo independente dela, mantém com ela relações efectivas. Mas, por si só, a rede de estabelecimentos apenas fornece uma imagem de homens desarticulados da terra.

Os meios disponíveis para a abordagem da paisagem agrária de *Pax Iulia* situaram a nossa investigação na definição de uma estrutura de rede de estabelecimentos. A averiguação dos caracteres diferenciais de cada um dos estabelecimentos e a sua integração no contexto sitológico e situacional permitiu-nos caracterizar essa rede e perceber que se trata de uma estrutura hierárquica perfeitamente articulada com as qualidades agrológicas dos solos e adaptada à maximização da exploração dos recursos do vasto território.

*Villae* e casais constituem as unidades que asseguram a exploração dos recursos, muitas vezes coadjuvadas por pequenas instalações dispersas pelas propriedades, mais evidentes nas *villae* que nos casais.

A *villa* é a materialização mais evidente de um modo de exploração dos recursos agrícolas. A sua localização nas áreas de melhores solos, nos quais só muito raramente encontramos casais, confirma este seu carácter. No contexto de sociedades agro-pastoris, os casais, distribuídos por zonas de solos de menores aptidões agrícolas, parecem estar preferencialmente vocacionados para actividades complementares da agricultura—exploração da floresta, pastorícia, recursos cinegéticos—e actividades artesanais compreendendo as relacionadas com os minérios.

A rede de estabelecimentos rurais tipológica e funcionalmente hierarquizados permite-nos ter hoje um conhecimento mais aprofundado sobre o mundo rural pacense, mas as modalidades reais de funcionamento da sociedade agrária de *Pax Iulia* não estarão definidas enquanto não tivermos o conhecimento da materialidade dos factos fundiários, isto é, dos parcelários.

A metodologia mais adequada a estes estudos é aquela que concebe o sítio como um pólo de iniciativa morfológica e que, por isso, estende a investigação além do espaço ocupado pelos edifícios, tendo em conta que na paisagem actual raramente se encontram estruturas inertes, ou seja, paisagens modeladas de uma vez por todas.

A questão da dimensão das propriedades das *villae* é um assunto complexo, porque os métodos de avaliação tradicionais—polígonos de Thiessen, concordância de uma área natural com a extensão do domínio, cálculo a partir dos centros dominiais presumidos e divisão de uma determinada área pelo número de edifícios aí existentes—não garantem a justeza das dimensões obtidas, mas, sobretudo, porque estas podem ter assumido forma descontínua e/ou variado de período para período. O conhecimento do parcelário gerado pela *villa* poderá ajudar a definir o espaço valorizado para a produção agrícola, e a articulação entre as características formais do estabelecimento e os parcelários que com ele se relacionam evidenciar a evolução da exploração mas, em caso algum, permite determinar a dimensão total e os contornos de um domínio.

Tendo realizado um extensivo levantamento (que todavia reconhecemos não ter sido exaustivo, se é que se pode ter a pretensão de exaustividade) dos vestígios arqueológicos em meio rural, e confirmado as conclusões obtidas em S. Cucufate, quanto à inexistência de latifúndios da ordem dos 1800 hectares (como pretendeu Gorges (GORGES, 1979) no território de *Pax Iulia*, reconhecemos que não existem dados suficientes para propor a dimensão dos *fundi*.

A avaliação da dimensão das propriedades é um dado fundamental para apreciar o papel que se confere à pequena propriedade camponesa e à grande propriedade no quadro de uma economia agro-pastoril, mas, em nosso entender, pouco relevante para

caracterizar a natureza económica do domínio, cujos rendimentos poderão resultar mais de uma gestão equilibrada do que da dimensão das terras.

O pressuposto de que a diferente riqueza das *partes urbanae* das *villae* representa uma também distinta dimensão das propriedades deve, portanto, sujeitar-se a uma avaliação caso a caso, pois esta não pode ser tomada como a expressão directa e inequívoca da extensão de *fundi* que, aliás, podem ter diminuído ou crescido no tempo, ou sido mais ou menos rentáveis em função das conjunturas económicas. A riqueza dos proprietários rurais pode ter derivado de outras actividades para além da exploração fundiária e, numa sociedade que, em termos de estrutura sócio-económica, pode ter evoluído, não sabemos até que ponto (e desde quando) se podem ter criado relações de dependência com distinção, em termos de direitos reais, de direito de propriedade plena e direito só de uso, mediante pagamento de rendas.

A ideia de uma cidade de periferia, de uma cidade deprimida social, económica e culturalmente não tem aplicação prática na cidade romana de *Pax Iulia*. Desde o último quartel do século I a. C até meados do século V d. C, depreende-se da função que representou no quadro da administração romana—capital de *conventus*—que a governação romana lhe conferiu um papel importante e, dos vestígios arqueológicos, que esta colónia do Sudoeste peninsular desenvolve no seu interior mecanismos de desenvolvimento que lhe garantem um dinamismo económico, social e cultural que não a minorizam no quadro das *civitates* do mundo provincial romano. É certo que a epigrafia nos fornece poucas informações quanto às elites municipais mas, considerando o reaproveitamento dos materiais romanos nas construções que lhe sucederam até este século, é legítimo supor que o que conhecemos é apenas uma amostra.

O debate com que pretendemos marcar algumas das temáticas abordadas releva da convicção de que os vestígios que possuímos, por serem de informação pouco espessa, não dispensam a pesquisa de outros, em ordem a garantirem a solidez de afirmação ou, pelo menos, a formulação de propostas de tese.

Numa tentativa de melhor valorizar o conteúdo de todas as informações relativas a *Pax Iulia*, ensaiámos ordená-las num plano que designámos por “estratigrafia dos

conhecimentos”, objectivando alcançar a possibilidade de situá-las devidamente nas distintas temporalidades que um estudo desta natureza exige—sincronia, diacronia e ucronia.

O trabalho que agora terminamos deve ser considerado o mais recente depósito desse corte estratigráfico. Admitimos que se trata de uma unidade estratigráfica espessa e de informação heterogénea onde as explicações são frequentemente substituídas pelo debate e pela apresentação de pistas e metodologias para futuras abordagens, mas admitimos também que se situa no contexto de um nova epistemologia da arqueologia das paisagens históricas, urbanas e rurais e, por isso mesmo, permite uma leitura nova sobre *Pax Iulia* e o seu território.

## **7 CONCLUSÕES**



A *civitas* de *Pax Iulia*, que os Romanos fundaram, algures no século I a C. no local onde hoje se situa a cidade de Beja, desapareceu sob a espessura de novos ambientes físicos (organização do espaço, construção de edifícios, etc) que ao longo destes vinte séculos marcaram a continuidade de ocupação do planalto dessa colina que, solitária, se ergue numa imensa planura.

Desde pelo menos o século XVII que *Pax Iulia* tem merecido a atenção de estudiosos, ou simplesmente curiosos, o que nos proporcionou um avultado repertório de referências aos vestígios que na cidade se foram encontrando. Mesmo reconhecendo que o valor informativo dessas referências é desigual (até porque, em muitos casos, imbuído de uma prosápia que pretende afirmar a grandeza do local onde se vive ou onde se nasceu), é inegável que o fervor colecionista, representado em tempos diferentes por Frei Manuel do Cenáculo e por Abel Viana, assegurou a recuperação de vestígios que, de outra maneira, estariam hoje perdidos.

Abel Viana encerrou um ciclo na inventariação do património arqueológico de *Pax Iulia*. Desde a sua morte, e no tocante à cidade, a população local e as entidades públicas deixaram de prestar a mesma atenção aos vestígios arqueológicos. Sirva de exemplo o caso da Rua do Sembrano, onde, apesar do embargo de uma obra para uma escavação pontual, se ignoraram os vestígios que a abertura de uma vala em toda a extensão da rua destruiu, ou o da necrópole de que se recuperou casualmente uma urna cinerária na rua de S. Sebastião, ou o das sepulturas junto à linha de Caminho de Ferro, ou ainda o de tantos outros vestígios que os relatos nos dizem terem sido tapados para não interromper as obras.

É, pois, em grande parte, sobre os vestígios descritos por Abel Viana, ou por informações soltas de achados que, até ao presente, vinham assentando as abordagens ao núcleo urbano da *civitas* de *Pax Iulia*.

As escavações que, entretanto, tiveram lugar nalguns pontos da cidade—Praça de Armas do Castelo, logradouro do Conservatório Regional do Baixo Alentejo, Convento de S. Francisco e Rua do Sembrano—, apesar da importância dos vestígios revelados e de permitirem proceder a uma reavaliação dos vestígios dispersos pela cidade, não autorizam ainda a elaboração de uma proposta da trama morfológica da cidade romana.

No que concerne ao mundo rural, o panorama alterou-se substancialmente desde a escavação de S. Cucufate e dos trabalhos de prospecção que ela envolveu. Com efeito, tais trabalhos permitiram um estudo sério sobre um dos aspectos fundamentais da *civitas*: os modos de apropriação e exploração dos recursos. Pela primeira vez no território, e no país, cumpriu-se um programa de análise sobre uma *villa* romana. A publicação dos resultados da escavação e da prospecção, acompanhada de propostas de interpretação, constituíram uma mais-valia determinante para qualquer estudo sobre a *civitas*, dado apresentar-se como uma concepção modelar de referência.

Neste trabalho abordámos a *civitas* de *Pax Iulia* privilegiando a dimensão espacial, o que remete não apenas para a percepção dos respectivos limites territoriais, mas também, e sobretudo, para o conhecimento e análise de uma particular forma de



associação humana que eles delimitam, e da qual, em boa verdade, esses próprios limites são uma das expressões.

A *civitas* era a unidade base de organização do Império. Ocupava um território composto por duas unidades—*oppidum* (núcleo urbano central/cidade) e *ager* (espaço rural). Bem distinguidas fisicamente, a coesão e unidade funcional são asseguradas pela dialéctica de relações que caracterizam o processo de apropriação e gestão do espaço.

A cidade é o cenário de representação do poder, simbolicamente celebrado pelos edifícios públicos, religiosos e civis e outros monumentos de maior prestígio. Sede do poder local (é aí que se situa a assembleia de notáveis e se exerce a justiça), a cidade é também o espaço privilegiado de realização das manifestações colectivas—festas religiosas, espectáculos, mercados ...

A cidade é, ainda, o quadro de referência de inclusão ou exclusão de indivíduos ou grupos. É o referencial de relacionamento com outros aglomerados urbanos do território e o marco que permite avaliar o sistema de relações com outras cidades, bem como o módulo de avaliação do papel que lhe cabe no quadro de funcionamento da administração provincial e central.

Situar o estudo da cidade apenas na pesquisa da forma, na paisagem material monumental, é amputar-lhe a dimensão de sujeito activo cuja dinâmica se reconhece na multiplicidade de realizações materiais, sociais, simbólicas e formais que lhe são inerentes.

Entre outros aspectos, a confirmação de que *Pax Iulia* se fundou sobre um povoado indígena assume uma capital importância no estudo da cidade, designadamente ao nível das diferentes temporalidades que nela coexistem.

É que, face a este novo dado, lícito se torna concluir que, se, por um lado, a instalação da *civitas* corresponde a uma nova ordem político-económica, por outro lado, essa instalação não elimina formas de coexistência com o elemento anterior. Uma simbiose que, pela sua inerente complexidade, não deixará de produzir uma singular forma de organização e um peculiar processo de transformação, apenas abarcáveis, do

ponto de vista arqueológico, a partir de uma base material dotada de uma ampla espessura informativa.

Os mecanismos de afirmação da *civitas* estendem-se necessariamente ao *ager*, cuja dimensão espacial subentende a rede de estabelecimentos que sustentou a exploração dos recursos, as diferentes categorias de terras e os indivíduos responsáveis pela sua valorização.

Neste contexto, o estudo da morfologia agrária surge como indispensável para a abordagem das formas de estruturação e de rendibilização do espaço rural. A rede de estabelecimentos, sendo independente dela, mantém com ela relações efectivas. Mas, por si só, a rede de estabelecimentos apenas fornece uma imagem de homens desarticulados da terra.

Os meios disponíveis para a abordagem da paisagem agrária de *Pax Iulia* situaram a nossa investigação na definição de uma estrutura de rede de estabelecimentos. A averiguação dos caracteres diferenciais de cada um dos estabelecimentos e a sua integração no contexto sitológico e situacional permitiu-nos caracterizar essa rede e perceber que se trata de uma estrutura hierárquica perfeitamente articulada com as qualidades agrológicas dos solos e adaptada à maximização da exploração dos recursos do vasto território.

*Villae* e casais constituem as unidades que asseguram a exploração dos recursos, muitas vezes coadjuvadas por pequenas instalações dispersas pelas propriedades, mais evidentes nas *villae* que nos casais.

A *villa* é a materialização mais evidente de um modo de exploração dos recursos agrícolas. A sua localização nas áreas de melhores solos, nos quais só muito raramente encontramos casais, confirma este seu carácter. No contexto de sociedades agro-pastoris, os casais, distribuídos por zonas de solos de menores aptidões agrícolas, parecem estar preferencialmente vocacionados para actividades complementares da agricultura—exploração da floresta, pastorícia, recursos cinegéticos—e actividades artesanais compreendendo as relacionadas com os minérios.

A rede de estabelecimentos rurais tipológica e funcionalmente hierarquizados permite-nos ter hoje um conhecimento mais aprofundado sobre o mundo rural pacense, mas as modalidades reais de funcionamento da sociedade agrária de *Pax Iulia* não estarão definidas enquanto não tivermos o conhecimento da materialidade dos factos fundiários, isto é, dos parcelários.

A metodologia mais adequada a estes estudos é aquela que concebe o sítio como um pólo de iniciativa morfológica e que, por isso, estende a investigação além do espaço ocupado pelos edifícios, tendo em conta que na paisagem actual raramente se encontram estruturas inertes, ou seja, paisagens modeladas de uma vez por todas.

A questão da dimensão das propriedades das *villae* é um assunto complexo, porque os métodos de avaliação tradicionais—polígonos de Thiessen, concordância de uma área natural com a extensão do domínio, cálculo a partir dos centros dominiais presumidos e divisão de uma determinada área pelo número de edifícios aí existentes—não garantem a justeza das dimensões obtidas, mas, sobretudo, porque estas podem ter assumido forma descontínua e/ou variado de período para período. O conhecimento do parcelário gerado pela *villa* poderá ajudar a definir o espaço valorizado para a produção agrícola, e a articulação entre as características formais do estabelecimento e os parcelários que com ele se relacionam evidenciar a evolução da exploração mas, em caso algum, permite determinar a dimensão total e os contornos de um domínio.

Tendo realizado um extensivo levantamento (que todavia reconhecemos não ter sido exaustivo, se é que se pode ter a pretensão de exaustividade) dos vestígios arqueológicos em meio rural, e confirmado as conclusões obtidas em S. Cucufate, quanto à inexistência de latifúndios da ordem dos 1800 hectares (como pretendeu Gorges (GORGES, 1979) no território de *Pax Iulia*, reconhecemos que não existem dados suficientes para propor a dimensão dos *fundi*.

A avaliação da dimensão das propriedades é um dado fundamental para apreciar o papel que se confere à pequena propriedade camponesa e à grande propriedade no quadro de uma economia agro-pastoril, mas, em nosso entender, pouco relevante para

caracterizar a natureza económica do domínio, cujos rendimentos poderão resultar mais de uma gestão equilibrada do que da dimensão das terras.

O pressuposto de que a diferente riqueza das *partes urbanae* das *villae* representa uma também distinta dimensão das propriedades deve, portanto, sujeitar-se a uma avaliação caso a caso, pois esta não pode ser tomada como a expressão directa e inequívoca da extensão de *fundi* que, aliás, podem ter diminuído ou crescido no tempo, ou sido mais ou menos rentáveis em função das conjunturas económicas. A riqueza dos proprietários rurais pode ter derivado de outras actividades para além da exploração fundiária e, numa sociedade que, em termos de estrutura sócio-económica, pode ter evoluído, não sabemos até que ponto (e desde quando) se podem ter criado relações de dependência com distinção, em termos de direitos reais, de direito de propriedade plena e direito só de uso, mediante pagamento de rendas.

A ideia de uma cidade de periferia, de uma cidade deprimida social, económica e culturalmente não tem aplicação prática na cidade romana de *Pax Iulia*. Desde o último quartel do século I a. C até meados do século V d. C, depreende-se da função que representou no quadro da administração romana—capital de *conventus*—que a governação romana lhe conferiu um papel importante e, dos vestígios arqueológicos, que esta colónia do Sudoeste peninsular desenvolve no seu interior mecanismos de desenvolvimento que lhe garantem um dinamismo económico, social e cultural que não a minorizam no quadro das *civitates* do mundo provincial romano. É certo que a epigrafia nos fornece poucas informações quanto às elites municipais mas, considerando o reaproveitamento dos materiais romanos nas construções que lhe sucederam até este século, é legítimo supor que o que conhecemos é apenas uma amostra.

O debate com que pretendemos marcar algumas das temáticas abordadas releva da convicção de que os vestígios que possuímos, por serem de informação pouco espessa, não dispensam a pesquisa de outros, em ordem a garantirem a solidez de afirmação ou, pelo menos, a formulação de propostas de tese.

Numa tentativa de melhor valorizar o conteúdo de todas as informações relativas a *Pax Iulia*, ensaiámos ordená-las num plano que designámos por “estratigrafia dos

conhecimentos”, objectivando alcançar a possibilidade de situá-las devidamente nas distintas temporalidades que um estudo desta natureza exige—sincronia, diacronia e ucronia.

O trabalho que agora terminamos deve ser considerado o mais recente depósito desse corte estratigráfico. Admitimos que se trata de uma unidade estratigráfica espessa e de informação heterogénea onde as explicações são frequentemente substituídas pelo debate e pela apresentação de pistas e metodologias para futuras abordagens, mas admitimos também que se situa no contexto de um nova epistemologia da arqueologia das paisagens históricas, urbanas e rurais e, por isso mesmo, permite uma leitura nova sobre *Pax Iulia* e o seu território.

## **ANEXO**



## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A REGIÃO DE BEJA

### **Climatologia**

Em termos climáticos a região de Beja apresenta um clima mediterrânico de influência oceânica de características temperadas, por vezes com períodos plurianuais de seca. A temperatura média anual ronda os 16°C e a precipitação média anual é de 584 mm/ano (Est. Meteorológica de Beja, 1958-88). A região caracteriza-se actualmente por um período quente e seco de quatro meses, entre Junho e Setembro, em que praticamente não chove, e por um período húmido, de Outubro a Março, que concentra 75% da precipitação anual (PARALTA e RIBEIRO, 1999). O mês mais instável, pela irregularidade da precipitação, é o mês de Abril (FEIO, 1983).

### **Caracterização Geológica sumária dos “Barros de Beja” e do concelho de Beja**

#### **Barros de Beja**

Esta formação insere-se numa vasta região entre Ferreira do Alentejo a oeste e Serpa a este, com Beja ocupando uma posição aproximadamente central. Predominam rochas gabro-dioríticas e afins, numa extensão aproximada de 350 km<sup>2</sup> (OLIVEIRA, 1992).

Os Gabros de Beja (s.l.) ou Barros de Beja (na expressão popular) são constituídos por rochas eruptivas básicas da formação dos Gabros de Beja e do Complexo Offolítico de Beja-Acebuches (predominam os gabro-dioritos, serpentinitos e anfibolitos alterados e fracturados) que ocorrem entre o cavalgamento de Ferreira-Ficalho a sul e a falha de Beja-Valdelarco a norte (Fig.1).

Os dioritos e gabros alteram-se facilmente dando origem a solos argilosos de grande potencial agrícola conhecidos por Barros de Beja. Em algumas zonas ocorrem manchas brancas no terreno correspondentes a “crostas calcárias” da alteração meteórica e deposição da componente carbonatada dos gabros e dioritos, conhecidos por caliços (PARALTA e RIBEIRO, 1997).

#### **Concelho de Beja**

A área do concelho de Beja insere-se no Maciço Antigo ou Hespérico. No sector norte do concelho predominam as rochas eruptivas (pórfiros, dioritos, microdioritos, gabros, granitos e granodioritos). As rochas metamórficas paleozóicas (desde o Câmbrico ao Carbónico) constituídas por xistos, grauváques e xisto-grauváques ocupam a maior parte do sul e nordeste do concelho. As formações



sedimentares do Terciário, nomeadamente do Paleogénico, constituídos por grés, conglomerados e calcários ocorrem numa pequena mancha a norte de S. Matias e a este de Santa Clara do Louredo até Quintos, abrangendo ainda a maior parte da freguesia da Salvada e também da zona de Albernoa. Os depósitos terciários miocénicos que ocorrem na área de Beringel são constituídos por grés finos com cimento argiloso ou calcário e calcários compactos (OLIVEIRA, 1992).

Em termos metalogenéticos, o bloco meridional do “Maciço Hespérico”, no qual está inserido o concelho de Beja, distingue-se pela existência de jazigos estratiformes de ferro-manganês e de jazigos vulcano-sedimentares de pirite de ferro cuprífera (Minas de Neves Corvo e Aljustrel).

### **Geomorfologia**

O concelho de Beja faz parte da penepalanície do Baixo Alentejo, que constitui a unidade geomorfológica fundamental do terço meridional de Portugal (FEIO, 1953).

Beja está situada numa elevação residual de gabro à altitude de 277 metros, enquanto a penepalanície que a rodeia apresenta cotas médias de 200-230 metros (Fig. 3 e 4).

A drenagem superficial processa-se para W e SW no sector ocidental de Beja, (correspondente à Bacia de Rib<sup>a</sup> da Chaminé) e para E e SE no sector oriental, assumindo Beja uma zona de separação entre duas bacias hidrográficas, Sado e Guadiana, respectivamente (PARALTA, 1997).

### **Hidrogeologia da região dos Gabros de Beja**

Os recursos hídricos subterrâneos (aquíferos) constituem a principal fonte de abastecimento de água às populações da região do Alentejo. Dos 46 concelhos alentejanos, 27 são abastecidos exclusivamente por aquíferos, 18 por origens mistas e apenas 1 recorre unicamente a águas de origem superficial (Barrancos).

A cidade de Beja foi abastecida exclusivamente por águas subterrâneas captadas em poços e furos até 1985, ano de entrada em funcionamento da albufeira do Rôxo (VIERA DA SILVA, 1985). Os recursos hídricos subterrâneos das redondezas são, normalmente, suficientes para o abastecimento de uma cidade da dimensão de Beja (30 000 habitantes), com necessidades diárias que rondam os 6000 m<sup>3</sup> ( 6 milhões de litros/dia).

As formações gabro-dioríticas alteradas e fracturadas que constituem o sistema aquífero dos Gabros de Beja apresentam produtividades bastante regulares, quando comparados com outros aquíferos do Alentejo (COSTA,1983). A produtividade média deste sistema situa-se entre os 3 e 5 l/s (PARALTA e RIBEIRO, 1998).

Os gabros e dioritos alterados que constituem o suporte geológico da região consideram-se, no seu conjunto, como tendo um comportamento hidráulico homogéneo, do tipo livre ou poroso. Em profundidade, passa a aquífero com circulação em meio fracturado cristalino. A espessura média de alteração ronda os 30 metros (Fig. 5).

Tratando-se de um aquífero livre, a superfície piezométrica (nível freático do aquífero livre) acompanha aproximadamente o modelado topográfico (superfície do terreno) e encontra-se normalmente a poucos metros de profundidade (fig. 6).

A reduzida profundidade a que surge a água nestas formações gabro-dioríticas alteradas facilita grandemente a sua exploração por poços ou valas pouco profundas (4 a 5 metros), embora na época estival os níveis de água no terreno desçam consideravelmente ( mais de 10 metros).

**Bibliografia**

- COSTA, F. ESTEVES *et alii*, 1983: “Carta hidrogeológica do sul de Portugal, escala 1:200000”, *Serviços Geológicos de Portugal*, Lisboa.
- FEIO, M., 1952: “A evolução do relevo do Baixo Alentejo e Algarve”, *Centro de Estudos Geográficos*, Lisboa
- FEIO, M., 1983: “Le Bas Alentejo et l’Algarve”, *Centro de Ecologia da Universidade de Évora*, Évora, p. 207
- FERNANDES, J., FRANCÉS, A. e PARALTA, E. 1999: “Utilização de SIG em estudos hidrogeológicos (áreas de intervenção do IGM no âmbito do Projecto ERHSA)”, *Seminário sobre Sistemas de Informação Geográfica e Geológica de Base Regional*, Beja, 23 de Setembro de 1999, pp 438-446
- OLIVEIRA, J.T. *et alii*, 1992: “Carta Geológica de Portugal, escala 1:200000”, *Serviços Geológicos de Portugal*, Lisboa
- PARALTA, E., 1997: “Caracterização hidrogeológica da bacia da Rib<sup>a</sup> da Chaminé (Aquífero dos Gabros de Beja) - Resultados preliminares. *Seminário sobre Águas Subterrâneas*, Lisboa, p. 14
- PARALTA, E. E RIBEIRO, L., 1998: “Estudo geoestatístico da contaminação por nitratos na área da Rib<sup>a</sup> da Chaminé – resultados preliminares”, *V Congresso Nacional de Geologia*, vol. 2, Lisboa, pp. 57-60
- PARALTA, E. E RIBEIRO, L., 1999: “Análise variográfica e cartografia de risco da contaminação por nitratos na região de Beja”. *Seminário sobre Águas Subterrâneas*, Lisboa, p. 16
- VIEIRA DA SILVA, A.M., 1985: “Estudo hidrogeológico das formações gabro-dioríticas da região de Beja- Relatório de Progresso”, *Serviços Geológicos de Portugal*, Lisboa
- VIEIRA E SILVA, J.M., 1991: “Alteração de uma rocha gabróica do Baixo Alentejo. Memórias e Notícias”, *Museu Mineralógico e Geológico*, nº 112. Universidade de Coimbra, Coimbra

Eduardo Paralta,  
Lisboa, 1999

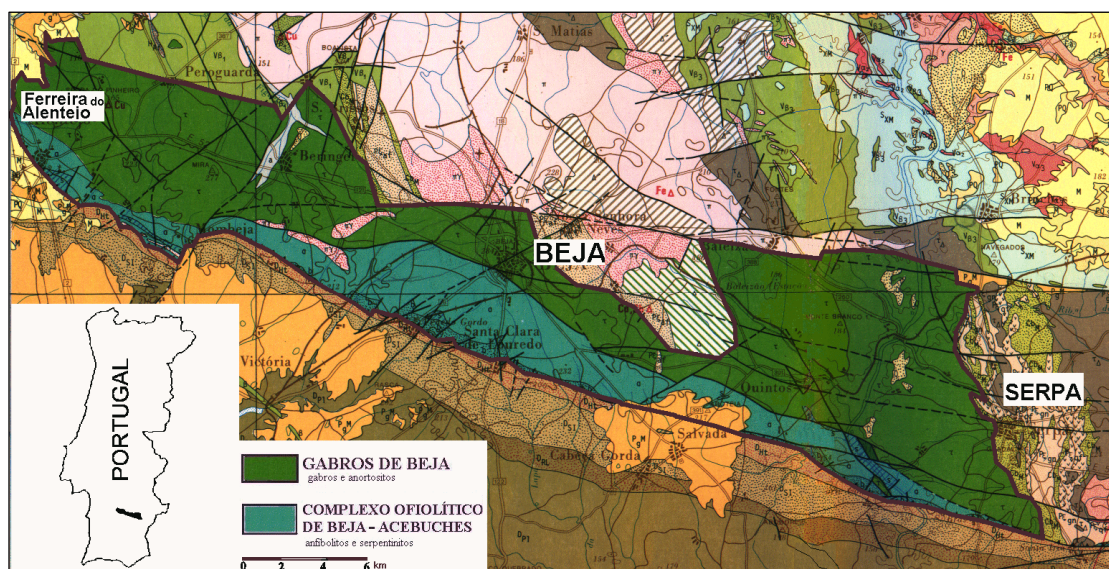


Fig. 1: Complexo dos Gabros de Beja (s.l.). Extraído da Carta Geológica de Portugal, Folha 8, (OLIVEIRA et al., 1992).

### Mapa Geológico da região oeste de Beja

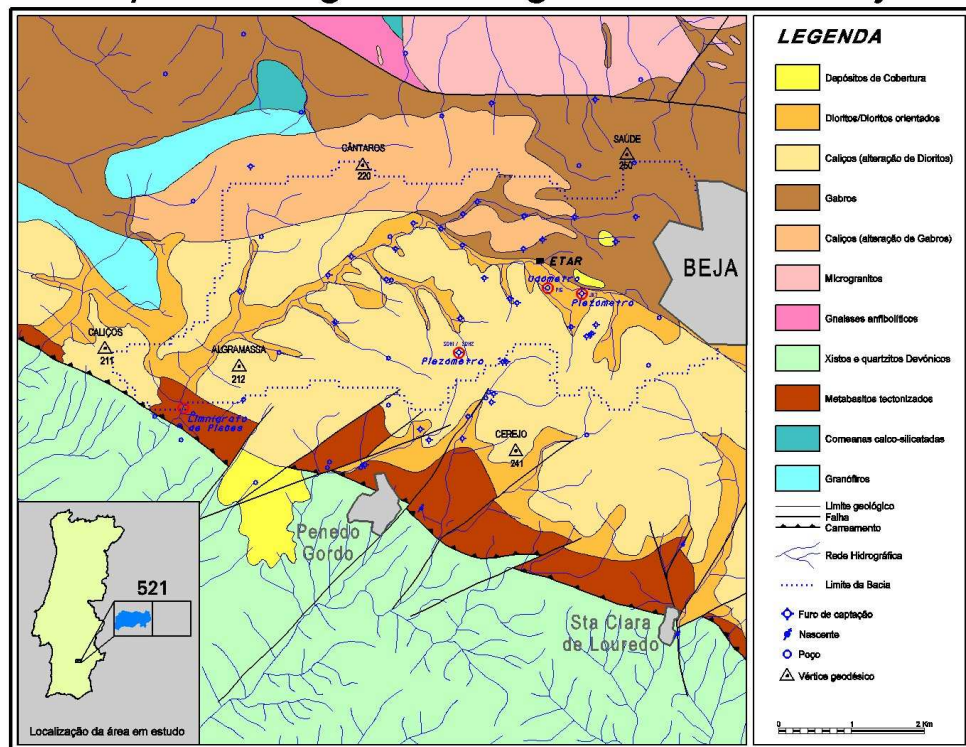


Fig. 2: Mapa geológico da região de Beja correspondente à metade ocidental da carta militar 521, com indicação da bacia hidrográfica da Rib<sup>a</sup> da Chaminé para montante de Pisões (adaptado de FERNANDES *et alii*, 1999).

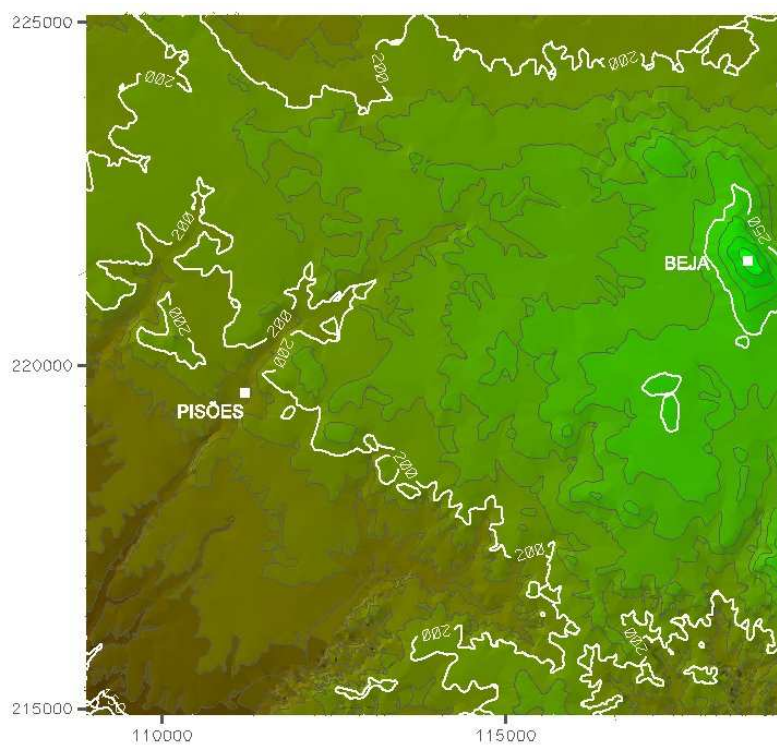


Fig. 3: Modelo digital de terreno do sector ocidental de Beja obtido da carta militar 521 digital do IGeoE. A equidistância das curvas de nível é de 10 metros. Nota: as curvas de nível principais dos 200 e 250 estão representadas a branco e as restantes a preto (adaptado de FERNANDES *et alii*, 1999).

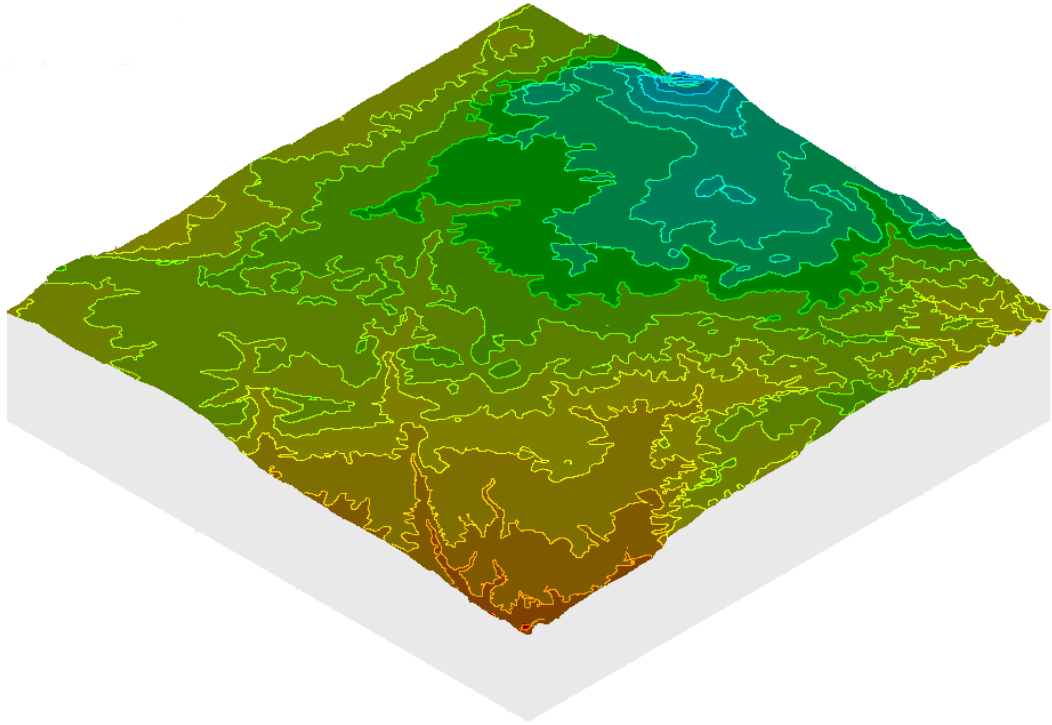


Fig. 4: Bloco diagrama do modelo digital de terreno do sector ocidental de Beja obtido da carta militar 521 digital do IGeoE. A equidistância das curvas de nível é de 10 metros. Rotação: 45° ; Sobrelevação: 10x (adaptado de FERNANDES *et alii*, 1999).

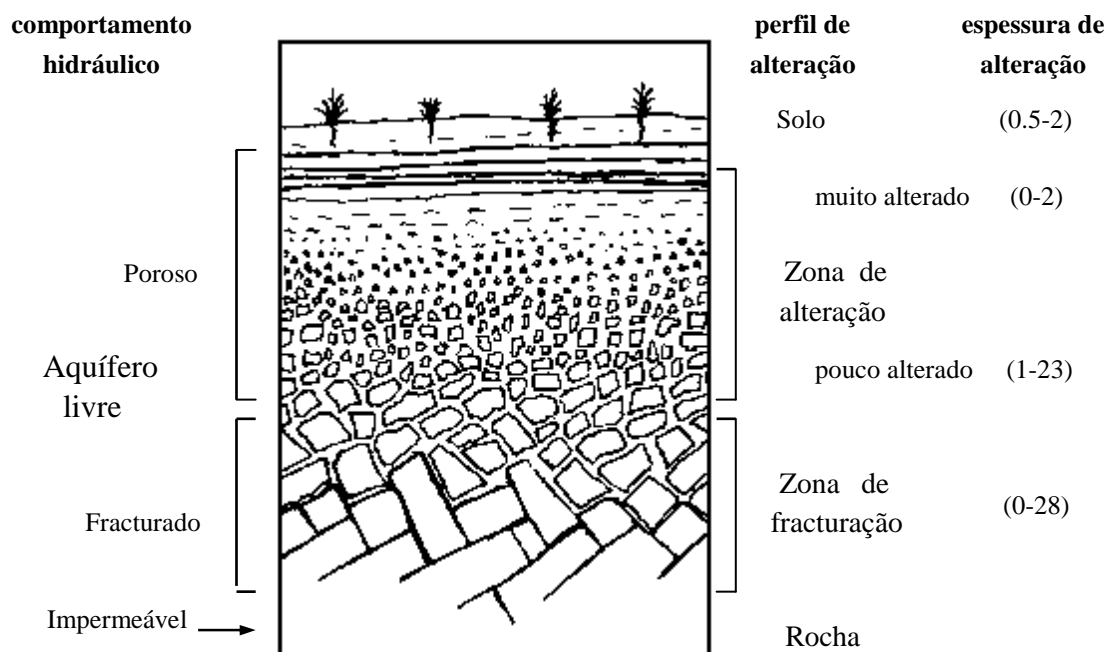


Fig. 5: Perfil de alteração típico de uma rocha gabro-diorítica e respectivo comportamento hidráulico. Espessuras obtidas de relatórios de sondagens nas vizinhanças de Beja (VIEIRA E SILVA, 1991; PARALTA, 1997).

A sucessão litológica pode ser sumariamente descrita, de cima para baixo:

- Terra vegetal;
- Argilas residuais de alteração dos gabro-dioritos, por vezes com algumas zonas de impregnação margosas ou mesmo calcárias, sobretudo na parte superior - **pouco permeáveis**;
- Gabro-dioritos muito alterados e decompostos, geralmente com fracturas preenchidas por produtos argilosos - **pouco permeáveis**;
- Gabro-dioritos pouco alterados mas fracturados, por vezes com fracturas apresentando produtos cloríticos ou serpentinosos - **permeabilidade variável**;
- Gabro-diorito são - **geralmente impermeáveis**.



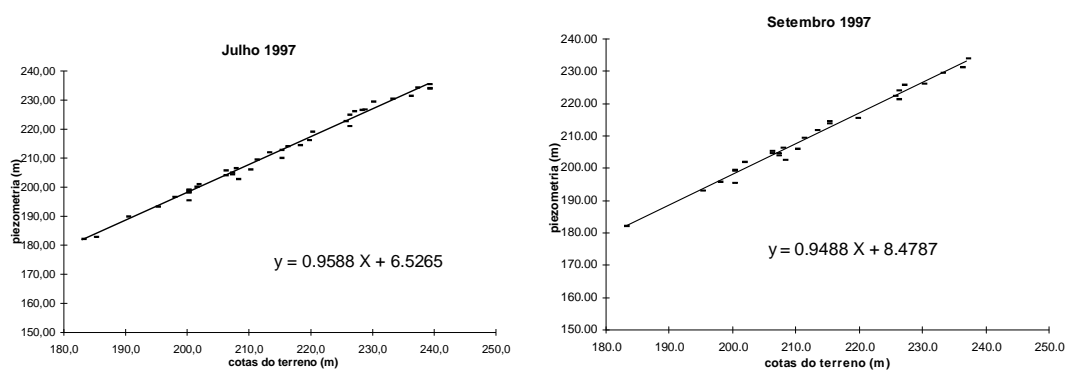


Fig. 6: Relação entre a superfície piezométrica e a topografia na área da bacia da Ribeira da Chaminé, para montante da estação de Pisões (PARALTA, 1997).

## **Índice geral das ilustrações**



- Fig. 1 PERY, G., 1886, Estatística Agrícola do Distrito de Beja, Concelho de Vidigueira, (excerto, Esc. 1:100.000)
- Fig. 2 Beja e seus campos
- Fig. 3 PERY, G., 1883, Estatística Agrícola do Distrito de Beja, Concelho de Beja (excerto, Esc. 1:100.000)
- Fig. 4 PERY, G., 1885, Estatística Agrícola do Distrito de Beja, Concelho de Serpa (excerto, Esc. 1:100.000)
- Fig. 5 PERY, G., 1886, Estatística Agrícola do Distrito de Beja, Concelho de Beja (excerto, Esc. 1:100.000)
- Fig. 6 PERY, G., 1884, Estatística Agrícola do Distrito de Beja, Concelho de Moura (excerto, Esc. 1:100.000)
- Fig. 7 Monte do Arco
- Fig. 8 Povoados do Bronze final e da Idade do Ferro no território de Pax Ivlia
- Fig. 9 O território de Pax Ivlia
- Fig. 10 FINDLAY, Alexander G., 1984, *A classical Atlas of Ancient Geography*, New York, Hayer and Brothers (excerto)  
[http://www.lib.utexas.edu/libs/PCL/Map\\_collection/historical/Ancient\\_hispania\\_1849.jpg](http://www.lib.utexas.edu/libs/PCL/Map_collection/historical/Ancient_hispania_1849.jpg)
- Fig. 11 Stª Margarida do Sado: localização de uma *villa*
- Fig. 12 Stª Margarida do Sado: *cupae* e pedestral de estátua
- Fig. 13 Guadiana na zona de Baleizão
- Fig. 14 Paisagem em torno de Beja
- Fig. 15 Relevos na região da Serra de Serpa
- Fig. 16 Nossa Senhora de Aires
- Fig. 17 Aqueduto de Nossa Senhora de Aires
- Fig. 18 Vila de Fonte dos Frades: vista aérea
- Fig. 19 Vestígios romanos do território de Pax Ivlia
- Fig. 20 Conservatório Regional do Baixo Alentejo: Planta II

- Fig. 21 Conservatório Regional do Baixo Alentejo: pormenor dos níveis da Idade do Ferro
- Fig. 22 Foto aérea do centro de Beja, 1986 (Esc. 1:15.000)
- Fig. 23 Conservatório Regional do Baixo Alentejo: lado SW da Estrutura E12/32
- Fig. 24 Vista do Cerro Furado, do lado oposto ao rio
- Fig. 25 Entrada de uma das galerias das minas do Cerro Furado
- Fig. 26 Foto aérea do Outeiro do Circo (fotograma tratado)
- Fig. 27 Foto aérea do provável acampamento romano
- Fig. 28 Implantação do provável acampamento romano
- Fig. 29 Beja vista desde o acampamento
- Fig. 30 Rio Guadiana visto desde o Cerro Furado
- Fig. 31 Carta dos vestígios
- Fig. 32 Félix Caetano da Silva, 1765: fortificações de Beja
- Fig. 33 Nicolau de Langres, 1660: fortificações de Beja
- Fig. 34 Frei Manuel do Cenáculo: planta da cidade de Beja, séc. XVIII, *in* Códice CXXVII/2-3, Biblioteca de Évora
- Fig. 35 Porta de Évora
- Fig. 36 Porta de Évora: aguarela de Roque Gameiro, *Terra Portuguesa*, 3, 1917
- Fig. 37 Rua de S. Sebastião
- Fig. 38 Porta de Avis
- Fig. 39 Beja: Vista aérea tomada do lado sul
- Fig. 40 “Fundações de um grande templo romano”, seg. Abel Viana
- Fig. 41 Pormenor das “fundações de um grande templo romano”, seg. Abel Viana
- Fig. 42 “Planta do terreno da Praça da República onde se encontraram os alicerces do templo romano”, Abel Viana, *Arquivo de Beja*, Vol. IV, pág. 78, 1947
- Fig. 43 Conservatório Regional do Baixo Alentejo: Planta I
- Fig. 44 Conservatório R. do B. Alentejo: Estrutura E5: vista do lado NE

- Fig. 45 Conservatório R. do B. Alentejo: Estrutura E5: vista do lado NW
- Fig. 46 Conservatório R. do B. Alentejo: Estrutura E4 e caleira adossada
- Fig. 47 Conservatório R. do B. Alentejo: lado NE da estrutura E12/32, sobreposta pelo *opus signinum* (Estrutura E1/99)
- Fig. 48 Conservatório R. do Baixo Alentejo: lado NW da Estrutura E8/99 (ao centro)
- Fig. 49 Estruturas arqueológicas da zona do Conservatório e localização do templo Seg. Abel Viana
- Fig. 50 Proposta de modulação das estruturas arquitectónicas detectadas
- Fig. 51 Planta do terreno da Praça da República onde se encontraram os alicerces do templo romano seg. Abel Viana, *Museu*, Vol I, 1942, pág. 200-201
- Fig. 52 Conservatório R. do B. Alentejo: parede sobre a Estrutura E1/99
- Fig. 53 Proposta de localização do forum
- Fig. 54 Proposta de localização do forum
- Fig. 55 Praça de Armas do Castelo: localização da sondagem arqueológica
- Fig. 56 Praça de Armas do Castelo: planta da sondagem arqueológica
- Fig. 57 Corte
- Fig. 58 Praça de Armas do Castelo: Estrutura E1
- Fig. 59 Praça de Armas do Castelo: Estrutura
- Fig. 60 Praça de Armas do Castelo: Estrutura
- Fig. 61 Rua do Sembrano: planta de localização das estruturas detectadas
- Fig. 62 Rua do Sembrano, N° 21: pormenor da Estrutura e
- Fig. 63 Rua do Sembrano: pormenor da Estrutura **d**, entre as portas N° 17 e 15
- Fig. 64 Convento de S. Francisco: sepultura
- Fig. 65 Convento de S. Francisco. cinzeiro
- Fig. 66 Largo de Stª Maria: estruturas detectadas por Abel Viana em 1941
- Fig. 67 Convento da Conceição, segundo desenho de Rosa Mendes Júnior

existente no Museu Regional

Fig. 68 Quartel da GNR: pormenor de um cunhal

Fig. 69 Jorge Alarcão: restituição das muralhas e do provável traçado urbanístico de Pax Ivlia

Fig. 70 Planta da cidade de Beja: finais do séc. XIX

Fig. 71 Porta da Rua do Sembrano

Fig. 72 Porta da Rua do Sembrano

Fig. 73 Vasco Mantas: reconstituição do tecido urbano de Pax Ivlia

Fig. 74 Porta de Moura

Fig. 75 Perspectiva da cidade de Beja 1850, por F. de P. Graça

Fig. 76 Monte das Pedreiras: *cupae*

Fig. 77 Fonte Figueira: fragmento de placa funerária

Fig. 78 Monte da Torre da Cardeira

Fig. 79 Monte da Hortinha

Fig. 80 Beja: vista aérea, saída para Évora

Fig. 81 *Villa* romana de Pisões

Fig. 82 *Villa* romana de Monte da Cegonha

Fig. 83 Região de Beja: carta de sítios arqueológicos

Fig. 84 Região de S. Cucufate: carta de sítios arqueológicos

Fig. 85 Região a sul de Beja: carta de sítios arqueológicos

Fig. 86 *Villa* romana de Suratesta

Fig. 87 *Villa* romana de S. Cucufate

Fig. 88 Torre da Cardeira

Fig. 89 Pisões

Fig. 90 S. Pedro, Baleizão

Fig. 91 Horta do Cano: pesos de lagar

Fig. 92 Faroleira: peso de lagar

## **8 BIBLIOGRAFIA**





ALARCÃO, A. Moutinho, LOPES, M. Conceição, ALFENIM, Rafael, 1994a "A caixa relicário do Monte da Cegonha (Selmes-Vidigueira)", *IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispânica* (Lisboa, 1992), Barcelona, 1995, pp.401-405.

ALARCÃO, J. de, 1968, "Vidros romanos de Museus do Alentejo e Algarve, *Conimbriga*, 7, p. 7-33.

ALARCÃO, J. de, 1974, *A vida rural no Alentejo, na época Romana.*, Coimbra (texto policopiado).

ALARCÃO, J. de, 1978, "Vidros romanos no Museu Nacional de Arqueologia, *Conimbriga*, 17, p. 101-112.

ALARCÃO, J. de, 1981, "A *villa* romana de S.Cucufate", *Arqueologia*, 117-121.

ALARCÃO, J. de, 1985, "Sobre a romanização do Alentejo e Algarve. A propósito de uma obra de José d'Encarnação", *Arqueologia*, 11, p. 99-111.

ALARCÃO, J. de, 1987, "Cidades Romanas de Portugal I. Beja/Viseu", policopiado, inédito.

ALARCÃO, J. de, 1987a, *Portugal Romano*, Lisboa.

ALARCÃO, J. de, 1988a, *Roman Portugal*, vol II, Fasc. 3, Wasminster.

ALARCÃO, J. de, 1988b, *O domínio romano em Portugal*, Lisboa

ALARCÃO, J. de, 1990, "Portugal das Origens à romanização", in SERRÃO, J.; MARQUES, A.H. OLIVEIRA, *Nova História de Portugal*, vol I, Lisboa.

ALARCÃO, J. de, 1990a, "A urbanização de Portugal nas épocas de César e de Augusto", in *Stadtbild und Ideologie. Die Monumentalisierung hispanischer Städte zwischen Republik und Kaiserzeit*, p. 43-57, München.

ALARCÃO, J. de, 1990b, "Vestígios Romanos do concelho de Moura", *Moura na época romana*, p 31-39, Moura.

ALARCÃO, J. de, 1990c, "Identificação das cidades da Lusitânia", *Les Villes de la Lusitanie*, p.21-34, Paris.

ALARCÃO, J. de, 1992, "A cidade romana em Portugal. Renovação urbana em Portugal na época romana", *Cidades e História*, p. 73-127, Lisboa.

ALARCÃO, J. de, 1993, "Las ciudades romanas de Portugal", *Ciudad Hispanorromana*, p. 207-223, Madrid.

ALARCÃO, J. de, 1996, "Os círculos culturais da 1ª Idade do Ferro no Sul de Portugal", *La Hispania Romana*, in VILLAR, F. e d'ENCARNAÇÃO, J. (eds.), *Actas del VI Colóquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica*, p. 19-36.

ALARCÃO, J. de, 1998, "A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal", *Conimbriga*, XXXVII, p.96-98.

ALARCÃO, J. de; ÉTIENNE, R. 1976, "Le Portugal à l'époque augustéenne", *Symposium de Ciudades Augusteas*, Zaragoza, p. 175-176

ALARCÃO, J. de; ÉTIENNE, R.; MAYET, F., 1990, *Les villas s de S. Cucufate (Portugal)*, Paris.

ALARCÃO, J. de; GORGES, J.- G.; MANTAS, V. *et alii*, 1990, "Propositions pour un nouveau tracé des limites anciennes de la Lusitanie", *Les Villes de la Lusitanie romaine*, Paris.

ALARCÃO, J.; ETIENNE, R.; MAYET, F., 1990, *Les villas s de S. Cucufate (Portugal)*, Paris.

ALBERTINI, A., 1923, *Les divisions administratives de L'Espagne*, Paris.

ALFENIM, R., 1997, "Placa funerária da Herdade da Ponte dos Frades", *FE*, 56, n° 259.

ALMEIDA, Fernando de, 1962 "Arte Visigótica em Portugal", *O Arq. Port.* 2ª série, 4, p. 199, 213, 215.

ALMEIDA, Fernando de, 1971, "Notícia sobre a *villa* romana de S. Cucufate", *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, p. 475-477, Coimbra.

ALMEIDA, José António Ferreira de, "Introdução ao estudo das lucernas romanas em Portugal", *O Arq. Port.*, 2ª série, 2, 5-208.

ALMUDENA OREJAS, 1991, "Arqueología del paisaje: historia, problemas Y perspectivas", *AEA*, 64, nº 163-164, p.191-230.

ALMUNEDA OREJAS,1995-1996, "Territorio, análisis territorial y arqueología del paisaje", *Stvd. Hist.História Antigua*, 13-14, p. 61-68

ALONSO NUÑES, J.M.,1990, "Aspectos de la Hispania romana del S. IV. Limites cronológicos y consideraciones sobre las fuentes para su reconstrucción histórica", *Stud. Hist. História Antigua*, Vol. VIII, p. 7-10.

AMARO, Clementino, 1982, "*Villa* romana do Monte da Chaminé—seu enquadramento arqueológico", *Al-madan*, 0, 1982, p. 33-34.

AMO Y DE LA HERA, M. del, 1973, "Estudio preliminar sobre a romanización en el término de Medellín (Badajoz): la necrópolis del Pradillo y outras *villas* romanas", *Noticiario Arqueologico Hispano*, 2, p. 51-130.

AMOURETTI, M.-C., 1988, "La viticulture antique: contraintes et choix techniques", *REA*, T.XC, 1-2, p. 5-17.

AMOURETTI, M.-C.; BRUN, J.-P.,(eds.), 1993, *La production du vin et de l'huile en Méditerranée*, EFA, Paris.

ANDRADE, António Alberto Banha de (direc.), *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, 2º vol., p. 272-291, Lisboa.

ANDRADE, Rui Freire de, 1970," A lavra romana das minas de Algares e na Herdade do Montinho", *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*, p. 273-285.

André, J.-Marie, 1987, "L'encadrement juridique des fondations augustéennes", *Les Villes Augustéennes de Gaule*, (Actes du Colloque International d' Autun ,6, 7 et 8 juin 1985), p. 17-28.

ANDREAU, J., 1991, " La cité antique et la vie économique", *Opus*, VI-VIII, p. 175-185.

APPLEBAUM, S., 1975, "Observations on the economy of the villa at Bignor", *Britania*, VI, p. 118-132.

ARIÑO GIL, Enrique; FIGUEROLA PANIGUA, Miguel Garcia de, 1993, "Un "terminus" de agrimensor de carácter técnico procedente de la Sierra de Gata (Villamiel, Cáceres)", *AEA*, 1993, 66, p.258-265.

ARINO-GIL, Enrique; GURT i ESPARRAGUERA, Josep Maria; MARTIN-BUENO, Manuel, 1994, "Les cadastres romains d'Hispanie: état actuel de la recherche", in N DOUKELIS, Panagiotis et G. MENDONI, Lina, (editores), *Structures rurales et sociétés anciennes* (actes du colloque de Corfou, 14-16 mai 1992), p. 309-326.

ARINO-GIL, Enrique; GURT i ESPARRAGUERA, Josep Maria; PALET MARTINEZ, Josep Maria; 1996, "Réalités archéologiques et restitution théorique des parcelaires: analyse du problème sur quelques exemples hispaniques", *Les formes du paysage*, tomo 2 - *Archéologie des parcelaires*. (Actes du colloque d'Orléans, mars, 1996), p. 142-154.

ARRUDA, A. M., 1993, "A Idade do Ferro do Centro/Sul de Portugal" in MEDINA, J., (Direc), *História de Portugal*, vol II, p. 45-68, Amadora.

ARRUDA, A. M., 1996, "Particularidades, especificidades e regularidades na Idade do Ferro do Sul de Portugal: Aproximação a um modelo explicativo", in VILLAR, F. e d'ENCARNAÇÃO, J. (Edits), *Actas del VI Colóquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica*, p. 37-50, Salamanca-Coimbra.

ARRUDA, A. M.; GUERRA, A. e FABIÃO, C., 1995, "O que é a II Idade do Ferro no Sul de Portugal?", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35 (2), (Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular), p. 237-257, Porto.

ATHAYDE, Alfredo, 1948, "Ossadas romanas e visigóticas", *Arq. de Beja*, 5, p. 63-71.

AUGÉ, Marc., 1985, "Notes sur les rapports entre espace social et systèmes symboliques", *AESC*, 6, p. 125-1259.

AYRES, Christovam, 1896, *Historia orgânica e política do exército português*, I, Lisboa.

AYRES, Christovam, 1898, *Historia orgânica e política do exército português*, II, Lisboa.

BADAN, O.; BRUN, J.-P; CONGÉS, G., 1995, "Les bergeries s de la Crau d'Arles. Les origines de la transhumance en Provence", *Galia*, 52, p. 205-310.

BALTY, J.-Ch., 1991, "Curia Ordinis, Recherches d'architecture et d'urbanisme antiques sur les curies provinciales du monde romain", *Académie Royal de Belgique, Memoires de la classe des Beaux-Arts*, 2<sup>o</sup> serie, t.XV, fasc 2, Bruxelles.

BALTY, J.-Ch., 1994, "Le centre civique des villes et espaces politiques et administratifs", *Actes do XIV Congrès Internacional d'Arqueologia Clàssica* (Tarragona, 5-11/9/1993), vol I, p.91-99.

BARKER, G ; LLOYD, J., (eds), 1991, *Landscapes, archaeological survey in the Mediterranean region*, London.

BARRIENTOS ALFAGEME, G., 1990, *Geografia de Extremadura.*, Badajoz.

BEAUJEU-GARNIER, J, 1995, *Géographie urbaine*, Paris.

BEDOYÈRE, Guy de la, 1993, *Roman Villas and the Countryside*, London.

BEIRÃO, C. M. 1986, *Une civilisation protohistorique du Sud du Portugal (1<sup>ère</sup> âge du Fer)*. Paris.

BELLIDO, Garcia, 1958, "Las colonias romanas de la provincia Lusitania", *Arqueologia e História*, 8<sup>a</sup> série, p. 11-23.

BERGER, Jean-François; BROCHEIER, Jacques-Léopold; JUNG, Cécil; ODIOT, Thierry, 1997, "Données paléogéographiques et données archéologiques dans le cadre de l'opération de sauvetage archéologique du TGV- Méditerranée", *La dynamique des paysages protohistoriques; antiques, médiévales et modernes*. XVIIe Rencontres Internationales d'Archéologie et d'Histoire d'Antibes, Editions APDCA, Sophia-Antipolis, p. 155-183;

BERGER, Jean-François; FAVORY, François; ODIOT, Thierry; ZANNIER, Marie-Pierre, 1997, " Pédologie et agrologie antique dans le Tricastin central (Drôme-Vaucluse), d'après les textes agronomiques et épigraphiques latins et les données géoarchéologiques", *La dynamique des paysages protohistoriques; antiques, médiévales et modernes*. XVIIe Rencontres Internationales d'Archéologie et d'Histoire d'Antibes, Editions APDCA, Sophia-Antipolis, p. 127-153

BERMOND I. ; PELECCUER, Ch., 1997, "Recherches sur l'occupation du sol dans la région de L'Étang de Thau (Hérault). Apport à l'étude des *villae* et des campagnes de Narbonnaise", *RAN*, 30, p. 63-84.

BERROCAL-RANGEL, L, 1992, *Los pueblos Celticos del Suroeste de la Peninsula Iberica*, Madrid.

BERROCAL-RANGEL, L., 1994, "Oppida y castros de la Baeturia Celtica", *Complutum Extra*, 4, p. 189-241.

BLANCHEMANCHE, Ph., 1990, *Bâtisseurs des paysages*, Paris.

BOAVIDA, António José, 1880, *Memória acerca do Bispado de Beja*, Lisboa.

BOISSELIER, S., 1999, *Naissance d'une identité portugaise. La vie rurale entre Tage et Guadiana de l'Islam à la Reconquête (Xe—XVIe siècles)*; Lisboa.

BOST Jean-Pierre; CHAVES, Francisca, 1990, "Le Rayonnement des ateliers de Pax Ivliā, Ebora et Emerita: essai de géographie monétaire des réseaux urbains de la Lusitanie à l'époque julio-claudienne", *Les Villes de la Lusitanie*, p.115-121, Paris.

BRAGA, J. M.; SOARES, A., M., 1981, "Indícios de uma ocupação da II Idade do Ferro no Castelo de Serpa", *Arqueologia*, 4, p. 116-123.

BRAVARD, Jean-Paul; CAMMAS, Cecilia; NEHLIG, Pierre; POUPET, Pierre; SALVADOR, P.-G.; WATTEZ, Julia, 1999, *La géologie. Les sciences de la terre*, FERDIÈRE, Alain (direct), Paris.

BRUHNS, H., 1987-1989, "La cité antique de Max Weber", *Opus*, VI-VIII, p. 29-42.

BRUN, J.-P., 1993, "L'oléiculture et la viticulture antiques en Gaule: instruments et installations de production", *La production du vin et de l'huile en Méditerranée*, (AMOURETTI, M.-C.; BRUN, J.-P., (eds), p. 307-341.

BRUN, J.-P., et alii, 1989, "La villa gallo-romaine de Sant-Michel à La Garde (Var). Un domaine oléicole au Haut-Empire", *Gallia*, 46, p. 103-162.

BRUNET, R., 1987, *La carte, mode d'emploi*, Paris

BRUNET, R., 1990, *Le territoire dans les turbulances*, Montpellier.

BRUNT, P., 1971, *Italian Manpower, 225 BC-AD 14*, Oxford.

BOURDIEU, P., 1977, "Remarques provisoires sur la perception du corps", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 14, p., 51-54.

BURNAND, Y., 1975, *Domitii Aquenses. Une famille de chevaliers romains dans la région d'Aix-en-Provence. Mausolée et domaine*, Paris.

BURNHUM, B.C. ; WACHER, J. S., 1990, *The small towns of Roman Britain*, Londres.

CAEIRO, J. O., 1976-1977, "Marcas de oleiro em "terra sigillata" itálica do Castelo das Guerras (Moura)", *Setúbal Arqueológica*, 2-3, p.419-422.

CAEIRO, José O., 1984-1985, "Intervenção de emergência na "Defesa de S. Pedro", *Al-madan*, 4-5, p.2-6.

CAMPOS CARRASCO, J. M., 1993, "La estructura urbana de la *Colonia Iulia Romula Hispalis* en época Imperial", *Anales de Arqueologia Cordubesa*, 4, p. 181-221.

CANTO, A., M., 1997, "Algo más sobre Marcelo, Corduba y las colonias romanas del año 45 a.C.", *Gerion*, 15, p. 253-281.

CANTO, M<sup>a</sup> Alicia, 1989, "*Colonia Iulia Augusta Emerita*: consideraciones en torno a su fundacion y territorio", *Gérion*, p. 149-205.

CAPOGROSSI COLOGNESI, L., 1981, "Alcuni aspetti dell'organizzazione fondiaria romana nella tarda repubblica e nel Principato", *Klio*, 63, p. 347-357.

CARANDINI, A., 1988, *Schiavi in Italia. Gli strumenti pensanti dei Romani fra tarda Repubblica e medio Impero*, Roma.

CARANDINI, A., SETTIS, S., 1979, *Schiavi e padroni nell' Etruria romana. La villa romana di Settefinestre dallo scavo alla mostra*, Bari.

CARANDINI, A., SETTIS, S., 1985, *Settefinestre. Una villa schiavistica nell'Etruria romana. 1. La villa nel suo insieme; 2. La villa nelle sue parti; 3. La villa e i suoi reperti*, 1., Modena.

CARDOSO, Luís, 1781, *Dicionário Geographico*, Vol. II, Lisboa

CARDOSO, Mário, 1962, "Pedras de aneis romanos encontrados em Portugal", *Revista de Guimarães*, 72, p. 155-160.

CARRILLO DIAZ-PINES, J. R., 1993, "Los estudios sobre las villas romanas de Andalucía una revisión historiográfica", *Anales de Arqueologia Cordubesa*, p. 233-258.

CASAS i GENOVER, Josep, 1989, *L'olivet d'en Pujol i Els Tolegassos. Dos establiments agrícoles d'època romana a Viladamat* (campanyes de 1982 a 1988), Girona.

CASAS i GENOVER, Josep; CASTANYER i MASOLIVER, Pere; M. NOLA i BRUFAU, Josep; TREMOLEDA i TRILLA, Joaquim, 1995, *El món rural d'època romana a Catalunya. (L'exemple del Nord-Est)*, Girona.

CASTELO-BRANCO, Fernando, "Vestígios do culto de Diana em Portugal", *Revista de Guimarães*, 69 (1-2), p. 5-18.



CASTILLO, C., 1988, "La tribu Galeria en Hispania: ciudades y ciudadanos", in GONZALES, J. (ed), *Estudios sobre Vrso Colonia Ivliá Genetiva*, Sevilha, p. 233-241.

CATALÁ, América Bari; MALLART, Rosa Plana, 1989, "Un modelo de romanización en el litoral Gerundense", *Stud. Hist., História Antigua*, VII, p. 11-28.

CELLUZA, M.-G.; FENTRESS, E., 1986, L'occupation du sol dans l'Ager Cosanus et la Vallée de l'Albegna (Italie), *DAF*, 3, p. 111-120.

CENÁCULO, Frei Manuel do, 1880, "Sisnando Mártir e Beja sua pátria" (manuscrito publicado por Manuel Joaquim Delgado), *Arq. de Beja*, XVII, fasc. III/IV.

CHARRUT, Daniel; FAVORY, F., 1993, "De la carte topographique à l'analyse d'images. Méthodologie de l'identification des limitations antiques", *RAN*, 26, p. 19-56.

CHASTAGNOL, A., 1990, "A propos du droit latin provincial", *IURA*, 38, p. 1-24.

CHASTAGNOL, A., 1995, "La gaule et le droit latin. Recherches sur l'histoire administrative et sur la romanisation des habitants", *Collection du Centre d'Études Romaines, et Gallo-Romaines*, nº14, Lyon.

CHASTAGNOL, A.; DEMOUGIN, S., LEPELLEY, C., 1996, *Splendidissima civitas. Études d'histoire en hommage à François Jacques*, Paris.

CHOUQUER, G., (direct), 1996, *Les formes du paysage. tome 1—Études sur les parcellaires*, Paris.

CHOUQUER, G., (direct), 1996a, *Les formes du paysage, tome 2—Archéologie des parcellaires. (Actes du colloque d'Orléans, mars, 1996)*, Paris.

CHOUQUER, G., (direct), 1997, *Les formes du paysage. tome 3—L'analyse des systèmes spatiaux*, Paris.

CHOUQUER, G., 1989, "La Klee des champs: Structures mentales et histoire des paysages", *Mélanges Pierre Lévêque, 2. Anthropologie et société*, p. 95-135.

CHOUQUER, G., 1993, "Chronique. Parcellaires, cadastres et paysages II", *Revue Archéologique du Centre de la France*, tome, 32, p. 205-230.

CHOUQUER, G., 1993a, "Répertoire topo-bibliographique des centuriations de Narbonnaise", *RAN*, 26, 87-98.

CHOUQUER, G., 1994, "Chronique. Parcelaires, cadastres et paysages II", *Revue Archéologique du Centre de la France*, tome, 33, p. 199-213.

CHOUQUER, G., 1994a, "Cadastres d'Orange et archéologie. Résultats et hypothèses", *Les campagnes de la France méditerranéenne dans l'Antiquité et le haut Moyen Age. Etudes microrégionales*, DAF, 42, p. 51-55.

CHOUQUER, G., 1995, "Aux origines antiques et médiévales des parcelaires", *Histoire et Sociétés Rurales*, n°4, 2<sup>ème</sup> semestre, p. 11-46.

CHOUQUER, G., 1996, "Introduction", *Les formes du paysage. tome 1— Etudes sur les parcelaires*, p. 7-10, Paris.

CHOUQUER, G., 1996a, "Parcelaires et longue durée. Points de repère historiques et problèmes d'interprétation", *Les formes du paysage, tome 2 — Archéologie des parcelaires. (Actes du colloque d'Orléans, mars 1996)*, p. 201-222.

CHOUQUER, G., 1997, "La place de l'analyse des systèmes spatiaux dans des paysages du passé", *Les formes du paysage. tome 3 — L'analyse des systèmes spatiaux*, p. 14 - 24, Paris.

CHOUQUER, G., 1997a, " Enquête sur la genèse des paysages: Histoire et archéologie, une collaboration difficile", *Les Nouvelles de l'archéologie*, 69, p. 39-44.

CHOUQUER, G.; CLAVEL-LÉVÊQUE, M.; FAVORY, F., 1982, "Cadastre, occupation du sol et paysages agraires antiques", *AESC*, n° 5-6, p. 847-882.

CHOUQUER, G.; CLAVEL-LÉVÊQUE, M.; FAVORY, F.; VALLAT, J.-P., 1987, *Structures agraires en Italie centro-méridional. Cadastre et paysages ruraux*, Rome.

CHOUQUER, G.; FAVORY, F., 1991, *Les paysages de l'Antiquité. Terres et cadastres de l'occident romain*, Paris.

CHOUQUER, G.; FAVORY, F., 1992, *Les arpenteurs gallo-romains. Théorie et pratique*, Paris.

CHRISTOL, M.; HEIJMANS, 1992, "Les colonies latines de Narbonnaise. Un nouveau document de Arles mentionnant la *Colonia Iulia Augusta Avennio*", *GALIA*, 45, p. 38-44

CLAVEL-LÉVÊQUE, M., (dir.), *Cadastres et espace rural*, (table ronde de Besançon, mai, 1980),

CLAVEL-LÉVÊQUE, M., 1994, "Territoire, cadastre et environnement. Bilan et perspectives", *De la terre au ciel. I Paysages et cadastres antiques* (XIIe Stage international — Besançon, 29-31 mars, 1993), p. 7-29.

CLAVEL-LÉVÊQUE, M.; CONSO, D; FAVORY, F.; GUILLAUMIN, J.-Y.; ROBIN, Ph., (trad.), 1993, *Corpus agrimensorum Romanorum*. I. Siculus Flacus. *Les conditions de la terre*, Nápoles.

CLAQUEL LÉVÊQUE, M.; LORCIN, M. TH.; LEMARCHAND, G., 1983, *Les campagnes françaises. Précis d'histoire, rural*, Paris,

CNH= VILLARONGA, L., 1994, *Corpus nummum Hispaniae ante Augusti aetatem*, Madrid.

COELHO, A. Borges, 1989, *Portugal na Hispânia Árabe*, vol 1 — *Geografia e Cultura*, Lisboa.

COELHO, A. Borges, 1989a, *Portugal na Hispânia Árabe*, vol II — *História*, Lisboa.

COMPATANGELO, R., 1985, "Un domaine romain en Gaule du Centre-Est: Tourmont (Jura)", *DHA*, 11, p.25-67.

COMPATANGELO, R., 1989, *Un cadastre de pierre . Le Salento Romain*, Paris.

COMPATANGELO, R., 1995, "Prospections archéologiques et domaine. Modèles historiques et réalités de terrain", in *Du Latinfundium au Latifondo. Un héritage de Rome, une création médiévale ou moderne?* (Actes de la Table Ronde Internationale du CNRS organisée à l'Université de Michel Montaigne - Bordeaux III, les 17-19 décembre 1992), p. 43-65, Paris.

CONGES, G.; LECACHEUR, P., "Exploitation et domaine sur la côte varoise à l'époque romaine: exemple de la plaine de Pardignon (Cavalaire, Croix-Valmer, Var)", *Les campagnes de la France méditerranéenne dans l'Antiquité et le haut Moyen Age. Etudes microregionales*, DAF, 42, 279-287.

CONNERTON, P., 1993, *Como as sociedades recordam*, Oeiras.

CORBIER, M., 1985, "Grande proprietà fondiaria e piccole aziende: la Gallia settentrionale in epoca romana", *Società romana e impero tardo antico*, III, Bari, 687-702.

CORREIA, V. H., 1993, "As necrópoles da Idade do Ferro do Sul de Portugal: arquitectura e rituais", *Trabalhos de Arqueologia e Etnologia*, 33 (3-4), (Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular), p. 351-375.

CORREIA, Virgílio, 1912, "Moedas romanas achadas em Beja no século XVIII", *Arq. Port.*, 17, p. 113-121.

- CORREIA, Virgílio, 1972, "Arcos romanos de Portugal", *Obras*, IV, p. 223-227.
- CURCHIN, L. A., 1985, "Vicus and pagi in Roman Spain", *REA.*, LXXXVII, 3-4, p. 327-343.
- CURCHIN, L. A., 1991, *Roman Spain: Conquest and assimilation*, Londres.
- DELANO-SMITH, C., 1979, *Western Mediterranean Europe: A historical geography of Italy, Spain and southern France since the Neolithic*, Londres.
- DIAS, D. José do Patrocínio, 1961, *Enciclopédia diocesana. Estudo histórico, geográfico, etnológico e religioso da diocese de Beja*, Beja.
- DIAS, Maria Manuela Alves, 1978, "A propósito de uma nova inscrição isíaca (Beja)", *Conimbriga*, 17, p. 35-40.
- DIAS, Maria Manuela Alves, 1981, "Os cultos orientais em Pax Iulia, Lusitânia", *Memorias de Historia Antigua*, 5, p. 33-39.
- DIAS, Maria Manuela Alves, 1982, "Estela Funerária de Beja (*Conventus Pacensis*)", *Ficheiro Epigráfico*, 4, nº12.
- DOMERGUE, Cl., 1983, "La mine antique d'Aljustrel (Portugal) et les tables de bronze de Vipasca", *Conimbriga*, 22, p. 15-193.
- DOMERGUE, Cl., 1983a, *La mine antique d'Aljustrel (Portugal) et les Tables de bronze de Vipasca*, Paris
- DOMERGUE, Cl., 1990, "Les mines de la péninsule Ibérique dans l'Antiquité romaine", *CEFR*-127, Roma.
- DUBY, G. (dir), 1975, *Histoire de la France Rural*, Paris.
- EDMONSON, J. C., 1984, "Mithras at Pax Iulia — A re-examination", *Conimbriga*, 23, p. 69-86.
- EDMONSON, J. C. Jonathan, 1990, "Le Garum en Lusitanie urbaine et rural: Hiérarchies de demande et de production", *Les Villes de la Lusitanie*, p. 123-147.
- ENCARNAÇÃO, J. d', 1984, *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra. (=IRCP)
- ENCARNAÇÃO, J. d', 1986, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. "Aditamento", *Trabalhos de Arqueologia do Sul*, p. 99-109.
- ENCARNAÇÃO, J. d', 1988, "Inscrição monumental de Pax Iulia", *Ficheiro Epigráfico*, 20, nº 131.

ENCARNAÇÃO, J. d', 1990, "Epigrafia do concelho de Moura", *Moura na Época Romana*, p. 41-59, Moura

ENCARNAÇÃO, J. d', 1997, "Letreiros, Homens e Deuses", in LOPES, CARVALHO e GOMES, 1997, p. 147-197.

Encuentros sobre el Tajo (Alcántara-Lisboa) Aprovechamiento de água. *Cuadernos de San Benito*, 2 Alcántara, 1989 1..

ESPANCA, T., 1992, *Inventário Artístico de Portugal—Beja*, Lisboa.

ÉTIENNE, R., 1958, *Le culte impérial dans la péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*, (BEFAR, 191), Paris.

ÉTIENNE, R., 1990, "Le culte impérial vecteur de la hiérarchisation urbaine", *Les Villes de la Lusitanie*, p. 215-231.

ÉTIENNE, R., 1992, "L'horloge de la *civitas Igditanorum* et la création de la province de la Lusitanie", *REA*, 94, p. 355-362.

ÉTIENNE, R., 1995, "À propos du territoire d'Emerita Augusta (Mérida)" *Cité et Territoire*, (Colloque Européen, Béziers, 14-16 octobre, 1994), p. 27-32.

FABIÃO, C., 1989, *Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*, (*Cadernos da UNIARQ* 1), Lisboa.

FABIÃO, C., 1992, "O passado proto-histórico e romano. A I Idade do Ferro", *História de Portugal* (MATOSO, J., direct.), p. 134-137, Lisboa

FARIA, A. M., 1986, "Moedas hispano-romanas do Museu da Guarda", *Numismática*, 40-41, p. 13-14.

FARIA, A. M., 1989, "Sobre a data de fundação de *Pax Iulia*", *Conimbriga*, 28, p.103-109.

FARIA, A. M., 1995, "Moedas da época romana cunhadas em território Português", *AEA*, XIV, 146, 150-151.

FARIA, A. M., 1995, "Moedas de época romana cunhadas em território actualmente português", *La moneda Hispánica: Ciudad y Territorio*. (*Actas del I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua—Madrid*, noviembre, 1994), p. 143-153.

FARIA, A. M., 1995a, "Plínio-o-Velho e os estatutos das cidades privilegiadas hispano-romanas localizadas no actual território português", *Vipasca*, 4, p. 89-99.

FARIA, A. M., 1997, "De novo em torno da fundação de Pax Iulia", *Vipasca*, 6, 171-185.

FARIA, A. M., 1999, "Colonização e municipalização nas províncias hispano-romanas: reanálise de alguns casos polémicos", *RPA*, vol 2, n°2, p.29-50.

FARIA, A. M., SOARES; A. M., 1998, "Uma inscrição em caracteres do Sudoeste proveniente da Folha de Ranjão (Baleizão, Beja), *RPA*, vol 1, n° 1, p.153-160.

FAVORY, F., 1983, "Propositions pour une modélisation des cadastres ruraux antiques", *Cadastres et espace rural*, (table-ronde de Besançon, mai 1980), Paris, p. 51-135.

FAVORY, F., 1991 "Paysages et cadastres de l'antiquité", *DHA*, 17, 2, p. 251-269.

FAVORY, F., 1991a, " Le territoire de de Murvièl-lès-Montpellier dans l'Antiquité et le Moyen-Age", *RAN*, 24, p. 63-111.

FAVORY, F., 1996, "Morphologie agraire isocline avec une limitation romaine acquis et problèmes", *Les formes du paysage. Tome 2 — Archéologie des parcellaires*, (Actes du colloque d'Orléans —mars 1996), Paris, p. 193-200.

FAVORY, F., 1997, "Retour critique sur les centuriations du Languedoc Oriental, leur existence et leur datation", *Les formes du paysage. Tome 3 — L'analyse des systèmes spatiaux*, p. 96-126.

FAVORY, F.; CHOUQUER, G., 1991, *Les paysages de L'Antiquité, Terres et cadastres de l'Occident romain*, Paris.

FAVORY, F.; FICHES, J.-L. , (dir), 1994, "Les campagnes de la France méditerranéenne, dans l'Antiquité et le haut Moyen Âge. Études micro régionales", *DAF.*, 42, Paris.

FAVORY, F.; FICHES, J.-Luc; GIRARDOT, J.-Jacques, "1987-88, "L'analyse des données appliquées à la typologie des sites gallo-romains dans le Beaucairois (Gard): matériel de prospections et environnement paysager. Essai méthodologique", *Galia*, 45, p. 67-85.

FAVORY, F.; FICHES, J.-Luc; RAYNAUD, Cl., 1985, "Occupation du sol entre Lez et Vidourle: 2. Approche des structures agraires dans la plaine littorale à l'époque romaine", *Actes du 110 e Congrès National des Sociétés Savantes* (Montpellier avril , 1985) , p. 164-166, Paris.

FAVORY, F.; VAN DER LEEUW, S., 1998, "*Archaeomedes*, la dynamique spatio-temporelle de l'habitat antique dans la vallée du Rhône: bilan et perspectives", *RAN*, 31, p. 257-298.

FEIO, Mariano, 1983, *Les Bas Alentejo et l'Algarve*, Évora.

FEIO, Mariano, 1992, "Geomorfologia", *Carta Geológica de Portugal, escala 1:200. 000. Notícia explicativa da folha nº 8.* (Oliveira, 1992, coord.), p. 11-15.

FEIO, Mariano, 1998, *A evolução da agricultura do Alentejo Meridional. As cartas agrícolas de G. Pery. As difíceis perspectivas actuais na Comunidade Europeia*, Lisboa.

FERNANDES, Hermenegildo, G., 1991, *A organização do espaço e sistema social no Alentejo. O caso de Beja*, volume policopiado, Fac. Letras Universidade de Lisboa.

FERNÁNDEZ CORRALES, J. M., 1989, "El territorio de *Augusta Emerita* y los limites entre la Bética y la Lusitânia", *CNA XIX* (Valence 1987), vol. I, p. 889-898.

FERNANDEZ JURADO, Jesus, 1988-1989, "El urbanismo protohistorico de Huelva. Tartessos e Huelva", *Huelva Arqueológica*, anexos 3, 150, Fig.3

FERNANDEZ OCHOA, Carmen; GARCÍA DÍAZ, Paloma; USCATESCU, BARRÓN, Alexandra, 1992, "Gijón en el periodo tardo-antiguo: cerámicas importadas de las escavciones de Cima de Villa", *AEA*, 65, p. 105-149.

FERNÁNDEZ VEGA, P., "Las areas periurbanas de las ciudades alto imperiales romanas. Usos del suelo y zonas residenciales", *HA*, v. XVIII, p. 141-158.

FERRREIRA, Fernando Bandeira; ALMEIDA, Justino Mendes, 1958, "Varia Epigraphica", *Revista da Faculdade de Letras*, 3ª série, 2, p. 132-171, Lisboa.

FEUGÈRE, M.; PASSELAC, M.; PELLECUER, Ch.; GARMY, P., 1988, "Signes de la romanisation", *RAN*, 31, p. 299-353.

FÈVRIER, P.A., 1969, "Enceinte et colonie (de Nîmes à Verone, Toulouse et Tipasa)", *Revue d'Études Ligures*, 1-3, p. 277-286.

FICHES, J.-Luc, 1996, "Jalons et repères archéologiques pour la France méditerranéenne", *Les formes du paysage. tome 2 — Archéologie des parcellaires*, (Actes du colloque d'Orléans —mars 1996), p. 88-94, Paris.

FICHES, J.-Luc, 1996a, "Les cadastres romains en Gaule du sud", *JRA*, 9, p. 447-453.

FICHES, J.-Luc., (direct.), 1996, "Habitats de l'âge du fer et structures agraires d'époque romaine aux Escaravatières. Puset-sur-Argens — Var", *Galia*, 52, p. 205-261.

FICHES, J.-Luc; VAN DER LEEUW, S., 1990, "De la structuration et de l'analyse spatiales aux processus historiques", *Archéologie et Espace* (X Rencontres Internationales d'Archéologie et d'Histoire, Antibes, 1989), p. 503-512.

FIGUEIREDO, Borges de, (1888), "Miscellanea", *Revista Archeológica e Historica*, 2, p. 109-111.

FLORES, F. de ALMEIDA; ARAÚJO, Carlos de, 1945, "História da exploração da mina de Ruy Gomes", *Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro*, 1(3-4), p. 296-303.

FLOREZ Henrique, "O bispado de Beja, segundo o P<sup>e</sup>. Henrique Florez em sua Espanha Sagrada", *Arq. de Beja*, 16, p. 113-159

FRANCISCO MARTÍN, J., 1989, *Conquista y romanización de Lusitania*, Salamanca

Cenáculo Villas Boas, Frei Manuel do "Sisnando Mártir e Beja sua Pátria", Texto publicado no *Arq. de Beja*, III, fasc III e IV (1946) e IV (1947), por Manuel Delgado.

GABBA, E., 1983, *Per una interpretazione della centuriazione. Misurare la terra: enturiazione e coloni nel mondo romano*. vol.I., vol II., Modena.

GALSTERER, H. 1971, *Untersuchungen zum römischen Stadtwesen auf der Iberischen Halbinsel*, Berlin.

GALSTERER, H. 1988, "The Tabula Siarensis and Augustan Municipalization in Baetica", in ORTIZ de URBINA, E. e SANTOS, J. (eds), *Estudios sobre la Tabula Siarensis (Actas de las Jornadas celebradas en Sevilla en 1986)*, Madrid, p. 61-74.

GALSTERER, H. 1996, "Diritto latino e municipalizzazione in Betica", in ORTIZ de URBINA, E.; SANTOS, J. (eds), *Teoria y practica del ordenamiento municipal en Hispania, (Actas del Symposium de Vitoria-Gasteiz—22 a 24 nov., 1993)*, Vitoria-Gasteiz, p. 211-221

GALSTERER-KLÖLL, B., 1972, "Untersuchungen römischen Beinamen der Städte des Imperium Romanum" *Epigraphische Studien*, 9, p. 44-145.

GALSTERER-KLÖLL, B., 1975, "Zu den spanischen Städtelisten des Plinius", *AEA*, 48, p. 120-128.

GAMITO, Teresa, 1986, "Espetos de bronze do SW peninsular", *Conimbriga*, XXV, p. 23-39.

GAMITO, Teresa, J., 1990, "O concelho de Moura na Proto-História", *Moura na época romana*, pp 17-30, Moura.



GARCIA IGLESIAS, L., 1972, "El Guadiana y los limites comunes de Bética y Lusitânia", *Hispania Antigua*, 2, p. 165-177.

GARCIA MARTINEZ, M<sup>a</sup> R., 1994, "Contribución de la provincia Lusitania al movimiento de población hispana hacia las provincias imperiales en época romana", in SÁEZ, P.; ORDÓÑES, S., (eds), *Homenaje al Profesor Presedo*, p. 457-462.

GARCIA MORÁ, F., 1993, "Sertorio frente a Metelo", *Actas, II Congresso de História Antiga*, p. 375-398, Coimbra.

GARCIA Y BELLIDO, A., 1958, "Las colonias de la provincia da Lusitania", *Arqueologia e História*, VIII, p. 13-23.

GARCIA Y BELLIDO, A., 1959, "Del carácter militar activo de las colonias romanas de la Lusitânia y regiones," *Trabalhos de Arqueologia e Etnologia*, 17, p.,199-234.

GARCIA Y BELLIDO, A., 1959, "Las colonias romanas de España" *AHDE*, 29.

GARCIA, João Carlos, 1986, *O espaço medieval da reconquista no sudoeste da Península Ibérica*, p. 63-64, Lisboa.

GATEAU, F. , 1997, " L'établissement rural de la Pousarque (Gignac -La-Nerthe, Bouches du Rhône). L'oléiculture en Basse Provence", *RAN.*, 30, pp. 5-31.

GATEAU, F. ,1993, "La prospection au sol dans la chaine de la Nerthe: du ramassage de surface à la cartographie", in *Archéologie et environnement: de la Sainte-Victoire aux Alpilles, Travaux du Centre Camille Jullian*, n°14, (sous la direction de Ph. LEVEAU e M. PROVANSAL), p. 109-115.

GAUTHIER, Ph., 1987-1989, "Grandes et petites cités: hégémonie et autarcie", *Opus*, VI-VIII, p. 187-197.

GAYRAUD, M.,1981, *Narbonne antique. Des origines à la fin du III e siècle*, *RAN*, sup. 8.

GIL FARRES, Octávio, 1966, *La moneda hispánica en la Edad Antigua*, Madrid.

GOIS, Casteleiro de, 1998, *Beja — XX séculos de história de uma cidade*, tomo 1, Beja

GOMES, M. V., 1986, "Oenochoe piriforme dos arredores de Beja", *Trabalhos de Arqueologia do Sul*, Évora, 1, p. 49-57.

GONÇALVES, Iria, 1981, "Da estrutura do casal nos finais da Idade Média", *História e Crítica*, n°7, p 28-45.

GONZALES, J., 1986, "Los municipios *civium Romanorum* y la *Lex Irnitana*", *Habis*, 17, p.221-240.

GONZALES, J., 1989, "VRSO: ¿Tribu Sergia o Galeria?", in GONZALES, J. (ed), *Estudios sobre Vrso Colonia Ivliá Genetiva*, Sevilha, p. 133-153.

GONZALES, J., 1998, "Las fundaciones de Augusto en la Betica y la tribu Galeria", in MANGAS, J. (ed), *Italia y Hispania en la crisis de la Republica romana*, (Actas del III Congreso Hispano-Italiano—Toledo, 20-24 de septiembre de 1993), Madrid, p.33-49.

GORGES, J.- G., 1979, *Les villas hispano-romaines*, Bordeaux

GORGES, J.-G., 1982, "Centuriation et organization du territoire: note préliminaire sur l'exemple de Mérida", *Villes et campagnes dans L'Empire Romain* (Aix-en-Provence, 1980), p. 101-110.

GORGES, J.-G., 1983, "Remarques sur la détection des cadastres antiques en Péninsule Ibérique: à propos d'Elche et de Mérida", *Cadastres et espace rural, approches et réalités antiques*, p. 199-206, Paris.

GORGES, J.-G., 1990, "Villes e Villas de Lusitanie (interactions — échanges — autonomie)", *Les Villes de la Lusitanie*, p. 91-113. Paris.

GOUDINEAU; Ch., REBOURG, A., (eds), 1991, *Les villes augustéennes de Gaule*, (Actes du Colloque International d' Autun ,6, 7 et 8 juin 1985).

GRANT, M., 1969, *From Imperium to Auctoritas*, Cambridge.

GREEN, H.J.M., 1978, "A villa estate at Godmanchester", *Studies in the Roman British villa*, p. 103-116.

GROS, P. 1990, "Les étapes de "L'aménagement monumental du forum: observations comparatives /Italie, Gaule Narbonaise, Tarraconaise", *La città nell'Italia Settentrionale in età romana – morfologie, strutture et funzionamento dei centri urbani delle Regioni X e XI*. (Atti del convegno organizzato dal Dipartimento di Scienze dell'Antichità dell'Università di Trieste e dall'Ecole Française de Rome. (Trieste, 13-15 marzo, 1987), Trieste — Roma, p. 29-68.

GROS, P., 1986, "Sanctuaires traditionnelles, capitoles et temples dynastiques: ruptures et continuités dans le fonctionnement et l'aménagement des centres religieux urbains", *Los asentamientos Ibéricos ante la Romanización*, p. 111-117.

GROS, P., 1993, "Comprendre la ville romaine? perspectives et problèmes d'une approche structurelle", *Actes do XIV Congrès Internacional d'Arqueologia Clàssica* (Tarragona, 5-11/9/1993), vol I, p.45-55.

GROS, P., 1996, *L'architecture romaine. I. Les monuments publics*, Paris.

GUERRA, A. V.; RIBEIRO, Cação; FERREIRA O. da Veiga, (1971), "Um vaso com ornamentação em rosetas encontrado em Beja", *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia* (Coimbra, 1970), I, p. 307-308.

GUERRA, A.; FABIÃO C., 1987, " Escavações no acampamento romano da Lomba do Canho", *Actas do I Congreso Peninsular de Historia Antigua* (Santiago de Compostela, 1986), p. 307-328.

GUICHARD, P.; LEFÈBRE, S., 1992, "Un nouveau vicus en Hispanie d'après une inscription inédite d'Extremadure", *MCV*, T. XXVIII, 1, p. 165-179.

HALL, Edward, T., 1986, *Dimensão Oculta*, Lisboa.

HAUSCHILD, Th., 1989-1990, "Arquitectura religiosa romana em Portugal", *Anas*, 2-3, p. 57-75.

HAUSCHILD, Th., 1992, "El templo romano de Évora", *Templos romanos de Hispânia*, Murcia, p. 107-118.

HENDERSON, M. I., 1942, "Julius Caesar and Latinum in Spain", *JRS*, 32, p.1-13.

HERNANDEZ-GIMENEZ, Felix, 1958, "El cruce del Odiel por la via romana de Ayamonte a Merida", *AEA*, XXXI, p. 126-152.

HERNANDEZ-GIMENEZ, Felix, 1960, "La *Kura* de Merida en el siglo X", *Al Andalus*, XXV, p. 313-371.

HIDALGO PRIETO, R., 1993, "Nuevos dados sobre el urbanismo de *Colonia Iulia Corduba*". Excavación arqueologica en la calle Ramírez de las Casas —Deza 13", *Anales de Arqueologia Cordobesa*, 4, p. 9-134.

HOODER, I.; MILLET, M., 1980, "Romano-British villas and towns", *World Archaeology*, 12, p. 69-76.

HOODER, I.; ORTON C., 1976, *Spatial analysis in archeology*, Cambridge.

HUMBERT, A., 1985, "Prospections aériennes", *MCV*, XXI, p. 433-437.

INGLOT, T., 1987, *The appropriation of nature*, Manchester

IRCP = ENCARNAÇÃO, José d', 1984, *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra.

JACQUES, F., "Un exemple de concentration foncière en Bétique d'après le témoignage des timbres amphoriques", *MEFRA*, n° 102-2, p. 865-899.

JALMAIN Daniel, 1995, "Aerovision—Photoscopie du Louvillois Gouillons, Lesville-la-Chenard", *Bouletin de la Société Archéologique d' Eure-et-Loire*, 45, 2<sup>ème</sup> trimestre, p. 42-58.

KEPPIE, L., 1983, *Colonisation and Veteran Settlement in Italy 47-14 B.C.*; London.

KNAPP, R. C., 1977, *Aspects of the Roman Experience in Iberia, 206-100 B.C.*, London.

KUZISCIN, V. I., 1984, *La grande proprietà agraria nell'Italia romana*, Roma.

*La città nell'Italia Settentrionale in età romana – morfologie, strutture et funzionamento dei centri urbani delle Regioni X e XI.* Atti del convegno organizzato dal Dipartimento di scienze dell'Antichità dell'Università di Trieste e dall'École Française de Rome. (Trieste, 13-15 marzo, 1987. Trieste — Roma, 1990

LAMBRINO, Scarlat, 1953, "Les divinités orientales en Lusitanie et le sanctuaire de Panóias", *Bulletin des Études Portugaises et L'Institut Français au Portugal*, nouvelle série, 17, p. 93-119.

LAMBRINO, Scarlat, 1967, "Catalogue des inscriptions latines du Musée Leite de Vasconcelos, *O Arq. Port.*, 3<sup>a</sup> série, 1, p. 123-217.

LE FOIT, J., 1988, "Le territoire: introduction", *Structures de l'habitat et occupation du sol dans les pays Méditerranéens. Les méthodes et l'apport de l'archéologie extensive*, Casa de Velázquez, Série Archéologie, Madrid.

LE GLAY, M., 1990, "La Place des affranchis dans la vie municipal et dans la vie religieuse", *MEFRA* 102, 2, p. 621-638.

LE ROUX, P., 1982, *Armée et l'organisation des Provinces ibériques d'Auguste a l'invasion de 409*, Paris.

LE ROUX, P., 1986, "Municipe et droit latin en Hispanie sous l'Empire", *RHDF*, 64, 325-350.

LE ROUX, P., 1990, "Les villes de statut municipal en Lusitanie ", *Les Villes de la Lusitanie* , 35-49, Paris

LE ROUX, P., 1991, "Le juge et le citoyen dans le municipe d'Irni", *Cahiers du Centre G. Glotz* , II, 11, 99-124.

LE ROUX, P., 1992, "La question des colonies latines sous l'Empire" *Ktema* , 17, 183-200.

LE ROUX, P., 1994, "Bracara Augusta, ville latine", *Trabalhos de arqueologia Antropologia e Etnologia*, 34 (3-4), (Actas do IIº Congresso de Arqueologia Peninsular, Porto, 1992), p. 229-241.

LE ROUX, P., 1994a, "Viculus e Castellum en Lusitanie sous L'Empire", *Les campagnes de Lusitanie romaine*, 151-160, Madrid.

LE ROUX, P., 1995, *Romains d'Espagne. Cités et politique dans les provinces, II<sup>e</sup> siècle av. J.-C. — III<sup>e</sup> siècle ap. J.-C.*, Paris.

LE ROUX, P., 1996, "Droit et municipalisation en Lusitanie sous l'Empire", *Veleia*, Anejos, Series ACTA 3, p. 239-253.

LE ROUX, P., 1998, *Le Haut-Empire romain en Occident: d'Auguste aux Severes*, Paris.

LE ROUX, P., 1999, "Le territoire de la colonie auguste de Mérida. Réflexions pour un bilan", *Économie et territoire en Lusitanie romaine*, coll. Casa de Velazquez (65), Madrid, p.263-276.

LEBEAU, R., 1996, "Les grands types de structures agraires dans le monde, (6<sup>e</sup> ed), Paris.

LEVEAU, Ph., 1983, "La ville antique et l'organisation de l'espace rural: villa, ville, village", *AESC*, n° 4, p. 920-942.

LEVEAU, Ph., 1984, *Caesareia de Mauritânia, une ville romaine et ses campagnes*, EFR -70, Paris.

LEVEAU, Ph., 1986, "Occupation du sol, geosystèmes et systèmes sociaux. Rome et les ennemies des montagnes et du désert dans le Maghreb antique", *AESC.*, n° 6, p. 1345-1358.

LEVEAU, Ph., 1991, "La ville romaine et son espace rural. Contribution de l'archéologie à la réflexion sur la cité antique", *Opus*, VI-VIII, p. 87-97.

LEVEAU, Ph., 1993, "Agglomérations Secondaires et territoire en Gaule Narbonaise", *RAN*, 26, 277-299.

LEVEAU, Ph., 1995, "Archéologie des paysages, sources écrites, archives cartographiques et "méthodes régressives". À propos de quelques exemples provençaux", *Archéologie en Languedoc*, p. 193-161.

LEVEAU, Ph., 1997, "Temps, espace et structuration des paysages", *Les formes du paysage. Tome 3 — L'analyse des systèmes spatiaux*, p. 7-13, Paris.

LEVEAU, Ph.,1988, "Prospections archéologiques autour de Caesareia de Maurétanie", *Structures de l'habitat et occupation du sol dans les pays méditerranéens. Les méthodes et apport de archéologie extensive*, Casa de Velasquez, série Archéologie, p. 395-399.

LEVEAU, Ph.; PROVANSAL, M. (direc), 1993, "Archéologie et environnement: de la Saint-Victoire aux Alpilles", *Travaux du Centre Camille Jullian, n° 14*.

LEVEAU, Ph.; RAYNAUD, Cl., 1997, " Le dossier occupation du sol: du site à la macro-region", *RAN*, 30, p. 1-3.

LEVEAU, Ph.; SILLIÈRES, P.; VALLAT, J.-P., 1993, *Campagnes de la Méditerranée romaine*, Paris.

LIMA, J. Fragoso, 1946, "Estação romana da Tapada, Moura (Alentejo)", *Jornal de Moura* , n° 912-915.

LIMA, J. Fragoso, 1951, "Aspectos da romanização no território português da Bética", *Arq. Port.*, nova série, 1, p. 175-185.

LIMA, J. Fragoso, 1981, *Elementos históricos e arqueológicos do concelho de Moura*, Moura.

LOPES, M. Conceição; CARVALHO, P., 1997, "O período romano: a mutação da paisagem", in LOPES *et alii*, 1997, p. 135–145.

LOPES, M. Conceição, 1986 "Uma cupa funerária da Vidigueira", *Conimbriga*, 22, p. 205-212.

LOPES, M. Conceição, 1994, *A Sigillata de Represas. Tratamento Informático*, Coimbra.

LOPES, M. Conceição, 1996, "O território de *Pax Iulia*. Limites e caracterização", *Arq. de Beja*, vol II/III, 3ª série, p. 63-74.

LOPES, M. Conceição, 1997, " L'occupation du sol dans le territoire de *Pax Iulia*, (Beja), in *Itinéraires Lusitaniens*, p. 157-178.

LOPES, M. Conceição, ALFENIM, Rafael, 1994, "A *villa* romana do Monte da Cegonha", *Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana*, Huelva, p. 485-502.

LOPES, M. Conceição, ALFENIM, Rafael, 1994a, "La *Villa* romaine de Monte da Cegonha, *Les Dossiers d'Archéologie*, p. 64-67

LOPES, M. Conceição, ALFENIM, Rafael, 1995, "A Basilica pPleo-Cristâ do Monte da Cegonha—Vidigueira, *IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica*, (Lisboa, 992), Barcelona, p.389-398

LOPES, M. Conceição.; CARVALHO, Pedro; GOMES, Sofia, 1997, *Arqueologia do Concelho de Serpa*, Serpa.

LÓPEZ MELERO, R.; SÁNCHEZ ABAL, J. L.; GARCIA JÍMENEZ, 1984, "El bronce de Álcantara. Una deditio del 104.", *Gerión*, 2, p. 264-323.

LOPEZ PAZ, Pilar; PEREIRA MENAUT, Gerardo, 1996, "La tierra y los hombres: paisaje político, paisaje histórico", *Stvd.Hist., História Antigua*, 13-14, p. 39-60.

MACHADO, Luís Saavedra, 1920, "Aquisições do Museu Etnológico Portuguez", *Arq. Port.*, 24, p. 241-270.

MACKIE, N., 1983, *Local administration in Roman Spain A. D. 14-212*, Oxford.

MAIA, Manuel, 1978, "Fortalezas romanas do Sul de Portugal", *Zephyrus* 28-29, p. 280.

MANGIN, M., 1985, "Artisanat et commerce dans les agglomérations secondaires du Centre-Est de la Gaule sous l'Empire", *L'origine des richesses dépensées dans la ville antique* (Actes du colloque organisé à Aix-En-Provence par l'U.E.R. d'Histoire, les 11 et 12 Mai, 1984), p. 113-130.

MANGIN, M.; TASSOUX, F., 1992, "Les agglomerations secondaires de l'Aquitaine romaine", *Villes et agglomerations urbaines antiques du Sud-Ouest de la Gaule, Histoire et Archéologie*, sixième suppl. à *Aquitania*, p.461-495.

MANTAS, V. Gil, 1986, "Implantação rural romana em torno de S. Cucufate (Vidigueira)" *Arq. de Beja*, volume III, 2ª série, p.199 - 214.

MANTAS, V. Gil, 1987, "As primeiras formas de povoamento urbano em Portugal", *Povos e Culturas*, 2, p. 13-40.

MANTAS, V. Gil, 1990, "Teledetecção e urbanismo romano: o caso de Beja", *Geociências*, 5, p. 75-88.

MANTAS, V. Gil, 1993, "As fundações coloniais em território português nos finais da República e inícios do Império", *Actas do II Colóquio de História Antiga*, 467-480.

MANTAS, V. Gil, 1996a, " Teledetecção, cidade e território", *Arq. de Beja*, volume I, 3ªsérie, p.5-30.

MANTAS, V. Gil 1996b, " Em torno do problema da fundação e estatuto de *Pax Iulia*", *Arq. de Beja*, volume II/III, 3ªsérie, p.41-62.

MANTAS, V. Gil., 1998, "Colonização e aculturação no Alentejo Romano", *Arq de Beja*, série 3, 7-8, p. 33-61.

MARNIER, S., 1973, "*Pax Augusta*: historia de una leyenda", *Hispania Antiqua*, 3, p. 319-329.

MARTIN BRAVO, Ana M., 1993, "Metodologia de prospeccion para la edad del hierro en la zona de Alcantara (Caceres)", *Zephyrus*, XLVII, p. 183-194.

MARTÍN DE CÁCERES, Cerrillo; Enrique, FÉRNANDEZ CORRALES; José María, HERRERA; GARCIA DE LA SANTE, Gregorio, 1990, "Ciudades, territórios y vias en la Lusitania Meridional Española", *Les Villes de la Lusitanie*, p. 51-72, Paris

MARTÍN, J. F., 1978, "Cuestiones en torno al límite occidental de la Bética. Andalucía en la Antigüedad: fuentes y metodologia", *Actas del I Congreso de História de Andalucía*, (Cordova, 1976), p. 179-185.

MARTIN-BUENO, M., 1989, "Aprovechamiento hidraulico de la Antigüedad", (Encuentros sobre el Tajo), *Cuadernos de San Benito*, 2, p.15-26.

MARTINS, Rui Cunha, 1998, "Das fronteiras medievais às fronteiras historiográficas: liminaridade; transgressão; obesidade", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXXVIII, (3-4), p. 145-160.

MAUNE, S., 1994, "Limites de propriétés antiques en Biterrois. L'exemple de Sept-Fonts à St-Pons-de Mauchiens (Hérault). Archéologie et sources textuelles", *De la Terre au Ciel, I, Paysages et cadastres antiques*, p. 65-70.

MAYET, F., 1983, *Les céramiques sigillés hispaniques. Contribution à l'histoire économique de la Péninsule Ibérique sous l'Empire Romain*, Paris.

MAYET, F., 1990, "Mérida, capital économique?", *Les Villes de la Lusitanie*, 207-212.

MEFFRE, J.-C., 1988, "L'habitat F de Sausses (Séguret, Vaucluse): aspects de la petite exploitation paysanne sous le Haut-Empire autor de Vaison-la-Romaine", *Documents d'Archéologie méridional*, 11, p. 97-133.

MELCHIOR GIL, E., 1993, "Vias romanas y explotación de los recursos mineros en la zona Norte del Conventus Cordubensis", *Anales de Arqueologia Cordubesa*, 4, p. 63-90.

MERCADÉ MIRANDA, L.L., 1989, "La presa de Sarral (Tarragona): primeros resultados del estudio arqueológico, histórico y sedimentológico" *El agua en zonas áridas*, p 309-333



MERCADÉ MIRANDA, L.L., 1990, "Presas Romanas en Sarral (Tarragona) Couca de Barberè sur le Barranco de la Salada", *Bulletí Arqueològica Noticiari* V-12, p. 204-211.

MESTRE, J. Figueira; TOUCINHO, M. J. Rocha, 1986, "Subsídios Para a Carta Arqueológica do Concelho de Beja. Inventário de Sítios Arqueológicos Romanos", *Arq. de Beja*, volume III, 2ª série, p. 215 - 237.

MOITA, IRISALVA, 1965, "A carta arqueológica da margem esquerda do Guadiana e o museu de Serpa (projecto)", *Lucerna*, 4, p. 140-152.

MOITTI, Cl., 1993, *Archives et partage de la terre dans le monde romain*, Paris.

MONTEIL, M. ; BARBERANS, S. ; PISKORZ, M. ; VIDAL, L., 1999, "La vigne et traces de plantations des II<sup>e</sup> – I<sup>e</sup>. av. J.-C. dans la proche campagne de Nîmes (Gard)", *RAN*, 32, p. 67-123.

MUÑOZ TOMÁZ, Baltasar, 1995, "El poblamiento rural romano en el Sureste: El Altiplano, Jumilla (Murcia), *Poblamiento rural romano en el Sureste de Hispania*, (Actas de las Jornadas celebradas en Jumilla del 8 al 11 de noviembre de 1993), p.32-107.

MURPHY, James, 1998, *Viagens em Portugal*, Lisboa. (Original: *Travels in Portugal*, 1795).

NEEVE, P. W., 1984, *Colonus. Private farm-tenancy in Roman Italy during the Republic and the Early Principate*, Amsterdam.

NEEVE, P. W., 1985, "The price of agricultural land in Roman Italy and the problem of economic rationalism", *Opus*, IV, p. 77-99.

NICOLET Cl., 1988, *L'inventaire du monde. Géographie et politique aux origines de l'Empire romain*, Paris.

ODIOT, Th., 1994, "Habitats, sols et cadastres dans le Tricastin", *Les campagnes de la France méditerranéenne, dans l'Antiquité et le haut Moyen Âge. Études microrrégionales*, DAF., 42, 73-107.

OLIVEIRA (coord), 1992, *Carta Geológica de Portugal, escala 1/200 000, Notícia explicativa da folha 8*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.

OLIVEIRA, E. Veiga; GALHANO, F.; PEREIRA, B., 1983, *Alfaia agrícola Portuguesa*, Lisboa.

PARREIRA, R. , 1981, "Intervenção de emergência no povoado mineiro romano de Vipasca-Aljustrel", *Informação Arqueológica*, 4, p. 35-44.

PARREIRA, R., BERROCAL, L., 1990, "O povoado da II Idade do Ferro da Herdade do Pomar (Ervidel, Aljustrel), *Conimbriga*, 29, p.39-57.

PELECCUER, Ch., BERMOND, I , 1998, "La villa et le domaine dans la région de l'étang de Thau de l'époque républicaine à la période du Haute Empire (Hérault, France)", in *Cité et Territoire II*, p. 55-66.

PELLECUER, Ch., 1995, "La villa des Prés -Bas (Loupian, Hérault) et son territoire: au-delà du site archéologique, l'histoire d'un bassin-versant", *Archéologie en Languedoc*, 19, 85-90.

PELLETIER, A., "La superficie des exploitations agraires dans le cadastre d'Orange", *Latomus*, 25-3, p. 582-585.

PELLETIER, A., 1982, *Vienne Antique. De la conquête romaine aux invasions Alamanniques (II siècle avant—III siècle après J.C., Roanne.*

PENA, M.J., 1994, "Importance et rôle de la terre dans la première période de la présence romaine dans la P. I.", in *Structures rurales et sociétés Antiques*, p. 329-337.

PEREIRA, F., Alves, 1905, "Antiguidades de Viana do Alentejo", *O Archeologo Português*, 10, p. 16-28.

PEREZ, A. 1995 , "Les cadastres antiques en Narbonnaise occidentale. Essai sur la politique coloniale romaine en Gaule du sud (IIe s. av. J.-C. — IIe s. ap. J.-C.)", 29e supplément à la *RAN*, p. 39-43.

PEREZ, Chr., 1986, *Monnaie du pouvoir. Pouvoir de la monnaie. Une pratique discursive originale: le discours figuratif monétaire (1er s. av. J. C.—14 ap. J.-C., Paris.*

PÉREZ-EMBED, Florentino, 1975, *La frontera entre los reinos de Sevilla e Portugal* , Sevilla.

PERY, G., 1883, *Estatística Agrícola do Distrito de Beja*, Parte I, Concelho de Beja.

PERY, G., 1884, *Estatística Agrícola do Distrito de Beja*, Parte II, Concelho de Cuba.

PERY, G., 1885, *Estatística Agrícola do Distrito de Beja*, Parte III, Concelho de Alvito.

PERY, G., 1886, *Estatística Agrícola do Distrito de Beja*, Parte IV, Concelho de Vidigueira.

PETIT, J.-P., MANGIN, M., (dir), 1994, *Les Agglomération Secondaires. La Belgique, les Germanies et l'Occident romain*, (Actes du colloque de Blisbruck-Reinheim/Bitche, 21-24 oct. 1992), Paris

PIGANIOL, A., 1962, "Les documents cadastraux de la colonie romaine d'Orange", *Galia*, XVIe suppl. Paris.

PONSICH, M., 1978, "Structures rural et paysage antique du Bas-Guadalquivir", *Caesarodunum*, 13

PONTE, Salete, 1986, "Valor residual de seis fíbulas da região de Beja. Dimensão arqueológica e significado sócio-cultural", *Arq. de Beja*, III, 2ª série, 75-87.

POUPET, P. "Convergence des recherches sur les cadastres, les parcellaires et les terroirs", *RAN*, 26, p. 11-17.

PORTILHO, Rafael; RODRIGUEZ OLIVA; STYLOW, A. U., (1985), "Portrathern mit Inschrift im römischen Hispanien", *Madriider Mitteilungen*, 26, p. 185-217.

POUPET, P., 1999, "La pédologie", *La geologie: les sciences de la terre*, (direct. FERDIÈRE Alain), p. 93-138, Paris.

PREVOSTI, Marta, 1995-1996, "Prospecciones sistemáticas en el Maresme y los orígenes de la romanización del território" *Stvd. hist., História Antigua*, 13-14, p. 125-139.

PROENÇA, Raul, 1927, "Beja", *Guia de Portugal, II, Extremadura, Alentejo; Algarve*, Lisboa.

QUERIDO, A., 1959, "Éléments pour une sociologie du conformisme catholique au Portugal"; *Archives de Sociologie des religions*, p. 71.

QUINTELA, A. C, MASCARENHAS, J. M.; CARDOSO, J. L., 1986, *Aproveitamentos hidráulicos romanos a sul do Tejo. Contribuição para a sua inventariação e caracterização*, Lisboa

QUINTELA, A. C, MASCARENHAS, J. M.; CARDOSO, J. L., 1999, Barrages romains au sud du Tage (Portugal)", *Économie et territoire en Lusitanie romaine*, Madrid.

RAMAGE, E. S., 1998, "Augustus' propaganda in Spain", *Klio*, 80, 2 p. 434-490.

RATHBONE, D., 1981, "The development of agriculture in the Ager Cosanus during the Roman Republic: problems of evidence and interpretation", *JRS*, 71, p. 10-23.

REIS, Pedro Batalha, (1936-1938), "Numária de Pax Iulia", *Revista de Arqueologia*, 3, p. 61-64.

RIBEIRO, F. Nunes, 1960, "Pré-História e a origem de Beja", *Arq. de Beja*, 17, fasc. 1-4, p. 3-113.

RIBEIRO, José Silvestre, 1847, *Beja no anno de 1845 ou primeiros traços estatísticos d'aquella cidade*, Funchal (edição fac- simulada pela Câmara Municipal de Beja, 1986).

RIBEIRO, Maria Antonieta, 1999, *Capitéis romanos de Beja*, Beja.

RIBEIRO, Orlando, 1945, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Coimbra.

RICARDO, Isabel Gonçalves, 1995, *Subsídios para a Carta Arqueológica do Concelho de Beja. O território de Quintos*, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiado.

RICHARDSON, J.S., 1996, "Conquest and colonies in Lusitania in the Late Roman and Early Empire", in ORTIZ de URBINA, E.; SANTOS, J. (eds), *Teoria y practica del ordenamiento municipal en Hispania*, (*Actas del Symposium de Vitoria -Gasteiz—22 a 24 nov., 1993*), Vitoria-Gasteiz, p. 53-61.

RILEY, D., N., 1980, *Early landscape from the air*, Sheffield.

RODRÍGUES NEILA, J. Francisco, 1993, "Ciudad y territorio en la provincia romana de la Bética", *Flor.Il.*, 4-5, p. 445-483.

ROMAN, D., "Auguste et la Colonie de Nimes", *Les Villes Augustéennes de Gaule*, (*Actes du Colloque International d' Autun, 6, 7 et 8 juin 1985*), p. 35-42.

RPC1= BURNET, A.; ARMANDRY, M.; RIPOLLÈS, P.P., 1992, *Roman provincial Coinage, I. From the death of Caesar to the death of Vitellius (44 BC-Ad 69)*, London.

SAA, M., 1959, *As vias romanas da Lusitânia*, vol. II Lisboa,.

SAA, M., 1960, *As vias romanas da Lusitânia III*, Lisboa.

SAA, M., 1963, *As vias romanas da Lusitânia, IV*, Lisboa

SAA, M., 1964, *As grandes vias da Lusitânia, V*, Lisboa.

SAAVEDRA, E., 1862, *Discursos leídos ante la Real Academia de la Historia en la recepción pública de Don Eduardo Saavedra el día 28 de diciembre de 1862*, Madrid.

CONCEPTION CHONCLÁN; Sabina; CASTRO LOPEZ, Marcelo, 1986/87, "Ciudad y territorio en la campaña de Jaen. La distribución de los asentamientos mayores durante época flavia", *Stud. Hist., Historia Antigua*, IV-V, p. 145-160.

SAEZ FERNANDEZ, P., 1990, *Agricultura romana de la Bética*, Sevilla.

SAINT-HILAIRE, J., 1990, "Enjeu des sécessions de la plebe et le jeu des familles", *MEFRA*, 21, p. 723-765

SAQUETE CHAMIZO, J. C., 1997, *Las elites sociales de Augusta Emerita, (Cuadernos Emeritenses)*, 13, Merida.

SAYAS ABENGONCHEA, J.J, 1979, "Algunas consideraciones sobre el origen de Lusitania como província", *Estudios dedicados a Carlos Callejo Serrano*, p.737-752.

SERPA, C. Gonçalves, *Enciclopédia diocesana. Estudo histórico, geográfico, etnológico, religioso da diocese de Beja*

SILLIÈRES, P., 1982, "Centuration et voie au sud de Méride. Contribution à la délimitation de la Bétique et de la Lusitanie", *MCV*, XVIII, 36-448

SILLIÈRES, P., 1984, "Deux nouvelles bornes de la voie *Ebora-Pax Ivlia*", *Conimbriga*, 23, p. 59-66.

SILLIÈRES, P., 1990a, "Voies romaines et limites de provinces et de cités en Lusitanie", *Les villes de la Lusitanie romaine*, Bordeaux, PP., 73-89.

SILLIÈRES, P., 1990b, *Les voies de communication de l'Hispanie Meridionale*, Paris

SILLIÈRES, P., 1995, "Approche d'un espace rural antique: l'exemple de Vila de Frades en Lusitanie Méridionale", *Du latifundium au latifondo. Un héritage de Rome, une création médiévale ou moderne?* (Actes de la Table Ronde international du CNRS organisée à l'Université Michel de Montaigne - Bordeaux III, les 17-19 décembre 1992), Paris, p. 21-29.

SILVA, Félix Caetano da, 1792, "História da Cidade de Beja", *Arq. de Beja*, 5, p. 196-210, 225-242. (Manuscrito publicado por Abel Viana) = VIANA, 1948).

SILVA, Félix Caetano da, 1792, "História da Cidade de Beja", *Arq. de Beja*, 6, p. 3-36, 292-324. (Manuscrito publicado por Abel Viana = VIANA, 1949).

SNODGRASS, A. M., 1987-1989, "The rural landscape and its political significance", *Opus*, VI-VIII, 53-70.

SOARES, A. M. Monge, 1986, "O povoado do Passo Alto. Escavações de 1984", *Arq. de Beja*, Volume III - 2º série, p. 89 - 99.

SOARES, A. M. Monge; ARAUJO, M. de Fátima; CABRAL, J. M. Peixoto, 1994, "Vestígios da prática de metalurgia em povoados calcolíticos da bacia do Guadiana, entre o Ardila e o Chança", *Arqueología en torno del Bajo Guadiana, (Actas del encuentro internacional de Arqueología del Suroeste, Huelva, 1993)*, p. 165-200.

SOARES, A. M. Monge; BRAGA, J. Rodrigues, 1986, "Balanço Provisório da Intervenção arqueológica já realizada no Castelo de Serpa" *Arq.de Beja*, vol. III 2ª série 167-198.

SOUSA, Vasco de, 1990, *Corpus Signorum Imperii Romani: Corpus der Skulpturen der Römischen Welt*, Coimbra.

STYLOW, A.U., 1995, "Apuntes sobre las tribus romanas en Hispania" *Veleia*, 12, p. 105-123.

TCHERNIA, A." Les dimensions de quelques vignobles romains", *Du latifundium au latifondo. Un héritage de Rome, une création médiévale ou moderne?* (Actes de la Table Ronde international du CNRS organisée à l'Université Michel de Montaigne - Bordeaux III, les 17-19 décembre 1992), Paris, p. 383-394.

TEIXEIRA, A.J. de Menezes, SILVA, Rodrigo de A.M. Banha da, 1986, "Molde de Lucerna do Sítio do Nicolau (Serpa - Beja)", *Arq.de Beja*, vol. III 2º série, 147 - 152.

TERRON ALBARRÁN, M. 1971, *El solar de los Aftásidas*, Badajoz.

*Thèmes de recherches sur les villes Antiques d'Occident*, Strasbourg CNRS, 1975

THOUVENOT, R. 1940, *Essai sur la province romaine de Bétique*, p. 65, Paris.

THULIN, Ch., 1913, *Corpus agrimensorum Romanorum*, I, 1. *Opuscula agrimensorum veterum*, Leipzig.

TOVAR, A., 1974, *Iberische Landeskunde. Zweiter Teil: Die Völker und die Städte des antiken Hispanien. Band 1: Baetica*", Baden-Baden.

TRÉMENT, F., 1997, " Un établissement agricole gallo-romain: le site des Soires à Saint-Mitre-les-Remparts (Bouches du Rhône)", *RAN*, 30, p. 33-61.

VALLVÉ, Joaquín, 1986, *La división territorial de la Hispânia Musulmana.*, Madrid.

VASCONCELOS, J. Leite de e PEREIRA F. Alves, 1904, "Antiguidades de Viana do Alentejo", *Arch.Port.*, 9, p. 271-296.

VASCONCELOS, J. Leite de, 1927, *De terra em terra*, II, p. 221-272, Lisboa.

VASCONCELOS, J. Leite de, 1907, "Lápide funerária de Ferreira do Alentejo", *Arch.Port.*, 2, p. 72.

VASCONCELOS, J. Leite de, 1918, "Antiquallas de Evoramonte", *Arch.Port.*, 23, p. 135.

VASCONCELOS, José Leite de, (1901), "Les monnaies de la Lusitanie portugaise", *Arch.Port.*, 6, p. 81-89

VASCONCELOS, José Leite de, (1902), "Vidros romanos de Beja", *Arch. Port.*, 7, p. 192.

VASCONCELOS, José Leite de, 1895, "Cabrinhas de bodes de bronze", *Arch. Port.*, p. 296-301.

VASCONCELOS, José Leite de, 1895, "Duas inscrições do Museu de Beja", *Arch. Port.*, 1, p. 321-323.

VASCONCELOS, José Leite de, 1895, "Inscrição romana de Beja", *Arch.Port.*, 1, p. 110-112.

VASCONCELOS, José Leite de, 1895, "Sepultura de Cocceia Clarilla", *Arch. Port.*, 1, p. 265-266.

VASCONCELOS, José Leite de, 1896, "Inscrições romanas do Museu de Beja", *Arch.Port.*, 2, p. 265-266.

VASCONCELOS, José Leite de, 1903, "Analecta archeologica", *Arch. Port.*, 8, p. 162-172.

VASCONCELOS, José Leite de; SÁ, Bernardo de 1905, "Necrópole romana de *Pax Iulia* (Beja)", *Arch. Port.*, 10, p. 165-169.

VASCONCELOS, Leite de; 1903, "Antiguidades de Quintos" *Arch.Port.*, VIII, p 340.

VEIGA, Estácio da, 1891, *Antiguidades monumentais do Algarve*, vol. IV, p. 209, 215, 289-292, Lisboa

VEIGA, Estácio da, 1891, *Antiguidades monumentais do Algarve*, vol. IV, p. 209, 215, 289-292, Lisboa.

VEYNE, P., 1991, *La société romaine*, Paris

VIANA, A., 1939, "Arqueologia, Alentejana. 7. Vestígios de edifício romano, em Beja", *Diário do Alentejo*, 28 de Outubro.

VIANA, A., 1940, "Arqueologia, Alentejana. X. Inscrições inéditas, em cipos cuniformes", *Diário do Alentejo*, 17 de Janeiro.

VIANA, A., 1940, "Arqueologia, Alentejana. XI. Mais testemunhos do templo romano, em Beja", *Diário do Alentejo*, 1 de Fevereiro.

VIANA, A., 1940, "Arqueologia, Alentejana. XXI Secção lapidar do Museu Regional de Beja", *Diário do Alentejo*, 18 de Setembro.

VIANA, A., 1940, "Arqueologia, Alentejana. XXIII. Secção lapidar do Museu Regional de Beja", *Diário do Alentejo*, 24 de Outubro.

VIANA, A., 1940, "Arqueologia, Alentejana. XXIV. Secção lapidar do Museu Regional de Beja", *Diário do Alentejo*, 29 de Outubro.

VIANA, A., 1940, "Arqueologia, Alentejana. XXIX. Secção lapidar do Museu Regional de Beja", *Diário do Alentejo*, 23 de Setembro.

VIANA, A., 1940, "Arqueologia, Alentejana. XXV. Secção lapidar do Museu Regional de Beja", *Diário do Alentejo*, 31 de Outubro.

VIANA, A., 1940, "Arqueologia, Alentejana. XXVI. Secção lapidar do Museu Regional de Beja", *Diário do Alentejo*, 9 de Setembro.

VIANA, A., 1940, "Arqueologia, Alentejana. XXVII. Secção lapidar do Museu Regional de Beja", *Diário do Alentejo*, 14 de Setembro.

VIANA, A., 1940, "Arqueologia, Alentejana. XXVIII. Secção lapidar do Museu Regional de Beja", *Diário do Alentejo*, 21 de Setembro.

VIANA, A., 1940, "Arqueologia, Alentejana. XXX. Secção lapidar do Museu Regional de Beja", *Diário do Alentejo*, 28 de Setembro.

VIANA, A., 1940, "Arqueologia, Alentejana. XXXI. Secção lapidar do Museu Regional de Beja", *Diário do Alentejo*, 3 de Dezembro.

VIANA, A., 1940, "Arqueologia, Alentejana. XXXII. Secção lapidar do Museu Regional de Beja", *Diário do Alentejo*, 10 de Dezembro.

VIANA, A., 1940, "Arqueologia, Alentejana. XXXIII. Secção lapidar do Museu Regional de Beja", *Diário do Alentejo*, 17 de Dezembro.

VIANA, A., 1941, "Arqueologia, Alentejana. XCVII, Convento da Conceição e Palácio dos Infantes", *Diário do Alentejo*, 6 de Outubro.

VIANA, A., 1941, "Arqueologia, Alentejana. XCIII, Convento da Conceição e Palácio dos Infantes", *Diário do Alentejo*, 30 de Setembro.

VIANA, A., 1941, "Arqueologia, Alentejana. XCIV, Convento da Conceição e Palácio dos Infantes", *Diário do Alentejo*, 1 de Outubro.

VIANA, A., 1942, "Arqueologia, Alentejana. CLXXVII", *Diário do Alentejo*, de 28 de Março.

VIANA, A., 1942, "Arqueologia, Alentejana", *Diário do Alentejo*, de 26 de Janeiro a 11 de Fevereiro (= VIANA, 1946, 165-218).



VIANA, A., 1942, "Arqueologia, Alentejana. CLXXXIII, Convento da Conceição e Palácio dos Infantes", *Diário do Alentejo*, 14 de Abril.

VIANA, A., 1942, "Arqueologia, Alentejana. CXLV, Convento da Conceição e Palácio dos Infantes", *Diário do Alentejo*, 14 de Janeiro (= VIANA, 1946, 165-218).

VIANA, A., 1943, "A Vénus de Beringel", *Museu*, 2 (4), p. 47-52.

VIANA, A., 1944 "Museu Regional de Beja. Ferragens artísticas; esculturas de osso, proto-históricas; machados da Idade do Bronze; ferragens romanas; joias de ouro, fivelas, amuleto e outros objectos", *Arq. de Beja*, 1 (2), p.155-166, Fig. 7 e 8.

VIANA, A., 1944a, "O fabrico de *acus crinalis* de osso", *Brotéria*, p. 395-400.

VIANA, A., 1944b, *Origem histórica de Beja*, Beja.

VIANA, A., 1945, "Museu Regional de Beja. Alguns objectos da Idade do Bronze, da Idade do Ferro e da Época Romana; Cerâmica argárica; Cerâmica árabe", *Arq. de Beja*, 2, p.309-339.

VIANA, A., 1945, "Museu Regional de Beja. II - Sepulturas da Idade do Ferro na Herdade das Carretas, concelho de Beja" *Arq. de Beja*, 2, fasc. III/IV, p. 311-315.

VIANA, A., 1946, "Mosteiro da Conceição e Palácio dos Infantes", *Arq. de Beja*, 3, p.161-226.

VIANA, A., 1946a, "A arqueologia do Baixo Alentejo na obra do Bispo pacense, D. Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas", *Arq. de Beja*, 3 (1-2), p.118-127.

VIANA, A., 1946b, "*Pax Iulia*. Arte Romano-Visigótico", *AEA*, p 94, figs. 2-3.

VIANA, A., 1946c, *Museu Regional de Beja*, p.6-9, figs. 3-4.

VIANA, A., 1946d, "Pelo Baixo Alentejo. Notas históricas, arqueológicas e etnográficas", *Arq. de Beja* (1-2)

VIANA, A., 1947a, "Notas históricas e etnográficas do Baixo Alentejo, *Arq. de Beja*, vol IV, p. 3-39; 18-20; 35-36, fig. 36.

VIANA, A., 1947, "Restos de um templo romano em Beja", *Arq. Beja*, 4, p. 77-88.

VIANA, A., 1948, "História da Cidade de Beja", *Arq. de Beja*, 5, p. 196-210, 225-242. (Manuscrito de Félix Caetano da Silva = SILVA, 1792).

VIANA, A., 1948, "História da Cidade de Beja", *Arq. de Beja*, 6, p. 3-36, 292-324. (Manuscrito de Félix Caetano da Silva = SILVA, 1792).

VIANA, A., 1950, "Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo", *Arq. de Beja*, 7, p. 3-40.

VIANA, A., 1953, "A propósito de uma espada do Museu de Beja", *Revista de Guimarães*, 63 (1-2), p. 183-191.

VIANA, A., 1954, "Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo", *Arq. de Beja*, 11.

VIANA, A., 1955b, "Denarii do Museu de Beja", *Arq. Beja*, 12, p. 140-163.

VIANA, A., 1955, "Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo", *Arq. de Beja*, 12, p. 3-35.

VIANA, A., 1955a, "Notas de corografia arqueológica", *Brotéria*, 60, 40-49.

VIANA, A., 1957, "Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo", *Arq. de Beja*, 14, p. 3-57.

VIANA, A., 1957, "Quatro notáveis peças arqueológicas do Baixo Alentejo", *XXIII Congresso Luso-Espanhol. Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências*, p. 447-451, Coimbra

VIANA, A., 1958a, "Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo", *Arq. de Beja*, 15, p. 3-56.

VIANA, A., 1962, *Algumas noções elementares de Arqueologia Prática*, Beja.

VIANA, A., 1970, "Lápide bejense, consagrada a Juno", *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*, II, p. 107-112, Lisboa.

VIANA, A.; FONSECA, Bélar da; RIBEIRO, F. Nunes, (s.d), *Museu Regional de Beja. Catálogo de algumas das principais peças*, Beja.

VIANA, A.; RIBEIRO, F. Nunes, 1958, "Notas históricas e etnográficas do Baixo Alentejo", *Arq. de Beja*, 15,

VIANA, Abel; RIBEIRO, F. Nunes, 1956, "Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo", *Arq. de Beja*, 13, p. 110-167.

VIDAL, L., 1998, "Un domaine antique en Biterrois: La Domergue à Souvian (Hérault)", *Cité et Territoire II*, 31-53.

VILAÇA, R., 1997, "Das primeiras comunidades humanas à chegada dos Romanos", in LOPES *et alii*, 1997, p.127-133.

VILLANUEVA ACUÑA, M., 1991, "Problemas de la implantación agraria romana y la organización del territorio en la Península Ibérica en el Alto Império" *Espacio, tiempo y Forma* (s. II Historia Antigua), IV, p. 319-350.

VILLARONGA, L., 1979, *Numismática antigua de Hispânia*, Barcelona.

VITTINGHOFF, F., 1952, *Römische Kolonisation und Bürgerrechtspolitik unter Caesar und Augustus*, Mainz.

VIVES Y ESCUDERO, A., 1924-1926, *La moneda hispánica*; Madrid.

WEBER, Max, 1982, *La ville* (tradução francesa por Philippe Fritsch), Paris.

WIRTH, Louis, 1997, "O urbanismo como modo de vida", in Fortuna, Carlos, (Organ.), *Cidade, Cultura e Globalização*, Oeiras, 45-65.